



FOXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

envelhecer no lugar II

n.14, v.4
inverno de 2020





REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

envelhecer no lugar II

n.14, v.4
inverno de 2020





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade (CNPQ), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Revista digital disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

Eduardo Rocha
Fernando Freitas Fuão

Editores Associados

Adriana Portella
Vanessa Forneck

Comitê Científico e Conselho Editorial

Adriana Portella
Adriana Goni Mazzitelli
Ana Maria Albani de Carvalho
Ana Paula Vieceli
André de Oliveira Torres Carrasco
Angela Raffin Pohlmann
Bárbara de Bárbara Hypolito
Beatriz Dorfman
Carla Gonçalves Rodrigues
Carmen Anita Hoffmann
Carolina Clasen
Carolina Corrêa Rochefort
Celma Paese
Cristine Jaques Ribeiro
Cláudia Mariza Mattos Brandão
Débora Souto Allemann
Dirce Eleonora Nigro Solis
Eduarda Azevedo Gonçalves
Eliana Mara Pellerano Kuster
Emanuela Di Felice
Fábio Bortoli
Fernanda Tomiello
Francesco Careri
Francisco de Assis da Costa
Gisele Silva Pereira
Gustavo de Oliveira Nunes
Hartmut Günther
Haydeé Beatriz Escudero
Helene Gomes Sacco Carbone
Iazana Guizzo
Igor Guatelli
José Carlos Mota
Josiane Franken Corrêa
Juan Manuel Diez Tetamanti

Julian Grub
Laura Novo de Azevedo
Laura Rudzewicz
Lisandra Fachinello Krebs
Lorena Maia Resende
Luana Pavan Detoni
Marcelo Roberto Gobatto
Marc Weiss
Márcio Pizarro Noronha
Maria Ivone dos Santos
Marlon Uliana Calza
Markus Tomaselli
Mauricio Couto Polidori
Paola Berenstein Jacques
Paulo Afonso Rheingantz
Priscila Pavan Detoni
Rafaela Barros de Pinho
Raquel Purper
Rita de Cássia Lucena Velloso
Roberta Roberta Krahe Edelweiss
Shirley Terra Lara dos Santos
Susana de Araujo Gastal
Sylvio Arnoldo Dick Jantzen
Thais de Bhanthumchinda Portela
Vicente Medina

Equipe Técnica

Laís Dellinghausen Portela
Vanessa Forneck

Suporte Técnico

Laís Dellinghausen Portela

Revisão Linguística

Ana dos Santos Maia
Martha Hirsch
Pierre Moreira dos Santos

Capa e Diagramação

Eduardo Rocha

Imagens de capa

Sara Parlato

apresentação

A 14ª Edição temática “ENVELHECER NO LUGAR II” é dirigida por Adriana Portella e Eduardo Rocha. A edição traz trabalhos que foram apresentados no 2019 IAPS Symposium *Ageing in Place in a World of Inequalities: How to Design Healthy Cities for All* que aconteceu de 27 a 30 de Novembro de 2019 no Brasil, na cidade de Pelotas, promovido pela *IAPS Environment and Gerontology Network*, com apoio do Projeto *PlaceAge*, Laboratório de Estudos Comportamentais da UFPEL e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL. A Edição também apresenta outros textos e ensaios que foram enviados para a chamada aberta entre novembro de 2019 a abril de 2020.

A “PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE”¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa CNPQ Cidade+Contemporaneidade, do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Adriana Portella e Eduardo Rocha
Inverno de 2020

¹ Link acesso Revista Pixo <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>>

editorial

ENVELHECER NO LUGAR II.....	10-13
<i>Adriana Portella e Eduardo Rocha</i>	

autora convidada

AGEING IN AN UNEQUAL WORLD CO+LIVING DESIGN Participatory design simulation gamification for life-enhancing built environments in age-appropriate, inclusive and multi-generational co-living buildings without limitations.....	16-29
<i>Daniela A. Ottmann</i>	

artigos e ensaios

LEITURA A DOIS Uma forma de aproximar os idosos e aumentar o <i>place attachment</i>	32-51
<i>Thaís Cristina Martino Sehn, Gabriela Fonseca Pereira, Stan Ruecker e Jose Luis Farinatti Aymone</i>	
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTO Concebendo cidades amigas aos idosos.....	52-65
<i>Dayse da Silva Albuquerque, Natália de David Klavdianos, Isolda de Araújo Günther e Adriana Portella</i>	
ENVELHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE Um estudo de caso sobre as relações entre os idosos e o bairro da Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC.....	66-87
<i>Danilo Gomes Resendes, Andréa Holz Pfützenreuter e Lizandra Garcia Lupi Vergara</i>	
O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO EM ESTUDOS INTERGERACIONAIS Uma abordagem metodológica.....	88-99
<i>Thaís Debli Libardoni, Adriana Portella e Lígia Maria Ávila Chiarelli</i>	
AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS INSTITUCIONALIZADOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NA CIDADE DE PELOTAS/RS.....	100-113
<i>Carolina Costa Machado e Natalia Naoumova</i>	
ENVELHECER PELO OLHAR DA MONTAGEM Ou quando a montagem diz do envelhecer.....	114-131
<i>Lucas Boeira Bittencourt, Paulo Reyes e Daniele Caron</i>	

EXPLORANDO NARRATIVAS CRIANCEIRAS DA DESMEMÓRIA.....	132-141
<i>Carolina Mesquita Clasen e Eduardo Rocha</i>	
AS MARCAS CULTURAIS DOS LUGARES NA MEMÓRIA DOS ANCIÃOS KAINGANG.....	142-157
<i>Fernanda Machado Dill e Vanessa Goulart Dorneles</i>	
MEMÓRIAS DE BUDAPESTE Como a Arquitetura Icônica pode colaborar positivamente com a vivência dos idosos na capital húngara.....	158-171
<i>Lauren Nicole Gonçalves Duarte</i>	
FERROVIA SÃO PAULO PARANÁ Uma análise das consequências pós desativação da Estação Ferroviária de Jataizinho/PR.....	172-185
<i>Isadora Lutzi Daschevi</i>	
ENVELHECER NO LUGAR A garantia de direitos dos Idosos junto a Defensoria Pública da Comarca de São Carlos.....	186-203
<i>Luiz Eduardo dos Santos, Elisete Maria Paiola Tonon e Marisa Silvana Zazzetta</i>	
CONTRIBUIÇÃO PARA A ELUCIDAÇÃO DOS CONCEITOS DE QUALIDADE DE VIDA URBANA E QUALIDADE AMBIENTAL SOB A ÓTICA DOS INDICADORES AMBIENTAIS.....	204-217
<i>Suelen Josiane Farinon, Luciana Inês Gomes Miron e Wagner Mazetto de Oliveira</i>	
AS CIDADES E O ENVELHECIMENTO Como avaliar?.....	218-227
<i>Andréa Holz Pfützenreuter e Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim</i>	

parede branca

O DESEJO SINGULAR NO COTIDIANO DO IDOSO.....230-235

Vanessa Forneck e Andrews Jobim

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SIMPÓSIO IAPS 2019 PARTE II.....236-245

*Lorena Maia Resende (org.), Adriana Cavalli, Adriana Portella, Anelize Milano,
Bruna Meotti, Cleiton Alcantara e Daniela Bilhalva de Farias*



up 1000

ENVELHECER NO LUGAR II

Adriana Portella¹ e Eduardo Rocha²

Dando sequência a temática do envelhecimento populacional e seus desafios, a *Pixo 14 Envelhecer no Lugar II* é lançada em conjunto com o *2019 IAPS Symposium Ageing in Place in a World of Inequalities: How to Design Healthy Cities for All*, que aconteceu de 27 à 30 de novembro de 2019 no Brasil, na cidade de Pelotas, promovido pela *IAPS Environment and Gerontology Network*, com apoio do Projeto *PlaceAge*, Laboratório de Estudos Comportamentais (<https://wp.ufpel.edu.br/labcom/>) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, ambos da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).

Nesse segundo volume estão reunidos artigos e ensaios que versam sobre **participação social, memória e políticas urbanas** pautados pelo envelhecimento. Esta edição da *Pixo* traz a ideia de que ambientes viáveis são articulados através de um forte sentido de lugar, definido como vínculos sociais, psicológicos e emocionais que as pessoas têm com seu ambiente. Um forte senso de lugar resulta do acesso a apoios para participação ativa, oportunidades para construir e sustentar redes sociais e assumir um papel significativo na comunidade. Em contraste, um sentimento de exclusão ou “falta de oportunidades de participação na comunidade” está associado à alienação, ao isolamento e à solidão, muitas vezes resultando em problemas diversos de saúde e bem-estar, particularmente entre os idosos vulneráveis. Socialmente, a criação de ambientes urbanos amigáveis ao envelhecimento que apoiam o sentido de lugar é parte integrante do envelhecimento bem-sucedido, garantindo que as pessoas possam continuar a contribuir positivamente na velhice, atrasando a necessidade de cuidados institucionais e reduzindo os custos de saúde e assistência social.

Seguimos nesse segundo volume com as ilustrações digitais, da capa e das separações de sessões, criadas pela arquiteta-artista italiana Sara Parlato e o assessoramento na organização com a colaboração da mestrandia Vanessa Forneck.

Iniciando o volume temos o texto *Ageing in an Unequal World Co+Living Design: Participatory design simulation gamification for life-enhancing built environments in age-appropriate, inclusive and multi-generational co-living buildings without limitations*, da autora convidada Daniela A. Ottmann. A autora relata pesquisas realizadas sobre co-design multigeracional, com o objetivo de permitir aos habitantes explorar e ajustar suas necessidades e desejos de ambiente para o futuro, a partir de suas atividades diárias e padrões.

Abrindo a sessão artigos e ensaios, sobre a temática da **participação social**, temos os seguintes escritos:

¹ Doutora em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University (Inglaterra) com pós-doutorado em Planejamento Urbano pela University College London (Inglaterra). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

² Arquiteto e Urbanista, Mestre em Educação, Doutor em Arquitetura. Professor Adjunto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.



Leitura a Dois: uma forma de aproximar os idosos e aumentar o place attachment, dos autores Thaís Cristina Martino Sehn, Gabriela Fonseca Pereira, Stan Ruecker e Jose Luis Farinatti Aymone. O artigo tem como objetivo testar o novo modelo de livro *Leitura Distribuída com idosos*, promovendo a interação e a proximidade entre eles.

O artigo *Participação Social e Envelhecimento: concebendo cidades amigas aos idosos*, do grupo formado por Dayse da Silva Albuquerque, Natália de David Klavdianos, Isolda de Araújo Günther e Adriana Portella, propõe identificar demandas socioambientais e alternativas de resolução das problemáticas mais urgentes nas áreas pesquisadas, amparando a concepção de cidades amigáveis ao envelhecimento.

O artigo *Envelhecimento e a Construção da Cidade: um estudo de caso sobre as relações entre os idosos e o bairro da Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC*, de Danilo Gomes Resendes, Andréa Holz Pfüzenreuter e Lizandra Garcia Lupi Vergara, investiga a percepção do espaço circundante e o estado de preservação das memórias dos idosos, a partir de entrevistas e análise de conteúdo.

O *Discurso Politicamente Correto em Estudos Intergeracionais: uma abordagem metodológica*, de Thaís Debli Libardoni, Adriana Portella e Lígia Maria Ávila Chiarelli, busca prover embasamento para a escolha e dosimetria de abordagem a temáticas passíveis do uso do Politicamente Correto em estudos de análise quantitativa.

Figura 1 - Intervenção Artística Urbana realizada durante o evento e coordenada pela Profa. Dra. Emanuela Di Felice. Fonte: <https://www.facebook.com/IAPS-International-Association-for-People-environment-Studies-34078029031/>.

Carolina Costa Machado e Natalia Naoumova em *Avaliação da Percepção dos Usuários Institucionalizados sobre Instituições de Longa Permanência para Idosos na Cidade de Pelotas/RS* buscam compreender os desejos dos idosos a respeito de sua moradia em instituições de longa permanência.

Dando continuidade aos artigos e ensaios da revista, temos cinco artigos sobre a temática da **memória**:

Envelhecer pelo Olhar da Montagem: ou quando a montagem diz do envelhecer, de Lucas Boeira Bittencourt, Paulo Reyes e Daniele Caron, busca nesse ensaio um exercício do ver sobre o envelhecer na cidade, a partir do conceito de *montagem* do atlas de Aby Warburg, apoiando-se nas teorias de Walter Benjamin, Didi-Huberman e Roland Barthes.

O ensaio *Explorando Narrativas Crianceiras da Desmemória*, escrito por Carolina Clasen e Eduardo Rocha, a partir de diálogos com uma idosa que sofre de demência senil busca a constituição de cotidianos e sua inclusão na agenda urbana comunitária, afetiva e crianceira.

As Marcas Culturais dos Lugares na Memória dos Anciãos Kaingang, de Fernanda Machado Dill e Vanessa Goulart Dorneles, pesquisa com base em relatos da história oral e na observação participante, incluindo idosos em atividades e práticas culturais cotidianas, resgatando a memória e valorizando a sabedoria anciã.

Lauren Nicole Gonçalves Duarte, no artigo *Memórias de Budapeste: como a Arquitetura Icônica pode colaborar positivamente com a vivência dos idosos na capital húngara*, trata do processo de adaptação da cidade de Budapeste e de seus moradores diante das memórias negativas de seu passado, relacionadas à Segunda Guerra Mundial e ao nazismo.

Ferrovia São Paulo Paraná: uma análise das consequências pós desativação da Estação Ferroviária de Jataizinho/PR, de Isadora Lutzi Daschevi, discute a importância dos espaços abandonados por estações férreas e da necessidade da realização de intervenções que levem em consideração a memória local.

Finalizando a sessão, temos três artigos que versam sobre a temática do **políticas urbanas**:

Em *Envelhecer no Lugar: a garantia de direitos dos Idosos junto a Defensoria Pública da Comarca de São Carlos*, Luiz Eduardo dos Santos, Elisete Maria Paiola Tonon e Marisa Silvana Zazzetta apresentam um estudo sobre o perfil da demanda da Defensoria Pública de uma comarca do interior paulista, na defesa do direito da pessoa idosa.

Suelen Josiane Farinon, Luciana Inês Gomes Miron e Wagner Mazetto de Oliveira apresentam no artigo *Contribuição para a Elucidação dos Conceitos de Qualidade de Vida Urbana e Qualidade Ambiental sob a Ótica dos Indicadores Ambientais*, um levantamento bibliográfico que busca identificar as definições de qualidade de vida e qualidade ambiental no contexto urbano, com intuito de promover equidade entre a população.

Concluindo, temos o artigo *As Cidades e o Envelhecimento: como avaliar?*, de Andréa Holz Pfützenreuter e Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim, que apresenta a comparação entre o Projeto Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde e o Projeto Cidade Acessível e Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos

do Brasil. A estrutura comparada dos projetos reflete a subjetividade, a mitigação de intenções e o direcionamento de responsabilidade para as governanças municipais imediatas, no caso brasileiro.

Finalizando esse número, temos em Parede Branca dois ensaios fotográficos: *O Desejo Singular no Cotidiano do Idoso* de Vanessa Forneck e Andrews Jobim e, uma segunda coleção de imagens sobre o envelhecimento, organizada por Lorena Maia Resende, de diversos fotógrafos - Adriana Cavalli, Adriana Portella, Anelize Milano, Bruna Meotti, Cleiton Alcantara e Daniela Bilhalva de Farias, que participaram de uma exposição fotográfica durante o Simpósio IAPS 2019.



CO+LIVING DESIGN

Participatory design simulation gamification for life-enhancing built environments in age-appropriate, inclusive and multi-generational co-living buildings without limitations

*Daniela A. Ottmann*¹

Abstract

This article reports on conducted research on co-design for multi-generational co-living architecture and development proposals for urban living as solution to deal with ageing populations that are spatially disconnected like in the Metropolitan Region Perth/Western Australia. A gamified scenario simulation, the 'Co-living² game', has been invented to explore uses of spatial activity, ambiance and features of individuals anticipating to live together in a specific urban setting. The aim was to enable potential inhabitants to explore and to adjust their needs and desires within a potential future built environment, using their contemplated daily activity patterns and qualitative considerations of common areas, which transfer easily into the design process of a masterplan for Co-housing³ settlements. The results of the simulation survey includes the evaluation of programming priorities and concepts for the further urban and architectural development of Co-housing communities that enable age-appropriate, inclusive, multi-generational co-living buildings without limitations.

Keywords: participatory architecture, collaborative research, sustainable urban development.

CO+LIVING DESIGN

Gamificação participativa de simulação de projeto para ambientes construídos para ambientes construídos adaptados a idade e que melhorem a vida, e construções compartilhadas, inclusivas e multi-geracionais sem limitações

Resumo

Este artigo relata pesquisas conduzidas sobre co-design de arquitetura de co-vida multigeracional e propostas de desenvolvimento para a vida urbana como solução para lidar com o envelhecimento de populações espacialmente desconectadas como na Região Metropolitana de Perth/Austrália Ocidental. Uma simulação de cenário gamificado, o 'jogo de convivência', foi inventada para explorar o uso de atividade

¹ Abedian School of Architecture, Faculty of Society and Design, Bond University, Gold Coast, QLD Australia 4229, Centre for Comparative Construction Research, Bond University, Gold Coast, QLD Australia 4229.

² Definition Co-living: The term 'Co-' is used here as an abbreviation of cooperative (from Latin 'cooperativus' worked together).

³ Definition Co-housing: This terms is used in this article to describe various forms of co-living: shared apartments and units (e.g. elderly living community) and multi-residential and/or multi-use settlements (e.g. shared common spaces).

espacial, ambiente e características de indivíduos que esperam viver juntos em um ambiente urbano específico. O objetivo era permitir que os habitantes em potencial explorassem e ajustassem suas necessidades e desejos em um ambiente potencialmente construído no futuro, usando seus padrões de atividades diárias contempladas e considerações qualitativas de áreas comuns, que se transferem facilmente para o processo de projeto de um plano mestre para co-habitação. Os resultados da pesquisa de simulação incluem a avaliação de prioridades e conceitos de programação para o desenvolvimento urbano e arquitetônico das comunidades de co-habitação, que permitem edifícios co-vivos apropriados para a idade, inclusivos e multigeracionais, sem limitações.

Palavras-chave: arquitetura participativa, pesquisa colaborativa, desenvolvimento urbano sustentável.

Introduction

The 'Co-Living Game' is a simulation game that explores uses of spatial activity, ambience and features of individuals anticipating to live together in a specific urban setting. The aim is to enable users to adjust their needs and desires within the future built environment, using their contemplated daily activity patterns and qualitative considerations of common areas, which transfer easily into the design process of a masterplan for Co-housing.

The Co+ Living Design research approach is utilised to conceptualise and design a demonstration project that showcases affordable housing in modular building technology for seniors. The research and development phases (2015-2018) have resulted in the following government reports:

- Co+1: 'Co-living Design tool Kit' A tool-set for age-appropriate housing design parameters for Housing |Department of Communities (DCCO) | Government of Western Australia;
- Co+2: 'Co-living Community Forums' Community engagement workshops to co-design, showcase and to promote the developed modular housing prototypes (H+) within the Urban Living Strategy for Housing | Department of Communities (DCCO);
- Co+3: 'H+ Co-living dwelling complex' Urban living in age-appropriate communities (program, diagrams, models and plans for a case study area based on discussions with DCCO).

This project will apply previous research of the AUDRC on Affordable Housing, Modular Building Systems, Community Participation, and Housing Identity for Housing | Department of Communities (DCCO) | Government of Western Australia:

- H+ 'Modular Housing System': An investigation into a serial housing module system for individual and multi-residential urban living (2015);
- C+ 'My future home'. This report contains the approach, design ad result of the interactive demonstration 'My future home' community charrette, held at the B-Shed/ Fremantle Ports, with the City of Fremantle, Housing Authority, AUDRC, and further contributions by the Department of Water, the Water Corporation, and Landcorp (2016).

Ageing population and affordable housing: A quest for participatory design and planning

The Australian population is ageing, with older Australians a growing proportion of the total population. In 2017, 15% of Australians (3.8 million) were aged 65 and over; this proportion is projected to grow steadily over the coming decades. 'Like many developed countries, Australia has a high median age: a relatively large proportion of its population is aged 65 and over. In 2015, the median age in Australia was 37.2. In 2020, the proportion of people aged 65 and over are estimated to increase by around 1.2% for Australia (Australian Institute of Health and Welfare, 2018).

Due to the car focus in the planning attempts of many Australian cities, the urban tissue consists of mono-use fragments resulting in a low-density, horizontal urban sprawl. Many residential developments attracted people to buy-in in the same life phase. This mono-demographics bracket results in residential precincts growing old together without demographic diversification. However, the connection to infrastructure services and walkability of those neighbourhoods is difficult for older people.

De-connectedness triggers social-isolation and loneliness of people in their low-density residencies where they are missing a socio-cultural community. Many older people are looking for homes that are well-located near friends, family, amenities and transport.

According to Ong (2019) on the socio-economical grounds with the growing number of older people, rising living costs and mostly low fixed incomes, pensioners are facing a ever-increasing mortgage debt. Between 1987 and 2015, mortgage debt among older mortgagors increased by 600 per cent (from \$27,000 to over \$185,000). These trends have significant consequences for older Australians' wellbeing, retirement wealth management and government incomes policy and housing assistance programs.

More people are facing a housing crisis with a high rate of invisible homelessness among older people. At the same time, the affordability of a diverse palette of housing options barely exists. Resulting from those observations of various challenges to enable ageing with choice in the metropolitan area of Perth, Australia, this research scope investigates solutions for housing enabling programmatic, demographic, socio-cultural, and socio-economic diversity.

To design with people for people, the 'Co-living Game' was invented as a survey evaluation tool leading into a cooperative planning and design approach.

Here the participatory ideation and conceptualisation enabled via the 'Co-living Game' attempts solutions for multi-generational co-living proposals (across ages and without limitations to bodily, mentally and economic restrictions). The desires of the inhabitant and the design proposals for multi-generational co-living models are synchronised. Here the user's needs can integrate better into an ongoing design process. Besides, the emphasised haptic qualities of the produced game scenarios engage the user with the more physical and intuitive aspects of the design. The game is composed to engage the individual players with their needs and opens opportunities of steering overlapping communal aspects of co-housing programming in a game-like scenario planning. Beyond this, the game sets can further be used for stakeholder negotiation methods with housing inhabitants post-occupancy or in any other creative problem-solving context that requires community consensus during operation and maintenance phases.

The gamified approach: Designing places for people with people

Methodology

This research sits within the broad church of collaborative research. Facer and Pahl (2017), situate collaborative research within a theory of change, wherein engaging with communities or affected publics leads to the creation of 'legacies' of new imaginations (p5). As a 'design and innovation' typology (p. 16), this research engages community/public at a very early stage towards the creation of new imaginations. In inviting participants to 'play a game' this research brings together a process of mapping overlaid with preferences in spatial features, activities and ambience of life cycles at various user scales to plan for co-housing concepts. Herein, 'playing the game' generates new ways of knowing, "through doing things together" (Facer and Pahl, 2017, p. 216). Another aspect of collaborative research methodology that is reflected in this research is the belief that knowledge is constructed with individuals in a side-by-side positioning, thereby inviting "rich dialogue between and among individuals and the multiple perspectives they represent." (Given 2008, p. 92) Sanoff (2016) notes that successful design is based on a "clear understanding of people's objectives" (p. 1) brought forth through a negotiated process. Here the environment under consideration is flexed to accommodate the needs and desires of a particular group of people. (p. 2).

Methods

One chosen method for this research was 'playing a game'. According to Sanoff (2016) a game "includes any situation in which something is gained as a result of a proper choice strategy" (p.167). This method brings together individuals to 'engage with group processes have the unique advantage of facilitating learning through the transfer of expertise between participants. (p.7) At the same time bringing a new housing typology and organisation to an environment that does not have demonstration projects like the proposed one yet. A semi-open survey combined with social mapping and innovation thinking methods has been applied to bridge predictable answers and unpredictable new ones with regards to co-housing as shared housing typologies. Semi-open methodology (abductive method) whereby the to be researched subject (co-housing



Figure 1 - Co-living game in action. Source: author.

Figure 2 - Co-living game collage (results). Source: author.



built environments) is to be explored with a group of non-planning/design-related participants, which compile the supposed user

Goal of the Simulation Game as a method

The main research question was to simulate with people (to whom the concept of co-housing might be a new one) a co-living community through allocating spatial programming to different private, semi-public and public realms of a daily life within an unknown or known group of people sharing a village like settlement estate. Within a game-like scenario, an agreement and allocation of spatial features, the indication of daily activities and spatial ambience preference reflections with regards to privacy and public realm are spatially negotiated. For this, a gamified simulation, the 'Co-living game', has been invented to explore uses of spatial activity, ambience and features of individuals anticipating to live together in a specific urban setting.

The fundamental questions that are answered through the simulation game method are:

- What Activities are happening in private, semi-public, and public?
- What Ambiance descriptions are preferred?
- What shared features are preferred?
- Where and When are people interested in sharing and negotiating semi-public and public domain.

The set up for the community charrette (see one example in Fig.1) conducted from September-November 2017 aims to co-design, organise and facilitate community engagement workshops that will showcase and promote the developed modular housing prototypes within age-appropriate housing prerequisites and the validation of previous research (Housing+ 2015, and 'My future home' 2016) through feed-back from different groups. The target groups include but are not limited to elderly, impaired, younger, mixed inter-generational living, senior living, homeless, carers).

Participants

Seniors with other diverse demographic groups contribute to a vibrant and liveable community (Seniors, Youth, Mobility Impaired, Carers). Subsequent simulation games forums were held in different demographic structures are described. The desires of the user and the concrete ideas of co-living models are synchronised, for the user's needs to integrate better into the ongoing design process with a group of different user groups. In addition, the emphasised haptic qualities of the produced game scenarios engage the user with the more physical and intuitive aspects of the design. The game is composed to engage the individual players with their needs and opens opportunities of steering overlapping communal aspects of co-housing programming in a game like a scenario planning. The game sets can also be used for stakeholder negotiation methods with housing inhabitants or in any other creative problem-solving context that requires community consensus.

Data Output

Individual and communal game sets result in data for each game board (4 players) and the combination of board collages (see Fig.2) into a 'village' (e.g. 24 players... 6 boards). Through highlighting group data, shared preferences, and further discussion comments on co-living aspects, an overall analysis of the findings can further inform

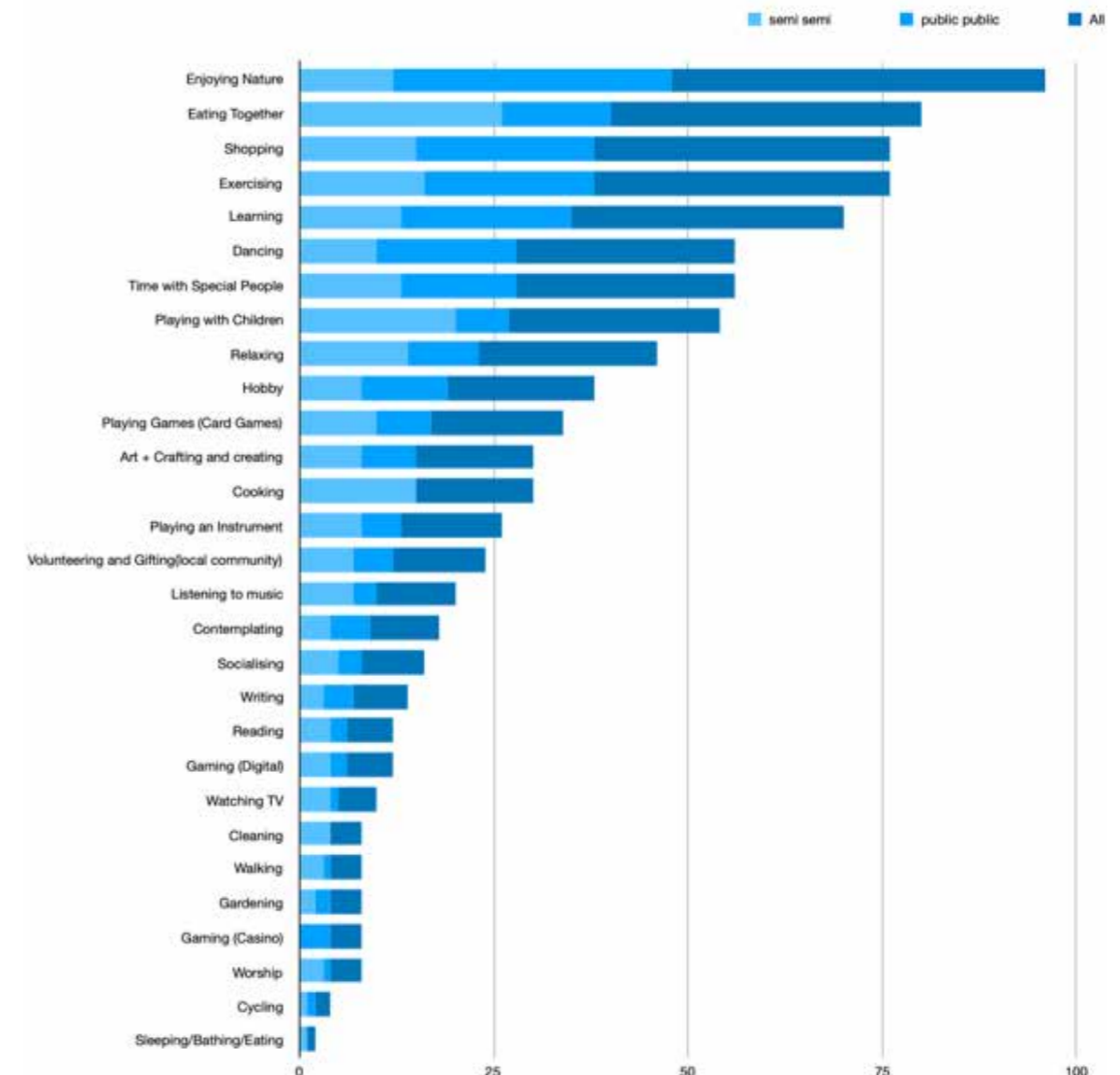
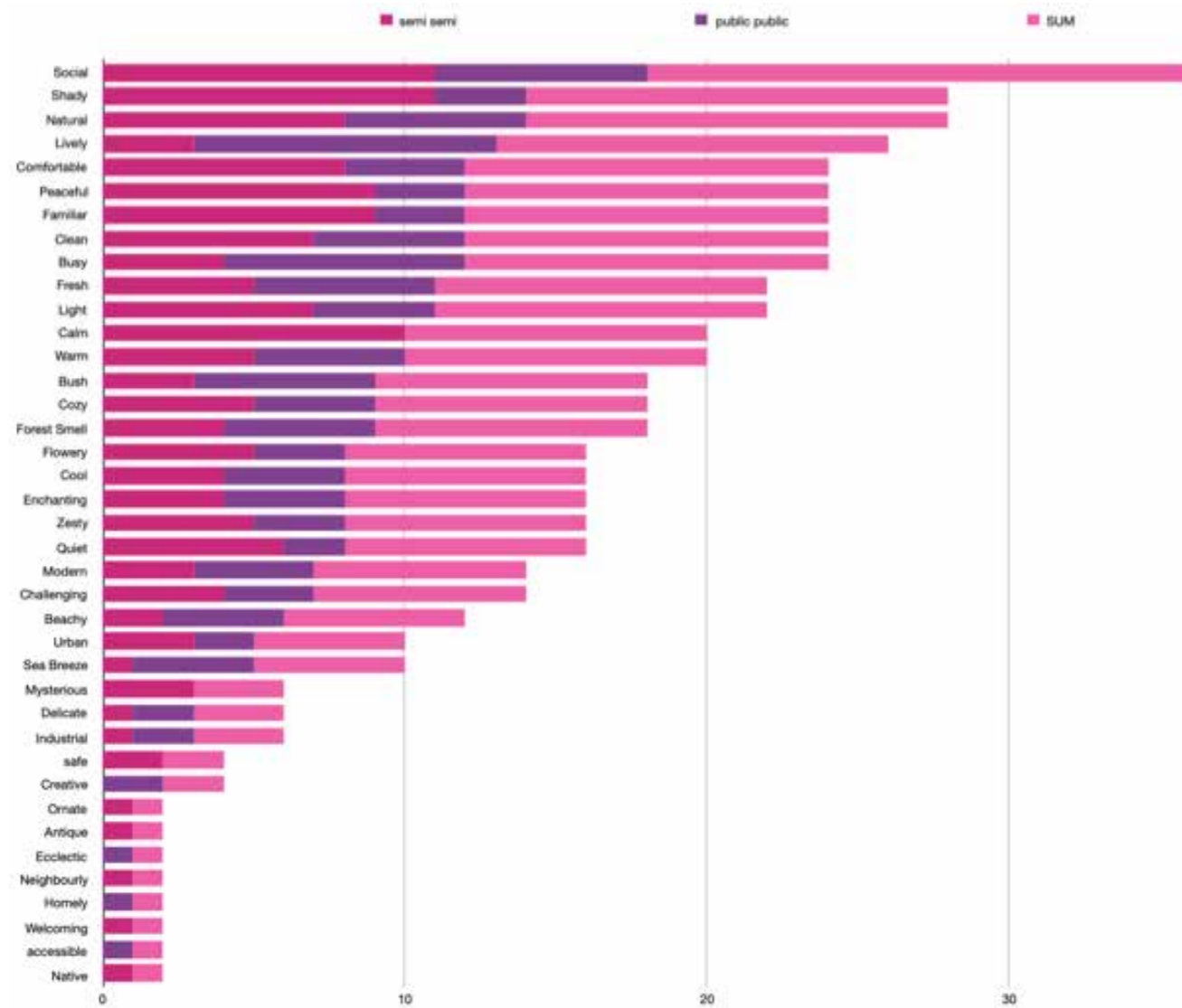


Figure 3 - Co-living game results (activities). Source: author.

Figure 4 - Co-living game results (ambiance). Source: author.



simulation models. Results reveal the relation of how shared domain is anticipated in terms of feature, community involvement and spatial qualities within a group of four as fractal within the broader 'village' groups. In over 21 games (data from 84 participants and 21 shared facilities scenarios) that have been played in the research period from September to November 2017 the outcome scenarios have been named and a stimulating title has been found for each Co-living community. The game is composed to engage the individual players with their needs and opens opportunities of steering overlapping communal aspects of co-housing programming in a game-like scenario planning.

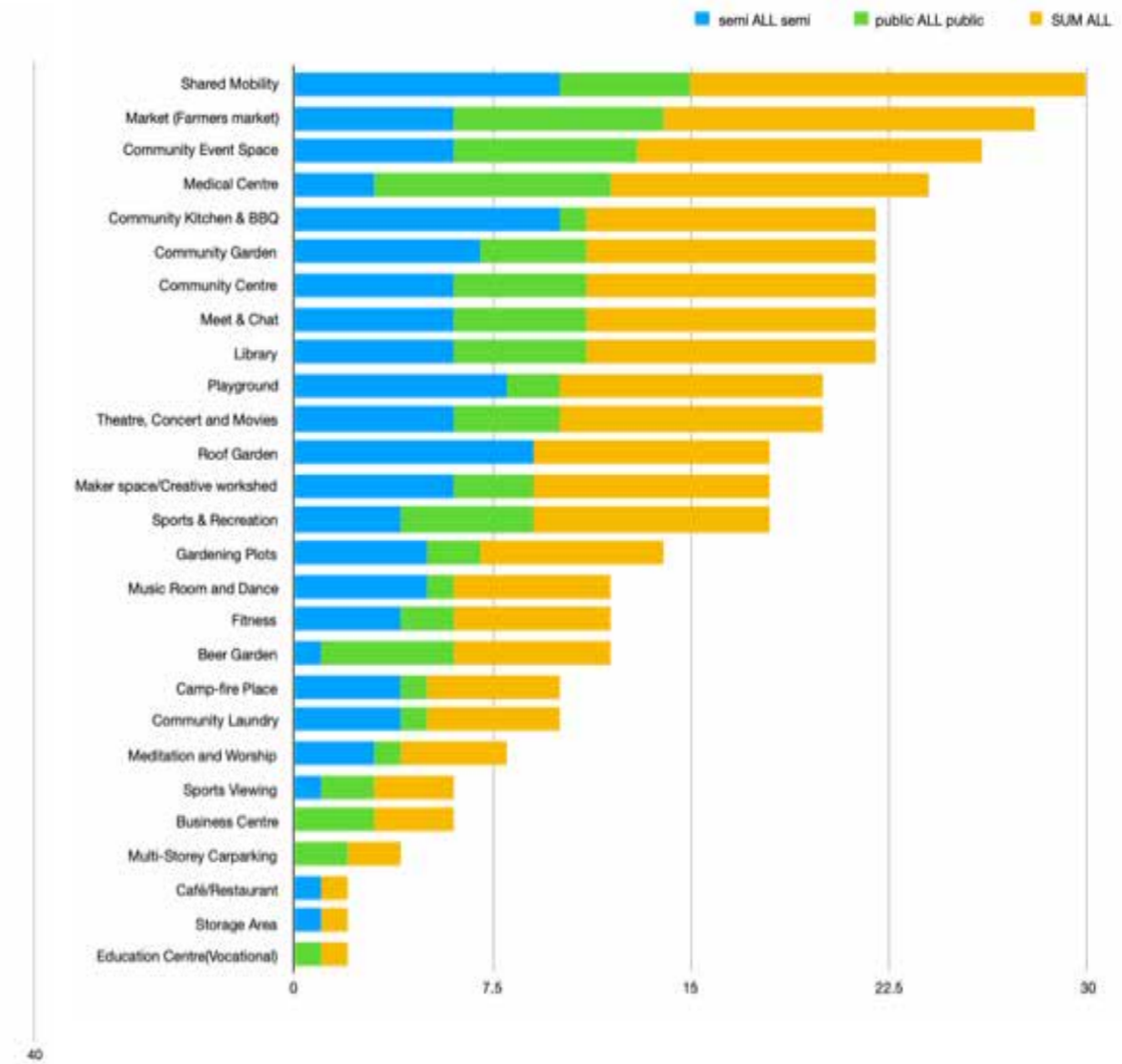
In a repeated measures design, several community charrettes with the 'Co-living game' as a design simulation framework were conducted in 2017. Those were aimed to co-design, organise and facilitate community engagement workshops that showcase and promote the developed modular housing prototypes within age-appropriate housing prerequisites and the validation of previous research (Housing+ 2015, and 'My future home' 2016) through feedback from different groups. The target groups included but were not limited to elderly, impaired, younger, mixed intergenerational living, senior living, homeless, and carers.

Results and Discussion

What Activities are happening in private, semi-public, and public? (Fig.3).

What Ambiance descriptions are preferred? (Fig.4).

Figure 5 - Co-living game results (features). Source: author.



What shared features are preferred? (Fig. 5).

Where and When are people interested in sharing and negotiating semi-public and public domain and other general observations came up in discussions during the game set up period:

- Seniors groups don't think of thimbles as too old and think of a later stage when they are old;
- Like the idea of a collective (e.g. a church) buying ground to open a cooperative living environment;
- Want to stay in community;
- Are often socially isolated and hence like idea of supportive community;
- Sacred spaces for worshipping/mediation come up often;
- Need for a variety of different spaces to socialise but also to individually retreat;
- Slowing down;
- Playgrounds as social connectors;
- Inclusive and accessible spaces wanted;

- Awareness for raging in place models e.g. sharing for caring households;
- The simulation setting was often understood of the real life report instead of creatively scenic playing abstraction;
- The understanding of size of 'community' ranges.

Discussion

As a result, meta themes emerged from the aggregated data of the game sessions. While each meta-theme is a cluster of individual accounts, taken together these accounts represent statements reflecting a similar set of insights, learnings or data points. In summary, occurring meta themes for inclusive co-living relate to place (purpose, encounter and diversity), governance (regulate, maintain, operate), community, and shared mobilityP

PLACES:

- Places of Purpose: Places of purpose are those places and spaces where residents/ community members meet purposefully. These communal "features/spaces" within the co-housing community, were needed to bring people together, places where people "do things together": either physical activity or food related activities, gardening, film room/screenings, informal market space or swap areas where "people leave something and pick up something". In the words of one participant "I like to meet new people" "do something together" said one participant. Some examples of purposeful places provided by game participants are recreational centres, community hubs, 'community areas' for people to chat and meet; 'green areas'; market places;

- Places of Encounter: Places of encounter are spaces where interactions amongst 'strangers' are possible. During the course of playing the game, areas were mentioned by participants in the form of places, opportunities or qualities. Opportunities that these places of encounter offered were "to foster a 'sense of community", areas at which such encounters could occur may be in the form of a community hub that could be shared with the broader community. Such places of encounter would allow residents to step out of their private spaces to shared space for incidental interaction and 'chats' thereby overcoming social isolation, these would be welcoming places: "want everyone to feel welcome." Places of encounter were sometimes mentioned as being specific: a "Public area" a multipurpose space, to play music and relax"; a community kitchen where people could share meals with visiting family members, a 'space for the family to get together'; campfire spaces that "bring people together away from the TV".

- Places of diversity: In every session diversity of community was noted. This was in the form of age, culture and ability. Participants noted that communities that were intergenerational provided opportunities for meaningful and mutually beneficial social interaction with people of different ages/demographics, abilities and cultures Contact with children, places to practice and share skills with younger people, a market place where such craft can be sold or shared were important means towards intergenerational interactions.

• GOVERNANCE: The organisation of shared living, sharing amenities and spaces was discussed in all sessions. Spaces that were considered as possible for sharing were kitchens, storage paces, laundries, gardens and mobility (cars, vans..). That shared spaces require policies, procedures, management, coordination a communication structure and complaints mechanisms was noted in all the sessions. The need for community members to be willing to be involved and take responsibility was mentioned:

"some might volunteer time and skills, some people might just pay tax... "but you have to police it". The role of "shame and exposure as a tool for social cohesion" was mentioned.

• SHARED MOBILITY/ACCESSIBILITY: In a number of the games shared mobility, at first sight, was looked at quizzically. As a group of players began discussions, often their views on this amenity shifted. As Shared mobility, initially not considered relevant to the group, was then reconsidered as one of the top 3 features as the group recognised the need to address future needs of players, providing accessible transport which would serve all members.

• OPPORTUNITIES: Prior knowledge/experience: Several games began with "where I live now" this being the reference point from where participants began to create new imaginations. During the game many participants recounted what they thought of as exciting projects/experiences/ places.

• COMMONALITIES: All Players: were surprised by how much they all had in common when it came to deciding the features they wanted within their created community; In several games, participants made adjustments and were willing to decisions based on shared values for the community; While players clearly distinguished between public/private realm, all players were willing to consider sharing but still valued privacy; An understanding that 'good' communal spaces = less 'living space' required in individual dwelling

• TRUST was an important factor in sharing spaces and activities.All Players: were surprised by how much they all had in common when it came to deciding the features they wanted within their created community; - In several games, participants made adjustments and were willing to decisions based on shared values for the community; - While players clearly distinguished between public/private realm, all players were willing to consider sharing but still valued privacy - An understanding that 'good' communal spaces = less 'living space' required in individual dwelling

• CONSTRAINTS: Some constraints that were noted by participants were related to their current living arrangements:

- Brought up isolation;

- Minimal interaction with neighbours attributed to cultural differences and living arrangements, single dwellings, large lot sizes and limited proximity/reasons to interact with neighbours;

- Reluctance to sharing what they viewed to be private spaces such as laundries and kitchens;

- The age variation amongst participants was reflected in the ways in which participants wanted to share amenities.

Essential guiding principles, programming and design characteristics have been further developed into a design proposal of the Co+3 'H+ Co-living dwelling complex' project within various urban scenarios in Perth Metropolitan region, Western Australia. A subsequent design framework (Co+1 Design Tool-Kit) recommends overall design principles for buildings without limitations in association with health and well-being.

Trans-clusion⁴

This study has successfully brought together a multitude of different potential user groups for co-housing models. The gasified approach and at the same time the abstraction of the space usage over time in conjunction to desired ambience atmospheres has to lead to a substantial brief and concept for the subsequent further architectural development of such co-living environments.

Furthermore, after the presentation of this paper at the INTA conference, interest has been issued to continue this gamified method for this co-living approach in Brazil. The potential results will reveal an internal comparison of desires toward what people are ready to share with a compound community, what daily activities could happen in private and in public, what ambience descriptions are preferred, and finally where and when are people interested in sharing and negotiating semi-public and public domain. All those results will ever more inform design, planning and operation decisions to enable life-enhancing built environments in age-appropriate, inclusive and universal design, multi-generational, and co-living buildings without limitations.

While writing this article, a virus pandemic is affecting the globalised world as we know her and is transforming her right now into an unknown state. Henry Kissinger (2020) reminds us: The pandemic has prompted an anachronism, a revival of the walled city in an age when prosperity depends on global trade and movement of people. The world's democracies need to defend and sustain their Enlightenment values.

Evermore an expanded stakeholder approach for pre-design, planning and constant feedback all-through an evolutionary eco-systematic approach can improve and maintain a resilient system. Social-Guided self-governance (inter pares), governmental subsidies for cooperative schemes (not-for-profit) and policies around funding /tax deduction schemes are tools to achieve and to support self-initiated) housing cooperatives

This Co-living approach maps out the proof that the 'Civic involvement' (participation, engagement) is not only possible but leads to societal and caring ownership of housing and the community. Concoctions of soft instruments of the public hand's governance could enable bottom cooperative ownership models. In combination with participatory planning and design initiatives, long term strategies for ageing populations within diverse urban eco-systems should be integrated into other Urban Development Strategies such as: 'Climate protection' (energy efficiency); 'The city must be beautiful' (development culture); 'Good city governance' (good governance).

Ultimately, it's about getting rid of old ideas, daring experiments and, above all, realising them to find out what a contemporary urban mix that does justice to the unique diversity of people's life plans could look like. Only through a holistic networked approach catering for the diverse interplays of generations socio-economic groups and programmatic usages of the urban environment can lead into successful, safe and sustainable co-living buildings and livelihoods without limitations.

In the long term, cities can only fulfill their function as carriers of social progress and economic growth in the sense of the Lisbon strategy if they succeed in maintaining the social balance within and between the cities, enabling their cultural diversity and a high level of design, architecture and architecture to create environmental quality (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

⁴ Trans- (Latin prefix for across; beyond) -clusion (Latin claudere 'to shut').

Acknowledgements

The author wants to thank the team of Housing/ Department of Communities/ Government of Western Australia for their trust, support and openness towards this research.

And the team around AUDRC for great collaborations.

References

- Australian Bureau of Statistics, Australian Government (2012). *3222.0. Population projections, Australia, 2012 (base) to 2101*. <https://www.abs.gov.au>
- Australian Institute of Health and Welfare (2018). *Older Australia at a glance*. <https://www.aihw.gov.au/reports/older-people/older-australia-at-a-glance/contents/demographics-of-older-australians/australia-s-changing-age-and-gender-profile>
- Cobb, S. (1976). *Social support as a moderator of life stress*. *Psychosomatic Medicine*, 38, 300-14.
- European Commission (2007). *LEIPZIG CHARTER on Sustainable European Cities*. https://ec.europa.eu/regional_policy/archive/themes/urban/leipzig_charter.pdf
- Facer, K., & Pahl, K. (2017). *Valuing Interdisciplinary Collaborative Research: Beyond Impact*. Policy Press
- Francis, J., Martin, K., Wood, L., & Foster, S. (2017). *I'll be driving you to school for the rest of your life: A qualitative study of parents' fear of stranger danger*. *Journal of Environmental Psychology*, 53, 112 – 120.
- Given, L.M. (2008). *Qualitative research methods*. Sage Publications
- Holt-Lunstad, J., Smith, T.B., & Layton, B.J. (2010). *Social relationships and mortality risk: A meta-analytic Review*. *PLoS Medicine*, 7, 7.
- Housing Authority (2019). <https://www.housing.wa.gov.au/aboutus/affordablehousingactionplan/affordablehousingstrategy/Documents/Ageing-with-Choice.pdf>
- Kissinger, H. A. (2020). *Opinion | The coronavirus pandemic will forever alter the world order*. *WSJ*. <https://www.wsj.com/articles/the-coronavirus-pandemic-will-forever-alter-the-world-order-11585953005>
- Ong, R., Wood, G., Cigdem-Bayram, M. and Salazar, S. (2019). *Mortgage stress and precarious home ownership: implications for older Australians*. AHURI Final Report No. 319, Australian Housing and Urban Research Institute Limited, Melbourne, <https://www.ahuri.edu.au/research/final-reports/319>, doi:10.18408/ahuri-8118901
- Ottmann, D. A. (2016). *Urban Correlator: Strategies for an ecologically adaptable urban and architectural development*. SVH publishers, Saarbruecken, 2016
- Ottmann, D. A. (2016). *Housing + C (Final report)*. Australian Urban Design Research Centre, Perth. ISBN 978-0-9942698-5-0

Ottmann, D. A. (2015). *Housing + (Final report)*. Australian Urban Design Research Centre, Perth. ISBN 978-0-9942698-4-3

Rosenstock, I.M. (2005). *Why people use health services*. *Milbank Quarterly*, 83,4.

Sanoff, H. (2016). *Design Games: Playing for Keeps with Personal and Environmental Design Decisions*. CreateSpace Independent Publishing Platform.



LEITURA A DOIS

Uma forma de aproximar os idosos e aumentar o *place attachment*

Thaís Cristina Martino Sehn¹, Gabriela Fonseca Pereira², Stan Ruecker³ e Jose Luis Farinatti Aymone⁴

Resumo

O objetivo deste estudo foi testar o novo modelo de livro *Leitura Distribuída com idosos*. O experimento avaliou como a leitura em dupla pode aumentar a sensação de *place attachment*, promovendo a interação e a proximidade entre eles. Este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório qualitativo. Foram observados quatro tipos de duplas de idosos: duas duplas de moradoras de ILPI, um casal, uma dupla de amigos e uma dupla de desconhecidos. Os resultados mostraram que a sensação de *place attachment* relacionada com os laços de amizade pôde ser experimentada a cada sessão dessa leitura. Após o primeiro encontro, os participantes tendem a ficar mais à vontade e veem nesta atividade uma nova forma de passar o tempo com o outro. Todavia, é uma prática que para funcionar de forma prazerosa demanda afinidade entre as pessoas que compõe a dupla e o interesse em comum pela narrativa escolhida. Palavras-chave: design, leitura em voz alta, lazer, idosos.

READING TOGETHER

A way to bring older adults closely and increase place attachment

Abstract

The objective of this study was to test a new model of Distributed Reading with older adults. The experiment explored how reading together could support place attachment, promoting interaction and closeness. The research design is an exploratory qualitative study. Four kinds of couples participated in this study: two couples living in a long-term care facility, a married couple, a couple of friends and a couple of strangers. The findings showed that place attachment dimension of friend bonding can be built more at

1 Thaís é doutoranda em Design na UFRGS, durante o doutorado realizou período sanduíche financiado pela Fulbright na University of Illinois at Urbana-Champaign. Possui mestrado em Comunicação e Informação pela UFRGS, especialização em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e é formada em Design Gráfico pela UFPEL. E-mail: crisehn@gmail.com.

2 Doutora em Design com foco em Design de Interiores pelo Departamento de Design, Housing and Merchandising na Oklahoma State University (OSU), Estados Unidos (Bolsista CsF - CNPq). Professora no curso de Design de Interiores, trabalha com gerontecnologia e com o projeto de ambientes que promovam independência e autonomia para os idosos. E-mail: gfonsec@ilstu.edu.

3 Stan tem doutorado interdisciplinar em Ciência da Computação Humanista da Universidade de Alberta e mestrado em Design obtido pela mesma Universidade. Possui também mestrado em Literatura Inglesa obtido pela Universidade de Toronto, além de ter realizado cursos de graduação avançados em Literatura Inglesa e Ciência da Computação na Universidade de Regina. E-mail: sruecker@illinois.edu.

4 Professor Titular do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo ingressado em 1998. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Design (PGDESIGN) da UFRGS desde 2007. Tem Doutorado em Engenharia Civil na área de Estruturas pela UFRGS (2000), Mestrado em Engenharia Civil na área de Estruturas pela UFRGS (1996) e Graduação em Engenharia Civil pela UFRGS (1993). Em nível de Pós-Graduação, leciona na disciplina Design Virtual do PGDESIGN/UFRGS. E-mail: aymone@ufrgs.br.

each session. After the first session, participants tend to be more comfortable with each other and look at the activity as a way to spend time with someone else. However, in order to work in a pleasant way, this activity demands rapport between the couple and a common interest in the book narrative.

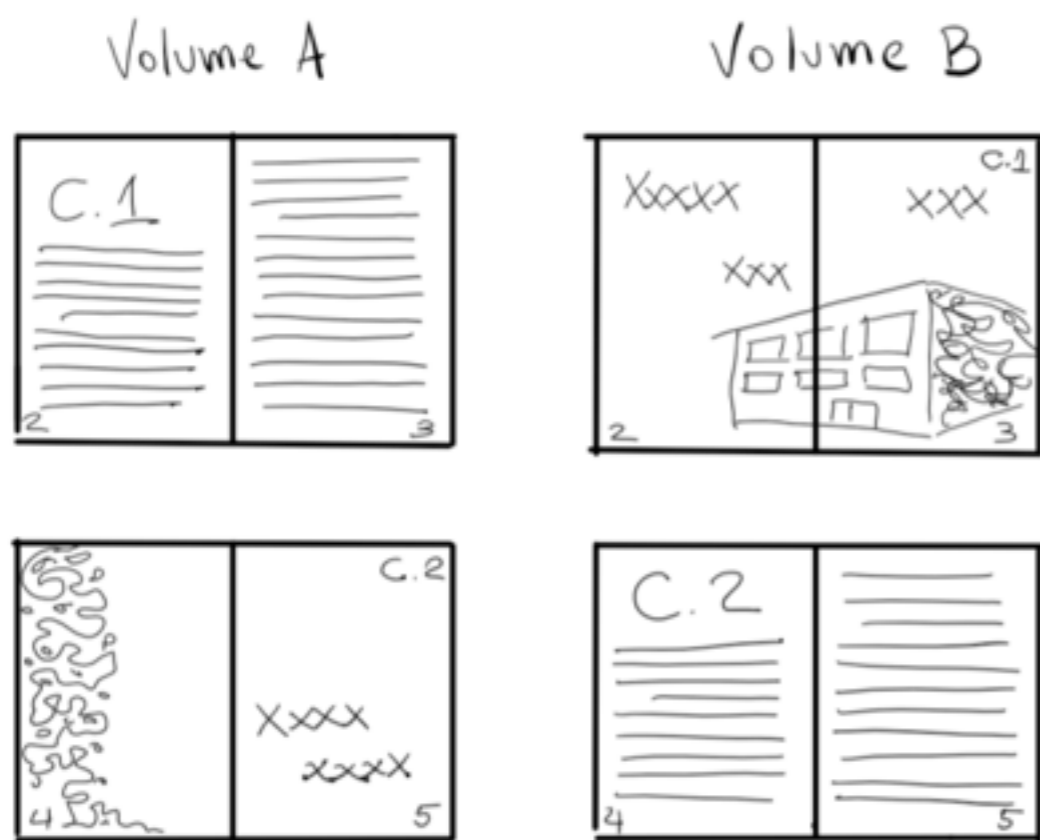
Keywords: design, reading out loud, leisure, older adults.

Introdução

No Brasil, como no restante do mundo, a população idosa – com 60 anos ou mais – cresce exponencialmente. O envelhecimento comumente é associado à aposentadoria, que também representa o encerramento de um ciclo da vida e uma mudança significativa na rotina do idoso. O afastamento do trabalho pode ter efeitos positivos e/ou negativos, pois apesar da pessoa desfrutar de mais tempo livre, ela tem uma diminuição das interações sociais, o que pode levá-la a perder seu senso de pertencimento social, o qual, muitas vezes, é atribuído ao grupo de trabalho (WOLFF, 2009; PEREIRA et al., 2016). Outra possibilidade, para essa fase da vida, é tornar-se morador de instituições de longa permanência para idosos (ILPI). A pessoa que vai para esse local, seja por vontade própria, da família ou por falta de opção, pode se sentir muito sozinho, pois, além de sentir a falta de seus familiares e amigos, nem sempre consegue interagir com os outros moradores da instituição. Barbosa e Verba (2010) apontam que uma das principais questões da ILPI é a solidão, que interfere diretamente na adaptação ao novo lar. Frente a essas situações que são enfrentadas na terceira idade, procurou-se uma atividade que possibilitasse uma conexão entre as pessoas e que colaborasse positivamente no emocional delas, após a aposentadoria ou, ainda, para aqueles que passam a desfrutar de um novo espaço, no caso dos idosos que se mudam para uma ILPI. Pensando em como levar estas pessoas a se sentirem mais confortáveis nesses novos espaços e contextos buscou-se no conceito de *Place attachment* uma forma de auxiliar a pessoa a desenvolver um laço maior com o espaço a ser desenvolvido a atividade.

Place attachment poderia ser traduzido como apego ao lugar, é definido como um grupo de sentimentos que emocionalmente liga a pessoa a um lugar (ESHELMAN; EVANS, 2002). Esse grupo de sentimentos é um fenômeno que já foi estudado em diferentes culturas, organizações e períodos (LEWICKA, 2011). Desenvolver o *Place attachment* implica diretamente no bem-estar das pessoas e possui benefícios psicológicos, como sentimento de pertencimento, prazer, conexão e privacidade (SCANNEL; GIFFORD, 2017). Para idosos, o significado do lugar que eles chamam de lar, tem uma importância especial. Após a aposentadoria, normalmente as pessoas passam mais tempo em casa, construindo memórias ligadas àquele local (AFSHAR et al., 2017). Além disso, ao envelhecer, as pessoas mudam os seus padrões de uso do espaço, o que afeta diretamente o *place attachment*. A conexão estabelecida com os lugares depende diretamente do apoio que eles sentem receber da sua comunidade (BUFFEL et al., 2014). *Place attachment* foi dividido em cinco dimensões por Raymond, Brown, e Weber (2010), que podem ser traduzidas como: laços com a natureza, com os amigos, com a família, com o lugar e com sua identidade. Uma pesquisa realizada com moradores de comunidades para idosos identificou que os locais das comunidades que proporcionavam atividades lúdicas entre dois ou mais moradores aumentavam os níveis de *place attachment*, especificamente na dimensão de laços com os amigos (PEREIRA et al., 2019). Portanto, o presente estudo situa-se na dimensão do fortalecimento dos laços com outras pessoas, através da promoção da leitura em voz alta feita em duplas.

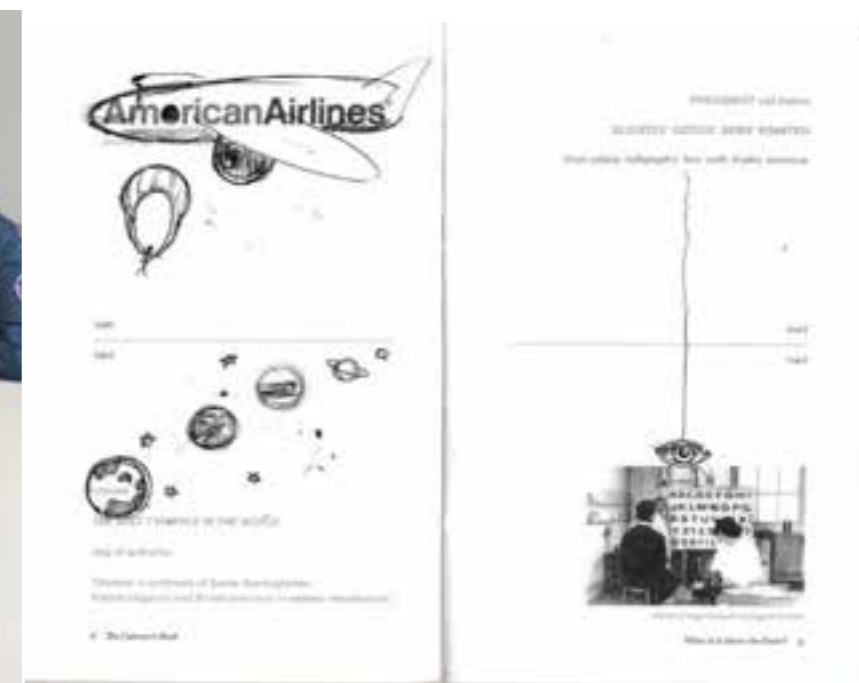
O objetivo deste estudo é testar um novo modelo de livro – *Leitura Distribuída* – com a terceira idade, composta por moradores de ILPIs ou não, observando como esse



protótipo pode aumentar a sensação de *place attachment*, promovendo a interação e, portanto, uma aproximação entre eles. A atividade proposta corrobora para o incentivo de atividades de lazer, culturais e recreacionais que auxiliam os idosos a ter maior qualidade de vida, já que podem ser praticadas sem obrigatoriedade, promovendo o relaxamento e o crescimento pessoal (MARTINS et al., 2018; PERERIRA JR et al., 2016). O modelo proposto para este estudo está em desenvolvimento através da tese de doutorado em Design de uma das autoras, com o nome provisório de Leitura distribuída. O diferencial desta edição é que foi criada para ser lida por duas pessoas juntas, incluindo a leitura em voz alta e a colorização de desenhos relacionados ao texto. O conteúdo do livro é distribuído de forma alternada em dois volumes que se complementem, ora sendo direcionado para o leitor e ora para o ouvinte. Trabalhando a leitura e a pintura das ilustrações, acredita-se propiciar aos mesmos um momento de interação para que dois participantes se aproximem e troquem experiências pessoais através do conteúdo da narrativa. Atividades semelhantes alcançaram resultados positivos com idosos, como se pode citar os casos de Pinheiro (1998) – que também utilizou a leitura e o desenho, de Rigo (2007) – através da arteterapia – e de Ferreira (2013) com a biblioterapia.

Apesar desta prática possuir semelhanças com a biblioterapia e a arteterapia, pode-se afirmar que delas se diferencia em diversos aspectos. Segundo Barbosa e Werba (2010), Carvalho (2010), Ross et. al (2018), essas duas terapias exigem o acompanhamento de um profissional especializado na área, o qual deve direcionar seu paciente nas leituras e desenhos em função de suas necessidades emocionais. No exercício aqui proposto, a prática envolveria apenas as duas pessoas que leriam juntas, sem a participação de um profissional que indicaria as atividades, utilizando o desenho/pintura e a leitura como um veículo de aproximação entre as pessoas envolvidas. Através do conteúdo do texto, os idosos podem conversar sobre suas próprias experiências, falar sobre as cores que utilizaram e desenhos que decidiram fazer enquanto estavam ouvindo. Ademais foi escolhido um livro para ser aplicado a todos os participantes, atentando-se para as características gerais da atividade, como a leitura oral entre idosos em ILDIs, mas sem levar em consideração as particularidades emocionais de cada um, como seria o caso da biblioterapia.

Para a Leitura Distribuída, aqui proposta, cada volume do livro contém uma parte



do texto, formada por uma dupla de páginas ou um capítulo inteiro, e a continuação deste se dá em outro volume (Figura 1). Desse modo o próprio objeto dita o ritmo de leitura e indica o leitor da vez. Ao se alternarem os leitores, evita-se que um deles sinta fadiga pela leitura em voz alta, além de propiciar que ambos experimentem a leitura com os olhos e com os ouvidos. Na sequência dos capítulos do livro, aqueles que propositalmente não contém texto destinam-se ao ouvinte, que encontrará ali ilustrações para serem coloridas, relacionadas ao que estiver ouvindo, assim como palavras-chaves ou trechos que constam no outro volume. Proporciona-se, também, espaços em branco para anotações ou desenhos particulares. Cria-se, assim, uma atividade para manter o ouvinte mais envolvido enquanto escuta. O exercício é projetado para ser lido em dupla, cada volume é individual e diferente do outro, complementando-se durante a atividade. Dessa forma, é possível desenvolver maior intimidade com seu companheiro(a) de leitura. O parceiro de leitura, por sua vez, pode ser alguém que a pessoa já conheça ou que passe a conhecer através da atividade.

Para este experimento, conforme a instrução de Carvalho (2010), consultou-se a biblioteconomista e mestra Zizil Arledi, para a indicação do livro. Desse modo, chegou-se ao livro *O alienista*, de Machado de Assis – grande escritor brasileiro – o qual foi publicado originalmente em 1882, já estando, portanto, em domínio público. Esta literatura procura abordar os limites entre a loucura e a sanidade mental. A história narra a postura de um médico alienista que funda um hospício numa pequena cidade do Rio de Janeiro e logo passa a identificar sinais evidentes de insanidade mental em todos os moradores do lugar.

Este modelo foi criado por uma das autoras deste artigo, baseado em uma série de estudos realizados com adultos de diferentes idades para sua tese de doutorado⁵, como os descritos a seguir:

Experimento 1 – The listener book: Uma turma de graduação da Universidade de Illinois (EUA) foi dividida em 3 grupos de 4 a 7 pessoas, onde cada participante recebeu um protótipo do Listener book (livro do ouvinte) (Figura 2). O Listener book era como se

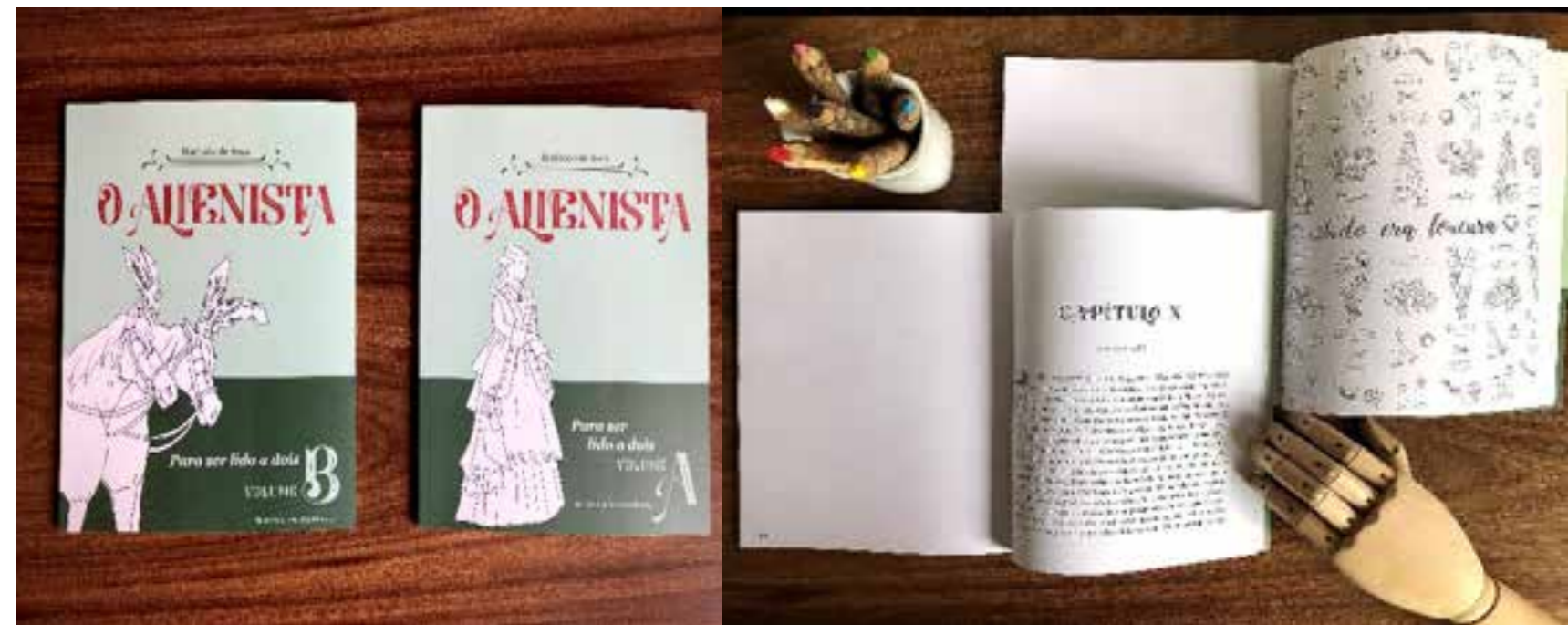
⁵ Estudos feitos para a tese em desenvolvimento, ainda não publicados.



Figura 3 - Sessão de leitura e resultado da intervenção ao lado.
Fonte: Thaís Sehn, 2019.

fosse uma expansão da marginalia das páginas do livro do autor e consistia em páginas em branco numeradas de acordo com o livro que seria lido em voz alta. Durante a leitura, quando o leitor trocava de página, o ouvinte deveria fazer o mesmo, mantendo uma relação direta com as páginas do livro. Cada grupo recebeu uma versão diferente do Listener Book e todas as versões possuíam a indicação dos capítulos que seriam lidos no experimento. O grupo A e B tinham um exemplar impresso do livro original que era lido um pouco por cada aluno e o grupo C realizou o experimento com a versão em audiolivro. O Listener book do grupo A tinha as mesmas ilustrações do livro lido, do grupo B tinha apenas as páginas numeradas e os títulos dos capítulos indicados, já o grupo C, como estava ouvindo o audiolivro ao invés do livro impresso, recebeu apenas a indicação dos capítulos acompanhados de 3 páginas em branco. Deste estudo se percebeu que as páginas em branco geravam desconforto nos alunos, que não sabiam o que desenhar ou escrever nelas. Muitos desenhos feitos pelos alunos não tinham relação direta com o texto e algumas pessoas anotavam palavras-chaves da leitura. O aluno que lia passava o livro espontaneamente para o próximo. Nos três grupos não houve conversas ou comentários sobre o texto ou os desenhos realizados. Todavia, no caso dos grupos em que a leitura foi feita ao vivo (A e B), houve uma sensação de interação entre eles, já que todos leram uma parte. Tal sensação não se repetiu no grupo C, com o audiolivro, posto que para eles o Listener book poderia ter sido utilizado sozinho, sem a necessidade de estarem em grupo.

Experimento 2 – Pintando as palavras: Este experimento foi realizado com duas pessoas que não se conheciam, mas tinham interesse em participar da leitura compartilhada e trabalhar com a pintura (Figura 3). Cada uma das participantes escolheu um texto para ser lido em conjunto e providenciou duas cópias de cada. As intervenções foram feitas nas próprias páginas do livro. Após 3 sessões foi percebido que era melhor estipular uma dupla de páginas para cada um ler e alternar, criando um ritmo de leitura e de intervenções no livro. Percebeu-se que fazer o desenho/pintura mais abstrato era mais relaxante do que o figurativo. Em vários momentos houve interrupções para comentários e conversas de cunho pessoal, gerando uma aproximação entre essas pessoas que não se conheciam previamente. A leitura foi realizada no estúdio de uma das participantes, espaço que as deixava à vontade e acabou sendo associado a uma emoção de relaxamento, a qual era constante nos encontros.



Os dois experimentos serviram para construir o modelo proposto nesse estudo. Desse modo se chegou ao formato proposto aqui (Figura 4): com duplas de páginas alternadas entre texto e imagem; e com ilustrações para serem coloridas para o ouvinte não se sentir perdido sem saber o que desenhar nas páginas em branco, mas com espaços em branco para o caso de quererem fazer algum desenho ou tomar notas sobre o texto.

A partir da bibliografia e dos estudos anteriores realizados questiona-se: Como o modelo Leitura Distribuída colabora para o desenvolvimento de *place attachment* entre idosos que residem ou não em ILPIs?

Metodologia

Este é um estudo exploratório com abordagem qualitativa com o objetivo de testar um novo modelo de livro – Leitura Distribuída – com idosos, tanto com moradores de instituições de longa permanência para idosos (ILPI), como com idosos que ainda moram sozinhos. Foi avaliada a eficácia do protótipo para aumentar a sensação de *place attachment* dos idosos, observando a interação e a relação afetiva entre eles. Para atingir o objetivo desta pesquisa foi utilizado o livro *O Alienista*, de Machado de Assis, projetado dentro do modelo Leitura Distribuída, criado por Thaís Sehn e com ilustrações de Lívia Fonseca. A escolha da tipografia do livro segue as orientações de projeto com foco na terceira idade, conforme Farias (2018).

Participantes

Para o estudo exploratório buscou-se quatro tipos de combinações diferentes envolvendo a terceira idade:

- Moradoras de ILPI,
- Casal,
- Amigas,

Figura 4 - Capa do Volume B e A do protótipo e as páginas abertas dos dois volumes correspondentes ao mesmo capítulo, um apresentando o texto e outro a imagem. Fonte: Thaís Sehn, 2019.

d) Intergeracional e com pessoas que não se conheciam.

Para formar a dupla A, entrou-se em contato com uma ILPI privada da cidade de Pelotas (RS). Foram realizadas três sessões nesse local. Foi solicitado que a própria ILPI, por conhecer seus moradores, organizassem a(s) dupla(s) com os interessados em participar, impondo-se um pré-requisito para participar, que era conseguir ler em voz alta. A instituição conseguiu montar uma dupla que cumprisse o pré-requisito e que tivesse interesse em participar, mas após a primeira sessão uma das senhoras foi substituída. A primeira dupla, Ana⁶ e Sandra leram os dois primeiros capítulos. A segunda dupla, Ana e Eunice, repetiram esses dois capítulos na sua primeira sessão e avançaram até o capítulo 5 na segunda sessão. Entre e após as sessões, os livros ficavam na ILPI disponíveis para as participantes terem acesso juntamente com os lápis de cor. No total foram três sessões na ILPI, uma com a primeira dupla e duas com a segunda dupla. Os outros idosos foram convidados, por conveniência pela pesquisadora, dentro de sua rede de contatos. As características de cada dupla podem ser observadas no Quadro 1:

Duplas	Participantes (nomes fictícios)	Faixa etária	Limitações físicas
A. Moradoras de ILPI	1a dupla: Ana e Sandra 2a dupla: Ana e Eunice	Entre 80 e 90 anos	- Ana utilizava um salivador durante as leituras para hidratar a boca; - Sandra apresentava sinais de declínio cognitivo; e - Eunice tinha enfisema pulmonar.
B. Casal	Carlos e Cláudia	Entre 70 e 80 anos	- Durante a atividade Cláudia estava com a voz fraca. - Carlos usa aparelho auditivo e tem dificuldade de ouvir sons agudos.
C. Amigas	Laura e Cristina	Entre 60 e 70 anos	- Laura tem artrite nas mãos. - Cristina não limitações físicas.
D. Intergeracional e com pessoas que não se conheciam	Liza e Marina	Liza (entre 60 e 70 anos) Marina (entre 18 e 25 anos)	- Sem limitações físicas.

⁶ Os nomes utilizados no artigo são fictícios.

Coleta e análise de dados

Após a aprovação do Comitê de Ética Brasileiro, entrou-se em contato com os participantes e a atividade foi explicada verbalmente para cada um deles. Os livros foram emprestados, juntamente com lápis de cor, giz de cera e fichas para serem preenchidas após a leitura. Foi requisitado que fosse feita a leitura de todo o livro. Por ser um livro pequeno, estimou-se que de três a quatro semanas seria tempo suficiente para efetuar a leitura. Quando os participantes estivessem perto do capítulo X, deveriam entrar em contato com a pesquisadora para que esta pudesse observar a última sessão de leitura e realizar a entrevista semiestruturada após o término do livro. No caso da ILPI, as coordenadoras pediram que a pesquisadora estivesse presente em todas as sessões, pois de outra forma acreditavam que as idosas não fariam a atividade. Desse modo todos os encontros foram observados pela pesquisadora, que tentava interferir o mínimo possível na interação entre as moradoras. Os encontros eram semanais, mas alguns dias foram cancelados em função de as participantes estarem indispostas. Ao final de cada sessão, a pesquisadora auxiliava as participantes a preencherem a ficha, gravando em áudio a conversa que tinham enquanto isso. O experimento iniciou no dia 20 de fevereiro e foi interrompido no dia 13 de março, quando a ILPI parou de aceitar visitas como medida preventiva à pandemia do Corona Vírus (COVID19).

Optou-se por descrever com maior detalhamento a experiência realizada na ILPI. Essa dupla foi a única que foi observada em todos os encontros e apresentou características distintas das outras duplas que foram mais autônomas.

Relato do experimento na ILPI

A primeira dupla envolveu Ana e a Sandra. A Ana estava plena de suas faculdades mentais, gostava de ler e estava bem animada com a atividade; já Sandra, apesar de conseguir ler em voz alta, não se sentia capaz de realizar a atividade, pois tinha dificuldades de processar o que estava fazendo. Não foi informado seu diagnóstico pela ILPI, mas se pode perceber que fazia confusão sobre o lugar que estava, achando que estava em sua casa e não na instituição, assim como se esquecia do que já tinha lido, lendo várias vezes a mesma página. Nesse momento de repetição, Ana tentou convencer Sandra a proceder o avanço da leitura, explicando gentilmente que ela já havia lido aquele conteúdo, mas ao perceber que a colega insistiria em repetir a leitura da página, Ana resolveu colorir os desenhos de seu livro enquanto a esperava avançar. Quando percebia que o conteúdo tinha mudado, buscava o texto com os olhos para ler em silêncio o que a colega lia em voz alta, para compreender melhor a história (Figura 10). Muitas vezes, quando queria rir de uma parte do texto ou comentar um trecho, direcionava o comentário à pesquisadora e não com a colega, talvez observando uma cumplicidade maior com a mesma, devido as limitações da companheira. Foi perceptível que Ana entendia as dificuldades da colega, tentava ajudar e tinha paciência com ela. Sandra também parecia ciente de suas limitações e tinha ressalvas em participar da pesquisa. Os funcionários da ILPI a convenceram a realizar a atividade julgando que a leitura seria um bom estímulo mental para ela, mas após o primeiro dia ela preferiu desistir.

A falta de entrosamento durante a atividade ficou perceptível ao longo da sessão. No início, Ana perguntava se Sandra estava entendendo, repetia para a colega compreender melhor, mas ao longo da sessão elas perderam a preocupação com a recepção da outra. Em um momento, outra moradora veio falar com Ana, e Sandra seguiu lendo sem interrupções; em outra ocasião Sandra teve que ir ao banheiro e Ana continuou lendo, até que a pesquisadora pediu para esperar a colega voltar. Esse comportamento pode ser atribuído a falta de conexão entre elas, ou a falta de

Figura 10 - Ana e Sandra na primeira sessão de leitura. Na primeira imagem, Ana colorindo a página; e na segunda tentando acompanhar o texto lido por sua colega. Fonte: Thais Sehn, 2020.



compreensão do objetivo do estudo, imaginando talvez que a pesquisadora estava avaliando sua leitura oral e não a interação entre elas.

O segundo encontro com Ana foi acompanhado pela companheira Eunice (Figura 11). Ao explicar o projeto para Eunice, a nova convidada estava relutante em participar, acreditando que seria um exercício para gente mais jovem e não para elas. Frente à frustração de Ana por não poder continuar a leitura, Eunice acabou aceitando. A leitura entre ambas fluiu bem diferente da primeira dupla, várias vezes elas interrompiam a leitura para averiguar se a outra estava entendendo, ou para pedir para ler de novo pois não havia compreendido, ou se questionavam sobre o significado de palavras que não conheciam. Também trocavam os papéis quando percebiam que a outra entenderia melhor lendo do que ouvindo. Percebeu-se que Ana estava mais envolvida na leitura com Eunice do que com Sandra.

Foi percebido que ambas estavam mais à vontade uma com a outra na segunda sessão, inclusive Eunice chegou a mencionar o fortalecimento do laço entre elas na conversa após a segunda leitura, quando foi questionada sobre os aspectos positivos:

[Eunice:] – O relacionamento também, entre eu e ela, se tornou, assim, mais afetivo, entre as duas.

[Pesquisadora:] – Tu achas que teve uma modificação por causa dessa atividade?]

[Eunice:] – É, teve. Ela também é outra que não tem quase com quem conversar. A metade [aqui] não fala. Eu acho que aproxima as pessoas. (Eunice, 6/3/2020, Sessão 3 da ILPI).

Para elas, o livro dividido em dois volumes com os capítulos alternados complicou a experiência, pois um livro era deixado de lado para ser lido o outro, e demoravam a encontrar a página do capítulo seguinte a ser lido na hora de dar sequência à leitura. No final de cada sessão da ILPI, quando a pesquisadora indagava sobre o que se lembravam da história, dependendo do seu envolvimento com a atividade naquele dia, lembravam-se de mais ou menos coisas. Sandra não se lembrava de nada, mas isso pode ser atribuído a seus problemas cognitivos. Ana em todas as três sessões comentava a mesma coisa, sobre os loucos (descritos no segundo capítulo), o Simão Bacamarte



Figura 11 - Ana e Eunice na segunda sessão de leitura. Fonte: Thais Sehn, 2020.

e a dona Evarista (descritos no primeiro capítulo). Sempre elogiava o Machado de Assis e adorava dizer que estava lendo um autor renomado, complementando que ele tinha muita imaginação para criar todos aqueles loucos, mas não parecia estar de fato compreendendo a história. Na segunda sessão parecia mais distraída e muitas vezes fechava os olhos, mas não parecia dormir pois ainda interagia sobre a leitura. Esclareceu que necessitava fechá-los por estarem secos, sentindo incômodo em mantê-los abertos. Parecia estar realizando a atividade para agradar a pesquisadora, o que pode ser corroborado pelo fato de não querer seguir lendo com Eunice quando as visitas tiveram que ser interrompidas.

Já Eunice se interessou muito pela história, lendo, inclusive, sozinha, no intervalo entre as sessões. No segundo encontro ficou confusa ao se dar conta que não tinha compreendido algumas partes pois não havia percebido que alguns capítulos estavam faltando, já que eles se alternam entre um volume e outro. No preenchimento da ficha, lembrava-se de várias detalhes do que fora lido, e suas emoções eram sempre relacionadas à história. Ficou muito frustrada por não conseguir terminar o experimento e pela desistência da colega.

Lugares de leitura

Os participantes realizaram as sessões de leitura sempre no mesmo local. No caso das pessoas que já se conheciam, escolheram um lugar onde ficavam à vontade em casa. No caso da dupla de pessoas que não se conheciam, mantiveram-se na cafeteria onde tiveram o primeiro encontro, quando a pesquisadora apresentou uma participante à outra. Macedo et. al (2008) em seu estudo, observou que os idosos quando estão felizes gostam de ir para lugares facilitadores de interação, o que para alguns pode ser um local público, como o shopping, e para outros a própria casa, na companhia de amigos.

Dupla A – ILPI: As leituras foram realizadas na sala da TV, porque, no momento que a atividade era feita, a maioria dos moradores da ILPI estavam na garagem da casa, local que virou um salão aberto com cadeiras e mesas para atividades coletivas. Em um dos encontros, as demais moradoras estavam envolvidas com música e em outro realizavam



um bingo, logo a sala da TV tornou-se mais propícia à atividade pois tinha menos movimento e várias poltronas. A pesquisadora acomodou as senhoras participantes lado a lado e posicionou-se na frente delas em uma poltrona, disponibilizando, ainda um banco de fácil acesso, para acomodar os lápis de cor, os gizos de cera e a água.

A escolha do lugar ocorreu em função de ser um local mais reservado, e poucas moradoras passavam lá naquele horário. Uma outra senhora se interessou pela atividade e sentou-se próxima, mas por não conseguiu ouvir a colega e acabou desistindo, indo fazer outra coisa. Ana comentou que já morava lá há 7 meses e que já conseguia sentir-se em casa, que era muito bem tratada e tinha conforto. Eunice estava lá há menos tempo, e tinha dúvidas se seguiria morando lá ou se iria para sua cidade natal. Eunice comentou que não se interessava muito pelas atividades oferecidas no local e que eles não tinham uma boa biblioteca, colocando, ainda, que a possibilidade de continuar a atividade proposta e o estreitar o laço com Ana poderia ser um ponto positivo para que permanecesse no local.

Dupla B – Casal: A atividade foi desenvolvida na sua casa de praia. Optaram por ler na sala, onde tem a mesa de jantar, para ser mais fácil de acomodar os livros e os lápis de cor. Não fizeram nenhum comentário sobre a interferência do local na atividade.

Dupla C – Amigas: Se encontravam na casa de Laura, iam para o quartinho, que seria uma sala íntima da casa, com dois sofás e menor que a sala principal, onde conseguiam ficar mais à vontade. Afirmaram que cada uma ficava deitada em um sofá, sem sapatos, acompanhadas de chá e chimarrão. A última sessão foi feita por Skype, em função do COVID19. Nesta sessão, Cristina afirmou ter gostado de ficar em sua casa, deitada em sua cama, ficando bem confortável e descontraída. Laura afirmou que era melhor ao vivo, com as duas juntas, mas que o Skype foi uma boa forma de manter o encontro frente a necessidade do isolamento social.

Dupla D – Intergeracional: Se encontraram sempre na cafeteria que haviam se encontrado pela primeira vez com a pesquisadora. No dia que houve a observação da leitura, o local ficou bem movimentado, o que distraiu um pouco as participantes e despertou a curiosidade dos outros clientes. As participantes disseram que nos outros dias tinha sido melhor, mais calmo. Liza afirmou que gostava de ir lá para fazer a leitura pois assim tinha um motivo para sair de casa.



Sessão de leitura entre Laura e Cristina via Skype. Fonte: Thais Sehn, 2020.



Place attachment: fortalecimento dos laços

A Leitura Distribuída pareceu funcionar tanto para pessoas que ainda não se conheciam tão bem, como para aquelas onde já havia uma relação estabelecida. A dupla A, apesar de serem moradoras da mesma ILPI, ainda não tinham uma relação tão próxima; a dupla D foi apresentada pela pesquisadora com o propósito de realizar o experimento. Em ambos os casos as participantes se aproximaram e poderiam virar grandes amigas se continuassem com os encontros. Já as duplas B e C se conheciam há mais de 20 anos e mantinham um bom relacionamento, logo não perceberam uma mudança em seu vínculo em função da leitura, mas comentaram que a atividade se mostrou como uma nova possibilidade de interação entre eles.

Dupla A – ILPI: Na primeira dupla, Ana era sempre gentil com Sandra, mas talvez devido ao declínio cognitivo de Sandra, não pareceu que Ana se entrosava muito com

Liz e Marina lendo na cafeteria. Fonte: Thais Sehn, 2020.

a colega. Na segunda dupla, Ana e Eunice tiveram uma boa interação no primeiro dia, se preocupavam com a recepção auditiva e cognitiva da parceira, questionavam o que não entendiam e conversavam após o término da sessão. No segundo dia, elas estavam mais à vontade uma com a outra. Eunice afirmou que tinham se aproximado com a atividade. Para Ana este já era o terceiro dia de leitura, pois ela já tinha feito uma sessão antes com Sandra e, talvez por este motivo, parecia estar mais distraída e cansada. Após a interrupção devido ao COVID19, não quis continuar a atividade sem a presença da pesquisadora. Isto corrobora em prol de que essa experiência talvez teria obtido um maior sucesso com este grupamento se essa atividade fosse realizada com contos individuais e menores, posto que seriam necessários menos encontros e/ou haveria uma menor dependência da mesma pessoa para efetivar a leitura oral, ficando assim menos cansativo. Desse modo, conclui-se que a leitura em dupla pode ser uma boa forma de aproximar as pessoas na ILPI mas não necessariamente se constituirá na manutenção do vínculo.

Dupla B – Casal: Para o casal, a atividade não gerou grande impacto, mesmo eles nunca tendo feito nenhuma atividade parecida até o presente momento. Cláudia já havia participado de grupos de discussão de texto, mas não existia a proposta de ler o texto de forma conjunta. Eles interromperam a atividade após o capítulo IV, pois a história trazia más lembranças. Na entrevista, Carlos afirmou ter gostado da atividade, que se não fosse pela narrativa em questão, teria ido até o fim. Cláudia afirmou que a atividade gerou desentendimentos entre eles, mas que foi de comum acordo que ambos decidiram finalizar o trabalho, sem concluí-lo.

Dupla C – Amigas: Laura e Cristina são amigas há mais de 20 anos. Para elas a atividade abriu uma nova possibilidade de interação, pois antes disso nunca haviam compartilhado conversas sobre os livros que haviam lido. Apesar de Laura não ter colorido seu livro devido à artrite, Cristina foi uma das participantes que mais apreciou a atividade, aproveitando o tempo que conversavam entre um capítulo e outro para colorir um pouco mais. Laura afirmou que a leitura compartilhada será mais uma atividade para realizarem juntas, que trazia um novo objetivo para seus encontros. Cristina comentou que as leituras estimularam as visitas, uma vez que o contato entre elas estava um pouco raro, talvez por falta de assunto ou necessidade de se verem, pois já fazia alguns meses que não se falavam tanto.

Dupla D – Intergeracional: Liza e Marina não se conheciam antes do experimento, Lia ficou surpresa ao ver que sua dupla era uma pessoa bem mais jovem do que ela, mas ambas gostaram muito da troca que tiveram durante as leituras. Elas afirmaram que os três ou quatro encontros para ler o livro não foram suficientes para se tornarem amigas, mas que com certeza criaram um vínculo afetivo que poderia progredir para uma amizade se seguissem se encontrando. Durante os encontros conversavam sobre o livro e sobre assuntos pessoais.

A história do Alienista

A escolha do livro de um autor renomado brasileiro se mostrou satisfatória para conquistar possíveis leitores, pois as participantes da ILPI ficaram orgulhosas de estar lendo Machado de Assis. O texto trazia uma narrativa interessante e palavras difíceis, que não são utilizadas mais hoje em dia. Tal fato pode ser visto como ponto positivo, pois despertava conversas entre as participantes que buscavam aprender o significado das palavras novas, mas também pode ser visto como ponto negativo já que dificultava a leitura e a compreensão do texto. A parte da narrativa que mostrava o protagonista internando as pessoas na Casa Verde por motivos banais, de uma forma geral gerou tristeza nas pessoas que se colocavam no lugar dos ditos mentecaptos. Uma das

participantes chegou a comparar a ação à época da ditadura brasileira quando as pessoas tinham medo de serem presas ou de terem seus amigos encarcerados sem julgamento. Outra pessoa associou o texto com a história de membros de sua família que já haviam sido internados. A maioria dos participantes gostaram da obra, com exceção do casal, que optou por interromper a atividade após o capítulo IV. Para eles, mesmo enfrentando dificuldades de audição, o maior impedimento foi o desinteresse pela história, que julgaram confusa e aborrecida.

O livro ilustrado

As ilustrações e as frases em destaque, apesar de não terem sido utilizadas da forma imaginada na ILPI, suscitaram comentários interessantes e expressões de contentamento quando percebiam a conexão existente entre elas e o capítulo que estava sendo lido. Ao fim da segunda sessão, Eunice estava refletindo sobre qual cor ela usaria para pintar o vestido da personagem Evarista:

Eu acho que esta aqui é a dona Evarista. E eu tava me lembrando, que cor será que a dona Evarista vestia, será que era verde? Será que era azul? Fiquei pensando para pintar... será que era rosa? Para uma senhora que tinha olhos sei lá o quê... que não era bela, mas chamava atenção. Era uma senhora requintada, chique, não devia usar rosa... (Eunice, 6/3/2020, Sessão 3 da ILPI).

Tal reflexão e exercício de imaginação não foi compartilhada com a colega Ana, que respondeu sem muita reflexão para encerrar o assunto: *Ora, se tu quer pintar, tu pinta da cor que tu quiser... (Ana, 6/3/2020, Sessão 3 da ILPI).*

Ao final dessa sessão foi estimulado pela pesquisadora que elas utilizassem outros horários para colorir as imagens, já que tinham dificuldade de colorir e se concentrar na leitura ao mesmo tempo. Ana deixou claro que não pintaria, que não gostava mais de tal atividade, mas Eunice ficou tentada a utilizar o livro durante o horário recreativo oferecido pela própria ILPI para pintura. Pareceu que o fato de conhecer a história e a personagem a motivou a participar de tal atividade complementar, a qual normalmente não chamaria a atenção da moradora. Todavia a pesquisadora, ao entrar em contato com a coordenadora da ILPI uma semana depois, tomou ciência que ela não chegou a realizar a pintura.

Nas demais duplas a atividade de colorir foi bem-vinda. Cristina gostou tanto de tal atividade, que na sessão observada pela pesquisadora, aproveitava o tempo que conversavam entre um capítulo e outro para finalizar a pintura do capítulo anterior e, após finalizar a página, mostrava pela câmera do Skype o que tinha feito com orgulho.

Para o casal, foi uma atividade interessante mas, ao serem questionados sobre ela, não entraram em maiores detalhes.

Para a dupla intergeracional, elas alternaram entre tomar notas e colorir, sendo que Liza também coloriu o livro em casa sozinha, em um horário diferente da leitura.

As dificuldades impostas pelo envelhecer

Foi percebido que os participantes que ainda moram sozinhos, que tinham entre 60 e 80 anos, conseguiram explorar as diferentes possibilidades da atividade, lendo, ouvindo, colorindo e tomando notas durante as leituras. Apenas uma participante



desse grupo optou por não colorir mais, devido à artrite nas mãos que resultava em dor após a atividade, mas tal fato não prejudicou o prazer em sua experiência de leitura compartilhada. Outra dificuldade fisiológica apontada foi a surdez pois, mesmo com o aparelho auditivo, o homem tinha dificuldade de ouvir a sua esposa, que por sua vez, estava rouca.

Já na ILPI, onde as participantes tinham mais de 80 anos, em todas as sessões se percebeu que as participantes tinham dificuldade em compreender o que a outra estava lendo, sentindo a necessidade de buscar o texto no livro da colega para melhorar sua compreensão, acompanhando a leitura com os olhos. Nenhuma delas conseguiu conciliar a atividade de colorir com a de ouvir e compreender a história. Além disso, foi difícil encontrar pessoas que conseguissem enxergar bem o suficiente para efetuar a leitura e que se interessassem por tal atividade, tanto que uma das idosas que iniciou o estudo pediu para ser substituída por outra. Percebeu-se que a maioria dos residentes da ILPI em questão estavam lá justamente por terem dificuldades em morar sozinhos e possuírem limitações físicas e/ou psicológicas próprias da idade avançada. Em conversa com Eunice, ela comentou: *A maioria [do pessoal] que está aqui, nem fala (Eunice, 6/3/2020)*. A primeira dupla lá formada incluía uma pessoa que mesmo conseguindo ler, tinha problemas de memória e interpretação de texto, o que não possibilitou o desenvolvimento pleno da atividade proposta. Mesmo tendo enfisema pulmonar, Eunice não apresentou sinais de falta de ar enquanto estava sentada durante a atividade e, apenas após o término da leitura da primeira sessão, demonstrou estar cansada e foi para o quarto para realizar uma sessão de oxigenoterapia.

É interessante apontar que Torquato et. al (2011) ao estudar a leitura e a escrita no envelhecimento, aponta que as dificuldades encontradas para tais atividades não tem relação apenas com o envelhecimento biológico, mas refletem a carência de práticas relacionadas à escrita e à leitura ao longo de uma vida. Isso foi levantado, também, na fala de Eunice frente à desistência de Ana, afirmando que a colega não gostava tanto de ler livros, que tinha mais contato com o jornal, diferente dela que foi professora e costumava ler para as crianças.



Páginas dos livros usados pelo casal, respectivamente Cláudia e Carlos. Fonte: Thais Sehn, 2020.

Páginas dos livros usados por Liza. Fonte: Thais Sehn, 2020.

Considerações finais

A leitura em dupla se mostrou uma atividade que pode aproximar pessoas de forma prazerosa e interessante, mas exige condições específicas para fluir desse modo. O primeiro ponto é ter uma segunda pessoa que também se interesse pela leitura do livro em questão e que tenha interesse em seguir lendo junto com a outra. Além disso, a sintonia entre essas pessoas é um pré-requisito essencial, assim como a aptidão física e mental para tal.

A leitura em voz alta se mostrou uma atividade interessante para ser realizada em ILPIs com moradores que ainda estão fisicamente e mentalmente aptos para tal, promovendo uma interação positiva entre eles, já que não hesitavam em interromper a leitura para melhorar a sua compreensão ou a de sua colega. Todavia, sugere-se que seja realizada com livros tradicionais, ilustrados ou não e, se possível, com dois volumes iguais do exemplar para cada um poder acompanhar o texto com os olhos. Ainda, poderia ser interessante desenvolver atividades complementares à história em outro momento recreativo, como pintura de ilustrações relacionadas à narrativa lida.

O protótipo da forma como foi construído, com os capítulos alternados e ilustrados se mostrou adequado para o idoso que ainda possui o corpo e a mente mais ativos, podendo ser interessante como atividade de lazer para pessoas que já se conhecem ou que queiram conhecer pessoas novas que também gostem de leitura.

As ilustrações com espaços em branco na página, acompanhadas de trechos do livro, se mostraram interessantes mesmo para as pessoas que não realizaram a pintura das

mesmas, pois algumas pessoas usaram o espaço para tomar notas ou apenas para observar os desenhos e conectá-los ao conteúdo que estavam ouvindo.

Pode-se perceber que a leitura em voz alta compartilhada é uma prática que melhora com o hábito, tanto para quem lê como para quem ouve. A primeira sessão normalmente gera um estranhamento nos participantes, o qual é amenizado a cada encontro, pois já sabem o que esperar da prática e percebem que, além da compreensão a partir da escuta tornar-se mais fácil, a fluência da leitura aumenta. Com as senhoras da ILPI, também foi perceptível no segundo encontro essa familiarização com a atividade proposta, mesmo que ainda tivessem dificuldade para ouvir devido o tom baixo da colega. Nas outras duplas não houve dificuldade de compreensão da história através da audição (salvo o caso do homem que tinha problemas diagnosticados de surdez). Tendo em vista que uma das senhoras desistiu da atividade após o capítulo IV, sugere-se o desenvolvimento de uma coleção de textos mais curtos, que poderiam ser concluídos em dois encontros e, na medida em que houvesse interesse por repetir a atividade, outros textos poderiam ser utilizados.

Por fim, enxerga-se na Leitura Distribuída um potencial para fomentar interações, inspirar conversas e manter uma periodicidade de encontros (considerando que o livro não seria lido em apenas uma sessão de leitura). A sensação de place attachment relacionada com os laços de amizade pode ser construída a cada sessão de leitura. Através da continuidade das reuniões os participantes tendem a ficar mais à vontade um com o outro, e podem perceber que estão construindo uma memória que pertence somente a eles, aumentando a sensação de pertencimento e parceria. Todavia é uma prática que para funcionar de forma prazerosa demanda afinidade entre as pessoas que compõe a dupla e o interesse em comum pela narrativa escolhida.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (Fapergs) e à Comissão da Fulbright.

Referências

- AFSHAR, P. F.; FOROUGHAN, M.; VEDADHIR, A.; TABATABAEI, M. G. *The effects of place attachment on social well-being in older adults*. In: Educational Gerontology, 43(1), pp 45–51. 2017.
- BARBOSA, Elen Teixeira; WERBA, Graziela Cuchiarelli. *Arteterapia e idosos institucionalizados: uma experiência no tempo*. In: Conversas Interdisciplinares. Torres: Ulbra. v. 5, n. 4. 2010. <https://doi.org/10.21115/cinter.v5i4.3915>.
- BUFFEL, T., DONDER, L., PHILLIPSON, C., WITTE, N., DURY, S., & VERTÉ, D. *Place attachment among older adults living in four communities in Flanders, Belgium*. In: Housing Studies, 29(6), pp 800–822. 2014.
- CARVALHO, Geyse Maria Almeida Costa de. *A leitura como tratamento: diversas aplicações da biblioterapia*. In: Revista Amazônica, Ano 3, Vol IV, Número 1, pág.80-87, Humaitá: UFAM, 2010.
- DESMET, P.M.A. *PrEmo card set: Male version*. Delft, Delft University of Technology. 2019.

ESHELMAN, P. E., EVANS, G. *Home again: Environmental predictors of place attachment and self-esteem for new retirement community residents*. In: Journal of Interior Design, 28(1), pp3–9. 2002.

FARIAS, Bruno S. *Percepção na terceira idade: pesquisa experimental sobre tipografia para idosos*. In: Design e Tecnologia, 8(16), 29-40. 2018. <https://doi.org/10.23972/det2018iss16pp29-40>.

FERREIRA, Carmen Zita Honório Santos. *Biblioterapia aplicada a idosos: um novo desafio para as bibliotecas públicas portuguesas*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof.ª Doutora Gisélia Felício. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ECATI - Departamento de Ciências da Comunicação. 2013.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The Constant Comparative Method of Qualitative Analysis* In: _____. *The discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. 1967.

LEWICKA, M. *Place attachment: How far have we come in the last 40 years?* In: Journal of Environmental Psychology, 31, pp 207–230. 2011.

MACEDO, Danielle OLIVEIRA; Carolina Vilela; GÜNTHER, Isolda de Araújo; ALVES, Susana Martins; NÓBREGA, Thaís Santos. *O lugar do afeto, o afeto pelo lugar: o que dizem os idosos?* In: Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 24, n. 4, p. 441-449, Dec. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-37722008000400007&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 27 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400007>.

MARTINS, Marina Goncalves; SANTOS, Ana Palmira Soares; COMIN, Fabio Scorsolini; DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. *Involvement in Activities, Work Satisfaction and Retirement Expectations of Brazilian Federal Employees*. In: Cienc Trab., Santiago, v. 20, n. 63, p. 131-136, Dec. 2018. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-24492018000300131&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492018000300131>.

PEREIRA, Gabriela Fonseca; LIES, Melissa; KANG, Mihyun. *A case study of place attachment in rural and urban senior cohousing communities*. Housing and Society, 46, pp 3–22. 2019.

PEREIRA, Jessica Rodrigues; MORAES, Paulo Fernando; PEREIRA, Úrsula Virgínia; COSTA, José Luiz Riani. *Saúde, envelhecimento e aposentadoria*. In: COSTA, JLR., COSTA, AMMR., and FUZARO JUNIOR, G., orgs. *O que vamos fazer depois do trabalho? Reflexões sobre a preparação para aposentadoria* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 45-62. Doi: 10.7476/9788579837630.

PINHEIRO, Edna Gomes. *Biblioterapia para o idoso Projeto Renascer: um relato de experiência*. In: Informação & Sociedade: Estudos. v.8 n.1 1998.

RAYMOND, C. M., BROWN, G., WEBER, D. *The measurement of place attachment: Personal, community, and environmental connections* [Electronic version]. In: Journal of Environmental Psychology, 30, pp 422–434. 2010.

RIGO, L. *Idosos asilados: um percurso em arteterapia*. In: Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, v. 4, n. 2, 18 dez. 2007.

ROSS, Catherine Sheldrick; MCKECHNIE, Lynne; ROTHBAUER, Paulette M. *Reading*

Still Matters: What the Research Reveals About Reading, Libraries, and Community. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC. 2018.

SCANNELL, L., GIFFORD, R. *The experienced psychological benefits of place attachment.* In: Journal of Environmental Psychology. 2017. <https://doi:10.1016/j.jenvp.2017.04.00>.

TORQUATO, Rebecca; MASSI, Giselle; SANTANA, Ana Paula. *Envelhecimento e letramento: a leitura e a escrita na perspectiva de pessoas com mais de 60 anos de idade.* In: Psicologia: Reflexão & Crítica., 2011, vol.24, no.1, p.89-98. ISSN 0102-7972.

WOLFF, Suzana Hübner. *Vivendo e envelhecendo: recortes de práticas sociais dos núcleos de vida saudável.* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTO

Concebendo cidades amigas aos idosos

**Dayse da Silva Albuquerque¹, Natália de David Klavdianos²,
Isolda de Araújo Günther³ e Adriana Portella⁴**

Resumo

A mudança paradigmática sobre envelhecimento nas últimas décadas inspirou novos conceitos e teorias, tendo a participação social sido associada a inúmeros benefícios biopsicossociais. Prover suporte social e ambiental com redes de apoio adequadas tornou-se primordial para amparar a concepção de cidades amigáveis ao envelhecimento, promotoras de aging-in-place. O estudo teve como objetivo identificar demandas socioambientais e as alternativas de resolução das problemáticas mais urgentes nas áreas pesquisadas. A meta foi compreender, por intermédio de exposições interativas, como as comunidades podem ser projetadas para integrar as necessidades da população idosa. Elementos relacionados à participação social e ao provimento de recursos no local de moradia se destacaram. Os dados mostraram a necessidade de garantir segurança, aprimoramento da infraestrutura e a oferta de opções de lazer direcionados a possibilitar o suporte e engajamento social. Nesse sentido, o reconhecimento da população idosa como atores socialmente aptos a opinar e propor pode render bons resultados.

Palavras-chave: cidades amigáveis ao envelhecimento, participação social, envelhecimento no local de moradia.

SOCIAL PARTICIPATION AND AGEING

Conceiving friendly cities to the elderly

Abstract

The paradigmatic change about aging in recent decades has inspired new concepts and theories, with social participation being associated with numerous biopsychosocial benefits. Providing social and environmental support with adequate support networks has become essential to support the design of aging-friendly cities, which promote aging-

in-place. The study aimed to identify socio-environmental demands and alternatives for solving the most urgent problems in the research areas. The goal was to understand, through interactive exhibits, how communities can be designed to integrate the needs of the elderly population. Elements related to social participation and the provision of resources at the neighborhood stood out. The data showed the need to ensure safety, improve infrastructure and offer leisure options aimed at enabling support and social engagement. In this sense, the recognition of the elderly population as actors who are socially able to give their opinion and propose can yield good results.

Keywords: age-friendly cities, social participation, aging-in-place.

Introdução

Na dedicatória do livro Saber envelhecer, CÍCERO (1997), ao se referir à velhice, assinala: “Com efeito, gostaria que fôssemos aliviados, tu e eu, desse fardo que já nos pesa ou – fatalmente – nos pesará”, e, mais adiante, prossegue: “senti tal prazer em escrevê-la que esqueci os inconvenientes dessa idade” (103-143 a. C., p. 8). Essa ancestral concepção sobre a velhice destaca o declínio biológico desse período do desenvolvimento e as perdas enfrentadas pela população idosa. Dentre essas perdas sobressai, ainda, o afastamento social. Ao longo das últimas décadas, o processo de envelhecimento teve sua complexidade e multidimensionalidade reconhecidas ancorado na concepção de que as mudanças ao longo do ciclo de vida ocorrem paulatinamente e envolvem a seleção de recursos pessoais e ambientais para sua devida otimização, de acordo com as necessidades de compensação de cada indivíduo, em uma constante busca por equilíbrio entre ganhos e perdas (BALTES, 1987; NERI, 2006).

Essa mudança de paradigma inspirou novos conceitos e teorias relacionados à realidade da pessoa idosa, tendo o envolvimento comunitário sido associado a inúmeros benefícios biopsicossociais. A participação social tornou-se um elemento de investigação relevante devido às contribuições para a qualidade de vida e o bem-estar desse grupo. Conceitualmente, define-se participação social como o envolvimento individual em atividades que possibilitam oportunidades de interação com os membros da comunidade em que se está inserido. Essas interações são sustentadas pelo compartilhamento de recursos, engajamento e satisfação pessoal (PINTO; NERI, 2017a). É considerado um dos principais alicerces para as discussões sobre envelhecimento ativo e bem-sucedido, impulsionando políticas e programas voltados para a promoção de cidades amigáveis ao envelhecimento (AROOGH; SHAHBOULAGHI, 2020).

Enquanto política pública de saúde, a ideia de envelhecimento ativo estabelece a oferta de recursos sociais, de saúde, lazer e segurança, como primordiais para incentivar um envelhecimento bem-sucedido, ou seja, a independência e a autonomia da população idosa por meio do acesso a recursos sintonizados às suas demandas (ROWE; KAHN, 1997; WHO, 2005). Essa agenda reverbera os preceitos preconizados pela concepção de cidades amigáveis ao envelhecimento (age-friendly cities), que engloba oito domínios identificados a partir de um levantamento global de barreiras e facilitadores percebidos pela população idosa em seu dia-a-dia. Esses domínios abrangem a presença e o uso de espaços públicos e ao ar livre nas imediações da residência, a oferta e o apoio comunitário e dos serviços de saúde locais, as maneiras como as informações são divulgadas e acessadas entre os moradores, as oportunidades de participação cívica e de emprego remunerado e/ou voluntário, as possibilidades de inclusão e participação social por intermédio de atividades intergeracionais, as condições de moradia e de acesso ao transporte público, dentre outras opções de mobilidade urbana (WHO, 2008).

Com a proposta de fortalecer os vínculos socio-comunitários e gerir serviços essenciais à população idosa no entorno de suas residências, os estudos mais recentes

1 Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília – PSTO/UnB (2019). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – PPGPSI/UFSC (2015). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas – FAPSI/UFAM (2013). Especialista em Docência do Ensino Superior (2016) e em Saúde do Idoso (2018).

2 Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (2016), Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (2019).

3 Possui graduação em formação de psicólogo (1970), licenciatura em psicologia (1969) e bacharelato (1968) pela Universidade Católica de Pernambuco, mestrado em Psicologia Experimental (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (1979), doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Michigan State University, EUA (1983), pós-doutorado pela City University of New York, EUA (1997-1998) e pela Carl von Ossietzky Universität Oldenburg, Alemanha (2003-2003). Tem vínculo sem ônus, desde 1993, com a Universidade de Brasília na condição de Pesquisadora Colaboradora Sênior.

4 Doutora em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University (Inglaterra) com pós-doutorado em Planejamento Urbano pela University College London (Inglaterra). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

incentivam o envelhecimento no local de moradia (aging-in-place), de maneira a garantir elementos socioambientais promotores de independência e autonomia (WILES et al, 2011). Considerando a preferência de idosos em permanecer em suas residências, mas sem perder o status de membro da comunidade, a proximidade de serviços que deem suporte para a manutenção da realização das atividades de vida diária, se torna essencial. Além disso, a presença de amenidades associada a aspectos psicossociais que permitem o envolvimento em atividades significativas, é capaz de potencializar percepções positivas sobre a vizinhança. Níveis elevados de participação social entre idosos, beneficiam o funcionamento cognitivo e o bem-estar social, reduzem o estresse, aumentam a satisfação com a saúde e a vida e diminuem o risco de dependência e agravamento de comorbidades (BRETT et al, 2019; DAHAN-OLIEL; GÉLINAS; MAZER, 2008).

Características individuais e ambientais podem gerar impactos positivos ou negativos nesse âmbito. Elementos ambientais incluem desenho urbano, densidade populacional, velocidade e organização do trânsito, estética e (in)segurança, dentre outros citados na concepção de cidades amigáveis ao envelhecimento. Variáveis sociodemográficas (por exemplo, sexo, renda e escolaridade) são mais comumente citadas em estudos que buscam explorar participação social de idosos, bem como, restrições e limitações para a mobilidade no bairro (NAUD et al, 2019). A mobilidade do idoso é mais delimitada pelo entorno do local de moradia e é influenciada pela qualidade das calçadas, pela presença de sinalização adequada, pela velocidade do tráfego, pela distância dos locais de uso diário, pela presença de áreas de lazer e pela percepção de segurança. Dentre 50 artigos publicados entre 1997 e 2013, fatores como espaços para sentar/descansar, boa convivência com os vizinhos, locais agradáveis para caminhada e proximidade de recursos e ambientes de lazer foram positivamente associados à mobilidade e participação social. Ruas e calçadas em condições precárias, ausência de espaços verdes e de iluminação pública adequada, bem como a dificuldade de acesso a transporte público foram relacionadas a baixos níveis de envolvimento comunitário (LEVASSEUR et al, 2015).

Estudo realizado no Reino Unido enfatizou que barreiras psicológicas e físicas podem tornar o ambiente hostil. Em determinadas situações, o ambiente exclui o idoso com essas barreiras e dificulta o envolvimento em atividades. Barreiras físicas podem se tornar fonte de estresse e gerar ansiedade e desconfiança. Preocupações acerca da segurança, por exemplo, tem implicações sobre a participação social e aspectos ligados à acessibilidade e mobilidade, assim como a ausência de mobiliário urbano e a qualidade das calçadas (WOOLRYCH et al, 2019).

PINTO; NERI (2017a) encontraram 31 estudos longitudinais sobre participação social de idosos e adultos saudáveis de meia-idade. Tais estudos, em sua maioria, mostraram uma redução nos níveis de engajamento social à medida que as pessoas envelhecem, fator associado principalmente às complicações no âmbito da saúde. Sintomas depressivos, deficiência cognitiva e visual, mobilidade comprometida, idade acima dos 80 anos e baixa percepção de apoio social, foram os principais fatores identificados entre os 2251 idosos participantes de estudo realizado em sete cidades brasileiras relacionados à baixa participação social (PINTO; NERI, 2017b). Em termos de diferenças entre homens e mulheres, os estudos não sinalizam diferenças significativas, contudo, as mulheres indicam maior interesse em participar de tipos variados de atividades e os homens demonstram preferência por atividades esportivas, com pouco envolvimento em voluntariado. Para ambos, limitações de saúde são a principal barreira. Em áreas rurais, homens indicam falta de tempo como justificativa para baixa adesão às atividades sociais e mulheres não se sentem à vontade em ir sozinhas. A escassez de recursos e opções de atividades, bem como problemas de deslocamento atrelados ao transporte público foram as principais demandas de

moradores idosos de áreas rurais canadenses (NAUD et al, 2019).

Experiências de participação social envolvem processos que se inter-relacionam nas vivências de indivíduos situados em diferentes níveis do ambiente (do micro ao macro). Prover suporte social e ambiental acessível com redes de apoio adequadas é primordial para amparar o envelhecimento no local de moradia (SIXSMITH et al, 2017). O aumento na frequência de envolvimento comunitário, seja em atividades sociais (ações que conectam indivíduos com menor nível de engajamento formal) ou participações formais (comprometimento voluntário a organizações ou associações) contribui para o sentimento de pertencimento e a vinculação com o lugar, essencial para a construção de sentido, apego e identidade (BUFFEL et al, 2013; LEWICKA, 2011; PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983; TUAN, 1980). Para evitar isolamento social, insegurança e vulnerabilidade, envelhecer em um local apropriado deve envolver elementos que fortaleçam a participação social por meio do exercício de distintos papéis e de um ambiente propício para atuação, de maneira a incentivar o capital social representado pelas redes e normas para troca de recursos (RAINER, 2014).

A participação social tem sido compreendida como um componente do capital social formada por redes de cooperação entre indivíduos que compartilham uma identidade social (bonding), pelo respeito entre indivíduos de características sociodemográficas distintas (bridging) e por meio de indivíduos que interagem devido à participação em organizações ou associações (linking). O investimento em capital social tem sido associado a uma maior percepção de segurança pela população idosa, exercendo um papel mediador para o acesso a suportes comunitários e protetivo contra o estresse (PUTNAM, 2000). Portanto, o incentivo à participação social pode ser particularmente benéfico a idosos que moram sozinhos, que ficaram viúvos, que apresentam algum tipo de restrição ou deficiência, ou que mantém pouco contato com pares e familiares (ROZANOVA; KEATING; EALES, 2012).

Em síntese, investimento em saúde, trabalho, emprego, educação, desenho urbano e políticas sociais pode resultar em melhorias e redução das mudanças associadas ao envelhecimento, o que repercute em maiores níveis de participação e qualidade de vida, com menores níveis de dependência e custos na área de saúde. Incentivos ao envelhecimento ativo encorajam responsabilidade social, comunidades amigáveis ao envelhecimento e respeito intergeracional (LEVASSEUR et al, 2017). Apesar dos avanços nesse sentido e das projeções quanto ao aumento significativo da população idosa nas próximas décadas, as publicações sobre a relação idoso-ambiente ainda se mostram em número reduzido, principalmente no cenário latino americano, e o desenvolvimento de campos como o da psicologia e gerontologia ambientais ainda se mantêm desaquecidos (GARCÍA-VALDEZ; SÁNCHEZ-GONZÁLEZ; ROMÁN-PÉREZ, 2019; RODRIGUEZ-RODRIGUEZ; SANCHEZ-GONZALEZ, 2016).

Para contribuir nesse cenário, o presente estudo teve como objetivo identificar as principais demandas socioambientais da população idosa e as alternativas de resolução das problemáticas mais urgentes em três localidades da cidade de Brasília/DF. A meta foi compreender, por intermédio da participação social, como as comunidades podem ser projetadas para integrar as necessidades da população idosa. O trabalho se insere no campo interdisciplinar dos estudos pessoa-ambiente, com ênfase na área de Psicologia Ambiental e ancora-se nos parâmetros abordados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no que se refere às cidades amigáveis ao envelhecimento.

Método

Os dados apresentados compõem um estudo mais amplo (Place-Making with older-

people: Towards Age-Friendly Communities) realizado entre 2016-2019 com apoio do Economic & Social Research Council (ESRC), em parceria com as Universidades Federais de Pelotas, de Minas Gerais e de Brasília e de três Universidades do Reino Unido. Especificamente, o relato centra-se nas exposições interativas realizadas durante o mês de abril de 2019 em áreas públicas dos locais de estudo, na cidade de Brasília/DF.

As vizinhanças diferenciavam-se em termos de distanciamento do centro da cidade (3,5 km, 6,2 km e 9,1 km), renda (baixa, média e alta), tipo de moradia (apartamento e casa) e características de infraestrutura urbana. Dados anteriores coletados entre 2016 e 2018, com o auxílio de questionários e entrevistas individuais e grupais com idosos entre 60 e 91 anos, subsidiaram a elaboração do material utilizado nessa etapa do estudo. Foram elaborados dois banners em lona (120 cm x 90 cm) para cada local, sendo que um deles trazia informações acerca dos resultados obtidos nas etapas anteriores do estudo, incluindo trechos de falas dos participantes e fotografias representativas das barreiras e facilitadores identificados.

O conteúdo exposto no primeiro banner foi dividido em três linhas temáticas, de acordo com as demandas discutidas coletivamente com os moradores de cada área, a saber, segurança, infraestrutura e lazer. Além de expor os resultados do estudo obtidos até aquele momento, a proposta desse banner foi de promover a identificação da comunidade e o consequente envolvimento para participação social. Para tanto, o segundo banner apresentava propostas de resolução das problemáticas identificadas em cada área, considerando suas especificidades em cada tema (segurança, infraestrutura e lazer). Cada proposta estava inserida em um quadrado com espaço em branco para votação dos moradores em termos de relevância das proposições expostas. Assim, o morador tinha à disposição adesivos verdes e vermelhos em uma sacola anexa ao banner para utilização nos espaços em branco. As instruções fornecidas indicavam que o participante poderia usar o adesivo verde para selecionar a proposta que fosse mais relevante para resolução das demandas locais e o adesivo vermelho para indicar a proposta menos compatível com o seu cotidiano. A quantidade de adesivos a serem utilizados por cada morador era livre, de modo que os valores contabilizados ao final do procedimento não correspondem ao número de participantes do estudo. Considerando que poderiam surgir novas propostas distintas daquelas citadas no banner, havia uma sacola fixada ao banner com canetas e papéis para uso daqueles que considerassem pertinente incluir comentários.

Os banners foram afixados em locais de circulação dos moradores, de maneira a facilitar a visualização e a participação. Na vizinhança de alta renda, a exposição ocorreu em duas bancas de revista locais e os proprietários de cada banca foram os responsáveis por monitorar o envolvimento dos participantes. Na vizinhança de média renda, os banners foram afixados em um ponto de táxi para que os motoristas pudessem observar a movimentação local e em um parque, tendo os seguranças como apoiadores nos momentos em que as pesquisadoras não estavam presentes. E na vizinhança de baixa renda, os banners permaneceram na área externa da unidade básica de saúde (UBS), sendo monitorados pela sua equipe profissional. Foram distribuídos convites por cada área no primeiro dia de exposição e cartazes ficaram expostos na área comercial e em pontos de ônibus com informações sobre a exposição (local, período e objetivo). Na tentativa de aumentar o número de moradores envolvidos nas exposições, também foram contactados por telefone participantes das etapas anteriores do estudo.

O período de exposição em cada local variou entre 10 e 20 dias de acordo com o nível de participação da comunidade, assim, as exposições se estenderam além do previsto inicialmente (14 dias) com o intuito de envolver um número maior de participantes. Na vizinhança de alta renda, o primeiro dia de exposição ocorreu no sábado (13/04/2019)

e contou com o auxílio dos proprietários das respectivas bancas de revista, bem como das prefeituras comunitárias. Porém, devido à baixa adesão dos moradores nas duas primeiras semanas, os banners ficaram expostos até o dia 03/05/2019. Na vizinhança de média renda, as exposições foram iniciadas no domingo (14/04/2019), por ser um dia de maior movimento no Parque. As exposições também se estenderam além do previsto com o intuito de envolver um maior número de participantes. A exposição na vizinhança de baixa renda teve início no dia 09/04/2019, dia escolhido devido a realização da feira local que gera uma circulação maior de moradores na área às terças-feiras. A equipe da UBS deu suporte na observação dos banners e no recolhimento dos materiais no período noturno. A participação dos moradores mostrou-se significativa na primeira semana de exposição, o que permitiu a finalização da exposição antes da data prevista (19/04/2019).

Algumas intercorrências prejudicaram o andamento das exposições. Tendo em vista a escolha da equipe em realizar as exposições em espaços públicos, algumas sacolas de tecido foram furtadas com as canetas, adesivos e papéis disponibilizados e tiveram que ser substituídas ao longo do processo. Também houve pouca adesão no que diz respeito ao uso dos papéis para escrita de sugestões. Outro ponto foi que a maioria dos moradores optou por usar somente os adesivos verdes para sinalizar as sugestões mais relevantes para a área, sem indicar o que considerava menos relevante, com o adesivo vermelho. De maneira geral, os moradores demonstravam curiosidade em relação à proposta, mas indicavam que retornariam em outro momento para opinar e ler com mais calma as informações disponíveis. Tais fatores mostraram-se como barreiras para um maior engajamento, mas reafirmaram as demandas identificadas em momentos anteriores da pesquisa e demonstraram que as propostas apresentadas vão ao encontro das necessidades da comunidade.

Resultados

Para obtenção dos resultados, foi contabilizada a quantidade de adesivos verdes e vermelhos utilizadas pelos moradores de cada área no que se refere às propostas apresentadas no segundo banner. A frequência dos adesivos foi utilizada como parâmetro de participação social de cada área e para compreensão das propostas consideradas mais relevantes para tornar o local mais amigável para a população idosa.

No que diz respeito à segurança, os moradores da vizinhança de alta renda assinalaram ser mais relevante o aumento do policiamento na área (42 votos), a reforma do posto policial local (26 votos) e o encaminhamento de pessoas em situação de rua para atendimento psicossocial (28 votos). A presença dessas pessoas no entorno da moradia é percebida como fator potencializador da percepção de insegurança. Sobre a infraestrutura, o investimento na construção de calçadas acessíveis que facilitem a mobilidade dos moradores (38 votos) foi o principal elemento a ser considerado, bem como a reforma de prédios abandonados nas imediações (30 votos) para utilização dos moradores em reuniões, confraternizações e demais atividades. No que se refere às oportunidades de lazer e utilização dos espaços públicos, a realização de mais atividades de cultura e de esporte em espaços verdes (41 votos) foi a principal solicitação.

Dentre os comentários adicionais, foram citados: a) reforma da quadra de esporte local e, b) promoção de atividades intergeracionais, tendo como opção de ambiente apropriado para tal, o clube, local de fácil acesso na área. Tais sugestões incluem-se no foco dos temas discutidos por citarem a necessidade de manutenção dos espaços públicos e de expandir as opções de lazer de maneira a estimular as relações entre

crianças, jovens e idosos.

Dentre os moradores da vizinhança de média renda, sobressaiu o interesse em aspectos de segurança como iluminação das áreas públicas (59 votos), aumento do policiamento (57 votos) e encaminhamento das pessoas em situação de rua para atendimento psicossocial (51 votos). Em termos de infraestrutura, assim como na vizinhança de alta renda, os moradores demonstraram interesse na manutenção das calçadas por meio de investimento privado (40 votos). A promoção de atividades de lazer (55 votos) e a mobilização dos moradores para reivindicação de melhorias locais (53 votos) mostraram-se como pertinentes para o fortalecimento de vínculos e de engajamento social.

Nessa área, foram recebidos seis comentários relacionados: a) à mobilização das pessoas para ocupação dos espaços públicos; b) ao apoio às hortas comunitárias; c) à melhoria das calçadas, iluminação e mobiliário, de modo a promover acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida; d) ao incômodo ocasionado pelo ruído dos bares à noite; e) aos elogios pela iniciativa da pesquisa e a criatividade no modo de coletar informações e, f) à possibilidade de realizar rodas de conversa e expor painéis na área do Parque para mobilizar os moradores a se envolver mais efetivamente e perceber os benefícios associados desse contato com a saúde. Assim, além de uma devolutiva dos moradores quanto a proposta do estudo, foi possível incluir algumas demandas mais pontuais e específicas do local.

Na vizinhança de baixa renda, os moradores indicaram majoritariamente como mais relevante na temática da segurança o aumento do policiamento na área (92 votos). A implantação de mecanismos de drenagem de água a fim de evitar alagamentos nos períodos chuvosos (41 votos) surgiu como principal demanda associada à infraestrutura urbana. Para promover lazer, os moradores demonstraram interesse na construção de um espaço comunitário para realização de atividades entre os idosos (55 votos). Sobre questões mais específicas, indicaram a necessidade de se fazer campanhas de sensibilização dos moradores que passeiam com seus cachorros e não recolhem os dejetos (64 votos), o que gera implicações no âmbito da mobilidade e da saúde pública, principalmente em períodos chuvosos. O envolvimento dos moradores nessa área se mostrou mais efetivo, o que fica evidente a partir da quantidade de votos obtidos para cada proposta, em comparação com a frequência apresentada nas vizinhanças de alta e média renda.

Acerca dos comentários, apenas quatro sugestões foram recolhidas: a) iluminação pública nas áreas da escola, no setor de chácaras e nas paradas de ônibus; b) formação de grupos de idosos para passeios em atrativos locais da cidade; c) inclusão de piscina de hidroginástica no parque local para uso da população idosa e, d) construção de creche comunitária para as crianças com espaço de atividades para jovens. Nessas sugestões sobressaem-se demandas ligadas à infraestrutura que impactam a percepção de segurança, mas também a necessidade de resgate da proximidade entre os moradores por meio de espaços e atividades de lazer.

Nos três locais de estudo, as recomendações consideradas como mais relevantes foram similares, demonstrando que, por exemplo, a percepção de insegurança está presente na cidade de uma maneira mais ampla. A demanda pela promoção de atividades de lazer que permitam o contato intergeracional também é uma constante entre as vizinhanças pesquisadas.

Discussão

A partir dos resultados apresentados, alguns elementos relacionados à participação social e ao provimento de recursos no local de moradia se destacam. Na opinião dos participantes, há urgência para adequar aspectos que potencializem a percepção de segurança no entorno, a infraestrutura urbana e as oportunidades de lazer. Os dados deixam clara a necessidade de garantir segurança, aprimoramento da infraestrutura e a oferta de opções de lazer na forma de atividades que forneçam apoio e orientação direcionados a possibilitar o suporte e o engajamento social.

Nas três vizinhanças, o fator segurança se sobressaiu como o de maior preocupação. Contudo, os motivos associados à percepção de insegurança dos moradores eram distintos. Entre os participantes das vizinhanças de alta e média renda, predominava o medo das pessoas em situação de rua, comumente culpabilizadas pelos casos de furtos e roubos ocorridos na área. Em contrapartida, na vizinhança de baixa renda, a falta de iluminação pública em pontos estratégicos e os furtos em residências, apresentavam-se como principais elementos potencializadores do medo. Esses aspectos tornam-se relevantes à medida que se tornam barreiras para a mobilidade da pessoa idosa no entorno da moradia e, nesse sentido, colaboram para o isolamento social. Assim como no estudo de Woolrych et al (2019), preferências por áreas iluminadas e por sair acompanhado, se mostraram como estratégias para redução do medo e para promover o contato entre os moradores.

Gifford (2002) ressalta que segurança e infraestrutura comumente são apontados como demandas em populações de baixa renda e grupos de renda mais elevada preocupam-se ainda mais com aspectos estéticos e variedade de recursos e serviços locais, o que se mostrou um pouco diferente no contexto acessado por essa pesquisa. Similar aos dados apresentados, o estudo de Capone (2001) demonstrou que a percepção de idosos com o local de moradia no Distrito Federal foi positivamente associada à oferta de serviços. Porém, a necessidade de maiores deslocamentos para acessá-los se mostrou como elemento de insatisfação, devido às barreiras de mobilidade e acessibilidade, como a qualidade das vias e calçadas e do transporte público. Esses indicadores reafirmam os resultados encontrados nesse estudo e demonstram que esse tipo de barreira já é percebido pela população idosa de Brasília há mais de uma década.

A oferta de serviços mostrou-se como demanda mais latente na vizinhança de baixa renda, local que apresentou também os maiores níveis de participação nas exposições. Tais resultados podem ser explicados pela localização mais afastada do bairro em comparação com os demais escolhidos nesse estudo e pela dificuldade de acesso ao transporte público. Para deslocamentos às áreas mais centrais da cidade, os idosos dependem de familiares que possam levá-los, o que fortalece as relações intrafamiliares, porém gera dependência para satisfação de algumas necessidades. Quanto aos maiores níveis de participação, pode ter sido influenciado pelo local escolhido para a exposição (unidade básica de saúde), bastante frequentado pela população idosa local que não possui plano de saúde privado e pelo fato dos deslocamentos em tal área serem feitos, em sua maioria, a pé. Nas demais vizinhanças pesquisadas, além da percepção de insegurança, os moradores possuem mais acesso ao transporte particular e optam por se locomoverem na área dessa forma.

Nesse sentido, as evidências mostram que variáveis sociodemográficas como a renda podem repercutir nos níveis de participação social da população idosa, corroborando estudos realizados na Bélgica, no Canadá e no Brasil (BUFFEL et al, 2013; NAUD et al, 2019; PINTO; NERI, 2017b). Tais dados corroboram as informações aqui apresentadas e reforçam as barreiras enfrentadas pela população idosa em distintos países. Os

parâmetros que definem as cidades amigáveis ao envelhecimento (WHO, 2008) também são acessados nas demandas apresentadas nas exposições e refletem o imperativo de priorizar as dimensões ambiental e social, representadas por ambientes mais acessíveis e atrativos, bem como por mecanismos promotores de inclusão e envolvimento comunitário. A relevância de tais aspectos inseridos nas vizinhanças pesquisadas pode colaborar para o envelhecimento ativo e contribuir na direção de uma perspectiva mais sólida de aging-in-place (ROWE; KAHN, 1997; WILES et al, 2011).

A política de envelhecimento ativo pressupõe otimização de recursos com o intuito de promover qualidade de vida (LEVASSEUR et al, 2017). Isso implica não somente na garantia de serviços, mas também na infraestrutura disponível para acesso a tais comodidades. A qualidade das calçadas mostrou-se como principal barreira do ambiente físico para os deslocamentos diários nas três vizinhanças pesquisadas, principalmente nas vizinhanças de alta e média renda. Somada à percepção de insegurança, torna-se mais um elemento que desencoraja a movimentação pela vizinhança. Ao invés de tornar o local mais amigável, tais características intensificam sua inadequação e reduzem o capital social, ou seja, a formação de redes cooperativas entre os moradores, possibilitando fortalecimento de vínculos (PUTNAM, 2000).

A dimensão afetiva não pode ser descartada desse contexto, pois se relaciona intimamente com esse capital social, retratando, ainda, os sentidos e significados atribuídos ao lugar (LEWICKA, 2011; PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983; TUAN, 1980). Quando os moradores reivindicam mais atividades de lazer e maior contato intergeracional nos espaços públicos, por meio do investimento em parques e da construção de ambientes apropriados para socialização, eles reforçam a busca por essa formação identitária. Entre os comentários adicionais fornecidos, surgiu a dificuldade em mobilizar os demais para participar tanto de atividades formais quanto informais, como reuniões e hortas comunitárias, por exemplo. Nesse campo, a articulação entre teoria e prática é apontada como essencial para desenvolver e capacitar os sujeitos, de maneira a promover autonomia e multiplicar o número de envolvidos (RAINER, 2014). O propósito desse estudo foi ao encontro dessa prerrogativa, tentando atrair os moradores para as exposições a partir do próprio discurso apresentado em etapas anteriores da pesquisa. Todavia, tendo em consideração os altos níveis de insegurança e o descontentamento com a infraestrutura urbana, os níveis de participação social mantiveram-se abaixo do esperado, sobretudo, nas vizinhanças de alta e média renda.

Similarmente aos estudos acessados para fundamentação teórica dessa pesquisa, os idosos expressaram o desejo de permanecer no local de moradia, evidenciando a vinculação ao lugar atrelada à lembranças que compõem a historicidade individual e coletiva (BRETT et al, 2019; DAHAN-OLIEL; GÉLINAS; MAZER, 2008; PINTO; NERI, 2017a). Como fator agregador, esse é um ponto que merece atenção pelo seu potencial de tornar-se base para o incentivo dos moradores em relação às questões locais. Ao ser utilizado como mola propulsora, esse sentimento de pertencimento pode sustentar ações de cuidado que minimizem problemáticas associadas à segurança e à infraestrutura, por exemplo, tornando o local mais agradável e apropriado aos moradores (SIXSMITH et al, 2017).

No tocante às estratégias mais recentes de adaptação dos entornos, a inclusão de noções tecnológicas para tornar os ambientes mais amigáveis pode ser enriquecedora, reduzindo os impactos negativos da relação idoso-ambiente, de maneira a oferecer autonomia aqueles que exigem um nível maior de cuidado (GARCÍA-VALDEZ; SÁNCHEZ-GONZÁLEZ; ROMÁN-PÉREZ, 2019). A estimulação também é percebida como essencial para potencializar o uso dos espaços, mesclando elementos ambientais construídos e naturais que estimulem os sentidos e a experiência corporal,

permitindo uma imersão atrelada às sensações, aos afetos e aos comportamentos que se traduzem como ambiência (THIBAUD, 2018).

Participação social implica, além do contato com os outros membros da comunidade, o compartilhamento de recursos que podem ser fornecidos pelo tempo dispendido em uma atividade ou ainda pela troca de habilidades, conhecimentos e competências, em contextos de tomada de decisão (AROOGH; SHAHBOULAGHI, 2020). A presença de espaços para socialização se torna pertinente nesse cenário, de modo que os moradores possam se encontrar em um ambiente seguro e tranquilo para elaboração de ideias voltadas à melhoria local. Ao incorporar esse tipo de serviço, contribui-se para a convivência entre os moradores e para o estabelecimento de uma rede de suporte, mecanismo fundamental para o engajamento coletivo (LEVASSEUR et al, 2015).

O retorno da população foi bastante positivo quanto à iniciativa das exposições e demonstrou a boa receptividade e o interesse em tornar as cidades mais amigáveis a partir de maior envolvimento comunitário. Nesse sentido, o reconhecimento da população idosa como atores socialmente aptos a opinar e propor pode render bons resultados. Comunidades projetadas com segurança, infraestrutura adequada e opções de lazer são apontadas como focos das ações a serem desenvolvidas, congregando tanto o poder público quanto a sociedade civil, com a finalidade de integrar as necessidades de sentido de lugar de idosos em diferentes contextos urbanos e culturais.

Considerações Finais

As conclusões suscitadas pelos dados desse estudo permitiram a identificação das principais demandas e as medidas mais relevantes para projeção de ambientes mais amigáveis ao envelhecimento em cada localidade estudada. A partir das considerações e propostas feitas e do arcabouço teórico norteador do estudo, é possível tecer algumas considerações do que é necessário em um ambiente para que os idosos desejem e possam ali envelhecer.

O estímulo à inclusão e à acessibilidade possibilitam níveis mais funcionais de mobilidade, independência e autonomia para transitar na comunidade e realizar atividades diárias. A parceria entre órgãos públicos de infraestrutura e de planejamento e iniciativas privadas articuladas com a sociedade civil podem oferecer calçadas seguras e de qualidade, alternativas de meios de transporte público eficientes e seguras e acessos aos serviços locais. As proposições mais votadas pelos participantes, apontam, como guia referencial, a urgência de adequar aspectos que potencializem a percepção de segurança no entorno, a infraestrutura urbana e as oportunidades de lazer. Os dados trazem à tona a necessidade de garantir segurança, aprimorar a infraestrutura urbana e oferecer opções de lazer direcionados ao suporte físico e emocional frente a complexidade do processo de envelhecimento.

O contato prévio com os moradores em etapas anteriores do estudo permitiu o levantamento de necessidades a partir da realidade de cada local e o reconhecimento do trabalho que estava sendo desenvolvido. O estabelecimento de parcerias com equipes de saúde, prefeituras comunitárias, síndicos e moradores mais antigos, dentre outros que se mostraram como pessoas chave naquele contexto, auxiliou na mediação com a comunidade, facilitou a inserção das pesquisadoras e contribuiu para uma visão mais ampliada das especificidades locais. Estudos futuros podem explorar outras estratégias de recrutamento para processos de pesquisa participativos com a população idosa, bem como outros recursos de compartilhamento de dados. Dentro da perspectiva traçada nesse estudo, uma equipe de pesquisadores em maior número poderia fazer o acompanhamento das exposições ao longo do dia a fim de coletar

informações adicionais sobre a proposta. A disseminação de conhecimento é essencial para a troca de informações entre os residentes de uma área e repercute em níveis mais elevados de participação social, busca incessante dos estudos pessoa-ambiente para harmonizar teoria e prática.

Referências

AROOGH, M. D.; SHAHBOULAGHI, F. M. *Social Participation of Older Adults: A concept analysis*. IJCBNM, v. 8, n. 1, p. 55-72, 2020.

BALTES, P. B. *Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline*. *Developmental Psychology*, v. 23, n. 5, p. 611-626, 1987.

BRETT, L.; GEORGIU, A.; JORGENSEN, M.; SIETTE, J.; SCOTT, G.; GOW, E.; LUCKETT, G.; WESTBROOK, J. *Aging well: evaluation of social participation and quality of life tools to enhance community aged care (study protocol)*. *BMC Geriatrics*, v. 19, n. 78, p. 1-8, 2019.

BUFFEL, T.; DONDER, L.; PHILLIPSON, C.; DURY, S.; WITTE, N.; VERTÉ, D. *Social participation among older adults living in medium-sized cities in Belgium: the role of neighborhood perceptions*. *Health Promotion International*, v. 29, n. 4, p. 655-668, 2013.

CAPONE, V. C. *Satisfação de idosos em ambientes de vizinhança de duas regiões do Distrito Federal*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

CÍCERO, M. T. *Saber envelhecer e a amizade*. Porto Alegre: LPM Editores, 1997.

DAHAN-OLIEL, N.; GÉLINAS, I.; MAZER, B. *Social Participation in the elderly: what does the literature tell us?* *Critical Reviews in Physical and Rehabilitation Medicine*, v. 20, n. 2, p. 159-176, 2008.

GARCÍA-VALDEZ, M. T.; SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, D.; ROMÁN-PÉREZ, R. *Envejecimiento y estrategias de adaptación a los entornos urbanos desde la gerontología ambiental*. *Estudios Demográficos y Urbanos*, v. 34, p. 101-128, 2019.

GIFFORD, R. *Environmental Psychology: principles and practices*. 3rd ed. Colville, WA: Optimal Books, 2002.

LEVASSEUR, M.; GÉNÉREUX, M.; BRUNEAU, J.; VANASSE, A.; CHABOT, E.; BEAULAC, C.; BÉDARD, M. *Importance of proximity to resources, social support, transportation and neighborhood security for mobility and social participation in older adults: results from a scoping study*. *BMC Public Health*, v. 15, n. 503, p. 1-19, 2015.

LEVASSEUR, M.; DUBOIS, M-F.; GÉNÉREUX, M.; MENEZ, V.; RAINA, P.; ROY, M.; GABAUDE, C.; COUTURIER, Y.; ST-PIERRE, C. *Capturing how age-friendly communities foster positive health, social participation and health equity: a study protocol of key components and processes that promote population health in aging Canadians*. *BMC Public Health*, v. 17, n. 502, p. 1-11, 2017.

LEWICKA, M. *Place attachment: How far we come in the last 40 years?* *Journal of Environmental Psychology*, v. 31, n. 3, p. 207-230, 2011.

NAUD, D.; GÉNÉREUX, M.; BRUNEAU, J.; ALAUZET, A.; LEVASSEUR, M. *Social Participation in older women and men: differences in community activities and barriers according to region and population size in Canada*. *BMC Public Health*, v. 19, n. 1124, p. 1-14, 2019.

NERI, A. L. *O legado de Paul B. Baltes à psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento*. *Temas em Psicologia*, v. 14, p. 17-34, 2006.

PINTO, J. M.; NERI, A. L. *Trajetórias de participação social na velhice: uma revisão sistemática da literatura*. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, v. 20, n. 2, p. 260-273, 2017a.

PINTO, J. M.; NERI, A. L. *Factors related to low social participation in older adults: findings from the FIBRA study, Brazil*. *Cad. Saúde Colet.*, v. 25, n. 3, p. 286-293, 2017b.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. *Place identity: Physical world socialization of the self*. *Journal of Environmental Psychology*, v. 3, p. 57-83, 1983.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: America's declining social capital*. In: CROTHERS, L.; LOCKHART, C. (Eds.). *Culture and Politics*. New York: Palgrave Macmillan US, 2000, Cap. 12, p. 223-234.

RAINER, S. *Social Participation and Social Engagement of elderly people*. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 116, p. 780-785, 2014.

RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, V.; SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, D. *Approaches to Environmental Gerontology in the Mediterranean Europe and Latin American: Policy and Practice on Ageing and Place*. In: SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, Diego; RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, Vicente (Eds.). *Environmental Gerontology in Europe and Latin American: policies and perspectives on environment and ageing*. Switzerland: Springer, 2016, Cap. 2, p. 11-44.

ROZANOVA, J.; KEATING, N.; EALES, J. *Unequal social engagement for older adults: constraints on choice*. *Canadian Journal on Aging*, v. 31, p. 25-36, 2012.

ROWE, J.; KAHN, R. *Successful aging*. *The Gerontologist*, v. 37, n. 4, p. 433-440, 1997.

SIXSMITH, J.; FANG, M. L.; WOOLRYCH, R.; CANHAM, S. L.; BATTERSBY, L.; SIXSMITH, A. *Ageing well in the right place: partnership working with older people*. *Working with older people*, v. 21, p. 40-48, 2017.

THIBAUD, J. P. *Ambiência*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (Orgs.), *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2018, pp. 13-25.

TUAN, Y.-F. *Rootedness versus sense of place*. *Landscape*, v. 24, p. 3-8, 1980.

WILES, J. L.; LEIBING, A.; GUBERMAN, N.; REEVE, J.; ALLEN, R. E. S. *The meaning of "Ageing in Place" to older people*. *The Gerontologist*, p. 1-10, 2011.

WOOLRYCH, R.; SIXSMITH, J.; FISHER, J.; MAKITA, M.; LAWTHON, R.; MURRAY, M. *Constructing and negotiating social participation in old age: experiences of older adults living in urban environments in the United Kingdom*. *Aging and Society*, p. 1-23, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*

(*Active Ageing: a policy framework*). Trad. Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global Age-friendly cities: a guide*. Geneva: WHO Press, 2008. ISBN 978-92-4-154730-7.

ENVELHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Um estudo de caso sobre as relações entre os idosos e o bairro da Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC

**Danilo Gomes Resendes¹, Andréa Holz Pfützenreuter² e
Lizandra Garcia Lupi Vergara³**

Resumo

Este estudo investigou a percepção do espaço circundante e o estado de preservação das memórias dos idosos contidas no tecido urbano do bairro de Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC. Ao conteúdo de quinze entrevistas realizadas no mês de julho de 2019 com idosos que residem no local há pelo menos 20 anos, foi aplicada a metodologia de Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (2011). A investigação resultou em cinco categorias de análise: Envelhecimento Saudável, Mudanças na Morfologia do Bairro, Memória, Relação com a Natureza e Relações Sociais. As inferências sobre os temas apontam para uma relação social e histórica da população com o bairro, demonstrando que a preservação e manutenção das memórias do tecido urbano podem transformar o modo de vida e exercem influência direta no processo de envelhecimento da população.

Palavras-chave: envelhecimento, cidade, idosos, percepção, Armação do Pântano do Sul.

AGEING AND THE CONSTRUCTION OF THE CITY

The relations between the elderly and the neighborhood of Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC

Abstract

This study investigated the perception of the surrounding space and the state of preservation of the elderly's memories contained in the urban fabric of the neighborhood of Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC. The content analysis methodology developed by Bardin (2011) was applied to the content of fifteen interviews conducted in July 2019 with elderly people who have lived at the site for at least 20 years. The investigation resulted in five categories of analysis: Healthy Ageing, Changes in Neighborhood Morphology, Memory, Relationship with Nature and Social Relations. The inferences on the themes point to a social and historical relationship between the population and the neighborhood, demonstrating that the preservation and maintenance

of memories of the urban fabric can transform the way of life and exert a direct influence on the population ageing process.

Keywords: ageing, city, elderly, perception, Armação do Pântano do Sul.

Introdução

As projeções populacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2018) indicam um aumento do número de idosos, de 900 milhões em 2015, para 2 bilhões de pessoas em 2050. Os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam um aumento contínuo da população idosa brasileira (a partir de 60 anos), enquanto o Censo de 1991 indicava 7%, os dados do Censo em 2010 revelam que os idosos representam 14% do número total de brasileiros (IBGE, 1991, 2010).

O envelhecimento humano caracteriza-se, a nível biológico, pela diminuição gradual das reservas fisiológicas, fragilizando suas condições físicas (OMS, 2015). O estado psicológico se altera em relação às mudanças ocorridas na esfera social ao longo da vida, e em função das mudanças ocorridas no espaço circundante do convívio cotidiano.

O aumento da população idosa no Brasil e a transformação do tecido urbano são realidades que podem tanto promover o envelhecimento ativo e saudável, como dissociar a preservação da memória associada ao lugar, prejudicando a saúde mental desta população. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa consistiu em identificar os tipos de relação que os idosos residentes no bairro da Armação do Pântano do Sul têm com o lugar que residem, reconhecendo elementos para a percepção do espaço e preservação das características morfológicas do bairro para promoção da saúde.

De acordo com o Censo de 2010, a cidade de Florianópolis conta com uma população total estimada em 421 mil habitantes, dentre os quais aproximadamente 48 mil são idosos, o que representa cerca de 11,5% do total (IBGE, 2010). Seguindo a tendência mundial do aumento de número de idosos, o município possui uma população entre 45 e 59 anos de aproximadamente 79 mil habitantes, o que corresponde a quase 20% da população total (IBGE, 2010). O considerável aumento da projeção do número de idosos nos próximos anos dentro do município e a necessidade de compreender como a relação entre indivíduo e lugar influencia na promoção do envelhecimento saudável, justificam a importância do estudo do tema dentro desse contexto.

Método

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa que realizou entrevistas semiestruturadas presenciais com quinze idosos residentes no bairro da Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC.

Salienta-se que este estudo segue os preceitos éticos de pesquisa com seres humanos, portanto foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) sob o número de parecer 3.523.431.

Estudo de Caso

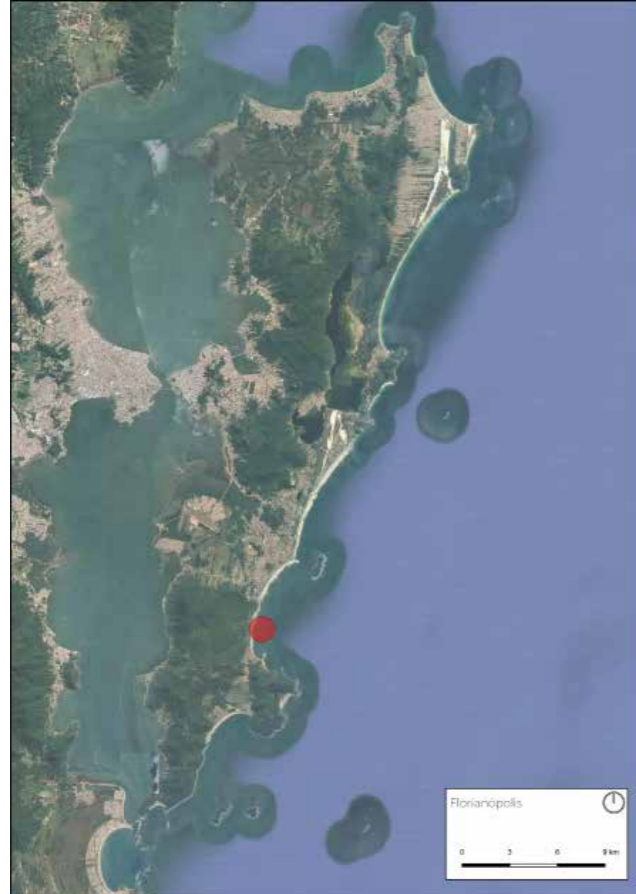
As principais atividades econômicas desenvolvidas nos primeiros núcleos urbanos de Florianópolis dividiam-se entre a pesca e a agricultura, ambas de subsistência (CENTRO DE ESTUDOS, CULTURA E CIDADANIA – CECCA, 1997). A pesca artesanal

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 1 - Localização do bairro no município de Florianópolis. Fonte: Google Earth com edição do autor, 2020. Figura 2 - O bairro da Armação do Pântano do Sul. Fonte: Google Earth com edição do autor, 2020. Figura 3 - Elementos notáveis da paisagem do bairro. Fonte: Google Earth com edição do autor, 2020.



-  CALÇADÃO
-  ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESAIS DA ARMAÇÃO
-  IGREJA DE SANT'ANNA
-  AV ANTÔNIO BORGES DOS SANTOS

praticada desde os tempos da colonização da Ilha, foi importante no desenvolvimento e consolidação dos núcleos pesqueiros distribuídos pela costa (CECCA, 1997). A região ainda contava com a prática da pesca predatória de baleias que ocorria em, pelo menos, quatorze núcleos pesqueiros no Brasil (ELLIS, 1958).

Fundado em 1772, o bairro da Armação (Figuras 1 e 2) representou um marco na atividade pesqueira e econômica do município. O local era considerado próprio para a pesca pela proximidade com o mar e da Ilha das Campanhas, utilizada como ponto estratégico para visualização do mar aberto e de baleias (CECCA, 1997). A população do bairro é constituída por descendentes de imigrantes da colonização Portuguesa, que permanecem trabalhando com a pescaria artesanal, e por pessoas de outras localidades do país e do mundo.

O nome do bairro relaciona-se com o processo preparatório da pesca baleeira que, até o final do século XIX, compunha um importante ramo da pescaria local (ELLIS, 1969). A escolha do bairro foi motivada pelo estado de preservação da cultura pesqueira artesanal, pelas poucas mudanças morfológicas ocorridas no local, conforme apresentado no Apêndice A, o qual apresenta uma ortofoto do bairro em 1938 seguido de uma sobreposição do sistema viário atual do bairro e uma imagem de satélite de 2020 com a sobreposição das vias, além da semelhança com o quadro populacional apresentado pelo município no que diz respeito à proporção de idosos em relação à população total do bairro (IBGE, 2010).

Com relação a configuração espacial do local, há características que datam de sua fundação e elementos que foram agregados ou modificados na paisagem urbana ao longo do tempo. A Figura 3 a seguir apresenta elementos da paisagem que são presentes nas falas dos moradores do bairro, contemplando tanto os que preservam a memória histórica relacionada à pesca artesanal e ao modo de vida específico dentro dele, como os que apontam modificações na dinâmica socioespacial que, embora em ritmo desacelerado, são refletidas na mudança de percepção do idoso com relação ao lugar.



Figura 4 - Igreja de Sant'Anna. Fonte: do Autor, 2020. Figura 5 - O bairro da Armação do Pântano do Sul com destaque para a Igreja local e a Associação dos Pescadores Artesais. Fonte: Everton Marcelino, 2014 com edição do autor, 2020. Figura 6 - Efeitos da erosão costeira em função das ressacas de 2010. Fonte: Guto Kuersten, 2010. Figura 7 - Remodelação da orla da praia com a instalação de equipamentos urbanos. Fonte: do Autor, 2020.



A partir de observações feitas no local nota-se que a Igreja de Sant'Anna (Figura 4) e suas imediações, localizada no final da Avenida Antônio Borges dos Santos, representam o centro da vida comunitária do bairro. À frente do prédio acontecem festas associadas ou não à prática religiosa, além de contar com a maior parte dos comércios locais do bairro (restaurantes, lojas, padarias e mercearias). A cerca de 80 metros a sudeste do local localiza-se a Associação dos Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul (ou vila dos pescadores), outro marco na paisagem pela associação com uma atividade comercial historicamente praticada (Figura 5).

A relação histórica da população local com a praia sofreu mudanças conforme a faixa de areia sofreu um processo de erosão costeira (MUEHE, 2005) em decorrência da urbanização da orla. As consequências do avanço territorial em direção ao mar causaram danos às edificações à beira-mar. O fenômeno natural de ressacas exigiu que o poder público remodelasse a costa da praia (Figura 6), construindo um muro de contenção e um calçadão em parte da orla para conter a força das ondas. Esse local, que dispõe de lixeiras e bancos ao longo de seu percurso e uma Academia da Terceira Idade, é frequentemente utilizado pela população idosa para prática de exercícios físicos e circulação pelo bairro, uma vez que ele está conectado com o sistema de ruas (Figura 7).

A paisagem da praia é marcada pela presença de barcos, que ficam atracados próximo à Ilha das Campanhas, e ocupam parte do banco de areia que fica próximo à Associação de Pescadores Artesanais da Armação, ao longo da estreita faixa de areia que percorre a extensão do calçadão e pelo alargamento do banco de areia em direção ao norte do bairro. As Figuras 8 e 9 representam alguns dos aspectos descritos acima relacionados à presença da cultura pesqueira na paisagem.

Crítérios de seleção da amostra

A amostra corresponde aos residentes no bairro da Armação do Pântano do Sul há pelo menos 20 anos, privilegiando a percepção de idosos que acompanharam as modificações espaciais do bairro. Para categorizar um indivíduo como "idoso" foram utilizados os parâmetros descritos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Art. 1º), ou seja, aqueles que possuem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Caracterização da amostra

A partir de observações durante visitas ao bairro sobre os principais locais de circulação e permanência de idosos, determinou-se que a Avenida Antônio Borges dos Santos e o calçadão da orla da praia seriam os locais de abordagem dos indivíduos. Visando a coleta de relatos sob diferentes pontos de vista em relação às alterações espaciais, optou-se por uma seleção aleatória de indivíduos nesses locais entre os horários de

7h30 a 11h30 e 14h00 a 18h00 em três dias diferentes.

O processo de seleção da amostra ocorreu de forma aleatória, abordando uma a cada três pessoas que aparentavam ter idade igual ou superior a 60 anos. Foram abordadas trinta e uma pessoas, das quais vinte e quatro eram elegíveis para a pesquisa e quinze concordaram em participar do estudo mediante todas as condições que ele envolvia, o que incluía a concordância na assinatura de duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a autorização para a gravação de áudio durante todo o período da entrevista. Os motivos para recusa pautaram-se na falta de tempo para responder as perguntas e no constrangimento gerado pela necessidade da gravação de áudio para conclusão de todas as etapas do estudo. Durante as entrevistas os participantes indicaram outras pessoas que poderiam ser incluídas na pesquisa.

O estudo concentrou-se em idosos socialmente ativos, ou seja, aqueles que frequentavam espaços públicos abertos e possuíam vínculos sociais com pessoas de fora do seu convívio familiar.

Análise de Conteúdo

Após a abordagem sobre a temática, o teor da pesquisa e a demonstração de interesse do idoso, este foi convidado a assinar duas vias de um termo de consentimento livre e esclarecido, ficando uma via com o entrevistador e a outra com o entrevistado. O registro das informações foi realizado com um gravador de áudio, o qual foi apresentado ao entrevistado durante todo o período das entrevistas, que duraram entre 4 e 27 minutos cada.

Os áudios foram transcritos na íntegra para realizar a Análise de Conteúdo de Bardin (2011): Método de investigação pautado no exame textual dos discursos por meio de uma estrutura de análise. A pré-análise de organização das ideias passa por um tratamento de sistematização e se traduz em um plano de análise. A exploração do material, consiste na codificação das informações obtidas e na determinação de relevância de cada uma delas. O tratamento e interpretação dos resultados obtidos, visa torná-los significativos e válidos por meio de inferências que relacionam as percepções com bibliografias que tratam dos assuntos.

O número de entrevistas seguiu a recomendação de Bardin (2011), que considera que o número de entrevistas necessárias para atingir a saturação das respostas sobre um determinado assunto é entre 15 e 20, correspondendo a 2% da população idosa do bairro.

Entrevistas

Durante a entrevista semiestruturada, conduzida pelo autor principal, o indivíduo foi convidado a tratar de temas relacionados ao decurso de envelhecimento particular e o processo de alterações morfológicas que ocorreram no bairro. O modelo do roteiro de perguntas encontra-se no Apêndice B.

Resultados e discussões

Para caracterizar os atores envolvidos no estudo e compreender os posicionamentos de cada fala, as informações sobre a idade, origem, tempo de residência e gênero dos entrevistados foram dispostas no Quadro 1, a seguir:

Entrevistado	Idade	Origem	Residência no bairro (anos)	Gênero
E1	85	Saco dos Limões/ Florianópolis	50	Masculino
E2	80	Armação/ Florianópolis	80	Masculino
E3	86	Armação/ Florianópolis	86	Masculino
E4	63	Armação/ Florianópolis	63	Feminino
E5	61	Buenos Aires	36	Feminino
E6	69	Armação/ Florianópolis	69	Masculino
E7	96	Saco dos Limões/ Florianópolis	86	Masculino
E8	65	Morro das Pedras/ Florianópolis	55	Feminino
E9	64	Florianópolis	21	Feminino
E10	66	Serra Catarinense	47	Feminino
E11	79	Armação/ Florianópolis	79	Masculino
E12	66	Nilópolis/ Rio de Janeiro	40	Feminino
E13	74	Armação/ Florianópolis	74	Masculino
E14	70	Armação/ Florianópolis	70	Masculino
E15	62	Armação/ Florianópolis	62	Masculino

As informações do Quadro apresentam que doze dos quinze entrevistados são provenientes do município de Florianópolis; oito sempre residiram no bairro da Armação, sendo sete homens e uma mulher. Os demais respondentes da pesquisa que não são florianopolitanos são todas mulheres: uma catarinense, outra carioca e uma portenha. A média de tempo de residência entre todos os entrevistados foi de 61,2 anos, enquanto que se o cálculo abordar apenas os respondentes que declararam origem em outros locais, essa média cai para 47,8 anos, superando a média de 20 anos estabelecida como critério para a realização da entrevista.

Com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a categorização foi realizada a partir da transcrição das entrevistas, sendo dispostas em planilha com a correspondência das perguntas que as motivaram. O agrupamento pela observação de palavras-chave, frases e expressões que demonstravam particularidades dentro das categorias, originaram as subcategorias. Ao final desse processo foram definidas cinco categorias de análise, que exprimem as diferentes formas de relação entre espaço e memória experienciadas pelos idosos entrevistados, sendo estas: envelhecimento saudável, mudanças na morfologia do bairro, memória, relação com a natureza, e relações sociais. As discussões sobre cada uma dessas categorias serão tratadas a seguir.

Envelhecimento saudável

A categoria de envelhecimento saudável contemplou elementos das falas de idosos que se relacionavam com elementos considerados fundamentais para se envelhecer com saúde. A Figura 10 apresenta um fluxograma que descreve como essas características foram agrupadas e subdivididas para dar origem à categoria de análise.

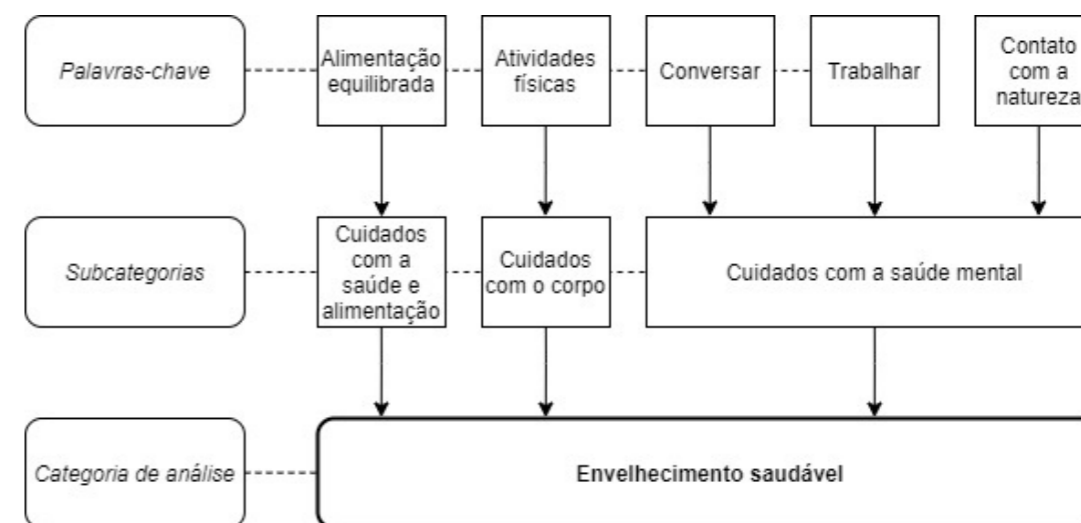


Figura 10 - Fluxograma da composição da categoria de envelhecimento saudável. Fonte: do Autor, 2020.

Dentro das falas relacionadas a alimentação saudável, o consumo contínuo das espécies marinhas, em especial o de peixes, foi apontado como uma das principais razões para o envelhecimento saudável. Os idosos destacaram a produção contínua e histórica do bairro na pescaria artesanal, que contribuiu para a associação de que o fenômeno do envelhecimento saudável, sob a ótica da população local passa, invariavelmente, pelo consumo da espécie.

É saúde, e comer peixe aí, ó (risadas) (E7).

É... (pensando na resposta) Você cuidar da alimentação, né? Você se alimentar de uma forma... Ter bons hábitos alimentares, se não tiver, reeducação, né? (E12).

Quando tu é novo, né? Não fumar, não beber, não... Né? E a gente comer muito peixe como comia peixe, muito peixe (E14).

Envelhecer de forma saudável é comer comida boa, saudável (E15).

Ao mesmo tempo em que os cuidados com a alimentação são indispensáveis para promover saúde e melhor qualidade de vida, a prática regular de exercícios físicos faz-se fundamental para controlar o peso, reduzir os riscos de surgimento e recorrência de doenças, reduzir o estresse, aumentar da autoestima, além de contribuir com a socialização dos seres humanos que as praticam (WEINBERG; GOULD, 1996 apud CAROMANO et al, 2006). O entendimento sobre a relevância da prática de exercícios é notável nas falas dos entrevistados, que indicam as atividades proporcionadas pela morfologia do local e aquelas oferecidas pela infraestrutura coletiva oferecida pelo município de Florianópolis ao bairro. Os exemplos reportados pelos idosos são descritos a seguir:

Poder fazer atividade também como (pausa) piscina, né? Que exigem

[...] É, de... Exigem lado financeiro, né? Pra que você possa pagar, porque hoje em dia nada disso vem... Mas aqui na Armação a gente também consegue fazer atividade física no posto de saúde ali, né? Da comunidade... Eles oferecem yoga, alongamento, é [...] (E4).

[...] eu caminho 35 anos 7 quilômetro todo dia, todo dia eu caminho. Todo dia eu caminho 7 quilômetro... Então é tudo de... De... De cuidar, né? Você se cuidar, né? (E14).

Os cuidados com a saúde mental visando o bem-estar do idoso foram associados à atividade laboral desempenhada durante a vida. Pelo menos três dos quinze entrevistados destacaram, de forma enfática, a necessidade do trabalho para manter-se ativo mentalmente:

Ah, é trabalhe muito, aí fica com... Trabalha muito e converse [...] (E7).

Trabalhar bastante, né? Sem trabalhar você num... Né? Num... Num exerce a sua mente, né? Não é verdade? (E9).

[...] trabalhar, se movimentar todo dia, tá? Tá se trabalhando, tá se movimentando como esse aí, ó (referindo-se a um senhor trabalhando nas redes de pesca) [...] Isso aí tá ajudando o organismo da pessoa, tá? (E11).

Apesar da ênfase das falas dos entrevistados com relação à importância da atividade laboral para o bem-estar psíquico, cabe ressaltar que as próprias limitações físicas dificultam a inserção do idoso no mercado de trabalho formal. Santos (1990) aponta que as atividades laborais que foram desenvolvidas ao longo da vida do indivíduo contribuem para a formação da identidade individual, despertando o sentimento de valorização dentro da sociedade em que está inserido. Ao aposentar-se, de forma espontânea ou não, o idoso passa a experimentar um processo que pode gerar instabilidade emocional e culminar em consequências negativas no futuro (CANIZARES e JACOB FILHO, 2010) devido às grandes alterações de rotinas, especialmente em núcleos que desenvolvem a mesma atividade econômica desde sua fundação, como é o caso do bairro estudado.

Para a preservação da saúde mental, a relação com o lugar em que o indivíduo se encontra tem efeitos importantes. Giuliani (2003) destaca as diferentes percepções sobre o ambiente ao formular uma teoria sobre afinidade territorial, explorando os aspectos positivos e negativos que podem aflorar no sujeito de acordo com seu vínculo histórico com o lugar e o bem-estar que o mesmo tem sobre sua vivência. Em relação à Armação do Pântano do Sul é notável pelas falas dos entrevistados que a população local desenvolveu uma relação próxima com a natureza, tornando-a um elemento chave para a promoção do envelhecimento ativo:

Estar em contato com a natureza, isso pra mim a... Aqui a Armação isso aqui é um paraíso pra mim, né? [...] E também ler, é... (pausa para pensar) É, pra continuar é... Exercitando o cérebro, né? Pra você não perder as capacidades, né? (E12).

(Falando sobre a preservação ambiental do bairro) É uma coisa nativa, né (grande ênfase na palavra 'nativa')? É um troço que é bom pra saúde, né? (E14).

Mudanças na morfologia do bairro

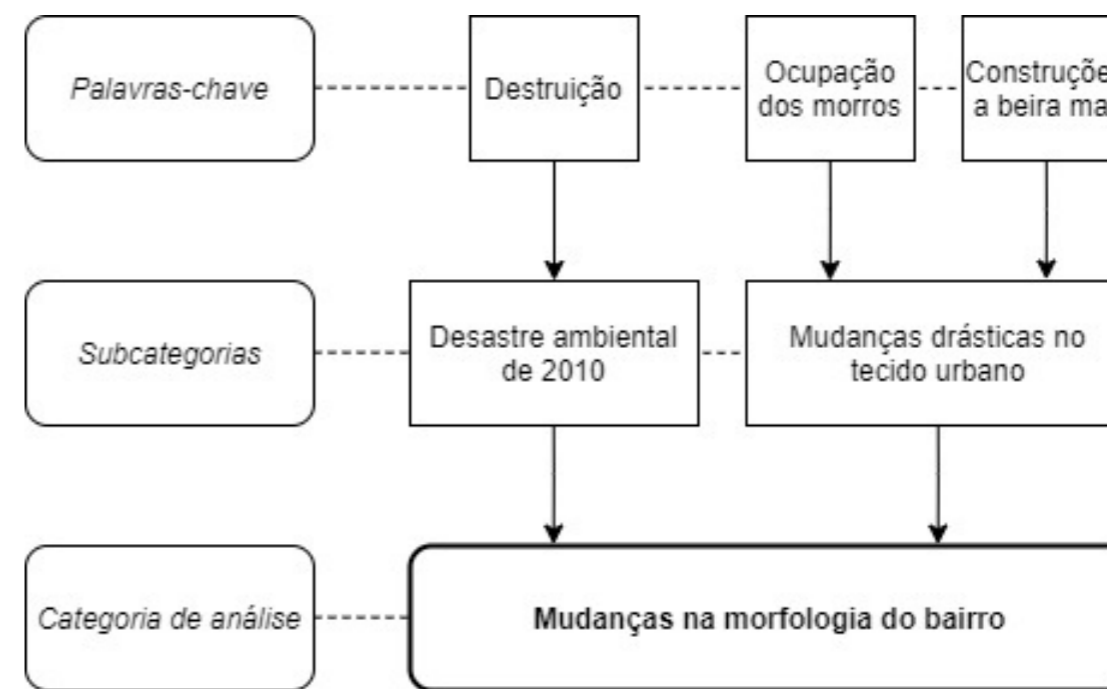


Figura 11 - Fluxograma de composição da categoria de mudanças morfológicas do bairro. Fonte: do Autor, 2020.

Com relação às mudanças ocorridas na morfologia do bairro, os entrevistados destacaram duas alterações na paisagem: o processo de especulação imobiliária no bairro e o fenômeno natural de ressacas, caracterizadas pelo aumento do nível do mar com ondas impulsionadas pelo vento. A Figura 11 apresenta a sistematização de elementos presentes nas falas que deram origem à categoria.

A ocupação da orla por parte da população atraída pela política de exploração do turismo das regiões litorâneas de Florianópolis, desencadeou uma série de problemas infraestruturais no bairro, que se somaram ao fenômeno natural das ressacas do mar na região. Pereira (2010) destaca a ocorrência desse evento na costa leste da ilha de Florianópolis e faz um estudo detalhado sobre um episódio ocorrido em 2010, considerado por muitos como o fenômeno natural mais intenso já ocorrido na região. Esse evento foi lembrado por parte dos entrevistados e, devido à sua gravidade, a lembrança sobre ele está preservada na memória da população local dada sua magnitude, e ao fato de ter alterado consideravelmente a paisagem da orla da praia, conforme pode ser verificado nas falas a seguir:

Aquela (incompreensível) grande que, em 2010, que destruiu tudo, que... Jogou mais de não sei quantas casas no mar, que destruiu... E o mar não tinha pra onde ir, né? (E4).

A lá tá melhorando mais aquele lado lá, que também tava acabada também, sabe? Quando deu aquele... Aquela, aquela coisa toda (E6).

De acordo com Dorsa (2015), o início da ocupação do espaço urbano do bairro ocorreu apenas ao redor da Igreja de Sant'Anna e nas encostas dos morros. Atualmente é possível verificar que o desenvolvimento do bairro acontece de forma orgânica e sem planejamento, com ocupações que se estendem morro acima e espalharam-se na beira-mar, fato que alterou as dinâmicas dentro do bairro e, sobretudo, na orla da praia.

As modificações na dinâmica espacial se refletem na percepção dos que são nativos da Armação do Pântano do Sul, que demonstram descontentamento com a situação

atual:

E aí deixaram escancaradas 'essas porta', eles entravam, o pessoal que vive de rolo entrava atacava este morro (apontou para o lado oposto da praia)... Tu vê como é que é 'essas favela', esse morro (E1).

Essa (pausa) exploração imobiliária que acabou que o homem ocupasse tudo de um modo muito, é... De uma maneira assim, que veio destruir mesmo, né? [...] E que hoje a gente vê toda essa... Essa destruição e isso deixa [...] Isso me deixa muito triste assim, né? (E4).

E tão acabando com tudo, tão devorando tudo. Não se via uma casa do asfalto pra lá. Não se via uma casa pros lado lá de cima (E6).

Estudos conduzidos por Alves (2009), Claramunt (2008) e Dorsa (2015) indicam que grande parte das alterações no local aconteceram em virtude da exploração territorial para a promoção do turismo. A partir da década de 1970, essa atividade passou a figurar entre uma das principais diretrizes de políticas públicas para o município de Florianópolis (CLARAMUNT, 2015), gerando modificações significativas nas dinâmicas espaciais e sociais. As falas a seguir ilustram a preocupação dos moradores com essas mudanças:

A gente tá vendo que tá perdendo tudo, né? É triste isso daí, né? Então... (longa pausa) Só isso que eu penso, eu vou ter que... Eu vou morrer e vou deixar tudo sem [...] (E13).

A praia nossa era cheia de dunas de areia! Foi tudo derrubado pra construção de casa de praia [...] Derrubaram o que nós tinha de importante aqui [...] (E15).

Memória

Os aspectos associados à memória que foram enunciados pelos entrevistados são referentes ao espaço físico original do bairro e a preservação de suas dinâmicas, conforme disposto na Figura 12.

A relação territorial que a população desenvolveu com o espaço circundante enfatiza a importância da vida comunitária desenvolvida no local. Das três falas a seguir, a primeira evidencia o valor do patrimônio material e imaterial herdado pelo bairro, enquanto as duas últimas destacaram o fato de ele se caracterizar como uma "vila de pescadores", exaltando o valor cultural que essa atividade tem sobre o local:

Uma coisa que ali tem um cemitério ao lado ali... [...] Aí já até... Tentaram tirar dali e botar noutra lugar pra fazer uma pracinha... [...] E aquilo ali é... Foi o princípio que... Quando fez é, ... Fazer a Igrejinha aparece o cemitério também [...] E aí, é chato tirar dali, né? [...] É... Eu acho que aquilo ali é um... É uma coisa que foi feita naquela época e a gente nunca pode desprezar... [...] Nunca 'podemo' deixar desmontar aquilo ali [...] Porque eu acho que ele... Que o que é antigo a gente nunca pode demolir (E3).

Manter o lugar assim como originariamente... Assim, mais simples, digamos. 'Sin' tanta infraestrutura [...] 'No' este lugar, sendo assim um vilarejo, 'una' vila de pescadores (E5).

E outra coisa assim, o que eu gostaria que continuasse, porque assim, não houve muita mudança em termos da praia sim, mas não houve muita mudança na vila. Que é uma vila de pescadores, sabe? E que a comunidade é [...] Tipo, cuida muito [...] (E12).

Mesmo com as mudanças morfológicas é perceptível pelas falas que o bairro da Armação do Pântano do Sul se constitui como um lugar que condensa diferentes valores e memórias em seu tecido. Pollice (2010) aponta que o território é um produto das relações de diversos tempos históricos e da "sedimentação cultural" que estabelecem uma relação de identidade entre a população que vive ali e o espaço. Além disso, o autor destaca que:

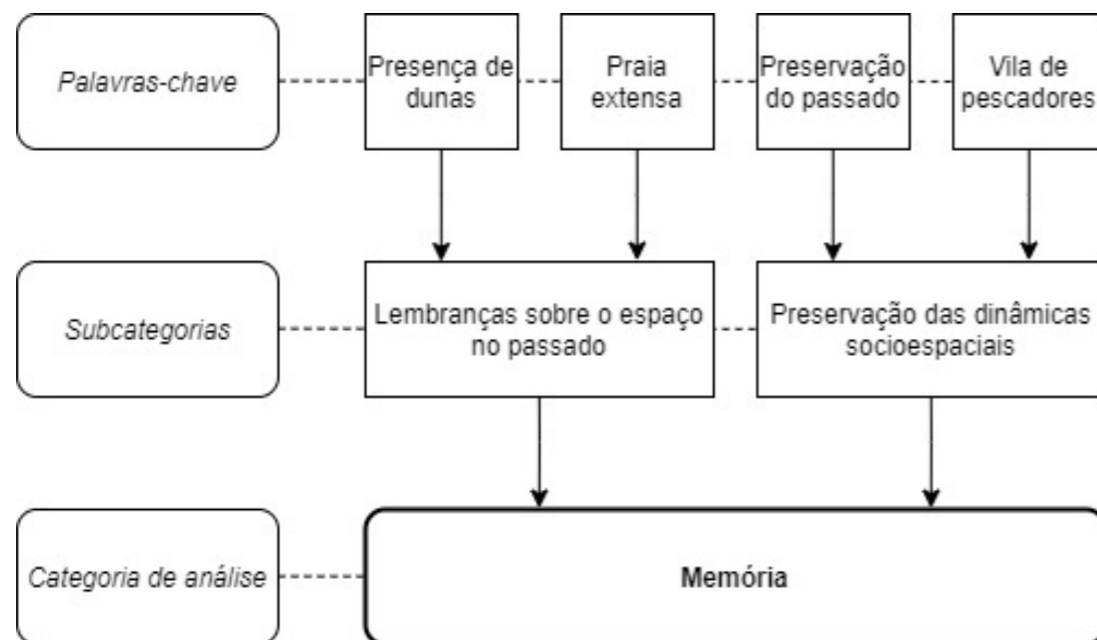
O território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente (POLLICE, 2010).

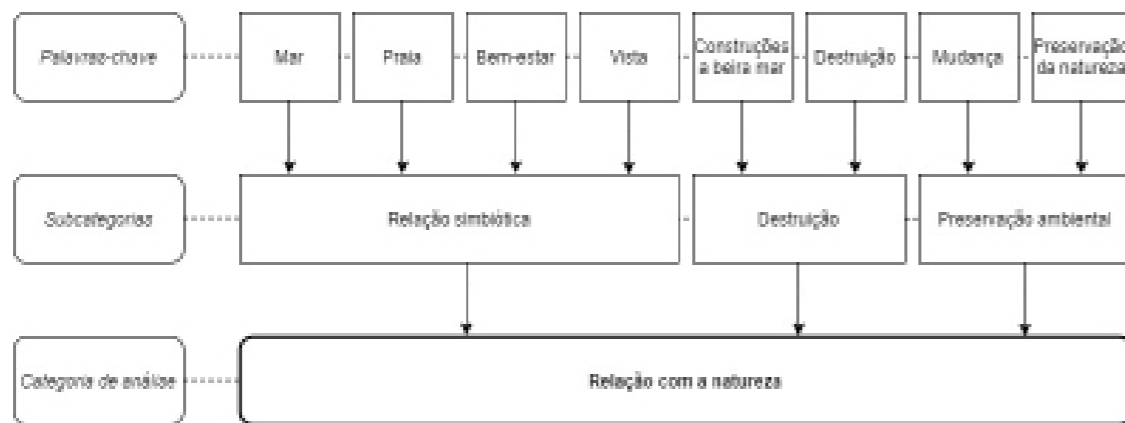
Relação com a natureza

As falas dos idosos entrevistados demonstraram diferentes níveis de relação com a natureza. Muitas delas exprimiram preocupação com aspectos relacionados à forma como a paisagem urbana, no tocante aos elementos naturais presentes nela, foi modificada com o tempo. A organização das falas dos entrevistados sobre a relação da população local com a natureza foi disposta na Figura 13, a seguir.

Durante as entrevistas, os idosos destacaram a importância psicológica que o espaço da praia tem sobre eles. Dorsa (2015) trabalha com as dimensões simbólicas no espaço, sinalizando que as formas de representação do lugar são correlatas à memória afetiva que seus frequentadores constroem ao longo do tempo.

Figura 12 - Fluxograma da composição da categoria de memória. Fonte: do Autor, 2020.





As narrativas verificadas durante as entrevistas evidenciaram que os diferentes sistemas de percepção foram desenvolvidos e moldados de acordo com o convívio cotidiano com a pesca (DORSA, 2015). As falas a seguir exemplificam o quanto essa associação é presente no imaginário da população, e a relação afetiva com o espaço:

Porque quando eu saía assim, a gente sente saudade ‘dos filho’, mas também sentia saudade assim, sentia saudade do mar (E8).

Praia! Pra mim não tem nenhuma... Nenhuma... Nenhuma festa que ‘seje’ melhor pra mim. É a praia! O dia que eu não venho na praia aqui, que eu moro aqui pertinho, moro ali em cima... Mas o dia que eu não venho aqui na praia a minha mulher diz assim: -vai lá, vai lá dar bom dia na praia ‘dos pescador’ [...] Eu sou obrigado vim todo dia a praia (E11).

Ah, pra mim é aqui a beira da praia, né? O mar aqui, né? É que eu não paro em casa por causa disso, que eu venho ‘praqui’ e (incompreensível), tem o sol, (incompreensível), tem tudo aqui na beira da praia, nem se discute (E13).

É essa vista aqui (estávamos sentados em frente ao mar). Essa vista aqui, esse... É muito lindo. E, isso aqui quando a gente chega aqui, eu moro ali no trevo, quando chego aqui eu penso até que eu tô num outro lugar. Porque isso aqui é maravilhoso (E14).

As entrevistas destacaram a preocupação dos idosos em proteger o bairro com relação às ações que possam alterar sua morfologia e as dinâmicas sociais locais. A associação entre a população local e a natureza presente no bairro endossam a discussão sobre preservação ambiental e a manutenção do imaginário da população local.

Os entrevistados expuseram suas opiniões visando a preservação ambiental do local, o que evidenciou certo grau de inquietação para encontrar uma forma de evitar que as memórias contidas nos sistemas de percepções se perdessem. As falas a seguir ilustram a preocupação por diferentes mecanismos do tecido urbano do bairro:

Se [...] Se eles conseguirem a deixar a Armação como ela tá já ‘esses ano’ todo que existe a Armação, tá muito bom assim, ó [...] (E1).

Nossa Armação tem que ser preservada do lixo [...] É, de tudo, né? De tudo que deixa a [...] O lugar feio, né? (E8).

Nós tem’ que preservar bem a natureza, né? Do lugar, né? Que lindo, maravilhoso, né? (E9).

Preservar tudo, né? Praia [...] Tudo assim tem que ser preservado, né? (E13).

Tudo (resposta muito firme) [...] Tudo o que você imaginar tem que ser preservado. Tudo, tudo, tudo! (E14).

É, voltar o [...] O normal não volta mais, né? Como era antes, né? Mas a Armação tá bem preservada [...] Esse ar puro que a gente sente aqui de manhã cedo, de tarde [...] Por que? Porque nós tem muita árvore, né? Nós temo o iodo saindo do mar, tem que preservar tudo o que você imaginar! (E14).

Cabe destacar a fala da entrevistada 8, que sintetiza o sentimento da maioria dos entrevistados a respeito da preservação ambiental e social do bairro. Quando ela se utiliza da expressão “Nossa Armação” fica evidente que a vivência no bairro deixa de ser uma relação apenas de consumo sobre um bem produzido, transcendendo a um patamar de pertencimento e afeto.

Relações sociais

A categoria de relações sociais reuniu as falas dos entrevistados que trataram dos fatores positivos das dinâmicas atuais e a deterioração paulatina do senso comunitário presente no bairro. A Figura 14 descreve o processo de composição da categoria de acordo com o contexto em que as falas foram colocadas, demonstrando a presença de diferentes níveis de interação social no bairro.

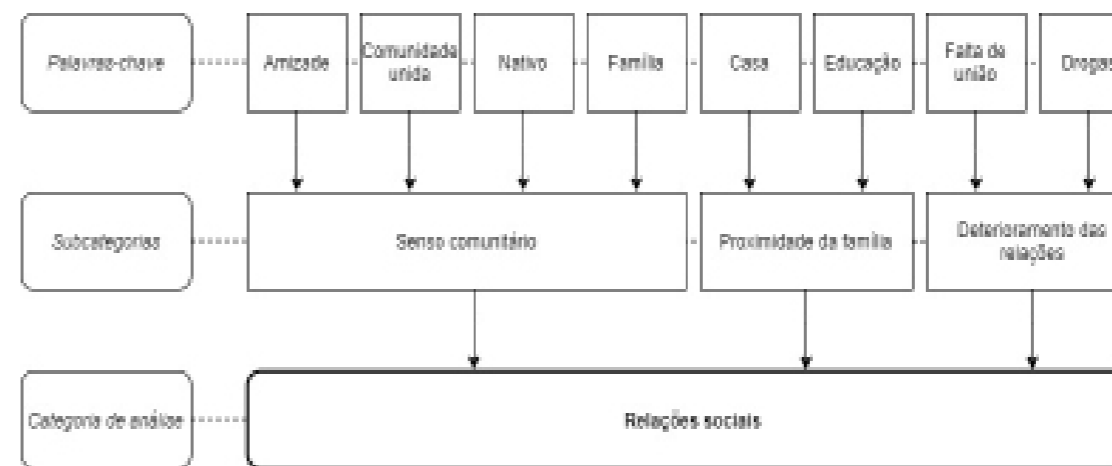


Figura 14 - Fluxograma da composição da categoria de relações sociais. Fonte: do Autor, 2020.

Autores abordam a qualidade de vida para o idoso estabelecendo a importância dos vínculos sociais efetivos para o bem-estar físico e mental dessa população (GUERRA e CALDAS, 2010, IRIGARAY e TRENTINI, 2009, GUEDEA et al, 2006, ANDRADE e VAITSMAN, 2002, OLIVEIRA, PASIAN e JACQUEMIN, 2001). A carência de relações sociais consolidadas pode ser tão prejudicial à saúde do idoso quanto o tabagismo e a elevação da pressão sanguínea, por exemplo (ANDRADE E VAITSMAN, 2002). Cientes da importância das interações sociais e de sua consolidação, os entrevistados relataram situações que demonstravam o afeto desenvolvido na comunidade. As falas percorreram diferentes esferas de relações interpessoais:

Às vezes levava um ano pra receber, quando [...] A pesca às vezes também falhava naquela época. Mas depois vinha, depois sempre

dava (E7).

É, aqui a Armação, é Armação... Eu... Eu já vou botar sul da ilha, né? [...] E... Lá pro norte da ilha eu não tenho amizade lá assim. Não [...] Não tenho [...] Eu conheço tudo mas não... Não tenho as amizades que eu tenho aqui pro sul da ilha, não tenho [...] Ter amizade mútua com o pessoal aqui do lugar, isso é muito interessante também [...] Porque quando o cara não é bem quisto ele também não tem [...] Ele não acha lugar bom também, né? (E1).

É um lugar que se 'veve' tranquilo, 'num' tem bandido, 'num' tem nada, né? (E2).

Aqui também tem 'as vizinha' boa, né? 'Os vizinho' aqui, né? São gente boa [...] A gente não deixar fazer essas 'coisa ruim' aqui na Armação, 'essas coisa' tudo [...] Porque assim, nós todos aqui [...] Somos uma família, né? Porque é tudo gente boa, né? Gente boa, maravilhoso, né? Comunidade boa, ela tem muito, assim [...] Um monte de 'pessoas boa', que gosta da gente. Sempre tem alguém pra ajudar também (E9).

No trecho da fala da entrevistada 9, onde afirma que considera a comunidade como “uma família”, evidencia as relações pessoais estabelecidas corroborando com o pensamento de Chelala (1992 apud OLIVEIRA, PASIAN e JACQUEMIN, 2001) que aponta que a qualidade dos contatos sociais é mais importante do que a quantidade dos mesmos, promovendo bem-estar social, físico e psicológico para toda a população idosa do local.

Cicirelli (1990) destaca a carga emocional que a presença ou não da família tem sobre o idoso, podendo gerar sentimentos relacionados à segurança, saúde e autoestima. Cockerman (1991 apud RAMOS, 2002) afirma que a proximidade com familiares e amigos pode ter efeitos diretos em relação à saúde física do idoso. Aflorar o sentimento de acolhimento pela família e pelos amigos é uma das principais formas de combater o estresse na terceira idade. Os entrevistados destacaram a importância das relações sociais no convívio diário em suas falas e a valorização da proximidade física da família:

Aonde eu moro, a minha casa, né? [...] Proximidade com a família é muito bom, né? (E9).

Eu também falo da minha casa, né? Porque eu gosto muito, né? De tá na minha casa, de poder sair, vim pra orla e olhar, né? (E12).

Em contrapartida, é importante destacar os possíveis efeitos negativos que o excesso de suporte familiar ou de amigos pode causar na saúde mental do idoso. Ramos (2002) e Cicirelli (1990) destacam que é fundamental que haja uma divisão de tarefas a serem executadas pelos cuidadores e pelo idoso. Cicirelli (1990) aponta que submeter o idoso a um tratamento de total dependência de seus cuidadores pode levar a insatisfação, estresse e depressão, sentimentos oriundos da sensação de serem um peso para pessoas com os quais o mesmo desenvolveu um grau de apreço elevado.

As modificações socioespaciais que ocorreram no bairro produziram efeitos às dinâmicas sociais praticadas historicamente pelos idosos dentro da comunidade. Em muitos casos, desperta o comportamento territorial de defender as características históricas do bairro:

Pra preservar o pessoal aqui [...] Já mora aqui, né? [...] Porque enquanto mais pessoas vim de fora [...] Ó aí (aponta novamente para o ponto anterior), já tão tomando conta deste morro aí (E1).

Ah, sim. Deve ser preservado. Porque [...] Não, é que tem muita gente de fora aí, porque na Avenida da Praia lá enche de carro (E7).

A alteração dessas dinâmicas pode causar desconforto nos habitantes nativos do local, desencadeando um sentimento de perda e aversão ao deparar-se com um fato novo no bairro, ou mesmo da presença e/ou da instalação de uma população não-nativa no local. As falas a seguir representam esse sentimento de inquietação mediante ao processo que está sendo instaurado:

Mas se voltasse [...] Aquele 'memo' clima nossa, aquela educação, um amigo um com o outro [...] É, mas hoje não, hoje tá diferente, né? (E11).

É bem [...] Bem, [...] Bem desunido o pessoal, apesar de nós ser tudo amigo um do outro mas [...] É desunido. Não temo [...] Não temo muita união. [...] Antigamente a gente chegava aqui e ninguém perturbava, agora tem essa gurizada aí que é [...] De droga, né? (E13).

Considerações finais

No bairro da Armação do Pântano do Sul verifica-se o quanto a preservação da natureza é importante para a comunidade, tanto por ser uma fonte de renda para grande parte dos habitantes, quanto pela praia que denota significados para a população local. Esta situação promove a necessidade de desenvolver mecanismos de manutenção e preservação dos elementos da paisagem urbana, visando o bem-estar da população local e a conservação do meio ambiente.

A discussão quanto os aspectos físicos relacionados à saúde física e mental do idoso, e aqueles relacionados à materialização das memórias no tecido urbano atual, mostrou-se ampla e diversificada após a realização das entrevistas. A aplicação do método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) permitiu a sistematização da pesquisa subjetiva com os idosos entrevistados categorizando as características relacionadas ao bem-estar humano no processo do envelhecimento, tanto física quanto psicologicamente.

Os resultados enaltecem as alterações na percepção dos idosos em relação às mudanças ocorridas na paisagem e na morfologia do bairro; o relacionamento com o lugar por meio da memória; suas relações com o ambiente natural e a importância no cotidiano da população sob a ótica das relações sociais. As mudanças morfológicas ocorridas na Armação do Pântano do Sul influenciam diretamente no comportamento dos idosos e a apropriação dos mesmos sobre o espaço.

Agradecimentos

Aos professores Eleonora D'Orsi e Marco Peres, responsáveis pela disciplina de Oficina de Artigos Científicos promovida pelo PRINT/Capes UFSC.

Referências

ALVES, Luciano Pereira. *Paisagem e meio ambiente na construção de um projeto urbano para Florianópolis: um estudo do Pântano do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92853>.

ANDRADE, Gabriela R. B. de, VAITSMAN, Jeni. *Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000400023&lng=en&nrm=iso.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Almedina, 2011.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Acessado em 02 jun. de 2020. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm.

CANIZARES, Juan Carlos Lara; JACOB FILHO, Wilson. *Fatores de risco à senilidade na transição à aposentadoria*. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 425-432, 2011. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232011000300003&lng=en&nrm=iso.

CAROMANO, Fátima A, IDE, Maiza Ritomy, KERBAUY, Rachel Rodrigues. *Manutenção na prática de exercícios por idosos*. *Revista do Departamento de Psicologia*, Niterói, v. 18, n. 2, p. 177-192, 2006. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000200013&lng=en&nrm=iso.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas socio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1997.

CICIRELLI, Victor. *Family support in relation to health problems of the elderly*. In T.H. Brubaker (ed.), *Family relationships in later life*. 2nd ed.. Newbury Park, CA: Sage, p.212-228, 1990. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/>.

CLARAMUNT, Maria Cristina. *Configuração urbana e identidade espacial: estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91883>.

DORSA, Alice Regis. *O mundo é o mar: Pescadores tradicionais e seus mapas mentais Armação do Pântano do Sul, Florianópolis-SC*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158868>.

ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ELLIS, Myriam. *Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial II*. *Revista de História*.

São Paulo, v. XVI, nº 33, p. 149-175, 1958.

FLORIANÓPOLIS. *Prefeitura Municipal de Florianópolis. Geoprocessamento Corporativo*. Florianópolis, 2020. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/index.php.

GIULIANI, Maria Vittoria. *Theory of attachment and place attachment*. In: BONNES, M.; LEE, T.; BONAIUTO, M. *Psychological theories for environmental issues*. Great Britain: Ashgate, 2003. P. 137-170. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228091197_Theory_of_Attachment_and_Place_Attachment_In_M_Bonnes_T_Lee_and_M_Bonaiuto_Eds_Psychological_theories_for_environmental_issues.

GUEDEA, Miriam Teresa Domínguez, ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de, TRÓCCOLI, Bartholomeu, Tórres, NORIEGA, José Angel Vera, SEABRA, Magno Alexon Bezerra, GUEDEA, Rosario Leticia Domínguez. *Relação do bem-estar subjetivo, estratégias de enfrentamento e apoio social em idosos*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 301-308, 2006. Acessado em 02 jun. de 2020. Acessado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200017&lng=en&nrm=iso.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti; CALDAS, Célia Pereira. *Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2931-2940, Set. 2010. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000600031&lng=en&nrm=iso.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1991*. Rio de Janeiro, 1991. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n1_caracteristicas_populacao_domicilios_br.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=resultados>.

IRIGARAY, Tatiana Quarti; TRENTINI, Clarissa Marcell. *Qualidade de vida em idosas: a importância da dimensão subjetiva*. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 297-304, 2009. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000300003&lng=en&nrm=iso.

MUEHE, Dieter. *Aspectos gerais da erosão costeira no Brasil*. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 97 – 110. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620645009>.

OLIVEIRA, Érika Arantes de, PASIAN, Sonia Regina., JACQUEMIN, André. *A vivência afetiva em idosos*. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, v. 21, n. 1, p. 68-83, 2001. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100008&lng=en&nrm=iso.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Ageing and Health*. 2018. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Resumo: Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. 2015. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>.

PEREIRA, Eduardo Paulo Pires. *Praia da Armação: Uma análise das causas e efeitos dos danos provocados em maio de 2010*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000010/000010A0.pdf>.

POLLICE, F. *O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local*. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 27, p. 7-24, 2010. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539>.

RAMOS, Marília P. *Apoio social e saúde entre idosos*. Sociologias. Porto Alegre, n. 7, p. 156-175, 2002. Acessado em 02 jun. de 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5783/3389>.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Identidade e Aposentadoria*. São Paulo: Epu, 1990. 80 p.

Apêndice A



Figura 1 - Bairro da Armação em 1938. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2020. Figura 2 - Bairro da Armação em 1938 com sobreposição das vias atuais em vermelho. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis com edição do autor, 2020.

Figura 3 - Bairro da Armação em 2020 com sobreposição das vias atuais em vermelho. Fonte: Google Earth com edição do autor, 2020. Figura 4 - Bairro da Armação em 2020. Fonte: Google Earth, 2020.

Apêndice B

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Data da entrevista

Eliminatórias

Há quanto tempo mora no bairro?

Idade.

Caracterização da amostra

Gênero.

Local onde nasceu (Sempre foi de Florianópolis?) | Mora no mesmo local?

Profissão exercida no passado/presente.

O que é envelhecer com saúde física e mental?

Nessa pergunta o objetivo é compreender qual a concepção do indivíduo sobre o tema do envelhecimento, enfatizando a separação entre os aspectos físicos e psicológicos observados pelo entrevistado no caso do mesmo restringir sua resposta apenas aos aspectos físicos do envelhecimento ativo.

Qual é o lugar que você considera mais importante na Armação? Quais são as memórias que você associa a ele?

Aqui a intenção é, primeiramente, verificar o nível de identificação com o próprio tecido urbano circundante (Armação – Florianópolis/SC). Em seguida a intenção é estabelecer a relação entre o espaço físico circundante do idoso em seu cotidiano e as memórias associadas a esses espaços.

O que você acha importante ser preservado nesse lugar? Por quê?

Nessa pergunta se busca a compreensão, de uma forma mais aprofundada, das diferentes possibilidades de relação entre o espaço e a memória.

Você considera que a Armação seria melhor se ele preservasse de forma satisfatória todas as suas memórias? Por quê?

Nessa questão o foco é extrair uma opinião geral sobre o tema da preservação das memórias urbanas, além de compreender qual é a avaliação do entrevistado sobre a associação entre planejamento urbano e a preservação das memórias.

O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO EM ESTUDOS INTERGERACIONAIS

Uma abordagem metodológica

*Thais Debli Libardoni¹,
Adriana Portella² e Lígia Maria Ávila Chiarelli³*

Resumo

Politicamente Correto é uma prática discursiva que visa conter publicamente pensamentos considerados preconceituosos sem, no entanto, enfraquecer o preconceito em si. Ao conter a real opinião do emissor, o Politicamente Correto pode interferir em metodologias baseadas na percepção do usuário, induzindo a respostas socialmente convenientes. Entretanto, a influência do ageísmo e do Politicamente Correto em estudos intergeracionais de Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário é pouco explorada. Esse estudo busca prover embasamento para a escolha e dosimetria de abordagem a temáticas passíveis do uso do Politicamente Correto em estudos de análise quantitativa. Questionários foram aplicados na cidade de Pelotas, comparando o desempenho de três formulações distintas de questões fechadas de múltipla escolha, que refletem três níveis de sensibilidade na abordagem ao tema. O estudo sugere significativas diferenças nos resultados de pesquisas que abordam o preconceito devido à mudança do grau de sensibilidade empregado na formulação das questões fechadas.

Palavras-chave: ageísmo, percepção do usuário, politicamente correto, relações intergeracionais.

THE POLITICALLY CORRECT DISCOURSE IN INTERGENERATIONAL STUDIES

A methodological approach

Abstract

Politically Correct is a discursive practice that aims to contain thoughts considered prejudiced without, however, weakening the prejudice itself. By containing the issuer's real opinion, the Politically Correct discourse can interfere with methodologies based on the user's perception, inducing socially convenient responses. However, the influence of ageism and Politically Correct discourse in intergenerational studies of Perception and Assessment of the Environment by the User is little explored. This study aims to

¹ Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Pelotas (2010), é mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (2018) na linha de pesquisa da Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário.

² Doutora em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University (Inglaterra) com pós-doutorado em Planejamento Urbano pela University College London (Inglaterra). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

³ Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), é Mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000), Mestra em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006) e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). É professora associada, aposentada, na Universidade Federal de Pelotas.

provide a basis for the choice and dosimetry of approach to themes that may be target of the Politically Correct in quantitative analysis studies. Questionnaires were applied in the city of Pelotas, comparing the performance of three different formulations of multiple choice questions, which reflect three levels of sensitivity in approaching the theme. The study suggests significant differences in research results that addresses prejudice due to the change in the degree of sensitivity employed in formulating closed questions.

Keywords: ageism, user perception, politically correct discourse, intergenerational relations.

Introdução

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que vem ocorrendo devido à queda da fertilidade e ao aumento da expectativa de vida. Em 2018, pela primeira vez na história, o número de pessoas com 65 anos ou mais superou o número de crianças abaixo de 5 anos de idade globalmente (UN, 2019). No Brasil, a expectativa de vida em 2018 alcançou os 76,3 anos, crescendo em relação aos anos anteriores (IBGE, 2019). Este cenário destaca a necessidade de estudos sobre o envelhecimento, como o que pauta este artigo⁴.

O entendimento do conceito de envelhecimento varia muito entre os diversos autores da gerontologia. Desde os anos 1960, o conceito de envelhecimento sofre constante evolução na literatura. Foi só no fim dos anos 90 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a empregar o termo Envelhecimento Ativo, com um entendimento mais amplo do envelhecimento. O termo refere-se não apenas às mudanças físicas que ocorrem nos indivíduos ao longo do tempo, mas principalmente à sua participação nos mais diversos campos: social, econômico, cultural, espiritual, cívico e também a outros fatores que afetam o processo do envelhecimento (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002). O Envelhecimento Ativo, entendido como o “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13), reflete um novo perfil idoso, que busca participação, qualidade de vida e sentir-se inserido na sociedade.

O processo de envelhecimento não ocorre de forma idêntica para todas as pessoas, por isso, para classificar os indivíduos normalmente utiliza-se a idade funcional, aquela que considera “a capacidade de uma pessoa interagir em um ambiente físico e social em comparação com outros da mesma idade cronológica” (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 574). Assim, pode-se dizer que há um idoso jovem, aquele que é ativo e saudável e um idoso longo, aquele que possui certas limitações de ordem física e/ou psicológica.

Alguns autores salientam, inclusive, certas semelhanças entre os grupos etários idoso e jovem (LAYNE, 2009). Ambos representam fases de transição etária, o que destaca necessidades psicológicas básicas como autoestima, confiança e identidade própria. Entretanto, para suprir essas necessidades, há pelo menos uma diferença: jovens buscam desenvolver habilidades físicas, psicológicas e sociais, que vão fazer parte da sua identidade e idosos se empenham em manter estas mesmas habilidades para que sua identidade seja preservada num contexto de grandes mudanças (LAYNE, 2009; LIBARDONI, 2018). A hipótese intergeracional, base para diversos estudos, sugere que

⁴ Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas, intitulada “Relações Intergeracionais & Espaços Públicos Urbanos: Affordances de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas” (LIBARDONI, 2018).

por “enfrentarem estágios de desenvolvimento similares e possuem necessidades físicas e psicológicas associadas (...) [jovens e idosos] buscam benefícios de qualidade de vida comparáveis” (LAYNE, 2009)⁵.

Iniciados nos anos 1940, os Estudos Intergeracionais (OLIVEIRA, 2011), abordam relações entre gerações em diversos arranjos etários e contextos (VANDERBECK; WORTH, 2015). No início do século XXI, a prática intergeracional passou a ser vista como estímulo à vida e potencialidade dos espaços urbanos. A intergeracionalidade é vinculada à democracia, ao direito à participação ativa e inclusão na sociedade e por todas as idades e lida com tensões entre gerações (MELVILLE; HATTON-YEO, 2015). Em 2007, os conceitos do Envelhecimento Ativo e das Práticas Intergeracionais uniram-se no Guia Global das Cidades Amigas do Envelhecimento, documento resultante de evento internacional promovido pela OMS (2009). Alguns autores também tratam do potencial da aproximação entre diferentes gerações para minimizar o ageísmo (O’SULLIVAN; MULGAN; VASCONCELOS, 2010).

O ageísmo surge como um contraponto às relações intergeracionais. Em 1969, o conceito de ageísmo foi introduzido por Butler (1969, p. 243) como “preconceito por um grupo etário em relação a outros grupos etários”, tratando da discriminação contra idosos e jovens e da “aversão pelo envelhecimento, doença, incapacidade; e medo de impotência, ‘inutilidade’ e morte”. Assim, o ageísmo categoriza todo idoso como “senil, rígido em pensamentos e maneiras e antiquado em moralidade e habilidades” (BUTLER, 2006, p. 41), desconsiderando individualidades. Da mesma forma que os outros tipos de preconceito, o ageísmo pode ser objeto do Politicamente Correto. Nesse sentido, Moderno (2004, p. 79) adverte que “Velhice é uma palavra detestada pela onda politicamente correta, que prefere os eufemismos a chamar as coisas pelo nome”.

Enquanto prática discursiva, o Politicamente Correto reflete um momento histórico específico, começando a se disseminar nos Estados Unidos a partir da década de 80. Segundo Borges (1996), a prática é caracterizada pela utilização de um conjunto de normas baseadas na dicotomia moral de certo/errado, de forma que se configura como um código de postura e ética linguístico. O autor aponta duas vertentes do Politicamente Correto:

a) (...) guia orientador quanto à forma de conter publicamente hábitos que possam ser considerados preconceituosos, b) (...) parâmetro (um cânone) censório, na medida em que faz uso de pressão social para enquadrar, em posição de opróbrio, os que incorrem em atitudes atentatórias ao que se auto-legimita como politicamente correto. (BORGES, 1996, p. 109).

Borges (1996, p.110) ainda destaca diferentes formas de interpretação do Politicamente Correto:

a) reação política (ecológica) para proteger o direito daqueles que historicamente vêm sendo discriminados por segmentos de maior poder; b) modismo típico dos anos 80/90; c) prática censória que põe em evidência comportamentos socialmente reprováveis; d) ética que se constitui a partir da insistência quanto à reformulação da linguagem, coibindo certas expressões de nomeação, literais ou

⁵ Tradução livre da autora: “facing similar developmental stages and having the same associated physical and psychological necessities, the two age groups seek comparable quality of life benefits”.

metafóricas, dadas como discriminatórias (...), e proscrevendo piadas sexistas ou étnicas, etc.

Entretanto, a simples substituição de termos, - e como pode-se acrescentar aqui, a supressão intencional de formas de pensamento no discurso – sem efetivamente alterar a “arquitetura discursiva que sustenta seu sentido”, não altera seu significado construído através de valores individuais relativos ao tema abordado (BORGES, 1996) e, segundo Possenti (1995), não diminui o preconceito do emissor. A eficácia discursiva em evitar o considerado “incorreto” em nada altera e, por vezes, esconde os reais preconceitos que o emissor se recusa a expor.

Todos os grupos sociais e, principalmente, as minorias estereotipadas e discriminadas podem vir a ser alvo dessa prática linguística (POSSENTI, 1995), que também é considerada por alguns autores como um tipo de intolerância (PIASECKA-TILL, 2010).

Como forma de conter publicamente - e superficialmente - a real opinião do emissor, o discurso Politicamente Correto pode interferir na aplicação de metodologias baseadas na percepção do usuário. A própria natureza do conteúdo pode induzir a uma resposta socialmente conveniente (PORTO, 1999). Em seu estudo sobre gênero, Dinis; Cavalcanti (2008, p. 99), identificam um discurso Politicamente Correto ainda que sem “mudança significativa das concepções binaristas e excludentes” dos participantes. Nesse sentido, os autores fazem uma diferenciação clara dos planos prático e teórico em respostas a questões abertas e fechadas de questionários.

Outros autores como Bugental; Hehman (2007, p. 182) descrevem duas formas distintas de avaliar a manifestação do ageísmo, através de medidas: (i) “explícitas (refletindo respostas deliberativas, controladas e conscientes)”; e (ii) “implícitas (refletindo respostas automáticas, incontroláveis e, às vezes, inconscientes)”⁶. Nesse sentido, os autores salientam a maior confiabilidade das medidas implícitas, devido à menor propensão em manifestar esforços para retratar o socialmente aceitável.

Bugental; Hehman (2007) citam os estudos de Dasgupta; Greenwald (2001) e Jelenec; Steffens (2002) que usam o Teste de Associação Implícita (Implicit Association Test - IAT) adaptado para fornecer uma medida implícita do ageísmo. Os estudos mostraram mais resultados negativos direcionados a adultos mais velhos do que a adultos mais jovens, tanto dos participantes mais velhos quanto dos mais jovens. Os resultados discordam daqueles obtidos através de medidas explícitas.

De forma semelhante, o estudo de Castelli; Zecchini; Deamicis; Sherman (2005) mostra inconsistências entre respostas obtidas através de métodos implícitos e explícitos. A importância destes achados é refletida no estudo de Cesario; Plaks; Higgins (2006) que concluíram que atitudes implícitas estão mais fortemente ligadas ao comportamento do que atitudes explícitas.

Mais recentemente, Mattos (2017, p. 548), em estudo intergeracional sobre conflitos etários no ambiente escolar, detectou que as falas dos respondentes tendiam a iniciar com uma breve afirmação genérica politicamente correta, seguida de um desenvolvimento mais longo do pensamento que refletia preconceitos e estereótipos diversos. Nesse sentido, as frases contraditórias normalmente eram conectadas por conjunções adversativas “sim, todos têm o direito de dar sua opinião / de errar / de

⁶ Tradução livre da autora: “explicit measures (reflecting responses that are deliberative, controlled, and conscious)” “implicit (...) (reflecting responses that are automatic, uncontrollable, and sometimes unconscious)”.

fazer suas escolhas, mas...”. Os achados deste estudo podem indicar que respostas mais curtas e objetivas tenham maior capacidade de auxiliar o emissor a se manter socialmente conveniente, sem entretanto, expressar seu verdadeiro posicionamento.

A discussão desses autores leva a inferir que os estudos intergeracionais devem considerar o ageísmo, o discurso Politicamente Correto e seus reflexos. Entretanto, sua influência em resultados obtidos em análises de Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário ainda é pouco explorada. Assim, é pertinente compreender como a formulação das perguntas usadas na investigação pode facilitar ou dificultar a repressão do verdadeiro pensamento do respondente. Este estudo busca ajudar a preencher esta lacuna, provendo embasamento para a escolha e dosimetria de questões quantitativas na abordagem a temáticas passíveis do uso do discurso Politicamente Correto.

Metodologia

A pesquisa original de Libardoni (2018), base deste trabalho, parte de numa perspectiva ecológica, inerente à Psicologia Ambiental, que assume que ambiente e comportamento humano podem influenciar e ser influenciados um pelo outro (GIFFORD; STEG; RESER, 2011). A investigação iniciou com pesquisas bibliográfica e documental, que possibilitaram um estudo exploratório em quatro tipologias distintas de espaços públicos urbanos na cidade de Pelotas: Parque Dom Antônio Zattera, calçadão, Praça Coronel Pedro Osório e Largo do Mercado Público Central. A cidade de Pelotas, situada na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, foi escolhida porque possui amostras semelhantes dos dois grupos etários estudados. Em 2010, havia 328.275 habitantes em Pelotas⁷, sendo que: 54.487 (16,60%) eram jovens (15 a 24 anos) e 49.764 (15,16%) eram idosos (60 anos ou mais) (IBGE, 2010).

A partir dos resultados obtidos no estudo exploratório, desenvolveu-se um estudo de caso nas duas tipologias de destaque para cada um dos grupos sociais: calçadões e praça. Os calçadões das Ruas Andrade Neves e Sete de Setembro se destacaram pela apropriação por idosos e a Praça Coronel Pedro Osório pela apropriação por jovens, ambos com intuito social. A avaliação de Libardoni(2018) e Libardoni; Chiarelli (2019) também mostra o delineamento de microterritórios sociais etários pelos dois grupos. Assim, questionários foram aplicados a usuários jovens e idosos nos dois locais. O que se explora neste estudo são os questionamentos e inquietações que surgiram através da aplicação do método.

O questionário é um dos três métodos de coleta de dados mais utilizados com idosos no Brasil (PEREIRA et al., 2018) e aparece em estudos com foco: intergeracional (LEYSHON; TVERIN, 2015); intergeracional com idosos (LAYNE, 2009; KIM, 2012; HARDILL, 2015; MOSS, 2015; PORTER et al., 2015); em idosos longevos (NAVARRO et al., 2015), etc. Segundo alguns autores, os questionários são capazes de apontar semelhanças e diferenças que não são observadas diretamente pelos pesquisadores (SOMMER; SOMMER, 2002). Como método quantitativo, viabiliza a aplicação em uma grande amostra e a decorrente análise estatística dos dados obtidos. Entretanto, um dos fatores limitadores deste método é que ele normalmente não considera ou pouco considera o contexto das respostas. Um diferencial na metodologia deste estudo é que, quando havia a concordância dos participantes, a aplicação era gravada, gerando análise qualitativa de discurso normalmente não presente em questionários.

⁷ Os dados foram atualizados em 2018, na conclusão da pesquisa. População estimada em 2018: 341.648 habitantes. Fonte: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>.

Na pesquisa original, o questionário tinha sua estrutura dividida em quatro partes principais, investigando: (1) pessoa; (2) espaço físico; (3) affordances; e (4) perfil demográfico da amostra. A primeira delas buscava traçar o perfil do respondente e investigar sua posição sobre relações intergeracionais. É nesta parte que este artigo se detém, analisando especificamente as respostas a três questões do tipo escala de Likert. Esse tipo de questão apresenta cinco graduações diferentes como proposições de resposta, produzindo uma análise quantitativa dos dados.

Através dessa análise é estabelecida uma comparação de desempenho de três formulações distintas de questões fechadas de múltipla escolha. As três questões analisadas refletem três níveis de sensibilidade na abordagem ao tema:

(i) o participante se posiciona a respeito do tema intergeracionalidade em geral - “Você acha que é importante a convivência entre pessoas de diferentes idades?”;

(ii) o participante se posiciona a respeito do tema intergeracionalidade se colocando dentro de uma situação específica - “Você acha agradável a convivência entre pessoas de diferentes idades nos espaços públicos urbanos?”;

(iii) o participante é levado a avaliar se as experiências intergeracionais anteriores são suficientemente satisfatórias a ponto de se sujeitar a uma nova experiência intergeracional - “Você gostaria de ter mais oportunidades de convivência nos espaços públicos da cidade com JOVENS?” e “Você gostaria de ter mais oportunidades de convivência nos espaços públicos da cidade com IDOSOS?”.

Identificando congruências e discrepâncias em relação às respostas de questões fechadas e abertas espera-se contribuir para que a formulação de perguntas em temas complexos se aproxime mais da intenção do respondente. A seguir, os resultados obtidos são apresentados e discutidos.

Resultados e discussão

Um total de 63 jovens e 60 idosos respondeu questionários. Em geral, houve uma maior receptividade dos idosos. Na primeira questão analisada, o participante deveria se posicionar sobre intergeracionalidade de forma geral, respondendo: “Você acha que é importante a convivência entre pessoas de diferentes idades?”. As respostas ocorreram conforme a Tabela 1:

Q1: Você acha que é importante a convivência entre pessoas de diferentes idades?

	Nada Importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
JOVENS	-	-	3 (4,76%)	31 (49,21%)	29 (46,03%)
IDOSOS	-	1 (1,67%)	1 (1,67%)	31 (51,67%)	27 (45%)

Os participantes jovens percebem a convivência entre pessoas de diferentes idades como importante (49,21%) e muito importante (46,03%). Os participantes idosos também se dividem entre importante (51,67%) e muito importante (45%). De todos os participantes, sete comentaram suas escolhas, sendo eles três jovens e quatro idosos (Tabela 2):

Tabela 1 - Importância da convivência intergeracional. Fonte: LIBARDONI, 2018, p. 155, adaptada pelas autoras.

RESPONDENTE		JUSTIFICATIVA
JOVENS	Nº 39	Idosos são mais experientes
	Nº 41	Trocas entre modos de pensar diferentes
	Nº 42	Trocas de experiências
IDOSOS	Nº 48	Importância da união de idosos com outras gerações, mas há idosos que não gostam de ser velhos
	Nº 88	Conhecer pessoas diferentes
	Nº 92	Aprendizado, atualização com os jovens
	Nº 93	Idosos tendem a parar no tempo sem o contato com jovens

Conforme pode-se observar, em geral, a convivência intergeracional é percebida como positiva. Os grupos tendem a perceber a importância das relações intergeracionais e seus ganhos mútuos (LAYNE, 2009). Se fala em tendência devido à complexidade de análise desse tema específico (PORTO, 1999). Destacam-se troca de experiências, aprendizado e atualização, caracterizando o discurso Politicamente Correto. Nesse sentido, Moss (2015) salienta o engajamento intergeracional pela troca de experiências.

Depois, foi pedido aos respondentes que avaliassem a agradabilidade do convívio intergeracional especificamente nos espaços públicos. Assim, o participante precisava se colocar dentro da situação, utilizando experiências anteriores na avaliação para responder: “Você acha agradável a convivência entre pessoas de diferentes idades nos espaços públicos urbanos?”. As respostas ocorreram conforme a Tabela 3:

Q2: Você acha agradável a convivência entre pessoas de diferentes idades nos espaços públicos urbanos?

	Muito Desagradável	Desagradável	Nem agradável nem desagradável	Agradável	Muito Agradável
JOVENS	1 (1,59%)	-	11 (17,46%)	35 (55,56%)	16 (25,40%)
IDOSOS	-	1 (1,67%)	1 (1,67%)	34 (56,67%)	24 (40%)

Os resultados apontam que a maioria dos jovens (55,56%) e dos idosos (56,67%) considera a convivência intergeracional agradável, mas para os jovens a agradabilidade tende a ser um pouco menor do que para os idosos. Com relação à pergunta anterior, percebe-se uma significativa diminuição da frequência dos jovens que responderam no nível cinco da escala (maior agradabilidade). De todos os participantes, apenas três comentaram sua escolha, sendo eles um jovem e dois idosos (Tabela 4):

RESPONDENTE		JUSTIFICATIVA
JOVENS	Nº 39	Depende da pessoa (ideias e conversa) e do lugar
IDOSOS	Nº 88	É costume, sempre há jovens por perto
	Nº 92	Trata todo mundo igual (religião, cor, ...)

Apesar da tendência ao discurso Politicamente Correto, observa-se que um tom condicional começa a ser delineado pelo discurso dos jovens respondentes. Enquanto

isso, os idosos participantes ainda abordam a convivência intergeracional com certa naturalidade.

Na última questão aqui analisada, o participante foi levado a avaliar se experiências anteriores são satisfatórias a ponto de desejar um novo contato intergeracional, respondendo: “Você gostaria de ter mais oportunidades de convivência nos espaços públicos da cidade com JOVENS?” e “Você gostaria de ter mais oportunidades de convivência nos espaços públicos da cidade com IDOSOS?”. As respostas ocorreram conforme as Tabelas 5 e 6:

Q3: Você gostaria de ter mais oportunidades de convivência nos espaços públicos da cidade com JOVENS?

	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
JOVENS	-	4 (6,35%)	12 (19,05%)	30 (47,62%)	17 (26,98%)
IDOSOS	-	7 (13,3%)	14 (26,7%)	32 (53,3%)	7 (13,3%)

Q3.1: Você gostaria de ter mais oportunidades de convivência nos espaços públicos da cidade com IDOSOS?

	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
JOVENS	-	-	16 (25,4%)	37 (58,73%)	10 (15,87%)
IDOSOS	-	1 (1,67%)	8 (13,33%)	43 (71,67%)	8 (13,33%)

A tabela aponta que a maioria dos idosos (53,3%) concorda em querer mais oportunidades para conviver com jovens. Além disso, a maioria dos jovens (58,73%) também concorda em querer mais convivência com idosos. No estudo, jovens demonstram mais interesse em relacionar-se com idosos do que o contrário. Em relação à pergunta anterior, há aumento da incidência de respostas neutras “nem discordo e nem concordo”, diminuindo a graduação alcançada na escala. As justificativas foram (Tabela 7):

RESPONDENTE		JUSTIFICATIVA Q3 Convívio com Jovens	JUSTIFICATIVA Q3.1 Convívio com Idosos
JOVENS	Nº 41		Não vê muitos idosos, poderia ter mais
	Nº 42	Já tem oportunidades suficientes	Depende das atividades
IDOSOS	Nº 47	Se sente bem com jovens	
	Nº 48	Jovens fazem pouco caso e deboçam dos idosos	Está sempre com idosos
	Nº 88	Jovens pensam diferente dos idosos, não dá certo	Pessoas da idade dela, sim.
	Nº 92	Convive com jovens e se diverte	Não tem diferença. Aprende com jovens
	Nº 93		Com idosos sim, com jovens não dá certo

No discurso jovem, novamente aparece o tom condicional, atribuindo às atividades disponíveis no ambiente, parte do sucesso e do interesse na socialização com idosos. Já no discurso idoso há maior discrepância com relação à maioria das respostas dadas na escala Likert. É notável que a maior parte das justificativas dos idosos é negativa.

Os idosos participantes sentem que a convivência com jovens “não dá certo”, não apenas pela forma diferente de pensar, mas também pela falta de respeito com os mais velhos, caracterizando certo ageísmo. Nesse sentido, destaca-se a mudança de discurso da participante nº 88 com relação às questões anteriores.

O estudo vai ao encontro de Dinis; Cavalcanti (2008) que obtiveram resultados quantitativos (questões fechadas) com respostas tendendo ao discurso Politicamente Correto. Entretanto, na análise do discurso das justificativas (questões abertas), foi detectada a negação da alternativa marcada no questionário. Da mesma forma, os resultados são similares aos obtidos pelo estudo de Porto (1999) que aponta a relevância do discurso Politicamente Correto em questões que abordam a violência de forma genérica como: “o que fazer diante de uma lei considerada injusta?” e “as leis existem para ser desobedecidas?” (PORTO, 1999, p. 134). Nas perguntas não foram citadas lei ou situação específica. As respostas indicavam a percepção de que leis, ainda que injustas, devem ser cumpridas e que não existem para ser desobedecidas, contrariando a realidade que a autora retrata como “jeitinho brasileiro”.

Os resultados obtidos nesse estudo identificaram que, em se tratando de temas controversos, existe a necessidade de delimitar melhor a formulação das questões, no intuito de obter mais clareza e fidedignidade nos posicionamentos dos respondentes.

Conclusões

O estudo sugere que as questões fechadas de questionários podem ajudar o respondente a esconder opiniões consideradas contrárias ao senso comum e aos padrões vigentes de moralidade e ética. Para temas polêmicos, como aqueles que abordam o preconceito de qualquer natureza, a análise de discurso se mostrou especialmente significativa. Dessa forma, é recomendado que sejam utilizadas questões abertas complementares às questões fechadas, ou que a aplicação do questionário ocorra individualmente, em forma de conversa entre o pesquisador e o participante. A aplicação individual pode ser registrada em áudio ou com anotações complementares de forma que o contexto seja preservado, possibilitando a análise de discurso.

O estudo sugere que, além da discrepância detectada por Dinis; Cavalcanti (2008) entre respostas a questões fechadas e abertas, significativas diferenças nos resultados de pesquisas que abordam o preconceito podem ocorrer devido à mudança do grau de sensibilidade empregado na formulação das questões fechadas. Especificamente neste estudo, há uma tendência da última pergunta refletir melhor o discurso da amostra, com uma concordância condicional, amparada por uma maior expressividade da neutralidade. Conclui-se que perguntas que inserem o participante na situação investigada e o levam a avaliar a possibilidade de uma nova experiência com o objeto do preconceito tendem a retratar mais fielmente a realidade do que perguntas gerais, nas quais a preocupação com o uso do considerado Politicamente Correto é mais evidente.

Um dos limitadores do estudo foi o tamanho reduzido da amostra de justificativas às questões fechadas pois, a princípio, não se considerava que pudesse ocorrer discrepância significativa entre respostas objetivas e discursos dos participantes. Assim, as gravações das aplicações começaram a acontecer após alguns questionários já terem sido aplicados.

Referências

- BORGES, L. C. *A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta*. Cadernos de Estudos Lingüísticos. [s.l.], v. 31, p. 109-125, jul/dez 1996.
- BUGENTAL, Daphne Blunt; HEHMAN, Jessica A. *Ageism: a review of research and policy implications*. In: A Review of Research and Policy Implications. Social Issues And Policy Review, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 173-216, 7 dez. 2007. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1751-2409.2007.00007.x>.
- BUTLER, R. N. *Age-ism: Another Form of Bigotry*. The Gerontologist, [s.l.], v. 9, n. 41, p. 243-246, 1 dez. 1969. http://dx.doi.org/10.1093/geront/9.4_part_1.243.
- BUTLER, R. N. *Ageism*. In: SCHULZ, R.; NOELKER, L. S.; ROCKWOOD, K.. The Encyclopedia of Aging: A Comprehensive Resource in Gerontology and Geriatrics,. New York: Springer Publishing Company, 2006. p. 41-42.
- CASTELLI, Luigi; ZECCHINI, Alexia; DEAMICIS, Leyla; SHERMAN, Steven J. *The impact of implicit prejudice about the elderly on the reaction to stereotype confirmation and disconfirmation*. Current Psychology, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 134-146, jun. 2005. <http://dx.doi.org/10.1007/s12144-005-1012-y>.
- CESARIO, Joseph; PLAKS, Jason E.; HIGGINS, E. *Tory. Automatic social behavior as motivated preparation to interact*. Journal Of Personality And Social Psychology, [s.l.], v. 90, n. 6, p. 893-910, 2006. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.90.6.893>.
- DASGUPTA, Nilanjana; GREENWALD, Anthony G. *On the malleability of automatic attitudes: combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals.. : Combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals..* Journal Of Personality And Social Psychology, [s.l.], v. 81, n. 5, p. 800-814, 2001. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.81.5.800>.
- DINIS, N. F.; CAVALCANTI, R. F. *Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia*. Pro-posições, [s.l.], v. 19, n. 2, p.99-109, ago. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072008000200008>.
- GIFFORD, Robert; STEG, Linda; RESER, Joseph. *Environmental Psychology*. In: MARTIN, Paul et al (Ed.). IAAP Handbook of Applied Psychology. Chichester: Blackwell Publishing, 2011. p. 440-470. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=XjC4z2NFOIYC&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s >. Acesso em: 15 mar. 2020.
- HARDILL, I. *The intergenerational help desk: Encouraging ICT use in older adults in England*. In: VANDERBECK, Robert; WORTH, Nancy (Ed.). Intergenerational Space. Abingdon: Routledge, 2015. p. 325- 415.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Ministério do Planejamento. IBGE Perfil das Cidades Pelotas/RS*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Ministério do Planejamento. Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2018: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- JELENEC, P.; STEFFENS, M. C. *Implicit attitudes toward elderly women and men*.

Current Research in Social Psychology. [s.l.], v.7, n. 16, p. 275–293, 2002.

KIM, H. J. *Researching Indoor Public Space Attributes: Enhancing the Interaction between Older Adults and Children*. 2012, 201f. Tese (Doutorado em Design) - North Carolina State University. Raleigh, 2012.

LAYNE, M. R. *Supporting Intergenerational Interaction: Affordance of Urban Public Space*. 2009, 684f. Tese (Doutorado em Design) - North Carolina State University. Raleigh, 2009.

LEYSHON, Michael; TVERIN, Tea. *Bridging the generation gap: Holidays, memory and identity in the countryside*. In: VANDERBECK, Robert; WORTH, Nancy (Ed.). *Intergenerational Space*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 127-140.

LIBARDONI, T. D. *Relações Intergeracionais & Espaços Públicos Urbanos: Affordances de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas*. 2018, 254f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

LIBARDONI, T. D.; CHIARELLI, L. M. Á. *Active ageing and urban sociability: a study on older women*. In: JONES, M.; RICE, L.; MERAZ, F. *Designing for Health & Wellbeing: Home, City, Society*. Delaware: Vernon Press, 2019. Cap. 11. p. 219-233.

MATTOS, Amana Rocha. *Conflitos geracionais na escola: a produção das diferenças etárias em contextos hierarquizados*. *Rev. Psicologia Política*, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 542-551, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 abr. 2020.

MELVILLE, J.; HATTON-YEO, A. *Intergenerational shared spaces in the UK context*. In: VANDERBECK, Robert; WORTH, Nancy (Ed.). *Intergenerational Space*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 50-64.

MODERNO, J. R. *Ontoestética do idoso*. In: [LEMOS, M. T. T. B.; ZAGAGLIA, R. A.]. *A arte de envelhecer: saúde, trabalho, afetividade, Estatuto do Idoso*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

MOSS, D. *Children's engagement with intergenerational war stories*. In: VANDERBECK, Robert; WORTH, Nancy (Ed.). *Intergenerational Space*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 159- 172.

NAVARRO, Joel; ANDRADE, Francini; PAIVA, Tiago; SILVA, Diovana da; GESSINGER Cristiane F.; BÓS, Ângelo G. *Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem*. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 461-470, fev. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/141381232015202.03.712014>.

OLIVEIRA, C. M. N. de. *Relações intergeracionais: um estudo na área de Lisboa*. 2011, 76f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Fundação Calouste Gulbenkian (Trad.). Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

O'SULLIVAN, C.; MULGAN, G.; VASCONCELOS, D. *Innovating better ways of living in*

later life: Context, Examples and Opportunities. London: The Young Foundation, 2010.

PAPALIA, Diane. E.; FELDMAN, Ruth. D. *Desenvolvimento Humano*. MONTEIRO, C.; SILVA, M. de C. (Trad.). 12ª Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=I6Y5AgAAQBAJ&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PEREIRA, G.; PORTELLA, A.; SOPEÑA, S.; CHIARELLI, L.; CORREA, C.; COSTA, T.; LIBARDONI, T.; MEDVEDOSKI, N.; WOOLRYCH, R.; SIXSMITH, J. *Projetando lugares com idosos: uma análise da produção acadêmica nacional*. *Pixo - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*. Pelotas, v. 2, n. 4, p. 98-119, 23 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.15210/pixo.v2i4.13091>.

PIASECKA-TILL, A. *PC and sexism related terms in Cobuild's Bank of English: a corpus study of meaning*. *Intercâmbio*. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem*. [s.l.], v. 8, out. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/view/4051>>. Acesso em: 03 jul. 2019

PORTER, G.; HESLOP, A.; BIFANDIMU, F.; MWAMKINGA, E. S.; TEWODROS, A.; GORMAN, M. *Exploring intergenerationality and ageing in rural Kibaha, Tanzania: Methodological innovation through co-investigation with older people*. In: [VANDERBECK, R.; WORTH, N.]. *Intergenerational Space*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 310-324.

PORTO, M. S. G. *A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal*. *São Paulo em Perspectiva*, [s.l.], v. 13, n. 4, p.130-135, dez. 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88391999000400014>.

POSSENTI, S. *A linguagem politicamente correta e a análise do discurso*. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p.125-142, 31 dez. 1995. <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.3.2.123-140>.

SOMMER, Robert; SOMMER, Barbara. *A practical guide to behavioral research: Tools and techniques*. 5ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

UNITED NATIONS (UN). *Department of Economic and Social Affairs, Population Division*. *World Population Prospects 2019: Highlights*. NY: United Nations, 2019.

VANDERBECK, R.; WORTH, N. *Intergenerational Space*. Abingdon: Routledge, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Active Ageing: A Policy Framework*. Geneva: WHO, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. GONTIJO, S. (Trad.). Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS INSTITUCIONALIZADOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Carolina Costa Machado¹ e Natalia Naoumova²

Resumo

O envelhecimento populacional, fenômeno observado mundialmente, traz consigo preocupações relacionadas aos ambientes de moradia. Nesse cenário, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) representam uma importante alternativa de habitação para essa faixa etária. Assim, o problema deste artigo centra-se na carência de estudos teóricos e empíricos, com informações quanto aos aspectos subjetivos do ambiente. Buscou-se compreender os desejos dos idosos institucionalizados a respeito de sua moradia, a partir da percepção de três grupos de usuários na cidade de Pelotas / RS, Brasil. O trabalho tem suporte no modelo teórico Visão Transacional das Pessoas Idosas em Seus Ambientes, da Gerontologia Ambiental, que leva em consideração a história de vida dos idosos e relaciona o bem-estar na velhice a dois processos integrados: pertencimento e agência. Os resultados apontam para uma necessidade de maior participação dos idosos, um certo grau de conformismo e uma baixa sensação de pertencimento.

Palavras-chave: gerontologia ambiental, percepção, envelhecimento, avaliação pós ocupação, instituição de longa permanência para idosos.

PERCEPTION EVALUATION OF INSTITUTIONALIZED USERS ABOUT LONG-TERM CARE INSTITUTIONS FOR THE ELDERLY IN THE CITY OF PELOTAS/RS

Abstract

The ageing population, a worldwide phenomenon, raises concerns related to housing environments. In this scenario, Long Term-care Institutions for the Elderly (LTCI's) represent an important housing alternative for this age group. Therefore, the problem of this article is focused on the lack of theoretical and empirical studies, with information on the subjective aspects of the environment. It was sought to understand the wishes of institutionalized elderly about their houses, from the perception of three groups of users in the city of Pelotas / RS, Brazil. The research is supported by the theoretical model Transactional Vision of Elderly People in Their Environments, from Environmental Gerontology, which takes into account the life history of the elderly and relates well-being in old age to two integrated processes: belonging and agency. The results reveal a need for increased participation of the elderly, a certain degree of conformity and a low sense of belonging.

¹ Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestrado já concluído.

² Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Docente.

Key-words: environmental gerontology, perception, aging, post-occupation evaluation, long term-care institutions for the elderly.

Introdução

O envelhecimento populacional revela-se um fenômeno observado mundialmente, resultante de um considerável aumento na expectativa de vida e de uma significativa queda na natalidade.

No Brasil, durante muito tempo considerado como um país de jovens, apenas neste século percebeu-se tanto o aumento do número de pessoas idosas, quanto da longevidade média, fatores causadores do fenômeno conhecido como “transição demográfica”, responsável pelas profundas alterações nas pirâmides etárias (JUNIOR, 2009). O país tem mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, número que representa 13% da sua população. E esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas, segundo a Projeção da População, divulgada em 2018 pelo IBGE (PERISSÉ, MARLI, 2019).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a porcentagem de idosos no mundo e no Brasil será de 22% e 30% respectivamente, sendo que, em 2010, essas porcentagens se equivaliam em 11%. Verifica-se, portanto, que, comparando as projeções do aumento da população idosa nacional e mundial, o Brasil aponta uma média de crescimento mais acelerado do que a mundial (OMS, 2015).

Em paralelo com essas alterações demográficas, ocorrem outros processos ligados à mudanças no comportamento da população e ao estilo de vida. A entrada da mulher no mercado de trabalho, tornando o cuidado com os idosos na própria moradia ainda mais difícil, é um desses acontecimentos (GAZZOLA, 2013). Destes fatos decorrem preocupações relacionadas aos ambientes de moradia, visando torná-los mais adequados às necessidades dos idosos tanto física como psicologicamente. As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) representam uma importante alternativa de habitação para essa faixa etária. Apesar desse entendimento, as legislações vigentes que regulamentam as ILPI's, Resolução da Diretoria Colegiada nº 283 (ANVISA, 2005) e Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), enfatizam os aspectos físicos, como acessibilidade e abordam de forma superficial os aspectos subjetivos.

Nessa área existe uma carência de estudos teóricos e empíricos, com informações quanto aos aspectos subjetivos do ambiente, de forma que esses locais se tornem mais humanizados e estimulem, assim, o senso de identidade e familiaridade desses cidadãos com sua moradia (OLIVEIRA, PASIAN E JACQUEMIN, 2001 e BESTETTI, 2014). Portanto, necessita-se entender como ocorre a relação entre os idosos, moradores das ILPI's, e o ambiente em que vivem, e de que forma este ambiente pode contribuir para seu bem-estar. Neste artigo, buscou-se compreender o que desejam os idosos institucionalizados a respeito de sua moradia, a partir da percepção de três grupos de usuários na cidade de Pelotas, do estado do Rio Grande Sul, Brasil: ILPI de baixa, média e alta renda.

Este trabalho tem apoio nos conceitos derivados das teorias da Gerontologia Ambiental, incorporando ferramentas das áreas das Relações Ambiente- Comportamento e Gerontologia (MACHADO, 2018).

O Modelo Ecológico ou Pressão-Competência (LAWTON & NAHEMOW, 1973), por ser o modelo pioneiro, constitui-se numa das referências mais importantes para outros estudos da Gerontologia Ambiental.



Este modelo apresenta o conceito de competência, o qual relaciona o reflexo da capacidade funcional do indivíduo em sua saúde biológica e o conceito pressão ambiental às demandas do ambiente sobre o indivíduo, sejam elas físicas, sociais ou interpessoais (BATISTONI, 2014). Esse paradigma, em linhas gerais, relaciona a redução da competência das pessoas durante o processo de envelhecimento com o aumento da pressão que o ambiente exerce sobre o seu comportamento (TOMASINI, 2008).

O impacto do ambiente sobre o bem-estar e ajuste dos idosos é explicado no Modelo de Congruência de Kahana (1975). Baseia-se na congruência entre as características ambientais e as necessidades individuais, ou seja, propõe hipoteticamente que o comportamento é uma função da congruência (harmonia) entre as características pessoais e a capacidade do ambiente para supri-las (KAHANA, 1982 apud BATISTONI, 2014).

O Modelo Complementar de Congruência (CARP e CARP, 1984) incorpora as necessidades subjetivas dos indivíduos no bem-estar. Ele é dividido em duas partes e ambas tratam de aspectos físicos e subjetivos. No entanto, essas partes diferem-se pelo nível de necessidade e tipo de congruência entre o idoso e o ambiente (TOMASINI, 2008).

A primeira parte está ligada aos aspectos físicos e às necessidades de ordem básica ou de manutenção da vida, como alimentação por exemplo, em que a congruência está associada ao grau de complementariedade entre as competências pessoais e os recursos/barreiras do ambiente que impedem ou facilitam a satisfação da necessidade de sobrevivência, relevantes para o desempenho das atividades da vida diária. (CARP e CARP, 1984 apud TOMASINI, 2008; IZAL; FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, 1990).

A segunda parte do modelo, ocupa-se das necessidades pessoais de ordem mais elevada e as características físicas do ambiente que podem impedir ou facilitar a satisfação destas necessidades. Aqui o conceito de congruência equivale à similaridade entre o grau de necessidade em relação a um fator ambiental e o suporte oferecido pelo ambiente. Dessa forma, as variáveis pessoa e ambiente não são nem positivas, nem negativas do ponto de vista adaptativo. Utilizando como exemplo o grau de privacidade, Carp e Carp (1984) afirmam que não é melhor, nem pior para uma pessoa ter maior ou menor necessidade de privacidade, ou para um ambiente proporcionar mais ou menos condições neste sentido. O melhor encaixe entre pessoa e ambiente se dá pela similaridade entre uma necessidade e o suporte oferecido pelo ambiente

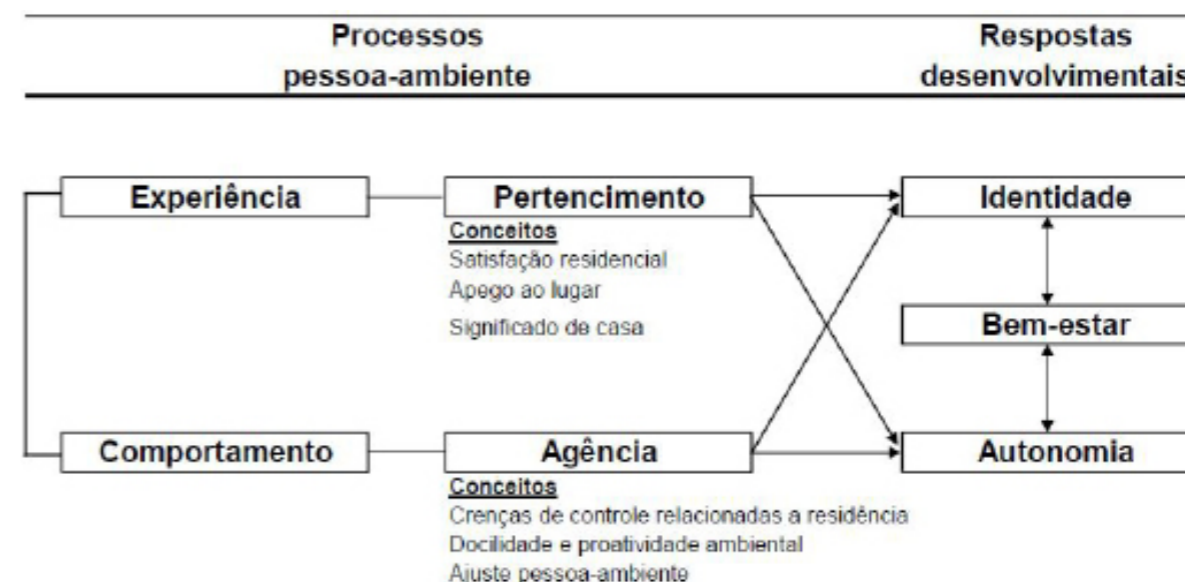


Figura 2 - Estrutura conceitual da relação pessoa-ambiente na velhice do Modelo Visão Transacional das Pessoas Idosas em seus Ambientes. Fonte: WAHL, OSWALD (2010) traduzido e adaptado por MACHADO (2018).

(CARP e CARP, 1984 apud TOMASINI, 2008; IZAL; FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, 1990).

O último modelo estudado, o Modelo Visão Transacional das Pessoas Idosas em seus Ambientes (WAHL, OSWALD, 2010), foi o escolhido para a pesquisa porque além de destacar as necessidades subjetivas, leva em consideração a história de vida dos idosos. Ele relaciona o bem-estar na velhice a dois processos integrados: pertencimento e agência (Figura 2).

No centro dessa estrutura estão dois processos globais responsáveis pela criação das relações pessoa-ambiente na velhice: o primeiro cria sensação de pertencimento e é influenciado pela experiência; o segundo, denominado agência, é orientado pelo comportamento. O pertencimento reflete um sentimento positivo de ligação com outras pessoas e com o ambiente, enquanto a agência refere-se ao processo de se tornar um agente de mudança na própria vida, com comportamentos proativos (WAHL; IWARSSON; OSWALD, 2012).

A sensação de pertencimento envolve a avaliação cognitiva e emocional e a representação mental de ambientes físicos. Inclui a formação do apego a lugares ao longo do tempo, levando a padrões de significado de lugar. A sensação de pertencimento se desenvolve com base na orientação cognitiva do indivíduo em relação ao seu próprio passado, presente e futuro no ambiente (WAHL; OSWALD, 2010). Essa sensação pode ser estudada a partir do Significado de Casa, considerando aspectos físicos, sociais e pessoais.

O processo de agência inclui toda a gama de comportamentos dirigidos a metas relacionadas ao ambiente, como o processo de cognição e controle percebido sobre o ambiente físico (i) e manejo das demandas e pressões ambientais, chamado como "docilidade ambiental" (ii). O processo resulta ou não em proatividade, que inclui aspectos reativos e proativos de usar, compensar, adaptar, criar e manter locais, especialmente importantes na velhice devido à diminuição da capacidade funcional e cognitiva e ajuste (WAHL, OSWALD, 2010). O processo de agência pode ser estudado a partir da possibilidade de locomoção, modificação e atividades exercidas no local.

Metodologia

Desenvolveu-se uma pesquisa de campo exploratória, com estudo de caso descritivo,

múltiplo e abordagem metodológica qualitativa. Visando compreender se a condição socioeconômica do morador influencia na escolha de atributos que gerem bem-estar, optou-se por estabelecer, como objeto de estudo, três Instituições distintas, que atendiam pessoas de baixa, média e alta renda (ILPI 1, ILPI 2 e ILPI 3, respectivamente).

A escolha das três instituições teve o auxílio do Conselho de Idosos na cidade de Pelotas, usando uma lista das instituições cadastradas e a posterior concordância delas em participar na pesquisa. A partir dos dados fornecidos, foram escolhidas as três instituições que representavam cada uma das faixas de renda. A ILPI de baixa renda foi escolhida por ser a única pública na cidade, mantida pela Prefeitura Municipal. A ILPI de média renda foi selecionada por haver um critério ao receber os idosos, apenas aqueles indivíduos que recebiam até um salário mínimo podiam ser acolhidos. Quanto a ILPI de alta renda, existiam duas na cidade na época da pesquisa, e a instituição escolhida foi a que aceitou participar.

Para coleta de dados realizaram-se observações comportamentais e entrevistas semiestruturadas. As observações comportamentais foram efetuadas durante seis meses, em visitas programadas, semanais, no período da tarde. A escolha deste turno se deu por orientação dos responsáveis, já que no turno da manhã os idosos têm sua rotina de higiene. Nas visitas às instituições, observaram-se as rotinas de funcionamento e a forma como os ambientes eram utilizados pelos residentes. A partir dessas observações, definiu-se o critério de escolha dos ambientes focos do estudo: sala de estar, por favorecer a socialização e o dormitório por ser o ambiente em que o idoso tem maior privacidade. O registro dessas atividades foi realizado com anotações e fotografias. Na investigação dos processos de agência e de pertencimento, foi entrevistado um grupo de 15 idosos lúcidos, institucionalizados, composto por homens e mulheres e com faixa etária de 60 a 90 anos (Figura 3), utilizando um roteiro semiestruturado.

O grupo de idosos foi escolhido a partir do auxílio dos responsáveis pela instituição. Dentre os idosos lúcidos, foram entrevistados todos os que aceitaram participar da pesquisa, os quais totalizaram dois indivíduos na ILPI 1, nove na ILPI2 e quatro na ILPI 3.

Instituições estudadas	ILPI 1			ILPI 2						ILPI 3					
Gênero	M	M	F	F	F	M	M	M	F	M	F	F	F	F	
Idade	74	63	73	64	75	73	73	78	66	89	75	84	70	91	92

O processo de agência foi verificado com base no uso e comportamento dos idosos nos ambientes, considerando a possibilidade de locomoção, mudanças e atividades exercidas. Para o processo de pertencimento investigou-se os elementos e atributos presentes no ambiente, nas categorias que compõem o Significado de Casa: aspectos físicos, sociais e pessoais.

A entrevista foi organizada em quatro conjuntos de questões que trataram: 1) do ambiente geral da instituição; 2) e 3) dos ambientes específicos do estudo, dormitório e sala de estar; 4) das atividades exercidas nos ambientes.

O método visual foi introduzido para obter informações sobre a percepção dos idosos, que evidenciasse seus anseios e necessidades e indicasse o que é possível mudar e/ou melhorar nos ambientes, já que a bibliografia aponta dificuldade desta faixa etária em expressar desejos quanto ao futuro e também o conformismo com a situação atual (SOBRAL, PAIVA, VILLAROUÇO, 2016; SOBRAL et al., 2015). O material visual consiste em um conjunto de imagens fotográficas de móveis para dormitório, amostras de revestimentos e paleta de cores.

Figura 3 - Registro da amostra dos entrevistados nos três ILPIs conforme gênero e idade. Fonte: MACHADO (2018).



Figura 4 - Imagem de um quarto, com mobiliário geralmente utilizado em dormitórios institucionais. Fonte: MACHADO (2018). Figura 5 - Imagens do mobiliário apresentadas aos idosos: a) opções de roupeiro; b) opções de poltronas; c) opções de poltronas; d) opções de camas. Fonte: GOOGLE, 2016.

Figura 6 - Imagens dos três tipos de revestimentos apresentados: a) impermeável; b) couro sintético e c) veludo. Fonte: MACHADO (2018).



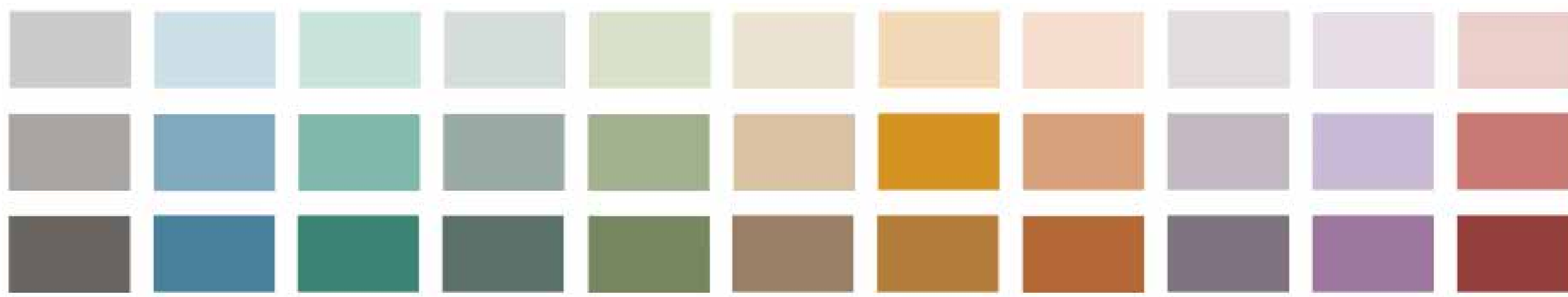
As imagens foram relacionadas aos ambientes estudados. Para o dormitório, foram selecionadas fotos com diferentes tipos de mobiliário, com distintos acabamentos e a paleta de cores. Para a sala de estar, foram selecionadas amostras de tecidos para revestimento de estofados e a paleta de cores.

O critério da escolha das imagens e revestimentos foi a observação do tipo de mobiliário encontrado em dormitórios e salas de estar de instituições e a experiência profissional da pesquisadora em atendimento ao público idoso referente à escolha de mobiliário residencial. Como exemplo, utilizou-se a imagem de um dormitório padrão, geralmente composto por cama de solteiro, criado mudo, roupeiro pequeno e poltrona (Figura 4). Essa imagem foi apresentada aos idosos para justificar os itens que foram mostrados na sequência. De acordo com essa imagem, foram selecionadas fotos reais de móveis, segundo os materiais utilizados (madeira, metal e estofamento) e o estilo formal (Figura 5).

Os móveis mais representativos na sala de estar em instituições são sofás e poltronas. Portanto, foram escolhidas três amostras de tecidos para revestimentos caracterizadas por diferentes texturas, o veludo (de textura mais aveludada), um impermeável (de textura mais áspera) e um couro sintético (de textura mais fria), todos em cores neutras (Figura 6). Os idosos eram convidados a tocar nestes revestimentos.

A seleção da paleta de cores foi condicionada à faixa etária de participantes da pesquisa e ao local de aplicação. Quanto à faixa etária, considerou-se que, no processo de envelhecimento, a percepção da cor pode ser alterada, pois um dos órgãos mais afetados é o responsável pela visão, especialmente por estar exposto a ações externas e internas, como poeira, luz, doenças, entre outros, ao longo dos anos (MENDES, 2008). Diante disso, as imagens foram impressas em tamanhos grandes, formando um conjunto de cores abrangendo diferentes matizes com claridade e saturação variadas

Figura 7 - Paleta cores apresentada para idosos. Fonte: MACHADO (2018).



escolhidos a partir do sistema cromático internacional Natural Color System (NCS). A seleção resultou na paleta cromática que se verifica abaixo na Figura 7.

Quanto ao local de aplicação, considerou-se adequado perguntar sobre as paredes internas da instituição, pois é a partir delas que geralmente se mudam as cores. É nas paredes também que se encontram as aberturas com cortinas, quadros e outros elementos que compõem a ambiência. Esses elementos, por serem percebidas no fundo das paredes, podem ser destacados e transformados a partir da mudança das cores.

Resultados e discussão

Os resultados são apresentados de acordo com os conceitos discutidos nesta investigação, com foco em aspectos subjetivos do ambiente e processos de Pertencimento e Agência.

Características do ambiente e o bem-estar

Nas três instituições analisadas, a escolha tanto dos móveis para cama, quanto do criado mudo e roupeiro, evidenciou a preferência dos entrevistados por madeira em relação ao metal, um material mais aconchegante e menos frio. Em relação à escolha da poltrona, não houve distinção significativa entre as diferentes ILPI's. A maioria preferiu o modelo todo estofado, pelo conforto proporcionado pelo revestimento, braços e altura do encosto. As escolhas dos móveis nas três instituições são apontadas na Figura 8.

Verificou-se que as características dos ambientes, a partir dos seus elementos e atributos tanto nos relatos das entrevistas quanto no resultado do método visual, produzem estímulos capazes de trazer as mais diversas sensações. Ao utilizá-las de forma adequada, considerando as preferências dos idosos, notou-se que esses estímulos podem influenciar de forma positiva na sensação de bem-estar. As entrevistas semiestruturadas revelaram algumas dessas características do ambiente geral: (i) o local mais agradável geralmente é o preferido; (ii) o local mais desagradável, na maior parte dos casos, está ligado à convivência com idosos com comprometimento cognitivo; (iii) os idosos, em sua maioria, consideram os móveis atuais confortáveis e gostam de suas camas; (iv) os idosos avaliam adequada a iluminação natural existente na instituição.

Na amostra dos tecidos para estofados da sala de estar, entre as três opções

Instituições estudadas	ILPI 1		ILPI 2								ILPI 3															
	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade												
	M	63	F	73	F	64	F	75	M	73	M	78	F	66	M	89	F	75	F	84	F	70	F	91	F	92
QUARTO	Cama																									
	Criado Mudo																									
	Roupeiro																									
	Poltrona																									

Tabela de Preferência de Cores															
	ILPI 1		ILPI 2								ILPI 3				
IDOSO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Cor para quarto				x											
Cor para sala				x	x		x								

apresentadas (couro sintético, impermeável à base de algodão e camurça sintética), a maioria, nas três ILPI's, preferiu o sintético pela facilidade de manutenção. Alguns demonstraram preocupação com a higiene, referindo-se ao escape de urina, comum em idosos. Embora tenham escolhido os revestimentos por ordem de preferência, complementaram suas falas com expressões como “mas aqui não pode...”.

Quanto à escolha do tipo de mobiliário e de materiais com diferentes texturas para revestimentos, os entrevistados nas três instituições tiveram preferências similares. Pode-se concluir que a escolha está mais relacionada com a faixa etária e com a preocupação com a higiene, do que com a condição socioeconômica.

Personalização e a sensação de pertencimento

A maioria dos idosos evidenciou a vontade de que as paredes do quarto e da sala fossem pintadas com cores, embora alguns tenham optado por não fazer escolha nenhuma – um não optou por nenhum ambiente e outros escolheram somente para o dormitório. Pelo relato abaixo de um dos idosos entrevistados, pode-se perceber como a cor nas paredes é um recurso importante para o bem-estar na moradia.

“olha se fosse do meu gosto, se eu pudesse opinar pra realmente dar vida aqui... Essa cor aqui não traz vida [referindo-se ao cinza existente]. Principalmente pra quem está em busca né de, tá em busca de uma harmonia com a vida... Tudo isso é necessário dentro de um projeto, tudo isso é necessário, dentro de um projeto pra uma determinada classe de pessoas. Tudo isso é necessário... Se fosse

uma casa assim pra uma... pra adolescente, vamos dizer assim, não teria grandes influências essas cores, porque eles já têm dentro deles né, um desabrochar pra vida, eles estão desabrochando alegria, felicidade com qualquer coisa eles ficam, eles se completam. Agora o ser que já está nesta idade, ele já está na decadência, muitas coisas ele já nem lembra, mas ele enxerga e no ele enxergar ele tem que se maravilhar com aquela cor viva. Então eu não sei, tô lhe explicando isso. É assim que eu penso. Dar vida pra essas pessoas que já estão murchando” (E_M_2, 63 anos).

Ao selecionar as cores específicas para dormitório e sala, as preferências concentraram-se nos matizes menos saturados, em tons de bege, azul e verde, tanto para sala, quanto para o dormitório (Tabela 1). Percebe-se que, na ILPI 1, a preferência dos entrevistados foi por tons mais saturados, divididos entre os azuis e os verdes, tipicamente masculinas (CARTER, 2005). Na ILPI 2, as escolhas variaram, tendo tanto tons mais saturados quanto menos saturados e tendência para selecionar cores de tonalidades mais quentes (avermelhadas e amareladas). Na ILPI 3, houve preferência nas tonalidades menos saturados e claros e, em termos de matiz, variando entre azuis, verdes e beges.

Embora a amostra seja pequena, observou-se uma tendência a cores mais saturadas na ILPI 1, uma escolha mais diversificada na ILPI 2 e uma tendência a escolhas por cores mais claras e menos saturadas na ILPI 3.

Ao investigar a sensação de pertencimento, a partir da personalização do ambiente, detectou-se que, ao falarem dos objetos decorativos, vieram à tona lembranças da sua antiga residência, mencionando móveis e cores que lá existiam. Foi verificado ainda que, ao abordar questões estéticas, a fala dos idosos voltava-se para aspectos mais relacionadas ao cuidado no que se refere às necessidades fisiológicas e de segurança, como se não tivessem direito a ambientes mais qualificados em termos estéticos. Por sua vez, pode ser constatado que a possibilidade de personalização se dá no microterritório, ou seja, na área contemplada pela cama de cada um.

A partir da descrição dos entrevistados sobre seu local de moradia, verificou-se que a sensação de pertencimento é praticamente inexistente, pois a maioria atribuiu o significado de lar à sua antiga residência. Referiram-se ao seu atual local usando termos como pensionato, asilo, etc. A instituição não produziu a sensação de “estar no lugar”, não proporcionou o sentimento de confiança ambiental, identificação e, portanto, não gerou a necessidade de investimento emocional.

Alguns relatos dos idosos reforçam essa percepção: “A casa é linda, é antiga. Mas sinto muita falta da minha casa, estou custando a desapegar do meu apartamento, mais psicológico, afeto. Porque a casa da gente, é a casa da gente”; “Moro em uma clínica, mas como pode tirar nome de asilo (?), digo que moro no asilo”.

Características físicas e autonomia

Quanto à autonomia para locomoção: ILPI 1, com edificação térrea, os dois idosos entrevistados relataram que se locomoviam com facilidade; ILPI 2, cuja edificação também é térrea, apenas um dos nove relatou precisar de ajuda por ser cadeirante; ILPI 3, composta por dois pavimentos, das quatro idosas, duas relataram precisar de ajuda para se locomover.

Detecta-se facilmente durante as entrevistas, especialmente nas questões referentes ao desejo de modificações e satisfação com os espaços, relatos indicando conformismo

com a situação atual. Essa tendência pode ser ratificada em expressões como “está bom assim”, “não traria nenhum móvel ou objeto, aqui não tem espaço” ou, ainda, “não modificaria nada, aqui não pode”. Mesmo na ILPI de alto padrão, que possui alguns idosos acomodados em dormitórios individuais e que podem levar algum mobiliário, o conformismo manifestava-se em expressões como “eu gosto dessa cor que a doutora escolheu” ou “eu gostava da cortina anterior, mas a doutora disse que não combinava e retirou”.

Esses resultados corroboram com os relatos de outras pesquisas, tais como o de Milaneze (2013) com idosos institucionalizados em Criciúma/SC, em que a autora relatou a pouca variedade nas respostas e pouca explanação delas. Nos estudos de Sobral, Paiva, Villarouco, (2016) e Sobral et al., (2015) que foram realizados em João Pessoa/PB e na cidade de Recife/PE, também foi detectada dificuldade de expressão dos desejos e anseios dos usuários idosos quanto aos espaços. Os autores atribuíram isso ao conformismo devido ao avanço da idade e da falta de perspectiva de futuro que os idosos possuem.

Quanto às atividades exercidas, nas três Instituições foram listadas fazer tricô, ler livros e revistas, assistir televisão e conversar. Embora não relatada pelos idosos, foi identificada, durante as visitas às instituições, a atividade de contemplação, como ficar nos jardins e varandas observando o movimento interno e/ou externo da edificação. O desejo por mais atividades dentro das instituições apareceu em alguns discursos como por exemplo “a mente parada não cria nada, teria que ter ferramentas, tinta, espátula”.

Apesar do desejo de conversar, destaca-se nos relatos da maioria dos idosos, muita dificuldade de permanecer nos locais de socialização, como a sala de estar por exemplo, pela dificuldade de interação com idosos com comprometimento cognitivo. Em consequência, muitos idosos isolam-se em seus quartos durante boa parte do tempo.

Sobre o ambiente preferido, indicaram o próprio dormitório, ao invés da sala de estar, pela dificuldade relatada acima. Identificou-se que o tratamento igualitário e simultâneo para todos os residentes (política congregadora das instituições) provocou o abandono de ambientes propícios à socialização, como a sala de estar. Constatou-se também o potencial restaurador de ambientes com caráter transitório, entre a área externa e área interna, como as varandas.

Da mesma forma, foi evidenciado que o processo de agência está ligado à localização da instituição dentro do contexto urbano, esclarecido a partir dos relatos dos idosos com relação a autonomia para sair da instituição.

Conclusões

Para uma grande parcela de idosos a ILPI é a única alternativa de moradia. Entretanto, percebe-se que existe um espaço grande para melhorias, respeitando os desejos dos usuários. Espaços abertos como jardins e hortas, poderiam incluir a participação dos usuários tanto na implementação quanto na manutenção. E nos espaços internos, na definição do uso de cores e móveis adequados.

A partir dos resultados da pesquisa, foi possível compreender que os desejos dos idosos, os quais se apresentam muitas vezes ocultos ou sufocados, de auxiliar na definição de aspectos relevantes da moradia, ocorre em todos os tipos de ILPI. Um certo nível de conformismo também. Neste sentido, o processo de agência, que por definição está ligado a autonomia, a ser agente de mudanças não somente ligados

a questões físicas, mas à tomada de decisões, não ocorre de maneira satisfatória, interferindo de maneira negativa no bem-estar dos moradores das instituições.

Observaram-se ainda as diferenças de percepção entre idosos institucionalizados de diferentes condições sociais. Pode-se verificar que, embora o conformismo tenha sido percebido nos três grupos estudados, o grupo da ILPI 3, particular que atende idosos de alta renda, foi mais expressivo nos seus desejos de modificar o ambiente, de trazer sua própria mobília e objetos pessoais em comparação às outras duas instituições. Na ILPI 2, particular que hospeda idosos que ganham até um salário mínimo, pode-se verificar também que os idosos que demonstraram maior desejo de trazer móveis e objetos pessoais, eram os que optaram pela moradia institucional. Na ILPI 1, esse desejo fica mais comprometido pois a maioria dos residentes, especificamente dos dois entrevistados, encontram-se em situação de vulnerabilidade social (moravam nas ruas, muitas vezes sem possuir a própria documentação).

Instituições que desejem elevar sensação de pertencimento e estimular o processo de agência, visando o bem estar dos moradores, devem considerar tantos os aspectos físicos quanto os subjetivos.

As discussões geradas identificaram outras possibilidades de enfoque, abrindo espaço para novas pesquisas e projetos:

- Aprofundar os impactos causados pela transição de lugar no bem-estar;
- Questionar sobre a eficiência do modelo atual de ILPI's. Por se tratar de uma demanda crescente e com perspectivas reais de mudanças significativas na sociedade;
- Estimular procedimentos para obter maior variedade de dados. O suporte dos materiais visuais mostrou-se uma importante ferramenta em trabalhos com idosos institucionalizados associados aos métodos tradicionais. Entretanto, dada a grande possibilidade de que os métodos influenciem demasiadamente os resultados, pesquisas adicionais poderão aperfeiçoar os métodos de investigação nesta faixa etária.

A pesquisa reforça a importância de considerar os aspectos subjetivos em projetos de habitações para idosos, especialmente em Instituições de Longa Permanência. Espera-se que, com o entrelaçamento entre arquitetura e saúde, este trabalho contribua com a temática proposta, no sentido de discutir de que modo os aspectos físico-funcionais, estéticos e psicológicos colaboram na promoção de um bom envelhecimento, contemplando as diferentes necessidades dos idosos. E que possa assim, auxiliar na elaboração de projetos para ambientes mais adequados e congruentes com as necessidades dos usuários idosos.

Referências

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Resolução da diretoria colegiada – RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005*. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/27647>. Acessado em 20 outubro. 2018.

BATISTONI, S. S. T. *Gerontologia Ambiental: panorama de suas contribuições para a atuação do gerontólogo*. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, p. 647–657, 2014.

BESTETTI, M. L. T. *Ambiência : espaço físico e comportamento*. Revista Brasileira de

Geriatrics e Gerontology, v. 17, n. 3, p. 10, 2014.

BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Diário da República, 1a série - no 116, 2003. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/67508032>.

CARP, F. M.; CARP A. *A complementary/congruence model of well-being or mental health for the community elderly*. In: Altman I, Lawton MP, Wohlwill JF, editors. Human behavior and environment: elderly people and the environment. New York: Plenum Press; 1984. p. 279-336.

CARTER, D. E. *The big book of color in design*. New York: Collins Design, 2005.

GAZZOLA, J. L. *O lugar do idoso numa sociedade "pós-moderna": algumas reflexões de corte interdisciplinar*. In: TERRA, N. L.; BÓS, A. J. G.; CASTILHOS, N. Temas sobre Envelhecimento Ativo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. 599 p.

IZAL, M.; FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R. *Modelos ambientales sobre la vejez*. *Anales de la psicología*. V. 6, n. 2, p. 181-198, 1990.

KAHANA, E. (1975). *A congruence model of person environment interaction*. En P.G. Windley, T. Byerts and E.G. Ernst (Eds.): Theoretical development in environments and aging. Washington, DC., Gerontological Society.

LAWTON, M. P.; NAHEMOW L. *Ecology and the aging process*. In: Eisdorder C, Lawton MP, editors. Psychology of adult development and aging. Washington: American Psychological Association; 1973. p. 657-668.

MACHADO, C. *Avaliação da percepção dos usuários institucionalizados e não institucionalizados sobre Instituições de Longa Permanência para Idosos na cidade de Pelotas / RS*. 2018. 204f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Pelotas.

MENDES, L. D'URSO DE S. *Análise ergonômica da situação dos idosos pedestres em relação à sinalização de Copacabana*. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Design) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MILANEZE, G. L. S. *Contribuições para projetos de arquitetura das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com base na análise de instituições em Criciúma*. 2013. 271f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, E.; PASIAN, S. R.; JACQUEMIN, A. *A vivência afetiva em idosos*. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Acessado em: 5 ago. 2019. Online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100008.

OMS. *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. Organização Mundial de Saúde, 2015.

PERISSÉ, C; MARLI, M. *Idosos indicam caminho para uma melhor idade*. Revista Retratos, mar 2019. Acessado em 5 mai. 2020. Online. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>.

SOBRAL, E. R. F. DE A. et al. *Discussão acerca da Percepção Ambiental, suas Ferramentas e Cognição*. 15o ERGODESIGN - Congresso Internacional de Ergonomia

e Usabilidade de Interfaces Humano-Tecnologia-Produto, Informações, Ambientes Construídos e Transporte. Anais. Recife: 2015.

SOBRAL, E. R. F. DE A.; PAIVA, M. M. B.; VILLAROUÇO, V. *Ambiente de idosos e a ferramenta do poema dos desejos*. XVI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído: Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção. Anais. São Paulo: 2016.

TOMASINI, S. L. V. *Qualificação de Espaços Abertos em Instituições de Longa Permanência para Idosos*. 2008. 325f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WAHL, H. W.; OSWALD, F. (2010). *Environmental perspectives on aging*. In D. Dannefer & C. Phillipson (Eds.), The SAGE handbook of social gerontology (pp. 111-124). London: Sage.

WAHL, H.-W.; IWARSSON, S.; OSWALD, F. *Aging well and the environment: toward an integrative model and research agenda for the future*. *Gerontologist*, v. 52, n. 3, p. 306-316, 2012.

ENVELHECER PELO OLHAR DA MONTAGEM Ou quando a montagem diz do envelhecer

Lucas Boeira Bittencourt¹, Paulo Reyes² e Daniele Caron³

Resumo

Este ensaio se apresenta como um exercício do *ver* sobre o *envelhecer* na cidade contemporânea, apostando na *montagem*, conforme elaborada por Aby Warburg, como um procedimento de leitura da realidade urbana. A montagem, aqui neste texto, é produzida por fragmentos de obras literárias e registros fotográficos aleatórios sobre a cidade. Dessa forma nos perguntamos: pode a montagem dar a ver sobre o envelhecer na cidade? De que modo ela o faz? E ainda, como, dessa forma, isso contribuiria para um pensamento sobre a cidade contemporânea? Espera-se, através do procedimento, produzir uma reflexão sobre o envelhecer como um conjunto de fragmentos que permitam pautar novas questões. Essa reflexão toma como principais teóricos Walter Benjamin, Georges Didi-Huberman e Roland Barthes. Busca-se, através de um material textual e imagético, uma escrita que é um trabalho da imaginação, e, por isso, cheia de outros sentidos, estéticos e políticos, sobretudo.

Palavras-chave: envelhecimento, narrativa, imagem, cidade, montagem.

AGEING BY THE LOOK OF MONTAGE Or when the montage tells of ageing

Abstract

This essay proposes an exercise about *seeing* with the *aging* in the contemporary city, betting on *montage*, as elaborated by Aby Warburg, as a procedure for reading urban reality. The montage, here in this text, is produced by fragments from literary works and random photographic records about the city. So, in this way, we ask: can the montage show about aging in the city? How does it do? And yet, how, by this way, would the montage contribute to a thought about contemporary city? It is hoped, through the procedure, to produce a reflection on aging in the city as a set of fragments that allow new questions. This reflection takes as main theorists Walter Benjamin, Georges Didi-Huberman and Roland Barthes. Through this textual and imagery material, we seek a text that is also a work of the imagination, and, therefore, full of other senses, aesthetic and political, above all.

Keywords: ageing, narrative, image, city, montage.

¹ É mestrando (2019) em Planejamento Urbano e Regional na UFRGS; Arquiteto e Urbanista (2017) pela Universidade Federal de Pelotas. Pesquisador voluntário da linha “Cidade, cultura e política” no PROPUR da UFRGS.

² Professor adjunto da Faculdade de Arquitetura, no departamento de Urbanismo, e do PPG em Planejamento Urbano e Regional, da UFRGS. Doutor (2004) em Ciências da Comunicação pela Unisinos; Mestre (1992) em Planejamento Urbano pela UnB; Arquiteto e Urbanista (1987) pela UniRitter. *Professor Visitante (Sênior) no Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa com uma Bolsa de Pesquisa – do Programa CAPES-Print - Código de Financiamento 001.

³ Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura, no departamento de Design e Expressão Gráfica, e do PPG em Planejamento Urbano e Regional, na UFRGS. Doutora (2017) e Mestra (2010) em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC – Barcelona); Arquiteta e Urbanista (2000) pela UFRGS.

Sobre o que escrevemos — para dar início

Este texto se apresenta como um exercício do ver sobre o envelhecer na cidade contemporânea, ensaiando a montagem como um procedimento de trabalho. Olha-se para o envelhecer como um lugar filosófico, e cotidiano, percebido de um modo livre na realidade do dia a dia urbano e apresentado na forma de uma montagem. Além disso, busca-se por uma maneira mais conceitual de ver tal movimento (o de ficar velho, o da passagem do tempo, o arruinado etc.). Ambas as noções estão próximas do ensaio como um exercício de escrita (e visual) livres, como fluxo do pensamento. Ensaíamos, portanto, mostrar o envelhecer na cidade dessa forma.

A montagem é um procedimento com imagens, utilizada pelo historiador da arte Aby Warburg em sua coleção *Atlas Mnemosyne*. O método de trabalho de Warburg consistia basicamente em dispor fotografias e reproduções de diferentes motivos e estilos de arte, agrupados em painéis que permitiam seu manuseio e rearranjos sucessivos (as imagens eram fixadas com grampos). Desse modo, sempre em movimento, era possível produzir narrativas e reflexões heterogêneas à historiografia da arte naquele período (1924-29). Essa noção de montagem é atualizada por Georges Didi-Huberman, que a estende também à filosofia contemporânea. Didi-Huberman denomina o trabalho de Warburg como uma *iconologia do intervalo*, ou ainda uma *ciência inquieta*.

De uma forma parecida, esse procedimento também foi trabalhado pelo filósofo e crítico literário alemão Walter Benjamin em sua extensa e inacabada obra das *Passagens* (1927-40). Nela, Benjamin reunia fragmentos de textos, citações e notas de estudo, colecionadas em arquivos, numeradas e nomeadas de modo esquemático. Ele denominou seu método de trabalho como *montagem literária*. Com ela, segundo Benjamin, se teria pouco a dizer (na perspectiva de um rigor científico), mas muito a mostrar, (sobre a história e sobre a cidade) dando a ver uma abertura de sentido ao campo das imagens através da sua escrita. Benjamin conceitua essa abertura com a ideia de *imagem dialética*, uma noção delicada e sutil em sua obra, e que foi igualmente recuperada por Didi-Huberman em uma compreensão acerca de um trabalho crítico com as imagens. Um trabalho que é fundamentalmente desdobrado com a montagem.

Compreenderemos a noção do ver com Didi-Huberman (e com Warburg e Benjamin) como um gesto de abertura de sentido, uma *cisão*. Ver uma imagem, um objeto, ou ainda ver uma cidade, é também um gesto de perda, pois há algo que escapa quando se olha para uma imagem. Pela escrita (também) se tenta dar conta dessa perda. É sobre essa noção que nos situamos: há algo que escapa sobre o envelhecer no lugar da cidade contemporânea, e buscamos, de algum modo, mostrá-lo. Apresenta-se, portanto, com o procedimento da montagem uma noção para o envelhecer ensaiando uma construção visual. Ela dispõe fragmentos de imagens cotidianas e imagens da web, (duas espécies de “arquivos” contemporâneos: a pasta de imagens do celular e o Google) junto com fragmentos literários: o *leitor cego* de Ricardo Piglia; o animalzinho paranoico da novela *A construção* de Kafka; o *velho saltimbanco*, dos poemas em prosa de Baudelaire; fragmentos visuais de Francis Alÿs. Eles são dispostos de forma livre, simulando pranchas (como as de Warburg) porém trabalhadas de modo digital, sem uma prescrição formal rígida.

Dessa forma, depois de apresentado o “objeto”, nos perguntamos: pode a montagem dar a ver sobre o envelhecer na cidade? De que modo ela o faz? E ainda, como, dessa forma, isso contribuiria para um pensamento sobre a cidade contemporânea?

Ao elaborar uma reflexão teórica a partir do que produzimos em montagem, se produz uma discussão amparada pelos conceitos fornecidos por Didi-Huberman e sua crítica das imagens: a *cisão do ver*, os *intervalos*, a própria *montagem*. Além disso, busca-

se também, com Benjamin e seus conceitos de experiência (*Erfahrung e Erlebnis*) a possibilidade de olhar para o envelhecer sobre uma perspectiva teórica amparada por uma dimensão narrativa. Há em Benjamin a ideia de um *narrador* ancião, rico em experiências possibilitadas pela velhice, em choque com um *narrador* imediato, que vive na cidade e no seu turbilhão de experiências, produzindo, portanto, um choque entre a velhice e a novidade. Essa é uma pista que nos permite olhar para essas imagens do envelhecer. *Consumimos* também, de Benjamin, o seu conceito de *constelação*, que nos faz olhar duplamente para as imagens e como elas se relacionam com uma forma de pensamento, que não desenha geometrias fechadas, mas traços irregulares e pouco legíveis. Assim, com Roland Barthes, *consumimos* uma última pista, que nos daria uma espécie de *fantasia de escritura*, algo que nos permitiria produzir um traço de escrita (ou um traço de legibilidade) sobre o envelhecer, dentro da própria montagem. Pensadores heterogêneos e que nos ajudam a responder as questões que colocamos acerca da imagem, do envelhecimento, além de pautar outras questões acerca da sua relação com a cidade e o urbano.

Busca-se, através desse material textual e imagético, uma narrativa que é também um trabalho da imaginação, e, por isso, plena de outros sentidos, estéticos e políticos, sobretudo. A noção de montagem como um trabalho com as imagens tem um caráter político muito forte. Para Didi-Huberman, trabalhar nessa perspectiva, é sempre um modo político de lidar com a realidade, é um modo de fazer com que as imagens assumam posições e produzam outras narrativas, (por vezes inusitadas) para a história, para a filosofia, para a arte, e sobremaneira, (no nosso caso) para a cidade. É um trabalho da imaginação porque não se isenta de uma dimensão poética, e por isso, também estética, com Piglia, Kafka, Baudelaire, Alÿs, Warburg, e mesmo Benjamin (filósofo imaginativo) como disse Didi-Huberman. É nesse sentido, também, que trabalhamos ver o envelhecer na cidade contemporânea. Abertos a possibilidade de responder, minimamente, algumas questões e, no entanto, ainda assim, abrir-se a outras.

O envelhecer e a cidade — uma noção (ensaiada) com o passar do tempo

Propõe-se problematizar o envelhecer a partir de duas perspectivas distintas. Inicialmente, a partir de alguns aspectos no âmbito de uma gerontologia. A *gerontologia*⁴ é um campo disciplinar que discute o envelhecer pelos seus aspectos psicológicos, biológicos, sociais e outros, numa convergência multiprofissional. Assim, busca-se problematizar alguns dos aspectos socioeconômicos que concernem à temática do envelhecimento, relacionados com a cidade contemporânea. Em seguida, a partir de uma ideia mais conceitual, propõe-se pensar o envelhecimento pela ideia de passagem do tempo, que coloca o envelhecer entre duas extremidades: por um lado, naquilo que se investiu de sabedoria; por outro, naquilo que se arruinou. É justamente na tensão entre essas duas noções (*sabedoria x ruína*) que se pretende trabalhar através do procedimento de montagem.

Segundo o Estatuto do Idoso (2003), no Brasil, é considerada idosa a pessoa com mais de 60 anos. A cidade de Porto Alegre, por exemplo, possui, segundo Mattos (2016), considerando dado censitário de 2010, cerca de 15% da sua população nessa faixa etária. E o centro da cidade, é a região de maior concentração de idosos, com mais de 21% de sua população residente, além, do fluxo diário em demandas de comércio e serviços que dinamizam ainda mais o movimento de idosos no centro da cidade. No estado do Rio Grande do Sul, segundo a autora cerca de 1 a cada 6 moradores estão

com mais de 60 anos.

Destaca-se que o envelhecer na contemporaneidade está intimamente relacionado a uma dinâmica do capital. Como nos dizem Vêras e Felix (2016), o processo de rápida urbanização nas grandes cidades, e igualmente o acelerado envelhecimento populacional, são dois fenômenos decisivos para o entendimento da dinâmica capitalista contemporânea. Os dados mostrados pelos autores baseados no IBGE apontam que no Brasil, em 2010, 84% da população de brasileiros já viviam nas cidades. E ainda, 84% dos que têm mais de 60 anos vivem em áreas urbanas. De 1991 a 2011, a expectativa de vida dos brasileiros aumentou em 9 anos, de 66,9 para 74,1 anos de idade.

A população em envelhecimento está sujeita a questões socioeconômicas, como a ascensão do capital financeiro e economia globalizadas que contribuem para o avanço de uma sociedade do consumo, individualizada e competitiva. Soma-se, ainda, a questão da insegurança pública, questões étnico-raciais e de gênero, acesso a moradia, equipamentos urbanos, serviços de saúde etc. Esses problemas persistem no Brasil e nos países da América Latina, onde ainda prevalece, segundo o sociólogo Francisco Oliveira (2004), uma espécie de “Estado de mal-estar social”. As primeiras décadas do século XXI assistiram a um desenvolvimento de economias neoliberais no mundo todo, e seu avanço, sobretudo no Brasil, que segundo Oliveira ainda estaria em consolidação, ou seja, os resultados serão piores. A tendência de sociedades neoliberais é de manter à margem essa faixa populacional economicamente inativa: os idosos e aposentados. Destaca-se com isso, por exemplo, a questão do fator previdenciário implementado no Brasil em 1999 durante o governo Fernando Henrique, ou ainda, a desvinculação do reajuste das aposentadorias em relação ao salário mínimo nacional, que produziu defasagem dos benefícios segurados do INSS em relação ao ganho salarial da época de aposentadoria. E esse cenário adquire grande projeção com o passar do tempo, afetando diretamente a população idosa.

Além dos indicadores por uma via econômica, cujos efeitos negativos se tornam potencializados por políticas de investimento neoliberal, podemos ainda destacar indicadores, como o da vulnerabilidade social e a questão da população em situação de rua. As cidades propiciam um suporte emocional e simbólico que excede simplesmente sua forma construída. Elas se relacionam à memória, à história, experiências e vivências em muitos sentidos. Mas também propiciam um suporte material de moradia, trabalho, acesso a serviços de saúde e cidadania, que no Brasil ainda são precárias. Envelhecimento e cidade são dois temas de grande convergência, entretanto, as cidades podem ser muito hostis às pessoas em envelhecimento.

A questão de idosos em vulnerabilidade social articulada à situação de rua, no Brasil ainda é um tema nebuloso. Segundo Natalino (2016), o Brasil não possui dados oficiais sobre população em situação de rua pelo IBGE. A estimativa apontada pelo autor, baseado em registros dos municípios⁵, através de dados coletados pelas secretarias de assistência social e reunidas no instrumento eletrônico do *Censo Suas* (2015) é de que apenas 22,6% dos municípios brasileiros possuam dados sobre pessoas em situação de rua. A estimativa apontada pelo estudo do autor é de que no Brasil há 101.854 pessoas em situação de rua, entretanto não há um dado preciso sobre pessoas idosas dentro dessa parcela.

Em Porto Alegre, Pimenta (2019) aponta, com base em dados levantados em 2016, que há 2.115 pessoas em situação de rua cadastradas no município, e que desse

4 Conforme definição da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

5 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar ações e políticas nacionais de assistência social junto aos municípios.

número, corresponde uma indicação de 7% de pessoas com mais de 60 anos. A autora destaca também que dos grupos sociais que compõem a cidade, o de pessoas em situação de rua é uma categoria complexa e em construção. Nesse caso, podemos problematizá-la ainda mais, se pensarmos numa categoria de idosos em situação de rua, que demandaria uma atenção ainda maior por parte das políticas públicas de saúde, assistência social, e entre outras que se propõem a garantir o direito à cidade.

Apesar de algumas garantias de proteção e acesso à direitos fundamentais, como o Estatuto do Idoso no Brasil (2003) e o programa da Organização Mundial de Saúde “Cidade amiga do idoso” (OMS, 2008) problemas sociais persistem. Basta percebermos, minimamente, a realidade brasileira contemporânea, como se tentará demonstrar através da montagem produzida com imagens do cotidiano urbano. Frente à realidade e pertinência que o tema do envelhecimento suscita, somado às questões socioeconômicas que o concernem, nosso trabalho com imagens opera fora dos limites de uma política pública específica ou do cenário de uma solução imediata. Entretanto, como nos disse Oliveira (2004), recuperando uma noção de Jacques Rancière, a política é um jogo “permanentemente inventivo”. Assim nosso trabalho com a montagem pode operar como um procedimento de invenção, apresentando um sentido de urgência (de tal realidade) que imagens sobre o envelhecimento em nossas cidades podem mostrar. Apresentar-se, ainda, como conteúdo de reflexão que embasa a possível elaboração e/ou revisão de políticas públicas da área.

Além desses dados, problematizados nos limites de uma gerontologia, podemos abrir a questão do envelhecer para outras perspectivas. Propomos também pensar a noção do envelhecer como uma passagem do tempo, que coloca dois aspectos opostos: um é o da velhice como sentido do amadurecimento, do acúmulo de experiência e de uma sabedoria; outro é o da velhice como decrepitude, num sentido de senilidade, impotência, arruinamento. Para isso, lembramos Michel de Montaigne (1533 — 1592) nos seus famosos *Ensaíos*, que produziram uma origem para esse gênero de escrita, livre e democrática, “carta sem fim enviada ao futuro”⁶. Há uma espécie de elogio da sabedoria, ou experiência, do escritor, que tece seus ensaios, — “não ensino, conto” (MONTAIGNE, 1961, p. 143), para nos dizer, paradoxalmente, do infortúnio do envelhecer.

No fragmento *Do arrependimento*, (E; III) Montaigne nos diz: “o mundo é movimento; tudo nele muda continuamente”, assim, quando tenta representar um objeto “pinto-o como aparece em dado instante, apreendo-o em suas transformações sucessivas, dia por dia, minuto por minuto” (1961, p. 142). Há um sentido de tempo que passa, continuamente ou inelutavelmente. Por sua vez, o autor se apropria de uma autoridade conferida às palavras em função dos “cabelos grisalhos” de quem escreve. “Digo as coisas, na medida de minhas forças, e essas aumentam com a idade, pude observar que às pessoas mais velhas se concede maior liberdade de linguagem”, nos diz Montaigne (p.143). Ele lamenta a “fragilidade de sua memória” e garante que se apegue às suas ideias comuns e legítimas, e garante ainda, que “a vida íntima do homem do povo é de resto um assunto filosófico e moral tão interessante quanto à do indivíduo mais brilhante” (1961, p. 142).

Entretanto, ele confere uma atitude pessimista em relação à velhice, ao que nomeia de uma experiência enfadonha. O tempo passa, sobretudo, minuto a minuto, e carrega, inelutavelmente, aquilo que o velho Montaigne chama de a “abstinência a que nos

empurram os incômodos da velhice” (p.151), uma impotência, ou fragilidade (“catarrhos e cólicas”, nas palavras dele). Conclui o fragmento dizendo: “Nessa altura da existência chamamos sabedoria aos nossos humores doentios, e ao enfado que se apodera de nós” (p.152). Mas o que, afinal, buscamos com essas palavras publicadas em 1588, além dos resquícios de uma escrita que “sobreviveu” (e que se interpela) ao nosso tempo? Elaboramos sobre a problematização de uma tensão entre dois aspectos do envelhecer: a *sabedoria* narrativa, e a *ruína* da senilidade. Destacamos essa tensão para nosso ensaio e trabalho com a montagem.

No ensaio *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov* (1936), Walter Benjamin nos situa sobre os limites de uma experiência narrativa, perdida, decantada da experiência cotidiana. Contraposta a ela, a experiência do romance, decalcado no gesto solitário do escritor. Em ambos, há temporalidades distintas, permeadas por extratos e camadas constitutivas próprias. Em choque com as duas anteriores, há uma outra atitude narrativa, imediata e funcional: a narrativa jornalística, a publicidade, imersas em funcionalidade comunicacional, velocidade e objetividade. A narrativa tradicional carrega em si o gesto da oralidade e experiência, de um tempo: seja do narrador viajante, que de terras distantes traz notícias e histórias — pois “quem viaja tem muito o que contar”; seja ainda a do ancião, que desde um saber e de um lugar, transmite no momento da morte a sabedoria de toda uma vida (BENJAMIN, 2012, p. 214). A arte narrativa é elogiada por Benjamin graças a sua possibilidade de “acúmulo”. A experiência do narrador, muito próxima de uma tradição oral e conseqüentemente de toda uma gestualidade própria, um modo de fazer ou ainda de viver, permite uma “lenta superposição de camadas finas e translúcidas” (2012, p. 223). Essas camadas possibilitariam a impressão de uma imagem constituída de multiplicidades, as sucessivas narrativas, que se modificam, aumentam ou diminuem de tamanho, sofrem torções, desvios de sentido, inclusive.

Com a modernidade, no turbilhão da vida urbana e desde a consolidação da imprensa, dos meios técnicos, ou ainda pelas notícias de jornal, as legendas de imagens e o cinema, a narrativa estaria banhada de objetividade informativa. Isso produziria no campo da vida cotidiana, um apagamento da dimensão da experiência narrativa. Benjamin introduz uma bonita passagem de Paul Valery acerca desse processo: “O homem de hoje não cultiva mais aquilo que não pode ser abreviado” (2012, p. 223). Ele anuncia a ruína do narrador: “não está absolutamente presente entre nós, em sua eficácia viva” (2012, p. 213), sendo algo distante e “que se distancia cada vez mais”, ou ainda um gesto que se encontra “caindo em um buraco sem fundo” (2012, p. 214). Ele vê nisso um processo histórico, e nos diz: “nada seria mais tolo do que ver nele um ‘sintoma de decadência’, e muito menos de uma decadência moderna” (2012, p. 217). Esse processo, inclusive confere em simultaneidade “uma nova beleza ao que está desaparecendo”. A narrativa se reajusta, se reinventa, se incorpora a outros modos.

Assim Benjamin produz a ideia de *Erlebnis*, a vivência, ou seja, a experiência (que mesmo longe de uma tradição) se cola a um sentido de imediaticidade. A experiência de vida numa grande cidade. Já a *Erfahrung* seria a experiência decantada da tradição narrativa, em vias de extinção. Entretanto, elaboramos com este texto, de que seria pelo choque entre as duas que se produziriam outros modos de escrita da experiência narrativa na contemporaneidade.

Há uma tensão entre esses dois aspectos, e ao mesmo tempo, uma relação de simultaneidade entre eles. Essa relação de simultaneidade coloca em questão uma linearidade cronológica convencional. Poderíamos dizer, desse modo, nos termos de Didi-Huberman, que há na questão do envelhecer na cidade contemporânea uma relação *anacrônica*, desdobrada num jogo entre sabedoria e senilidade, por exemplo, ou entre o passado e o agora (o próprio enunciado, carrega essa noção: envelhecer no

⁶ Recuperamos por curiosidade a expressão escrita por Marco Lucchesi para o suplemento Cultura do jornal O Globo (22/04/2017) noticiando sobre a nova edição em português para os Ensaíos.

contemporâneo), ou ainda, fragmentos de uma cidade arruinada com fragmentos de uma cidade nova e “espetacular”. Será que há, de fato, cenas onde essas categorias se interpenetram, numa cidade? Como percebê-las? Imaginamos “aqui” que o procedimento da montagem nos aponte algumas pistas para isso. Ela não produz uma resposta assertiva, mas ela apresenta indícios, rastros de respostas possíveis, ou imagináveis.

Abrir a montagem — ensaiar o visual

Dizemos aqui “abrir a montagem” porque estamos amparados na noção de que um trabalho com imagens é sempre um movimento de abertura. A abertura visual, que neste texto, abre um pensar sobre o envelhecer, é elaborada a partir de dois traços que foram evidenciados anteriormente: sabedoria e senilidade; traços em tensão; traços buscados na literatura e na arte; buscados pelas imagens no cotidiano urbano.

Para falar de montagem, lembra-se dois pensadores fundamentais: Aby Warburg com seu “Atlas de Imagens Mnemosyne” (*Mnemosyne Bilderatlas*); e Walter Benjamin com seu livro “Passagens” (*Das Passagen Werk*). O trabalho de Warburg consistiu em pranchas que dispunham reproduções de imagens afixadas com grampos sobre painéis de fundo preto. Elas possibilitavam que diversos arranjos entre as imagens pudessem ser feitos, e ainda, imagens de períodos distintos se relacionavam entre si. Ao todo, entre 1924 e 1929 (ano de sua morte) haviam sido trabalhados 63 painéis. Além das pranchas, Warburg produziu uma série de reflexões sobre as possibilidades dos painéis, além de ter realizado conferências, dentro de uma proposta epistemológica que visava produzir um outro modo de lidar com a disciplina da História da Arte, suas imagens e, sobretudo, questionar os seus “limites”. Didi-Huberman nomeia o trabalho de Warburg como uma *iconologia do intervalo*, ou seja, a possibilidade do trabalho acontecia no movimento de montagem e na potência do espaço interpretativo entre as imagens.

O trabalho de Benjamin consistiu em um projeto igualmente inacabado até o ano de sua morte, 1940. Foi uma série de anotações e coleção de fragmentos sobre a vida na cidade de Paris no século XIX pelo tema das passagens parisienses, rigorosamente pesquisadas por Benjamin na Biblioteca de Paris. As passagens consistiam em ruas/galerias de comércio, cobertas com estruturas de ferro e vidro, e haviam sido muito comuns em Paris na primeira metade do séc. XIX. Ele produz uma grande “escavação” conceitual sobre o tema, discutindo principalmente o capitalismo, a modernidade e as transformações operadas na vida cotidiana das grandes cidades. Benjamin trabalhou entre 1927 e 1940 e produziu uma coleção de fragmentos e de citações sistematizadas em fichas, que “sobreviveram” à Guerra, e que posteriormente foram organizadas e publicadas. Benjamin deixa claro que o modo como ele organiza seu estudo é pela montagem, “método de trabalho: *montagem* literária. Não tenho nada a dizer; somente a mostrar” (2018, p. 764).

Cabe salientar que Warburg e Benjamin envelheceram num certo regime de simultaneidade. Warburg o mais velho, e Benjamin o mais jovem, viveram em simultaneidade no continente europeu do Entreguerras. Trabalharam em suas obras: o *Atlas* entre 1924-29; as *Passagens* entre 1927-40. Esse é um caráter curioso e sutil, mas que nos limites de um trabalho sobre o tema do envelhecer, adquire uma potência de escrita. Elaborar-se sobre a montagem, conforme nos propõe Didi-Huberman, recapitulando Aby Warburg e Walter Benjamin, como um ensaio do ver, do pensar e do pesquisar. Assumimos no trabalho a montagem como um procedimento que opera nos limiares dessas noções: ver, pensar e pesquisar.

A noção do ver que estudamos se encontra no território conceitual de uma epistemologia crítica⁷ das imagens. Didi-Huberman vai nos dizer que o ver é um ato que acontece desde uma abertura de sentidos. Ver uma imagem, um objeto — ou ainda, no caso do nosso trabalho, ver uma cidade — é um gesto de abertura. Ele nos diz que “o ato de ver só se manifesta ao abrir-se em dois”, um gesto fatal: “inelutável cisão do ver” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 29). Ver como cisão, é permitir que algo se anuncie para além daquilo que se apresenta diretamente ao meu olhar. O “ver” nunca se condensa num conhecimento de um objeto, mas sobretudo, ele rompe com qualquer traço de certeza, permitindo que novos sentidos surjam a partir do ato de olhar. Ver, portanto, se manifesta no gesto (metafórico) de rasgadura da imagem.

O autor também nos diz que a imagem pode ser simultaneamente “material e psíquica, externa e interna, espacial e linguageira, morfológica e informe, plástica e descontínua” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 126). A imagem é sempre uma espécie de tensão. Ele recupera Benjamin, e nos elabora outra “imagem” para a imagem: “fogos de artifício de paradigmas” (2015, p. 126). Benjamin denominou o conceito de *imagem dialética*, e o trabalhou de um modo sutil em sua obra das Passagens e nos escritos sobre Baudelaire. A imagem dialética seria algo possível de ser trabalhado pela língua. A escrita é uma forma de tentar dar conta da multiplicidade de sentidos para uma imagem (como uma explosão, fogos de artifício).

A imagem com Didi-Huberman não é simplesmente uma forma expressiva definida (e isso está muito próximo do efeito de uma fotografia). Dizemos, com isso, que toda fotografia é uma imagem, mas não necessariamente uma imagem será sempre uma fotografia. As palavras imagem e figurabilidade ultrapassam em muito o quadro restrito da representatividade. A imagem funciona como uma incompletude, como uma evidência que “ao se estilhaçar, se esvazia e se obscurece” (2013a, p. 16). Pensar a imagem é abrir-se ao não saber (por isso, se diz que se deve rasgar a imagem), pular para fora do perímetro de fechamento de um “tom de certeza”. Quando a evidência se estilhaça, estamos num campo de incertezas. É nessa perspectiva que o ver com imagens toma corpo neste texto, orientado para um procedimento de montagem. Por isso, repetimos também que nosso arquivo de registros fotográficos (organizado para a montagem) carrega um sentido de incompletude. Algo sempre está em faltando. Frente a essa “falta” abrimo-nos ao impensado, às novas relações.

Didi-Huberman recorre a Baudelaire para nos definir sobre a montagem: “é uma ferramenta, não do esgotamento lógico das possibilidades dadas, mas da inesgotável abertura às possibilidades não dadas ainda” (DIDI-HUBERMAN, 2013b, p. 13). Um lugar da imaginação obstinado a descobrir as “relações íntimas” entre as coisas. Foi no prefácio à tradução francesa dos contos de Edgar Poe⁸ que Baudelaire definira seu entendimento sobre a imaginação: “a imaginação é uma faculdade quase divina que percebe tudo com antecedência, à parte dos métodos filosóficos, as relações íntimas e secretas das coisas, as correspondências e as analogias” (BAUDELAIRE, 2012, p. 16). A noção de imaginação é fundamental para um trabalho com a montagem.

Para Didi-Huberman, a montagem “talha as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas” (2016, p. 6). Sobretudo, ainda elabora, frente a incapacidade de ver com o outro, um compromisso ético com as imagens (da cultura inclusive) de que “resta” uma alternativa: indagá-las. Esse é o compromisso político de um trabalho com imagens: perceber com antecedência, à parte dos métodos. Em uma

⁷ Conforme nos propõe Stéphane Huchet no prefácio da edição brasileira do livro *O que vemos, o que nos olha* (1997).

⁸ Edgar Allan Poe (1809 — 1849) poeta, escritor e crítico literário norte-americano, foi contemporâneo de Baudelaire.

montagem, objetos e imagens heterogêneas coexistem no espaço de uma prancha. Warburg nos painéis de *Mnemosyne*, por exemplo, poderia dispor um selo postal ao lado da reprodução de uma pintura renascentista. Por isso, a noção metodológica da montagem confunde. Ela transita no limiar do método, da ferramenta, do procedimento e do próprio objeto.

Tudo é mais ou menos incerto num trabalho de montagem. Esse é o “caráter” que nos captura. Assim, essa escrita também é um trabalho de atenção, um modo de lidar com imagens do envelhecimento em uma cidade. Um modo de ser contemporâneo. Nos colocamos a imaginar, um *imaginar apesar de tudo*, como nosso lugar filosófico, na cidade, sobretudo, ou ainda contudo — e em meio a tantos, assumindo a montagem como um procedimento de trabalho.

Ainda mais, tenta-se alongar uma ideia sobre montagem (e cidade) que se aproxime da imagem de um pensar por constelações. Esse modo de pensar foi desenhado por Benjamin, assim lembrado por Rita Velloso, que nos resume a ideia de constelação: “um traçado de linhas imaginárias que delimita uma forma onde, na mesma, não há um centro” (VELLOSO, 2018, p. 102). Em uma constelação, cada estrela se relaciona entre si com todas as outras, dando forma a “tal” constelação. Assim, uma estrela pode operar “entre” diferentes constelações, e ainda constelações entre si. No traçado de linhas imaginárias em uma constelação, desenha-se formas onde não há um centro, “apenas um vazio” (2018, p. 102) e que possibilita modos imaginários de se “ler” tal realidade.

Operam-se temas e conceitos, por vezes aparentemente distintos entre si, e que, no entanto, produzem (em potência) modos outros de se relacionar com as coisas. Desse modo — desde uma estrela que pode acontecer em diferentes constelações — um fenômeno concreto e fragmentário, de difícil “totalização”, encontra no trabalho da imaginação sua poderosa ação de pensamento. Elaboram-se um pensamento que funcione por uma “lógica” constelação para se pensar e produzir a partir de imagens que compõem a realidade urbana de uma cidade, montadas ainda com outras imagens (da literatura e das artes) no traçado de linhas “pouco legíveis”, na tentativa de dar a ver a realidade urbana de um outro modo.

O procedimento da montagem funciona, neste texto, muito próxima da ideia da constelação, traçando linhas imaginárias entre um modo de pensar, de ver imagens e de ler a realidade (um modo de pesquisar). Essa constelação assume um traço de escrita denominado *envelhecer*.

Abrimo-nos ainda outra vez: na própria montagem

Apresenta-se, portanto, com o procedimento da montagem uma noção para o envelhecer ensaiando uma construção visual. Nela dispomos com aquilo que nomeamos de um arquivo incompleto, entre fragmentos de imagens cotidianas, imagens da web e fragmentos literários, a saber: o *leitor cego* de Ricardo Piglia; o animalzinho paranoico da novela *A construção* de Kafka; o *velho saltimbanco*, dos poemas em prosa de Baudelaire; fragmentos visuais de Francis Alÿs.

Esses fragmentos estão dispostos de forma livre, simulando pranchas (como as de Warburg). Mas poderíamos acrescentar também, que tais fragmentos estão ensaiados de forma livre e comum (como em Montaigne), e ainda de um modo anacrônico: um traço textual, ora da sabedoria narrativa, ora, ruína da senilidade. Eles desenharam (como em constelação) linhas pouco legíveis para um envelhecer na cidade. Por elas, depositamos atenção, também, nos intervalos, no espaço possível do entre. Abrimo-

nos desse modo, inelutavelmente, em montagem.



[3]



[4]



[5]



[6]

Este é um ensaio visual em montagem:
o envelhecer conduz um outro olhar para as imagens
na cidade:
olhar furtivo na cabana do velho saltimbanco
(uma perda)
pela tensão entre sabedoria e ruína:
E se (como nos disse Baudelaire)
“as chinesas vêem as horas nos olhos dos gatos” ?
O relógio não responde muito bem [...]]

[o Atlas, o poeta flâneur
e o filósofo colecionador de citações]

Que está a fazer aqui
está que aqui vos escreve ?
Yo estaba ahí, simplemente. (Paul Ricoeur)



[7]

Figura 1 - Montagem, prancha 01. Fonte: Lucas B. Bittencourt. 2020.

Figura 2 - Montagem, prancha 02. Fonte: Lucas B. Bittencourt. 2020.



o velho Borges, o leitor cego,
o pequeno jovem Kafka, um mal leitor;

onde estão nossos filhos?
a cidade, a coincidência e a experiência [...]
seria o envelhecer nossa fantasia intempestiva?
de coincidência comum, ou de
sobrevivência?

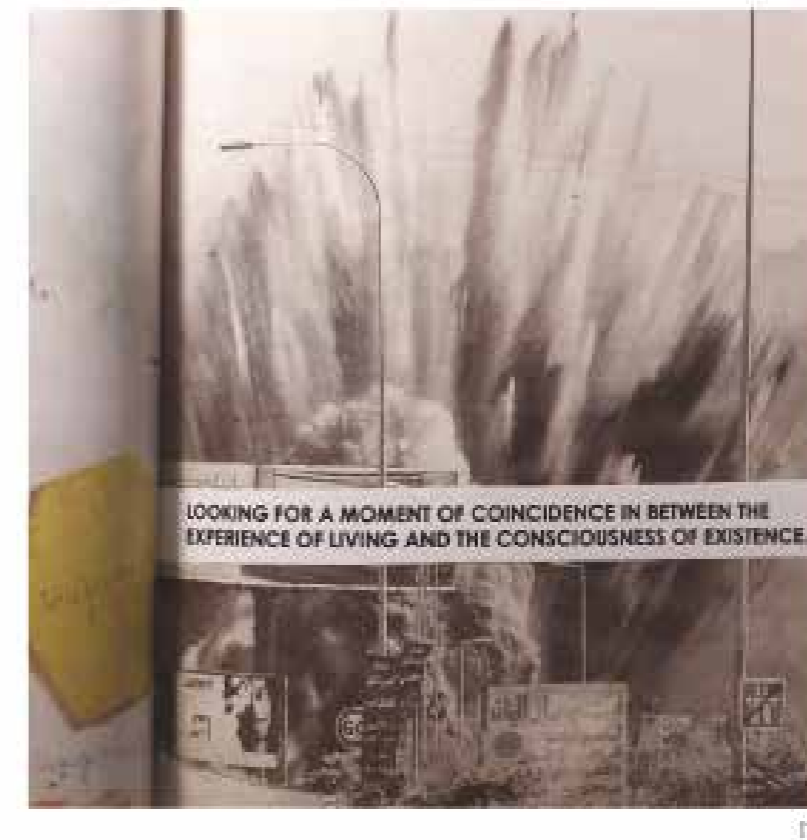


Figura 3 - Montagem, prancha 03. Fonte: Lucas B. Bittencourt. 2020.

Remontando as evidências — sobre o envelhecer na montagem

Começamos apostando no choque entre as imagens. O movimento se inicia quase como uma relação de ilustração: uma imagem do *Atlas Mnemosyne* de Warburg [1] que se apresenta como uma linha de partida: levanta-se o véu, a cortina sobe, “eis aqui uma montagem”. Atlas é uma figura mitológica que se rebela contra os deuses do Olimpo, e por isso é condenado a “levar o mundo nas costas”. A imagem do atlas na montagem nos mostra o choque evidente entre as imagens, a coexistência simultânea; o tempo está como que suspenso (Atlas é um sujeito castigado ao infinito por seu ato de rebeldia) frente a esses pequenos fragmentos que se apresentam na tela. Fragmentos que dão a ver o envelhecer na cidade contemporânea como nossa fantasia. Como se disse, “é quase uma relação de ilustração”, entretanto não o é. A montagem não ilustra. “Que faz aqui essa que aqui vos escreve?” Esta é uma pergunta que irá admitir respostas múltiplas.

Coexistem no mesmo canto da tela o retrato de [3] Charles Baudelaire em 1855, um flâneur de 34 anos; e de [2] Walter Benjamin, um jovem senhor, então com 45 anos. Benjamin foi retratado na Biblioteca de Paris enquanto trabalhava na sua obra das Passagens. A fotógrafa foi Gisele Freund, uma mulher de trabalho extraordinário que envelheceu até os 92 anos, e fotografou, além de Benjamin, Virginia Woolf e Simone de Beauvoir. Virginia [12] escreveu uma personagem que não envelhecia: *Orlando*. Simone [11] escreveu *A Velhice*. Uma coincidência (e não uma ilustração) foi o fato de que os três retratados coexistem aqui nesta montagem (mesmo que indiretamente) através do envelhecer. Elas se apresentam pela imagem que se rasga. Uma fantasia do envelhecer nos move. Benjamin, do mesmo modo, perseguiu como pesquisador a poesia de Baudelaire, que por sua vez nos escreveu sobre o velho saltimbanco⁹, a visão do miserável “em cuja barraca o mundo esquecido já não quer entrar!”. Pois nós, por aqui, entramos em tal barraca. Entramos com a questão latente do envelhecer entre uma tensão do sábio (o que acumulou um saber, narrativa do testemunho) e do senil (o que se arruinou, caducou, cegou).

Montaigne [4] nos coloca essa dúvida irresolvida “entre cólicas e catarros”. É ele (além de Atlas pelo infinito) a personagem que temporalmente diz sobre a barraca do velho saltimbanco. Montaigne é o mais velho em nosso universo cronológico (ele viveu no século XVI), entretanto simultaneamente, é ele quem acende a discussão. Não há mais cronologia. Aparecendo aqui “em montagem” neste trabalho visual, o intempestivo Montaigne acende uma bola de fogo, que lembra a imagem [5] do artista Francis Alÿs, chutando uma bola feita de tecidos que arde em chamas, pelas ruas da cidade do México. O que essas imagens nos dizem? Elas nos aquecem como uma fantasia incandescente. Elas deixam de ser imagens “fechadas” em si, e assumem uma posição juntas: dizem do envelhecer desde uma montagem. O envelhecer em chamas pela cidade. São imagens anacrônicas (o tempo para elas é só um mistério); e assim nos acariciam com suas labaredas. Não ilustramos a velhice. Abrimos a questão, rasgando as imagens e chocando uma contra outra.

A imagem de Benjamin nos diz mais do que simplesmente o seu trabalho de pesquisa (o que por sinal se assemelha muito ao nosso). Sua imagem se rasga numa mulher que soube envelhecer, e que também fotografou outras duas mulheres: uma que produziu a própria morte (ruiu); outra que frente a iminência da morte (e da perda) produziu um escrito fundamental sobre o envelhecer (testemunhou). Não cabe aqui um elogio ao saber face uma crítica à ruína. Ambas se interpenetram, visto, inclusive que uma pode ser a potência da outra. Não esqueçamos que a escritora que ruiu [12]

9 Dos pequenos poemas em prosa (BAUDELAIRE, 1950, p.47).

nos legou a personagem que não envelhecia, Orlando. A que nos legou [11] um saber, ruiu diante da perda do amor de sua vida, Sartre. A sabedoria narrativa e a ruína, são inelutáveis. O tempo nos é só um mistério. A imagem de Benjamin ainda nos diz do poeta, que escreveu sobre o velho saltimbanco. O mesmo poeta, também *flâneur*, que nos escreveu sobre a importância da imaginação frente a vida em uma grande cidade que muda constantemente. Por ela nos movemos, exaustivamente. É isso que podemos ler no semblante [3] de Baudelaire, então com seus 37 anos. Lemos mal, e desse modo vemos mistério, vemos a cidade que se transforma, vemos inclusive Poe que fascinara ao poeta, e, entretanto, ele já nos é um velho, uma fotografia curiosa. O relógio não nos responde muito bem [...].

A cidade é fundamental para a bola de fogo do artista, que queima por suas ruas. A mesma imagem incandescente [5] nos choca com a do leitor cego [6] Jorge Luís Borges, retratado já muito velho. Paradoxalmente, Ricardo Piglia nos ilumina com a imagem do último leitor, que ficou cego pela luz da lamparina (poderíamos pensar luz de fogo) que acendia suas leituras. Ele leu muito. O que ele nos diz, é um saber tranquilo (quase absoluto, repleto de mistério); sua imagem nos acaricia em chamas de velhice. Ele é o velho leitor da sabedoria narrativa; entretanto, Borges é simultaneamente o leitor em ruínas; ruína da visão; está cego. Ele nos instala uma cisão, uma ferida do olhar. Temos Kafka [10] retratado quando criança numa curiosa fotografia. Kafka se intitulou um mal leitor, aquele que percebe tudo de um modo confuso, desatento. É o leitor que nos escreve *A construção*; nos narra um animalzinho paranoico e que teme a velhice. Ele passa os dias a construir sua casa, ficando com o corpo à medida que o tempo passa, cada vez mais velho, impotente. Cada vez mais paranoico.

O leitor cego [6] e o mau leitor [10] são percebidos pela montagem (um lugar possível pela imaginação). Distorcidos e confusos. Um movimento improvável, entretanto, potente. De difícil leitura, com eles, a questão da legibilidade e da “representação” se mostram frágeis. O fundamental nessa proposta, é situá-los numa certa tensão onde o gesto do ler estaria também fendido pelo olhar. Um olhar que metaforicamente se incendeia em possibilidades múltiplas. Lembrando Didi-Huberman e sua epistemologia do “ver”, uma espécie de cisão do gesto de ler. Um leitor quebrado, em ruínas (ou um leitor que lida com ruínas de sentido, de cidades). As palavras se misturam e se “montam” entre imagens (labaredas de imagens). Numa cidade: tudo está aí. E sobremaneira, as imagens coexistem. Aí reside nossa “fantasia”.

O “estar sempre construindo”, paranoico, de Kafka e seu animal narrador de *A construção*¹⁰, (KAFKA, 1991) toma uma posição junto ao “estar sempre rodando meu carrinho de supermercado” [8] de uma pessoa em situação de rua. Eles juntos tomam consistência e simultaneidade através do procedimento da montagem. O animal construtor de Kafka teme a velhice, e desde a sobreposição de gestos repetitivos (que evidentemente a cada dia o envelhecem mais), elabora o progresso construtivo de sua casa, sob o temor do ruído de um predador misterioso. Nas ruas da cidade de Porto Alegre, pessoas em situação de rua empurram sobre os passeios públicos, suas casas móveis, arranjadas sobre carrinhos de supermercado, e ensaiam um modo de vida. Descansam sobre a terra [7] como o animal construtor de Kafka (o silêncio nos consome).

Curiosamente, o morador carregava consigo uma imagem [9] de um Cristo arruinado, ajustada sobre o carrinho, disputando o espaço com os seus cachorros. Era um

10 Modesto Carone, no posfácio da tradução para o português, nomeia de “pequena narrativa” a novela de Kafka, escrita originalmente em 1923, (numa fase tardia do escritor). Der Bau, permaneceu não finalizado pelo escritor até sua morte, em 1924. Portanto o texto que se conhece é um fragmento “enigmático” e incompleto.

peculiar colecionador, que exercia uma pequena fantasia de sobrevivência (carregar uma imagem do Cristo) em meio ao cotidiano de sua vida na cidade. Ele é mais um número da estatística incompleta de pessoas envelhecendo em situação de rua no Brasil. Aqui no texto ele é um colecionador. Interpelando a ruína de sua própria imagem, e de seu próprio tempo, e simultaneamente também questionando o sentido de uma disciplina (disciplina de construtores inclusive). Esta é a cidade que também se quer convocar com a montagem, abrindo sua leitura pelas pessoas em situação de rua que envelhecem pela cidade. Essa imagem se choca com a do leitor cego e do mau leitor. Desde ruínas e incompletudes ele vê algo: sua imagem colecionada. Ele deposita sobre ela o seu olhar, que de longe, só podemos fantasiar: o tempo desdobrado em velhice é um grande mistério.

Na última prancha, vemos uma imagem que demonstra o difícil do nosso gesto. Uma imagem pouco legível. É uma fotografia de família [15], muito envelhecida, arruinada. Nela uma velha senhora está sentada; os mais velhos repousam. Sábios anciões. Em choque com essa imagem, temos uma página [14], anotada em pesquisa¹¹, que retrata as *mães da Praça de Maio*, de Buenos Aires, gritando por seus filhos. Elas são o lugar da sabedoria narrativa que está nas ruas, enfrentando os poderes instituídos. Um grito de dor, elas são um gesto incrível de sobrevivência. Elas não cedem lugar à ruína (ao tempo). Estão nas ruas da cidade.

Estivemos na pista de uma fantasia de escrita traçada junto com o envelhecer. Fizemos um traço com essa palavra (o envelhecer) uma tentativa de legibilidade (frente à linhas pouco legíveis). Assim é a pesquisa, qualquer que seja, de um modo geral. Por mais previsíveis que sejam seus passos, seus pontos de apoio, o ponto de chegada é sempre uma fantasia (dupla fantasia) de saber (como matéria conclusiva: a que definições chegamos?) e de tempo (como um fim, a pesquisa admite essa instância?). Nossa montagem, portanto, é como uma fantasia de escritura traçada com o envelhecer, assim como os saberes que com ela produzimos, são fantasias. Perseguimos uma incandescência misteriosa, aberta e imprevisível. Uma coincidência da experiência [13] um momento para o envelhecer um choque (explosão). Envelhecemos na cidade, em meio a tantos, e em meio a possíveis traços para um envelhecer. Seria essa nossa fantasia intempestiva? Montamos e escrevemos [...].

“Viver a cultura como uma memória incompleta: nisso sou leviano.” Nos termos do que nos disse Roland Barthes¹², escrevemos aqui, do envelhecer como um traço de inspiração, uma “passagem dialética” (incompleta) da leitura amorosa à escritura produtora de saber (algum saber, leviano que seja). Leitura e escrita são movimentos de troca recíprocos. A escrita é sempre uma esperança criadora, que tenta se aproximar do já lido, a alegria da escrita alheia, que produz um deslumbramento naquele que lê. “Júbilo” de leitura que faz o movimento continuar: o texto do outro me acaricia e instala “uma espécie de incandescência eterna, misteriosa”. É isso que buscamos concluir com a montagem, próximos dessas imagens em chamadas.

Para concluir, uma última fantasia: a sobrevivência

Retomando o objetivo inicial em evidenciar o envelhecer em duas extremidades: por um lado, naquilo que se investiu de sabedoria; por outro, naquilo que se arruinou, apresenta-se aqui o que a montagem abriu. Produziu-se com este texto um lugar teórico

¹¹ Nos referimos ao livro-catálogo da exposição *Levantes*, de Georges Didi-Huberman. (2017).

¹² Barthes (2005) nos coloca o desejo de escrever como uma fantasia criadora, entre o movimento de ler, (leio autores de um modo apaixonado) e partir disso “quero” escrever (eles produzem essa esperança de escrita em mim) o texto do outro me acaricia e me provoca “um movimento incandescente”.

do envelhecer que acontece num espaço de sobreposição e coexistência anacrônicas de imagens e conceitos. O movimento do envelhecer, lembrado com Montaigne, entre o saber e a ruína, se abriu com o ver em imagens pela cidade. Assim, caminha-se do gesto do velho moribundo que sopra as últimas palavras (palavras de toda uma vida) até a experiência daquele que “cata” pela sua sobrevivência (no cotidiano de uma grande cidade). Ou ainda àquele, como o artista, que arrasta sobre as ruas da cidade uma bola de tecido em chamadas (a imagem incandescente) que se desfaz, pouco a pouco, com o passar do tempo. Dizemos que o envelhecer aparece aqui evidenciando um não-lugar na cidade contemporânea — seja pela total invisibilidade aos velhos moradores em situação de rua; seja pela reclusão à casa, metaforizado pela cegueira de Borges. O envelhecer retira-se.

Percebemos que as experiências narrativas de Walter Benjamin podem estar intimamente associadas a questão do envelhecer, ou de uma dualidade entre o envelhecer (da tradição) e o viver (da imediatez) narrativa e a dificuldade de encontrar um lugar na sociedade contemporânea a esse envelhecer que escape à lógica do consumo.

Sobretudo, elaborou-se uma interpenetração dessas experiências, num processo de abertura de sentido possibilitado pelo trabalho de montagem de imagens. Um trabalho em elaboração (e anacrônico) com imagens que foram rasgadas em sua razão representativa e que se abriram ao campo da incerteza que tem lugar nas dobras da cidade contemporânea.

Desse modo, se insere uma última camada interpretativa, e fundamental: o trabalho político com as imagens. Político e crítico a uma sociedade da eficiência e produtiva, posto aqui na equivalência aos personagens que habitam o universo de Kafka — a total falência a esse modelo e a tentativa de encontrar um outro lugar para um envelhecer que venha pelo reconhecimento. Reconhecimento que é dado só na morte ao olhar o passado (Kafka só foi reconhecido como gênio escritor depois da sua morte). Pois é na morte, no corpo ausente, que o capital pode produzir novos ganhos — museus, exposições, eventos comemorativos —, espaços esses que geram capital a partir de um corpo morto e onde a memória é capital. A montagem nos coloca a ver e montar com essas imagens, ruídos e labaredas, corpos que ainda gritam e ardem à sua maneira, contra um sistema econômico perverso. Portanto, é deste lugar também que se escreve, abrindo o olhar.

O envelhecer como fantasia de escrita, com Barthes, admitiu um lugar teórico. Produziu imagens que admitiram camadas heterogêneas. Camadas que tentaram ser literárias (trabalhadas pela “língua”), camadas imprevisíveis pela literatura e pela arte. Um trabalho incerto, de linhas imaginárias e contornos difusos. Uma posição política como exercício de imaginação frente à um leque de imagens cotidianas de cidade, em constelação. Produzir um modo de escrita (fantasiosa) e, sobremaneira, poética e política do envelhecer já é, também, um modo de pôr em questão a cidade e sua relação com a velhice na contemporaneidade. Fantasia intempestiva, de coincidência, ou sobrevivência? O que é mesmo o que nos resta?

Referências

BARTHES, Roland. *A preparação do romance II: a obra como vontade*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa*. Tradução Aurélio Buarque De Hollanda. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1950.

BAUDELAIRE, Charles. *Prefácio (1857)*. In: POE, Edgar Allan. Contos de imaginação e mistério. São Paulo: Tordesilhas, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos o que nos olha*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. São Paulo: Editora 34, 2013. a.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou a gaia ciência inquieta*. Lisboa: KKYM, 2013. b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontar, Remontagem (do Tempo)*. Editora Chão da Feira: Caderno de Leituras, Belo Horizonte, v. 47, p. 1–7, 2016. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/07/cad_47.pdf>.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução Ana Lúcia De Oliveira. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

KAFKA, Franz. *Um artista da fome & A construção*. Tradução Modesto Carone. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MATTOS, Carine Magalhães Zanchi De. *O envelhecimento das pessoas idosas que vivem em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil*. Revista Kairós : Gerontologia, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 205–224, 2016.

MONTAIGNE, Michel De. *Ensaio: Livro III*. Tradução Sergio Milliet. Porto Alegre: Editora do Globo, 1961.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Texto para Discussão IPEA, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf>.

OLIVEIRA, Francisco De. *Por quê política?* In: FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL NA UNCTAD 2004, São Paulo. Conferência, São Paulo Disponível em: <https://ibase.br/userimages/francisco_de_oliveira_port.pdf>.

PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Tradução Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIMENTA, Melissa De Mattos. *Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social*. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82, 2019.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. *Pensar por constelações*. In: JACQUES, P.B.; PEREIRA, M. S. (Ed.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2018.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. *Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho*. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 18, p. 441–459, 2016.

Referências das imagens utilizadas nas montagens

[1] Painéis 79; 45; 46 do *Mnemosyne Bilderatlas (1924 — 1929)*, de Aby Warburg. Disponível em: <https://kunstkrantik.com/aby-warburg-created-marvellous-theoretical-fictions/>. Acesso em 15/03/2020.

[2] *Walter Benjamin na Biblioteca Nacional de Paris*. Fotografia de Gisèle Freund (1908 — 2000), 1937. Reprodução disponível em: <https://www.archdaily.com/771939/the-long-ish-read-walter-benjamin-unpacking-his-library>. Acesso em: 15/03/2020.

[3] *Charles Baudelaire o poeta flâneur*. Fotografia de Nadar, 1855. Reprodução disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Baudelaire#/media/File:Charles_Baudelaire.jpg. Acesso em: 15/03/2020.

[4] *O velho Montaigne*. Retrato de Montaigne atribuído à Étienne Martellange, 1587. Reprodução disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Montaigne_-_%C3%89tienne_Martellange.jpg Acesso em: maio 2020.

[5] *Frame do vídeo Paradox of praxis 5*, de Francis Alys, México, 2013. Disponível em: <https://francisalys.com/paradox-of-praxis/> Acesso em: maio de 2020.

[6] *O velho Borges*, um leitor cego. Autoria não identificada. Reprodução disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2016/04/jorge-luis-borges-poemas.html>. Acesso em: 15/03/2020.

[7] *Cidade e o arquivo III*. Fotografia de Lucas Bittencourt, arquivo pessoal, 2019.

[8] *Cidade e o arquivo I*. Fotografia de Lucas Bittencourt, arquivo pessoal, 2019.

[9] *Cidade e o arquivo II*. Fotografia de Lucas Bittencourt, arquivo pessoal, 2019.

[10] *O pequeno jovem Kafka, um futuro mal leitor*. Autoria não identificada, ca.1887. Reprodução disponível em: <http://www.philippesollers.net/kafka.html>. Acesso em: 15/03/2020.

[11] *Simone de Beauvoir, sorriso silencioso*. Fotografia de Gisèle Freund, 1955. Reprodução disponível em: <https://www.mutualart.com/Artwork/Simone-de-Beauvoir/11C77EDF26C43773> . Acesso em: 15/03/2020.

[12] *Virgínia Woolf, expressão em ruína*. Fotografia de Gisele Freund, 1939. Reprodução disponível em: <https://www.artsy.net/artwork/gisele-freund-virginia-woolf-3-photographs> . Acesso em: 15/03/2020.

[13] *Procurando por um momento de coincidência entre a experiência de viver e a consciência de existir*. In: ALYS, Francis. Numa dada situação. São Paulo: Cosac Naify, 2010. s/página.

[14] *Os velhos repousam sentados*. Fotografia Carte Cabinet 11cm x 16,5cm, Grupo de senhoras em dia festivo, família Cardoso da Silva, Camaquã, RS, cerca de 1912. Acervo familiar Lucas B. Bittencourt.

[15] *Mães da praça de maio em Buenos Aires*. Reprodução da página nº 269 da obra *Levantes* (2017), de Georges Didi-Huberman. Exemplar do autor, digitalizado.

EXPLORANDO NARRATIVAS CRIANCEIRAS DA DESMEMÓRIA

Carolina Clasen¹ e Eduardo Rocha²

Resumo

Criançar a capacidade simbólica de narrar a cidade é a estratégia de reflexão deste artigo sobre a paisagem urbana contemporânea. A partir de diálogos com a *desmemória*, processo vinculado ao diagnóstico da demência senil no envelhecimento, a exploração das narrativas dá ênfase à constituição do cotidiano da população em envelhecimento e suas contribuições para uma agenda urbana comunitária, afetiva e criancieira. Percorrendo as intensidades de diferentes marcos temporais de uma narradora idosa, os procedimentos da cartografia afetiva, conciliados com as discussões do envelhecimento em contextos urbanos, auxiliam a investigação.

Palavras-chave: cartografia afetiva, narrativas, infâncias urbanas.

EXPLORING CHILD NARRATIVES FROM DISMEMORY

Abstract

To child the symbolic capacity to narrate the city is the strategy of reflection on the contemporary urban landscape. Based on dialogues with *desmemória*, a process linked to the diagnosis of senile dementia in aging, the exploration of the narratives emphasizes the constitution of the daily life of the aging population and their contributions to a community, affective and childlike urban agenda. Going through the intensities of different time frames of the elderly narrator, the affective cartography procedures help the investigation reconciled to the discussions of aging in urban contexts.

Keywords: affective cartography, narratives, urban childhoods.

Eu trabalhei. Trabalhei. Trabalhei. Trabalhei. Trabalhei... O ponto de partida para esta reflexão teórica é um diálogo-lembrança com os territórios afetivos vividos durante a infância pela Irma³, idosa nascida em 1916, em uma localidade ao leste da cidade de Pelotas⁴. Tais territórios, experienciados ainda no século XX, foram reativados pelo embrulho cronológico fruto da demência senil. Isso provocou uma série de questionamentos acerca da paisagem urbana, do sentido de lugar e do acesso dos idosos a uma rede de afetos; o que gerou reflexões que visam contribuir para o bem-estar da população em questão a partir dos devires da infância.

A demência senil é um diagnóstico amplo, que abrange peculiaridades da população em envelhecimento cujas corporalidades manifestam, principalmente, distúrbios do comportamento e, em decorrência disso, imobilidade (GORZONI; PIRES, 2006). Esse recorte populacional exige atenção permanente e assistência. Diante disso, parece necessário reconhecer quais são as experiências e os territórios afetivos formadores dessas pessoas, a fim de reiterar afetos. A reflexão buscou sobrepor as intensidades afetivas de diferentes marcos temporais da experiência da Irma, ilustrando alguns sintomas da síndrome demencial e potências criancieiras a partir das narrativas dela.

Possíveis ilustrações dos territórios narrados podem ser vistas na Figura 1 e na Figura 2. A geografia da cidade de Pelotas representada na Figura 1 mostra um corte com marcação especial apontando para os arroios que formam a paisagem. A Figura 2 elucida implicações dos processos cartográficos frente ao desenvolvimento da doença de Alzheimer, na capacidade da demência senil de apagamento. Por isso, a cartografia afetiva da *desmemória* é apresentada junto com a reflexão desenvolvida neste texto.

Eu vivia tão bem, nossa casinha era linda, linda, linda. De barro e de material, tinha fruta e não tinha rua. Hoje às cinco, tu pode me levar pra minha casa? A retomada do ambiente da casa pelo pé de laranja-do-céu e pela fluidez dos fluxos, que não eram delimitados por vias e faziam parte de um contexto de urbanização de meados dos anos 1920. Mesmo estando na mesma casa em que vive há mais de cinquenta anos, Irma pede permissão para se deslocar até a residência de sua infância ao entardecer, antes que a escuridão chegue.

Sob o diagnóstico da demência, cabem depressão, psicose ou delírio em 40% a 90% dos casos (GORZONI; PIRES, 2006); as reações dos tutores estão atreladas fundamentalmente à busca pela prescrição de psicofármacos com o objetivo de inibir tais distúrbios. Com o devido cuidado e respeito aos estudos no campo da saúde mental e da gerontologia, o breve relato dos principais diagnósticos e suas motivações foi feito com o objetivo de exibir os distúrbios a partir de uma perspectiva menos normativa.

Também comprometida com a socialização crítica da população asilada, esta reflexão se interessa em corroborar a vocação da infância em consolidar o desenvolvimento do corpo em seus porvires. A partir da capacidade extemporânea ocasionada pelo Alzheimer, jogar com o passado-futuro e com o horizonte de improváveis anacrônicos oportuniza reconstituir uma cognição criancieira que ressignifica seu entorno. Uma das estratégias utilizadas durante os encontros da Cartografia Afetiva da *Desmemória* foi desmoralizar a brincadeira para produzir novos cotidianos correlatos às paisagens urbanas vividas, permitindo que os territórios afetivos fossem ativados nas narrativas.

³ Nome referência modificado, como estratégia desmemorável.

⁴ Pelos Atos Municipais n.os 312, de 27-08-1893, e 345, de 15-08-1905, foram criados os distritos de Areal, Buena, Capão do Leão e Retiro e anexados ao município de Pelotas. Esses distritos são, atualmente, bairros conurbados à evolução urbana da cidade. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/historico>>. Acessado em 10 de março de 2020.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2018), na Linha de Urbanismo Contemporâneo do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas. Com Licenciatura em Artes Visuais obtida pela mesma instituição (2014) e Especialização em andamento em Planejamento e Gestão das Cidades (PECE-POLI-USP); tem interesse por investigações sobre as Infâncias Contemporâneas e suas intersecções diante dos conceitos de Direito à Cidade, Cotidiano e Experiência.

² Arquiteto e Urbanista, Especialista em Patrimônio Cultural, Mestre em Educação, Doutor em Arquitetura. Professor Assossiado na FAUrb/UFPel e PROGRAU.

Figura 1 – Ilustração da topografia da cidade de Pelotas; Fonte: ROSA (1985).

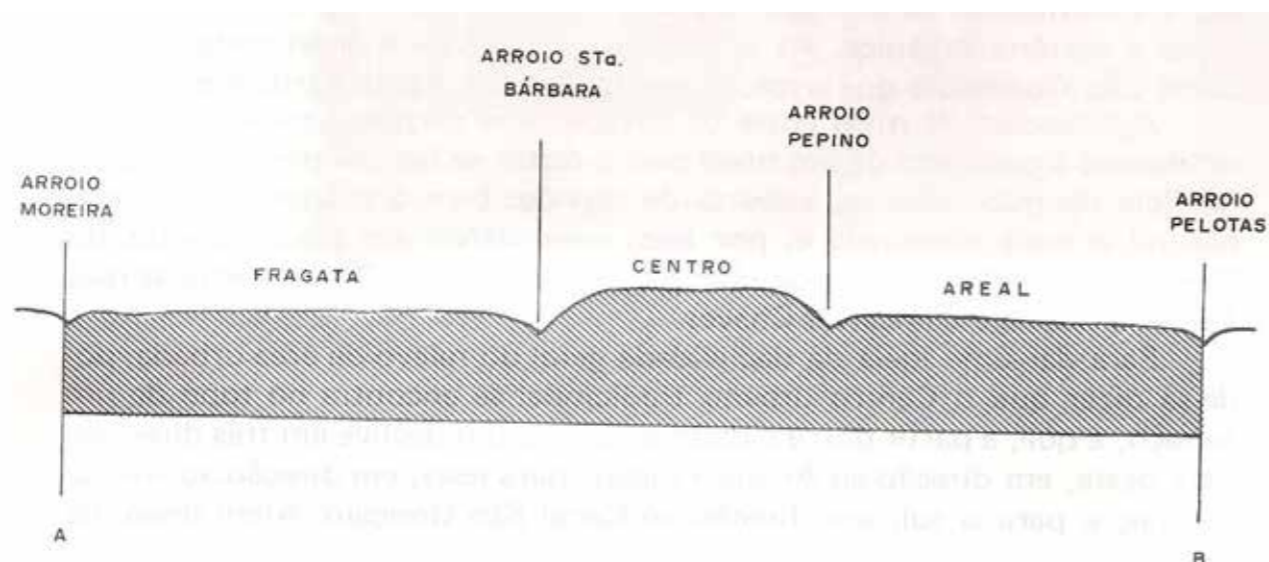
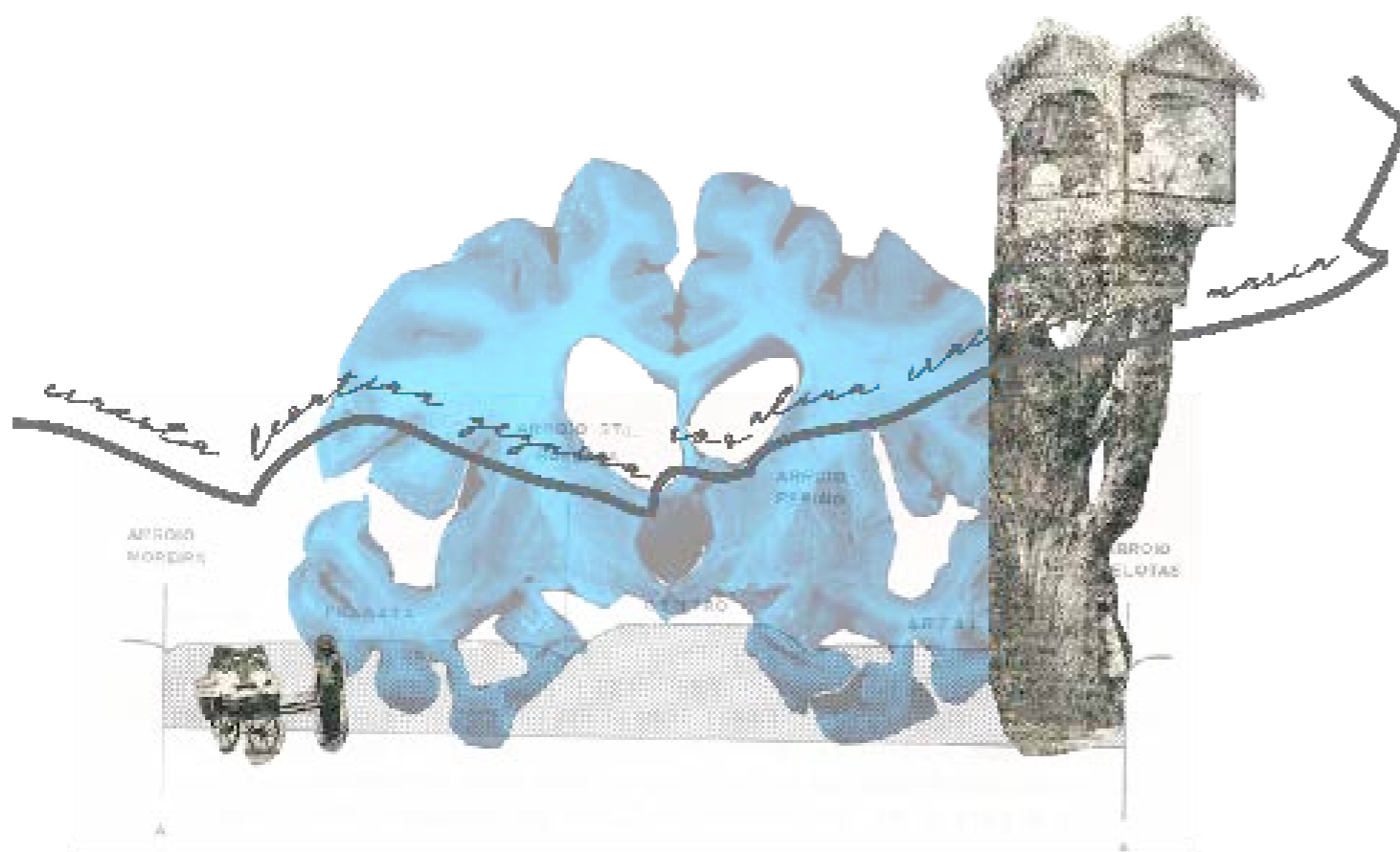


Figura 2 – Collage Cartografia Afetiva da Desmemória; Fonte: Autora (2020).



Estudos da sociologia urbana, da psicologia, do direito e da saúde discutem ambientes urbanos capazes de acolher outra temporalidade do corpo, considerando movimentos menos ágeis nos deslocamentos demarcados por cotidianos da população envelhecida. Relacionada a tais ponderações, sobrevém a pergunta: como conviver com modos de pensar que sobrepõem temporalidades? Ou seja, é possível produzir ambientes urbanos acolhedores para subjetividades delirantes?

Um acervo de esquecimentos

Eu não consigo me lembrar, eu não consigo lembrar. Que coisa estranha, como não consigo (...) não lembro como era...onde era... Com olhos e mãos apertadas, ela divide a angústia da certeza que viveu, mas não alcança a experiência naquele instante. Uma das qualidades modernas das nossas experiências é amputar-nos de narrá-las. O que é este acervo de esquecimentos senão um arquivo produzido por um corpo demarcado de *trabalho, trabalho, trabalho* que, por ventura, não lembra se havia uma feira no bairro da infância?

Destituindo a capacidade do corpo de experienciar a vida, o Alzheimer não ocorre como apagamento, senão como consolidação da incapacidade de intercambiar experiências. Assim, é possível traçar um paralelo desta cartografia com as caracterizações que Walter Benjamin dá ao narrador, quando o divide em dois grupos que têm como referência personagens da vida pública e literária: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante. Quando o primeiro opera um campo de forças das tradições e o segundo negocia com o acaso (BENJAMIN, 1986, pg. 17), o tempo suspenso da desmemorização coloca em jogo geografia e história, espaço e tempo. A tentativa de incorporar as paisagens narradas à experimentação do ouvinte apreende o espaço extemporâneo não sem impregnar ele próprio [o espaço] de vida antiga, de memória. Esta habilidade não é interessante para a financeirização do espaço; ainda em Benjamin:

A arte de narrar está definindo porque a sabedoria - o lado épico da verdade - está em extinção. Porém esse processo vem de longe. (...) Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas (BENJAMIN, 1986, pg. 19).

As nuances da memória produzem novos territórios, cenas poucas vezes revisitadas perdem certa materialidade. No outro sentido, as narrativas criancieiras, dadas às pulsões de vida e inúmeras partilhas compreendidas ao longo da vida, viabilizam um caminho definido. Em vista disso, a produção subjetiva da infância, potente e criadora, é minada de condições limítrofes e dóceis. Durante a senilidade, o distúrbio da nudez encarna o corpo que foi sendo vestido e investido de consumo. Daí a necessidade de apostar na oitiva da população em envelhecimento, fazendo jus às máximas de "aprender com os mais velhos" ou "escutar a criança interior", buscando compreender lugares produzidos pelo sentido de uma criança envelhecida, não de uma velha *infanti* (AGAMBEN, 2005). Emudecer as populações em envelhecimento, encurtando seus trajetos cotidianos e tomadas de decisão, nos embrutece. A interlocução intergeracional é capaz de frutificar subjetividades, sobretudo, contemporâneas, quando:

"subjetividade" [...] designação escolhida como que para salvar nossa parte de espiritualidade. Por que subjetividade, se não para descer ao fundo do sujeito sem perder o privilégio que este encarna,

essa presença privada que o corpo, meu corpo sensível, me faz viver como minha? Mas se a pretendida “subjetividade” é o outro no lugar de mim, ela não é subjetiva nem objetiva, o outro é sem interioridade, o anônimo é seu nome, o fora seu pensamento [...] (BLANCHOT apud PELBART, 2000).

Redefinindo o indefinido, a subjetividade toma a consequência de narrativas que exploram a experiência no ensejo dos devires crianceiros. As narrativas crianceiras percorridas pela *desmemória* se apoiam em experiências que extrapolam o presente, muito embora também estejam impregnadas da presença no agora.

Anotações:

As interlocuções com a *desmemória* ocorreram primeiramente no recorte do envelhecimento. Acompanhando os pesquisadores em *Projetando lugares com os idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento*⁵, as reuniões de mapeamento incitaram uma série de questionamentos acerca da capacidade de resignificação do lugar a partir da ética, situação também encontrada em pesquisas com crianças e lugares urbanos (CLASEN; ROCHA, 2018). Posteriormente aos encontros marcados pela agenda da pesquisa, os territórios foram retomados em função dos percursos que Irma narrou durante as conversações que embasaram esta cartografia. Diante disso, foram delineadas questões acerca da paisagem urbana simbólica constituída na infância e da capacidade sensível de retomar tais experiências durante o envelhecimento. Além das implicações do diagnóstico aqui descrito, o local dos encontros também foi marcado pelas memórias crianceiras da Carolina, uma das autoras deste trabalho. Dessa forma, foi composto um território crianceiro comum a ambas, Irma e Carolina, partindo de rememorações para investigação dos afetos que extrapolaram nossa temporalidade, para reconfigurar nosso acordo em uma infância comum. Uma posição ética de narradora e ouvinte foi capaz de orientar encontros investindo na criança como instituinte do fluxo de pensamento, muito embora as duas não fossem mais parte dessas condições etárias. O momento em que esta cartografia captura gestos desmemoráveis é também imbuído de uma busca fotográfica, a fim de sobrepor esboços, listras e estrias. O percurso da velha casa à casa da velha foi um primeiro registro, para depois dar nome aos afetos, atentar para os esquecimentos, preencher brancuras.

A constância dos encontros permitiu vasculhar a experiência da narradora pela repetição. Se a informação aniquila o ato de narrar (BENJAMIN, 1986), aqui foram traçadas forçosamente narrativas extraordinárias e “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1986, p. 28). E, a partir daí, é que a narrativa passa a ter dimensão utilitária; porque permite redimensionar uma maneira de conduzir a vida em geral. Assim, a insurgência crianceira destas conversas é capaz de relacionar a política do espaço e os modos de vida que operam a urbanidade, a partir de imagens produzidas não sem a realidade, mas ainda mais ocupadas com a dimensão do provável.

Desdobrada no entrelaçamento do presente histórico vivido do agora e um passado específico – o agora da recognoscibilidade – e num momento de despertar provocado pela experiência do lugar, a

⁵ A pesquisa *PlaceAge* atualmente é constituída por dois projetos financiados pelo ESRC. Entre os países envolvidos, estão o Reino Unido, o Brasil e a Índia. Um dos projetos da pesquisa, intitulado *Projetando lugares com os idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento*, tem como foco explorar como os idosos enfrentam o envelhecimento em diferentes contextos urbanos, sociais e culturais. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/placeageproject/>>. Acesso em 23 de abril de 2020.

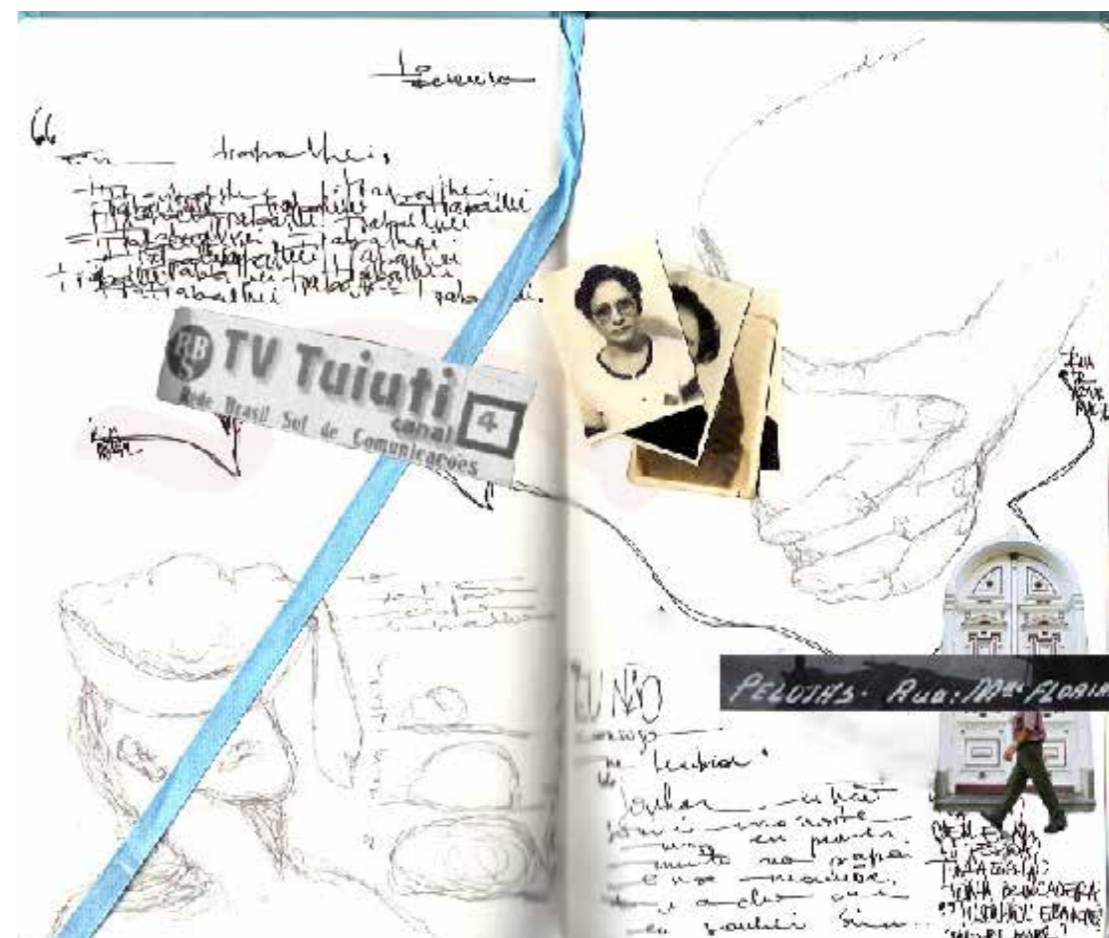
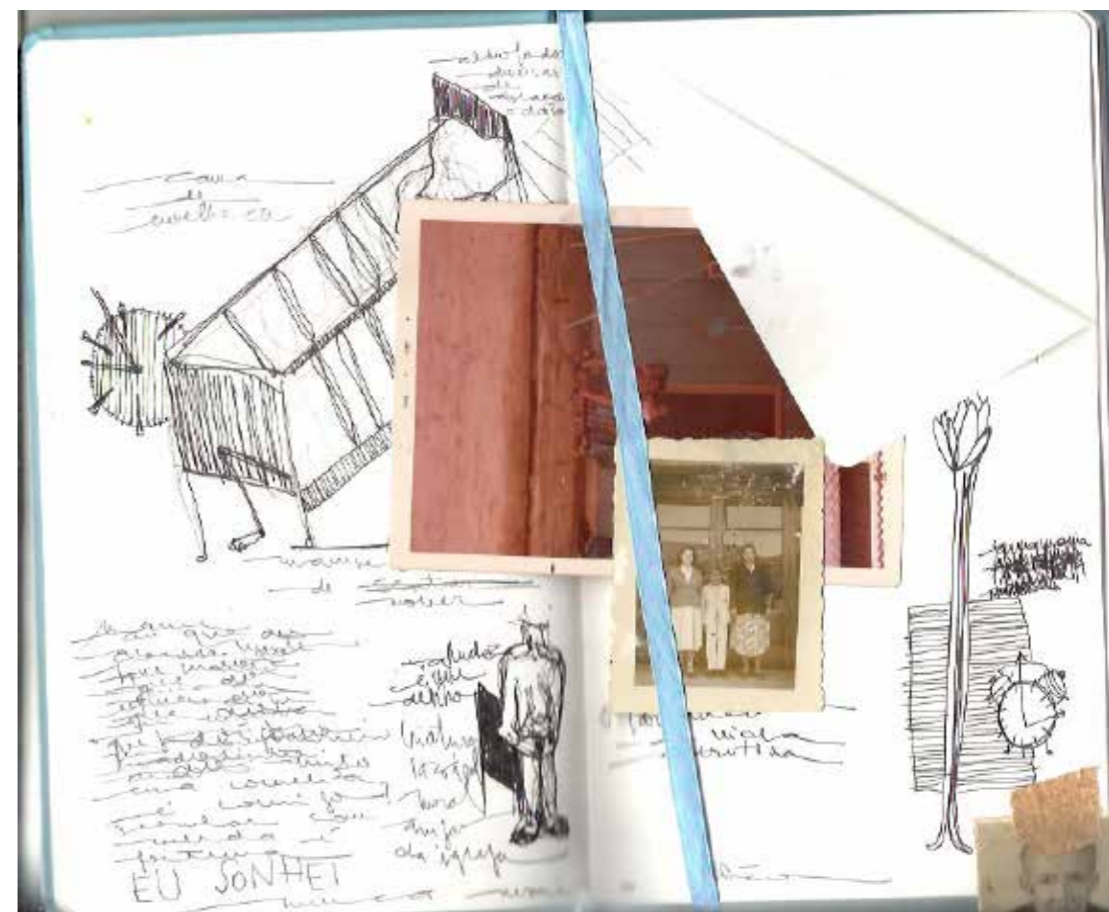


Figura 3 e 4 – Cadernos da Brancura; Cartografia Afetiva da Desmemória; Fonte: Autora (2020).

imagem urbana é imagem dialética, responsável por iluminar outros acontecimentos de lutas, por retirar da invisibilidade outras práticas de resistência, subjetividades e contracondutas (VELLOSO, 2019).

A habilidade de atingir a amplitude, característica diferenciante da narração e da informação segundo Benjamin, reafirma a necessidade da interlocução não apenas no plano da sentença, da ordenação, do palavreio, da pregação. Mas o que o envelhecimento interposto pela *desmemória* crianciera tem aptidão para exigir da cidade é a sua condição comunitária, não apenas administrativa. A exemplo disso, pode ser exposto o relato do mapeamento participativo em Edimburgo, na Revista *PlaceAge*, quando da identificação de que “o espírito comunitário está desaparecendo e as pessoas agora vivem vidas ocupadas” (PLACEAGE, 2019).

Parece imprescindível refletir sobre o sentido de lugar. Para isso, a exemplo da discussão teórica construída por Deleuze na obra *A Lógica do Sentido*⁶, “O não senso e o sentido acabam com sua relação de oposição dinâmica, para entrar na co-presença de uma gênese estática, como não-senso da superfície e sentido que desliza sobre ela” (DELEUZE, 2000 apud FUÃO, 2004). Na mesma publicação, intitulada *O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido?*⁷ (2004), Fernando Fuão estabelece outra interlocução: “para os surrealistas o sentido ou o significado da imagem e das coisas brota do encontro, isto é, não existe sozinho como fato ou coisa isolado, brota da conjunção de duas ou mais partes.” (FUÃO, 2004). O apontamento sobre a produção de sentido desenvolvida pelos autores, é feito na articulação incisiva do sentido e da experiência do espaço. Quando o espaço reivindica o eu em sua dimensão corporal:

O espaço não é, como crê a maioria dos arquitetos, uma realidade rígida e válida para todos. Ele em si é tão plástico e imaterial como o próprio tempo, variando com os indivíduos, com os povos, com as épocas, e, principalmente, com os pontos de vistas. Não existe um espaço objetivo e autônomo do ser humano. Existem diferentes maneiras de perceber e compreender esse espaço ‘bruto’, lá fora, sem significação, a espera de minha chegada (FUÃO, 2004).

Para não esquecer de...

A interposição atemporal dos territórios afetivos permitiu comparar referências do entorno da casa e do cotidiano de trabalho através de um anacronismo incompatível com a realidade contemporânea, mas potencialmente impulsionador de novas perguntas. Essas interrogações questionaram não apenas as noções de trabalho e doutrina religiosa, mas também o roteiro predefinido das pulsões de vida que intizam rotinas a cumprir desejos sociais. Poderíamos pensar espaços coletivos acolhedores, delirantes e criancieiros? Pela prudência e pela segurança da vida pública, parece que são necessárias delimitações funcionais produzindo espaços que atribuam atividades pré-definidas e deformadoras das experiências. Os dois bairros em questão carecem de espaços acolhedores das corporalidades envelhecidas e criancieiras, são orientados por vias rápidas e se alinham a uma administração preocupada em ampliar a produtividade urbana. Embora a Duque de Caxias e a Domingos de Almeida, avenidas principais do Fragata e do Areal respectivamente, incluam ciclovias e espaços para

6 DELEUZE, Gilles. *A Lógica dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

7 FUÃO, Fernando Freitas. *O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido? – 1ª parte*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 048.02, Vitruvius, maio 2004 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/582>>.

atividades físicas ao ar livre, a baixa recorrência de diferentes grupos etários nesses lugares reafirma o encarceramento de crianças e idosos.

Durante os encontros, nossas desmemoráveis conversas nos levaram a refletir sobre a quantidade de longevos noticiados em anúncios de procura⁸ e o quão recorrente tem sido esquecer o caminho de volta pra casa. Irma relata que, diante do desabamento da casa ao lado da sua e da construção de um banco, que desencadeou a derrubada de outras três casas próximas, *só não podem tirar a igreja daí, senão eu perdia a vizinhança toda e não voltava pra casa (...) isso no tempo que eu andava*. Mantem-se ativas as reivindicações por uma ambiência urbana coletiva e, sobretudo, comunitária – na qual o sentimento de pertencimento é capaz de engendrar territórios. Com isso, coube às narrativas criancieiras o manifesto pela delirante capacidade de esquecer. Esquecer a roupa e o café. Esquecer a teoria, mas não a poesia. Chegar à cozinha e esquecer o que havia ido buscar, esquecer que não gostava de combinar laranja com roxo. Esquecer o remédio e o nome do marido; chamar o filho de neto. Esquecer o entorno não mais como manejo da memória, mas para ser capaz de ativar paisagens criancieiras.

Referências

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. (Obras Escolhidas, v. 1).

CLASEN, C. M.; ROCHA, E. *Deslocamentos entre o ‘direito à cidade’ e a urbanidade contemporânea: crianças e suas corporalidades*. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. *Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional*, 2017. v. 27.

DELEUZE, Gilles. *A Lógica dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FUÃO, Fernando Freitas. *O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido? – 1ª parte*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 048.02, Vitruvius, maio 2004 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/582>>.

GORZONI, Milton Luiz; PIRES, Sueli Luciano. *Aspectos clínicos da demência senil em instituições asilares*. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 18-23, 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000100003>.

PELBART, Peter Pál. *A Vertigem por um Fio: Políticas da Subjetividade Contemporânea*. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2000.

PLACEAGE. *Newsletter*. Volume1, n.2, 2018. Portuguese. Published on Oct 8, 2019. Disponível em < https://issuu.com/placeage/docs/newsletter_volume1_n2_2018> Acessado 20 abril de 2020.

8 Segundo dados da 4ª Delegacia de Investigação de Pessoas Desaparecidas, existe o registro de aproximadamente 80 desaparecimentos mensais de pessoas com idade acima de 65 anos. Lapsos de memória e desorientação decorrente da neuro-degeneração são os principais motivos.

ROSA, M. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: Ed.UFPel, 1985.

VELLOSO, R. *O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin*. In: JACQUES, P.B., and PEREIRA, M.S., comps. *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, 335 p. ISBN 978-85-232-2032-7. <https://doi.org/10.7476/9788523220327>.

AS MARCAS CULTURAIS DOS LUGARES NA MEMÓRIA DOS ANCIÃOS KAINGANG

Fernanda Machado Dill¹ e Vanessa Goulart Dorneles²

Resumo

Este artigo trata da importância do resgate da memória dos anciãos indígenas Kaingang e da valorização dos saberes dessa geração para o desenvolvimento de práticas culturais e criação de lugares que valorizem o modo de viver Kaingang na Aldeia Kondá. A pesquisa foi construída com base nos relatos de história oral e na observação participante durante o período de preparo e acontecimento da semana cultural. A partir da inclusão dos idosos em atividades e práticas culturais cotidianas, a comunidade resgata a memória, valoriza a sabedoria anciã, aproxima as gerações e dissemina através da oralidade, valores tradicionais, criando momentos e espaços que contribuem na construção das referências culturais e identitárias para esta população na contemporaneidade.

Palavras-chave: arquitetura indígena, anciãos Kaingang, práticas culturais, identidade cultural, *behavior settings*.

THE CULTURAL MARKS OF PLACES IN THE MEMORY OF THE KAINGANG ELDERS

Abstract

This paper deals with valuing the memory recovery of Kaingang indigenous elders and valuing the knowledge of this generation for the development of cultural practices that value the Kaingang way of life in Aldeia Kondá. The research was based on oral history reports and participant observation during the preparation period and the cultural week. Based on the inclusion of the elderly in daily cultural activities and practices, the community rescues memory, values elderly wisdom, brings generations together and disseminates traditional values through orality, creating moments and places that contribute to the construction of cultural and identity references for this population in contemporary times.

Keywords: indigenous architecture, Kaingang elders, cultural practices, cultural identity, behavior settings.

Introdução

O aumento da expectativa de vida da população traz à tona a necessidade de reflexão acerca do acesso às práticas cotidianas ligadas à qualidade de vida, principalmente para idosos. Viver com qualidade inclui não apenas o cuidado físico, mas também aspectos relacionais e de respeito às diversidades. A maneira como cada comunidade constrói as relações entre as diferentes gerações, pode apontar caminhos para um convívio mais equilibrado entre elas, além de demonstrar as bases que alicerçam essa sociedade e sua cultura.

Exemplo dessa construção, o povo indígena Kaingang se caracteriza pela tradição oral e por isso, a memória dos anciãos, seus conhecimentos e experiências são valorizados no grupo e fazem com que estes detenham um status de liderança e respeito na comunidade. A partir da inclusão dos idosos em atividades e práticas culturais cotidianas, a comunidade resgata a memória, valoriza a sabedoria anciã, aproxima as gerações e dissemina através da oralidade, valores tradicionais, criando momentos e lugares que contribuem na construção das referências culturais e identitárias para esta população na contemporaneidade. Essa construção endógena favorece a afirmação desse modo de viver específico frente à sociedade não indígena do entorno. As experiências vividas por idosos da própria comunidade colaboram na escrita de sua história, auxiliam no planejamento e construção de espaços culturais e definem a lógica cultural do grupo na atualidade.

A contemporaneidade é caracterizada por mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e espaciais, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de interagir com os lugares, com as pessoas e com a passagem do tempo. É latente a necessidade de os espaços abraçarem a diversidade humana, seja ela física, geracional ou cultural. Edificações, praças, ruas e cidades tornam-se estruturas que transcendem suas características espaciais e se constituem como palco para diversas interações humanas e marcam a vida de seus usuários criando memórias que constroem sua identidade ao longo da vida.

Na interação com o espaço, diferentes grupos étnicos constroem significações e relações, que podem, por influência do lugar amenizar ou reforçar fronteiras étnicas (TUAN, 1983). Nesse sentido, este artigo objetiva discutir a valorização dos anciãos nas comunidades indígenas Kaingang, como uma estratégia de afirmação e continuidade cultural para a Aldeia Kondá, localizada no município de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina.

A comunidade que constitui a Aldeia Kondá foi desapropriada de seu território de origem, localizado no centro da cidade de Chapecó e atualmente situa-se na localidade da Água Amarela, na área rural do município. Com essa mudança de local, muito de suas identidades sofreram alterações e adaptações para uma nova realidade social e espacial. As transformações, que acontecem em um processo ininterrupto ao longo dos anos, devem-se parte em função do novo contexto físico e parte pelas relações interétnicas com a sociedade não indígena do entorno.

Assim, este trabalho visa contribuir com o registro para construção da identidade cultural do Povo Kaingang da Aldeia Kondá a partir das manifestações espaciais presentes na memória dos anciãos. Justifica-se sob vários aspectos: primeiro, no que tange o resgate e socialização da memória dos anciãos sobre a história da comunidade, suas práticas culturais tradicionais e a construção de espaços que se utilizam do saber fazer tradicional para afirmar valores culturais. Segundo: considera-se a inclusão dos anciãos no cotidiano da comunidade como estratégia de valorizar a sabedoria dos mais velhos e mantê-los ativos física e mentalmente.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Pós Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ-UFSC).

² Universidade Federal de Santa Maria, Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Metodologia

Este estudo, que faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as relações entre espaço e cultura em comunidades Kaingang (DILL, 2019), adota a abordagem qualitativa que tem foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações socioespaciais do povo Kaingang da Reserva Indígena Aldeia Kondá. Essa análise é construída a partir da memória dos anciãos e da observação dos lugares e práticas culturais alicerçadas da tradição oral, característica desse grupo. Para tanto, utilizam-se tanto a história oral quanto a observação participante como principais estratégias de pesquisa, complementados pelos registros fotográficos obtidos em campo e as pesquisas bibliográficas que antecedem as visitas à aldeia.

A pesquisa da história oral consiste em uma prática de apreensão de narrativas de forma a aproximar o valor de fontes orais e escritas e valorizar a memória e a oralidade dos participantes como fonte de dados para as análises. Foi realizada utilizando instrumentos eletrônicos de gravação, destinada a recolher testemunhos e promover reflexões acerca de processos sociais e construções espaciais.

Enquanto técnica, exige uma sequência de procedimentos, conforme destaca Meihy (1996) em seu livro *Manual de História Oral*: o primeiro passo é a elaboração de um projeto, para que se tenha clareza do que se quer pesquisar e os relatos não se transformem em histórias nostálgicas apenas. Em segundo lugar, sugere-se a escolha dos atores que irão contribuir na pesquisa, definidos com base naquilo que se quer descobrir. Por fim realizaram-se as transcrições e análises dos relatos.

Para este estudo, foi elaborado um projeto inicial, apresentado para as lideranças da comunidade que autorizaram o desenvolvimento da pesquisa, e que na sequência também foi submetido e aprovado pelo comitê de ética. Posteriormente, foram obtidos relatos de história oral de cinco anciãos da comunidade que falaram sobre seu território tradicional, sobre a aldeia contemporânea e aspectos espaciais e sociais que influenciam a transformação da cultura e por consequência das identidades indígenas construídas na atualidade. Os relatos foram transcritos e os dados analisados em relação aos lugares e práticas observados em campo. Com o objetivo de preservar o anonimato dos anciãos que colaboraram com a pesquisa a identificação das falas será realizada com a sigla conforme o exemplo: R-01, na qual a letra R define que a informação tem fonte no relato de história oral e o número identifica o participante da pesquisa.

O outro procedimento adotado foi a observação participante, que objetiva colocar o pesquisador e colaboradores do mesmo lado de forma que possam compartilhar práticas cotidianas e interagir mais livremente. Vale destacar que esta técnica só é possível quando o pesquisador conquista a confiança do grupo. No caso da pesquisa com grupos indígenas, que sofreram com contínuos processos de exploração e violência, foi necessário respeitar o tempo da comunidade para a realização da pesquisa, fazendo com que o estudo se construísse ao longo de anos de interação.

O convívio mais intenso ocorreu nos períodos de preparação para a semana cultural e durante sua realização, sempre no mês de abril. Nessa oportunidade, foi possível acompanhar do preparo de comidas tradicionais, do artesanato, assistir danças e apresentações culturais e participar de inúmeras rodas de chimarrão, das quais emergiram as principais descobertas sobre as relações humanas no interior da comunidade e a importância de lugares específicos para construção cultural da mesma.

A escolha das estratégias de pesquisa adotadas, que compreendem as observações associadas aos relatos de história oral dos anciãos, além de valorizar o papel dos idosos

como sábios da comunidade, afirmam seu protagonismo e autonomia. Evidencia-se que a memória espacial dos próprios indígenas constitui o recurso fundamental para construir as referências culturais no presente e para o futuro.

Cultura, memória e identidade espacial

Compreende-se cultura como um sistema complexo aprendido, no qual qualquer pré-disposição genética ou geográfica é superada pelas práticas vivenciadas e observadas cotidianamente (DILL, 2019). Percebe-se a cultura como um potencial instrumento de identificação coletiva, onde o modo de viver de um grupo estabelece fronteiras com outros modos de viver e essas interações produzem materialmente o espaço físico, reflexo e identidade do contexto cultural ao qual pertencem.

Este caráter de identificação coletiva ligado à cultura faz com que a questão da identidade seja extensamente discutida, tanto na arquitetura e no urbanismo quanto na teoria social. Alguns arquitetos como Amos Rapoport (2005) e Simon Unwin (2013) entre outros, questionam e discutem o quanto os produtos arquitetônicos e urbanísticos carregam uma identidade, que está, ou deveria estar intimamente ligada a de seus usuários, revelando o contexto cultural em que se encontram.

Quando se fala sobre identidades culturais, autores como Stuart Hall (2005), Adan Kuper (2002), Zygmunt Bauman (2005) e Tomaz Tadeu da Silva (2000), por exemplo, discutem seu conceito, e relacionam identidade e diferença na contemporaneidade. Ao pensar a identidade em termos de sociedades tradicionais, Antony Giddens (2002), destaca que estas têm veneração pelo passado, onde os símbolos são valorizados por conterem experiências de gerações e a tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço. Dessa forma, a identidade de um povo está diretamente ligada à sua construção histórica. Percebe-se que a categoria tempo constitui a identidade e produz um parâmetro para que se possa olhar de onde vêm os principais aspectos de identificação, sejam eles individuais ou coletivos.

Nesse contexto, a memória apresenta-se como categoria fundamental, pois “[...] age tecendo fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos” (SEIXAS, 2001, p. 51). É responsável por reencontrar o passado no presente, fazendo com que a percepção da própria realidade seja influenciada pela memória, possibilitando a atualização das lembranças a partir das práticas.

Ao trabalhar com inúmeras dimensões da memória, Seixas (2001) destaca que é possível abordar o que chama de “memória fora de nós”, “[...] inscrita nos objetos, nos espaços, nas paisagens, nos odores, nas imagens, nos monumentos, nos arquivos, nas comemorações, nos artefatos e nos lugares mais variados [...]” (SEIXAS, 2001, p. 52). Essa possibilidade converge com o objeto de estudo desta pesquisa e reafirma a importância da história oral no sentido de registrar uma memória espacial dos colaboradores, que contribui para a compreensão da identidade dos mesmos e dos lugares que ocupam.

Na construção desses significados nasce a identidade do lugar. Em arquitetura e urbanismo, a identidade de lugar é definida como uma subestrutura da identidade pessoal que incorpora as cognições sobre o mundo em que os indivíduos vivem, contemplando as memórias, ideias, relações sociais, sentimentos, atitudes, valores e preferências acerca dos diversos ambientes em que estão inseridos (PROSHANSKY, 1983).

A atribuição de valor aos espaços pelos grupos que os ocupam, pode ser captada

através da memória e da oralidade, que caracteriza a articulação entre diversos marcos temporais. As experiências vivenciadas ficam marcadas na história das pessoas e rememorando-as identificam os lugares, que a abraçaram em algum momento a sua existência. Conforme Elali e Medeiros (2011), o apego ou vínculo com o lugar é um conceito complexo e multifacetado e seu estudo exige atenção às características físico-espaciais do local e os significados simbólico-afetivos a eles associados pelos indivíduos ou grupos. O afeto pode ser definido como um regime de variação que acontece à medida que vamos experienciando objetos, espaços, acontecimentos e ideias (DELEUZE, 1978).

O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação as pessoas, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento (WALLON, 1979). Assim, ao interagir com os espaços, práticas humanas são encorajadas ou inibidas:

No momento em que o sujeito passa por uma alteração (do corpo, da mente), essa vivência desencadeia uma alteração da sua potência de pensar e agir e se reflete diante dos objetos encontrados. A partir deste encontro o corpo do sujeito emerge um sentimento que influenciará na potência de agir e de pensar do mesmo (BEHLING, RIBEIRO, 2018, p. 455-456).

A relação de interdependência entre ambiente e comportamento humano, torna fundamental o estudo de determinados espaços na aldeia e o que eles significam para seus usuários sob a ótica do behavior setting. Este conceito trabalha com unidades ecocomportamentais que correspondem a padrões estáveis de comportamento que ocorrem em tempo e espaço determinados (PINHEIRO, 2011), assim, contempla não só a análise de uma porção do território, mas um conjunto de interações em um lugar (BARKER, 1986). Um behavior setting não é um local específico, e sim um conjunto de relações entre o ambiente e seus usuários (ELALI, 2006).

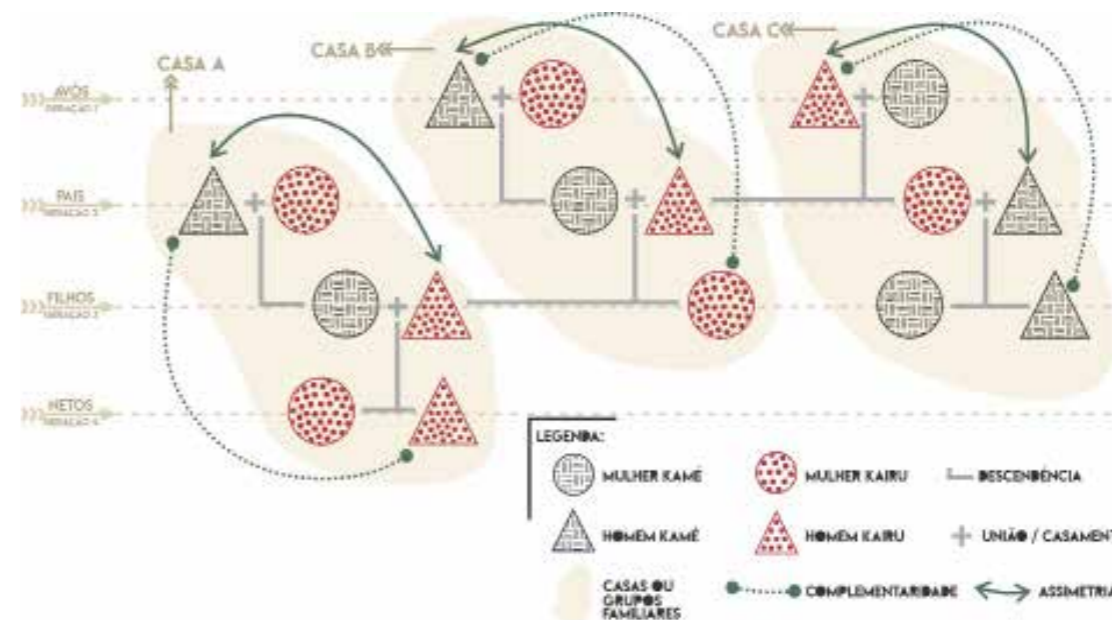
Constituem um behavior setting:

- Limite físico: envoltório físico e localização geográfica;
- limite temporal: tempo de duração;
- componentes humanos: pessoas exercendo funções e/ou realizando atividades (inclusive hierarquia e posições número máximo/mínimo de envolvidos);
- componentes não-humanos: móveis, equipamentos, características do local (materiais, acabamentos, condições de manutenção, etc.);
- programa: sequência das ações na ordem em que ocorrem (ELALI, 2006, p.166).

De acordo com a análise dos lugares e das atividades realizadas seguindo o conceito apresentado, alguns behavior settings se destacaram na aldeia devido a interação com os anciãos, foco deste estudo. Através da simples observação das imagens apresentadas a seguir é possível perceber configurações espaciais e comportamentos humanos diferenciados, evidenciando a importância de considerar as relações pessoa-ambiente nas atividades dos projetistas, haja vista o potencial de encorajamento de ações culturais em determinados espaços.

Cultura Kaingang e Aldeia Kondá

Os indígenas pertencentes ao Povo Kaingang se organizam a partir de uma lógica social



dualista, patrilinear, exogâmica e matrilocal. Isto é, existem dois grupos de linhagens de parentesco (Kaimé e Kairu), transmitidas pelo pai aos descendentes, onde as alianças matrimoniais sempre se dão entre indivíduos pertencentes às metades opostas e após o casamento, o noivo vai morar com os pais da noiva (DILL, 2019). Esta organização espacial das moradias Kaingang em função das uniões matrimoniais é ilustrada da Figura 1.

No mito de origem do povo registrado por Telêmaco Borba (1908) encontra-se uma versão resumida da cosmologia dualista Kaingang. Neste mito os heróis culturais Kamé e Kairu produzem não apenas as divisões entre os homens, mas também a divisão entre os seres da natureza. Desta forma, segundo a tradição Kaingang descrita na bibliografia e confirmada pelos relatos de história oral contemporâneos, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, conforme ilustra a Figura 2.

A terra é muito mais do que simples meio de subsistência, representa o suporte para a vida social (TOMMASINO, 2000), provedora de tudo que é necessário para a existência e abrigo de animais, plantas e espíritos. A ligação desse povo com a terra faz com que as disputas territoriais e a forma como foram arrancados de seu território tradicional ao

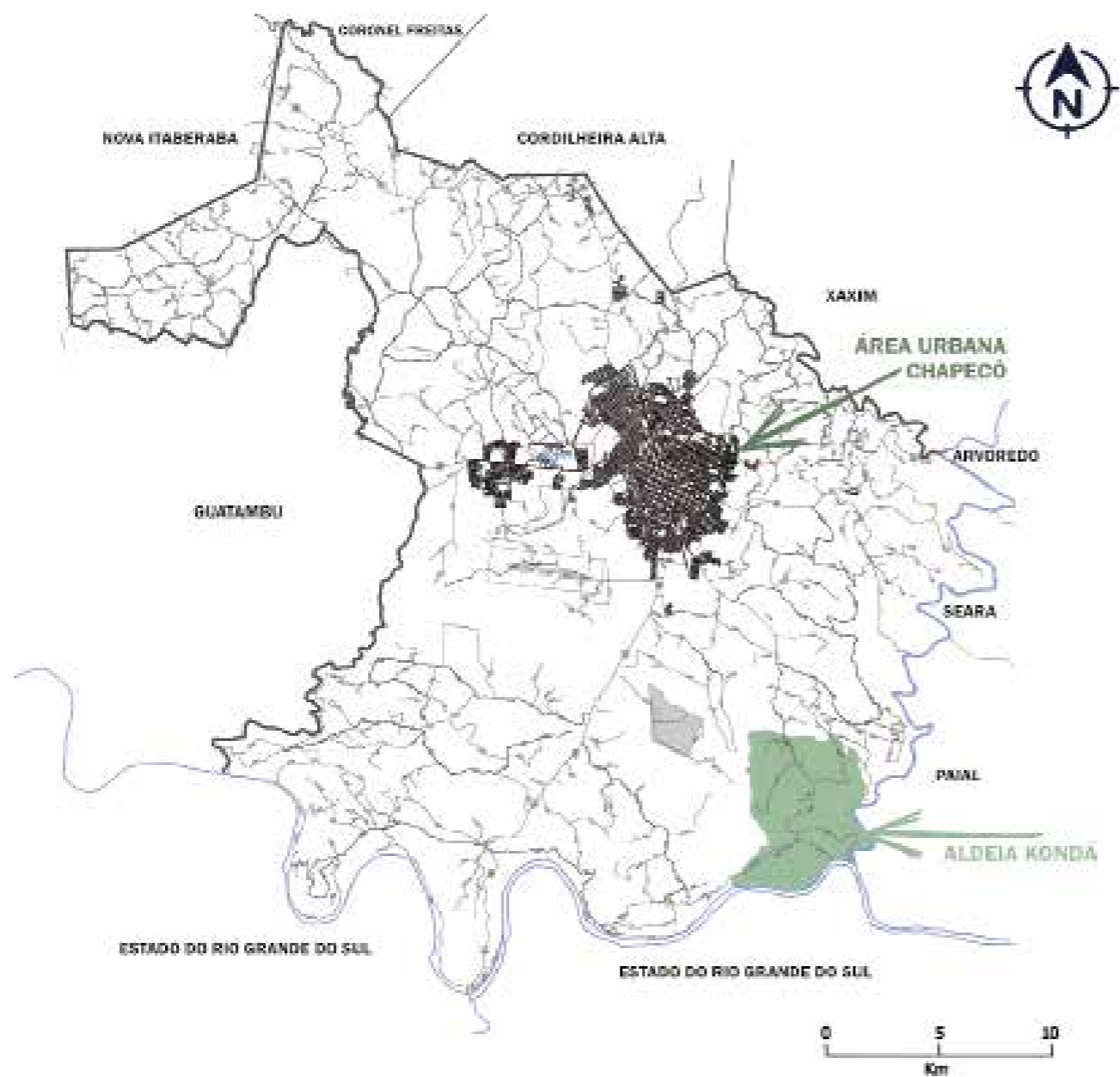
Figura 1 - Organização das residências e formação dos grupos familiares Kaingang. Fonte: DILL, 2019.

Figura 2 - Divisão dos seres da natureza Kamé e Kairu. Fonte: DILL, 2019.

Figura 3 - Localização da Aldeia Kondá no Bairro Palmítal - Chapecó. Fonte: Adaptado de TOMMASINO, 1999.



Figura 4 - Localização da Aldeia atualmente. Fonte: Elaboração própria.



longo do tempo, deixou marcas na memória dos anciãos refletidas até hoje.

O povo indígena que constitui atualmente a Aldeia Kondá, habitava o espaço que compreende atualmente ao município de Chapecó, desde antes do seu processo de urbanização. Na medida em que a cidade avançou, os indígenas tiveram seu território reduzido e foram “enclausurados”, restritos a apenas um quarteirão em um bairro próximo ao centro urbano, conforme ilustra a Figura 3. Viviam em situação de extrema pobreza, sem acesso ao saneamento básico, educação e sofrendo com contínuas ações de desrespeito e preconceito por parte da comunidade não indígena do entorno (TOMMASINO, 1999).

No final da década de 1990, como uma estratégia de invisibilização dos indígenas na cidade, e com a prerrogativa de oferecer para esta comunidade condições mais adequadas de subsistência, os indígenas participaram da eleição para uma nova área. Resultado da negociação com a Prefeitura municipal, em 1999, a comunidade foi deslocada para um espaço localizado a mais de vinte quilômetros do centro da cidade, onde vivem atualmente (Figura 4).

A comunidade da Aldeia Kondá, apesar de ter sido retirada de sua terra de origem, é tida pelos demais grupos Kaingang do estado como a mais tradicional em termos de práticas culturais. Todos os seus integrantes são falantes na língua materna, seguem os costumes na constituição das uniões matrimoniais e moradias, além de terem como principal meio de subsistência, o artesanato.

Passados mais de vinte anos da ocupação no novo território, a comunidade vem construindo novos laços e relações com essa terra. A localização das casas, a construção de espaços culturais e a organização espacial, vêm se transformando ininterruptamente e configuram na atualidade, um aspecto de diferenciação cultural em relação as sociedades envolventes. Apenas como exemplo dessa maneira específica de organizar o território, a Figura 5 ilustra o posicionamento das casas seguindo a lógica dos grupos familiares.

Além da não demarcação de lotes, que evidencia a lógica comunitária da sociedade indígena, é perceptível a relação de proximidade com a natureza, o posicionamento das residências a partir das relações de parentesco e a orientação das aberturas, muito mais relacionadas com o núcleo do grupo familiar do que com a rua, como observa-se na cidade não indígena.

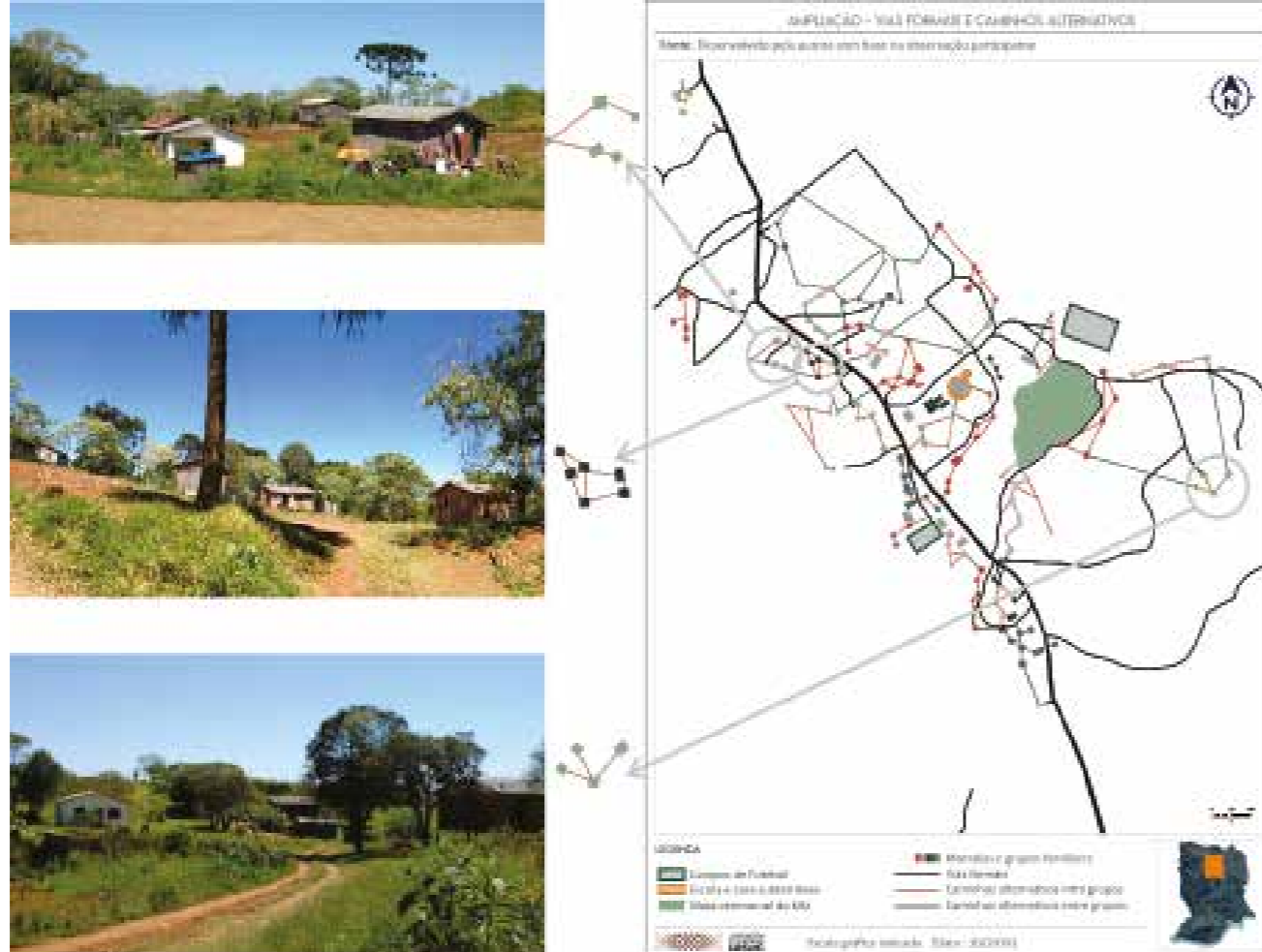
A memória Kaingang: entre a terra dos avós e a aldeia contemporânea

Os relatos de história oral apontaram para alguns elementos fundamentais para se pensar a cultura Kaingang na atualidade: as marcas tribais, o distanciamento da terra dos avós, e a possibilidade de espaços tradicionais aproximarem as novas gerações da cultura. Por outro lado, revelaram preocupações dos anciãos quanto a manutenção do modo de viver tradicional e ressignificações culturais construídas a partir do contato com os não indígenas.

Os anciãos da comunidade destacam a importância da preservação das marcas tribais:

“Pra nós é muito importante as crianças saberem e respeitarem as nossas marcas, porque os Kaingang vivem assim, de acordo com as marcas. Pra casar, precisa saber se a noiva tem marca comprida, o noivo tem que ter a marca redonda, aí sai um casamento bom. Se as marcas são iguais, não pode casar” (R-01).

Figura 5 - Localização dos grupos familiares na Aldeia Kondá. Fonte: DILL, 2019.



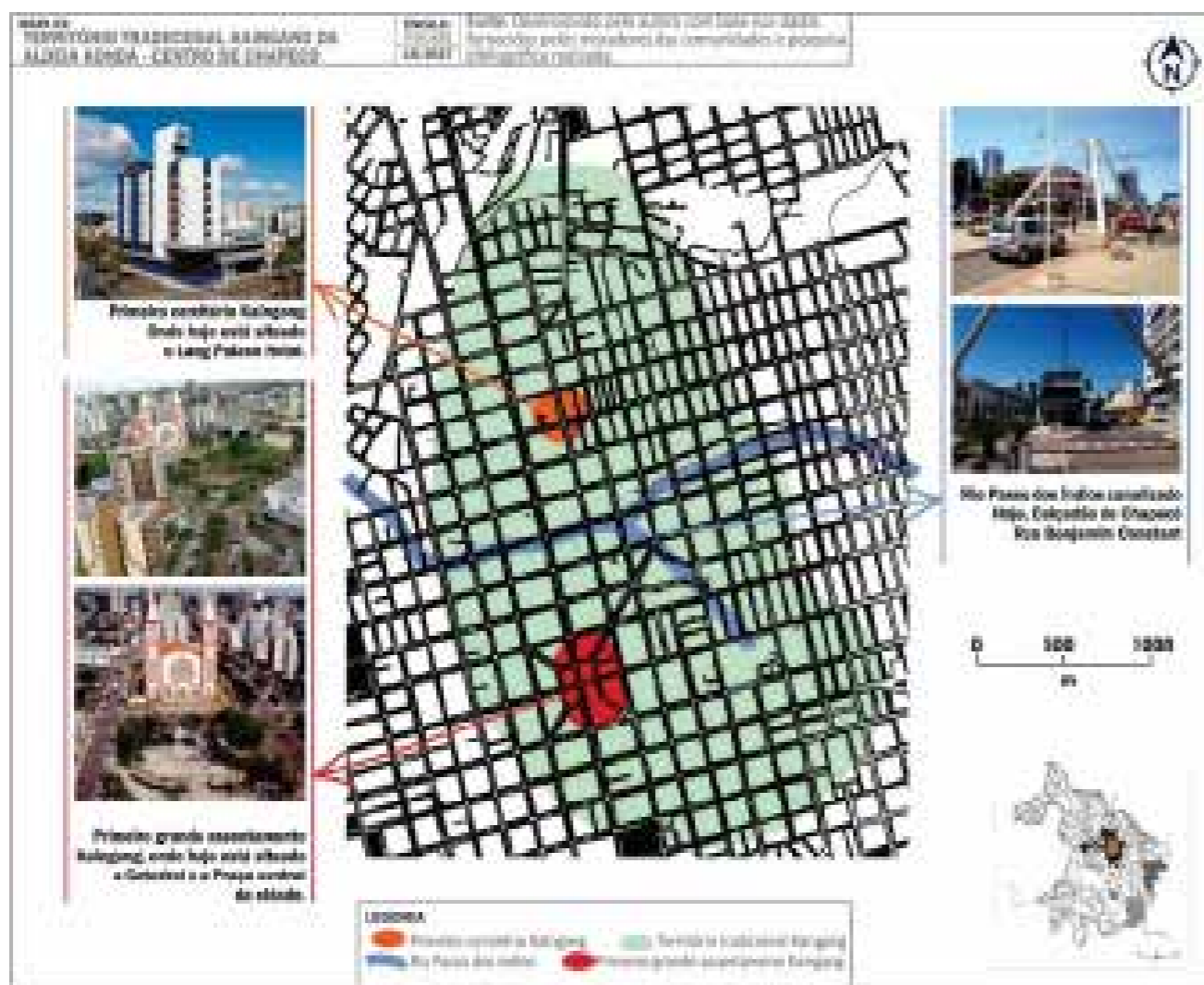
As marcas regem todas as relações na comunidade, desde as conjugais até as estabelecidas entre o mundo humano e não humano, revelando o sentido de complementaridade entre as metades e entre pessoas e natureza.

Outro aspecto relevante é o respeito ao território tradicional. Uma anciã explica que é tradição entre os Kaingang, “enterrar o umbigo da criança recém-nascida, plantando sua raiz naquele lugar” estabelecendo o vínculo físico e espiritual com a terra. Por isso o território tradicional é também chamado de terra dos avós, com o qual seus antepassados estabeleceram profundos vínculos.

Os relatos apontam para o centro do município de Chapecó como a terra dos avós da comunidade da Aldeia Kondá. Observa-se na Figura 6, o centro da cidade, em 2018, como Território original Kaingang. O Rio Passo dos Índios constituía um lugar sagrado para comunidade e hoje é canalizado, dando lugar ao calçadão da Rua Benjamin Constant. O primeiro grande assentamento, em frente à igreja matriz, atual Praça Coronel Ernesto Bertaso e o Cemitério Kaingang, onde estão enterrados caciques e antigas lideranças, hoje um importante Hotel da cidade.

Os indígenas continuam frequentando o centro da cidade para a venda do artesanato e permanecem vinculados com seu território. No entanto, sentem-se “estrangeiros na própria terra”, sofrendo com preconceito e não reconhecimento de sua terra mãe pela comunidade envolvente. Esse contexto implica também em um sentimento de não pertencimento em relação à terra conquistada pela comunidade, local onde se situa a aldeia atualmente.

Figura 6 - Mapa da cidade de Chapecó com localização dos pontos de identificação cultural. Fonte: DILL, 2019.



“sabemos que pelo menos temos uma terra, mas essa terra não é nossa. Se aqui tinha dono antes da gente vir morar, a cidade também tem dono, lá é que estão enterrados nossos velhos, lá tinha nossa água santa, os pinheirais, as nossas comidas... aqui, a gente tá tendo que criar o mato de novo, por que essa terra, quando chegamos era seca, nua, sem vida, não é terra de índio”(R-02).

A organização espacial e as características do lugar ocupado pela comunidade desde a demarcação da terra revelam mudanças, permanências e ressignificações culturais a partir das relações que os indígenas estabelecem com o novo território.

A organização espacial da comunidade da Aldeia Kondá continua seguindo a lógica tradicional matrilocal, no entanto podem ser observadas construções em madeira, alvenaria e alguns barracos que misturam diversos tipos de material. A forma observada das casas e a utilização dos materiais citados manifestam a influência da arquitetura não indígena envolvente. Os anciãos lembram com afeto as moradas construídas com técnicas tradicionais:

“Quando o meu pai construía as casas pra gente morar, ele fazia elas com taquara, assim, bem amarradinha e depois cobria com folha de palmeira, e sempre era do lado de um morro e um pouco enterrada do chão. No inverno ela ficava quente e no verão, bem fresquinha...”

O conhecimento tradicional e a valorização da memória espacial dos anciãos pela comunidade motivaram a construção de uma estrutura subterrânea ao lado da Escola

Figura 7 - Casa subterrânea – Aldeia Kondá. Fonte: Acervo pessoal. Figura 8 - Semana cultural – Aldeia Kondá. Fonte: Acervo pessoal.



Sãpe ty kó³. O espaço (Figura 7) tem sido utilizado como sala de aula e é visitado por crianças e adultos não indígenas que desejam conhecer a comunidade e estimula a presença dos anciãos nas atividades da escola. A partir do momento que foi construído um espaço de acolhimento para contar e ouvir histórias, valorizando o saber fazer tradicional, este lugar tornou-se um convite para estas práticas intergeracionais tradicionais.

Esse lugar envolve dimensões que vão além de sua materialidade, congrega significados de valorização do saber fazer tradicional, dos lugares de encontro e da sabedoria dos “velhos⁴” na cultura Kaingang. Tanto a contação de histórias realizada pelos anciãos da comunidade nesse espaço, quanto as palestras oferecidas por eles para crianças não indígenas são *behavior settings* identificados, conforme Quadro 1 a seguir:

³ A escola indígena de educação básica é mantida pelo governo do estado de Santa Catarina e atende exclusivamente crianças moradoras da Aldeia. Apesar de a direção ser não indígena, os professores são pertencentes ao Povo Kaingang e a educação é bilíngue.

⁴ “Velhos” é a denominação que os próprios indígenas utilizam para falar dos anciãos da comunidade. Representa internamente uma denominação carinhosa para referirem-se aos sábios, muito valorizados e respeitados de acordo costumes e com o modo de viver Kaingang.



Elementos do <i>behavior settings</i>	
01: Contação de histórias	
Limite físico	Casa semi subterrânea.
Limite temporal	Dia e horário da atividade de contação de histórias. No caso observado, das 10h às 11:30h da manhã, durante o horário da aula.
Componentes humanos	Ancião da comunidade, professor indígena e quinze crianças residentes na Aldeia Kondá.
Componentes não humanos	Fogo de chão, cobertura de palha, paredes com terra aparente, troncos de arvore que funcionavam como bancos.
Programa	O professor levou os alunos até a estrutura semi subterrânea, os estudantes sentaram-se em círculo, em torno do fogo de chão e o ancião contou histórias sobre os mitos de origem do povo Kaingang, lendas relacionadas à cosmologia e a história da Aldeia Kondá.
02: Palestras da semana cultural	
Limite físico	Casa semi subterrânea.
Limite temporal	Semana cultural Kaingang, dia 18 de abril de 2019, das 14h às 14:30h.
Componentes humanos	Professor indígena Kaingang, professora não indígena e doze crianças não indígenas de uma escola particular do município.
Componentes não humanos	Estrutura escavada, cobertura de palha, paredes com terra aparente, troncos de arvore que funcionavam como bancos.
Programa	As crianças não indígenas sentam em círculo e o professor indígena conversa com o grupo sobre as diferenças nos modos de viver, o respeito a diversidade de culturas e a história do município de Chapecó a partir da memória dos anciãos Kaingang.

Quadro 1 - Behavior Settings 1 e 2. Fonte: Elaboração própria.

A própria semana cultural realizada na escola também foi identificada como sendo outro behavior setting, que surge a partir da participação ativa dos anciãos nas práticas culturais da comunidade, conforme ilustra a Figura 8.

Por ocasião desse evento, são construídas estruturas adicionais na parte exterior da escola, utilizadas para compartilhar os ensinamentos sobre a fabricação do artesanato, fazer benzimentos, realizar pinturas corporais e expor os diversos aspectos da cultura Kaingang para os visitantes não indígenas. O Quadro 2 caracteriza esse evento de acordo com os elementos do *behavior setting*:

Limite físico	Escola indígena
Limite temporal	Semana de 15 a 20 de abril de 2019.
Componentes humanos	Ancião da comunidade, professores indígena, crianças indígenas e visitantes não indígenas.
Componentes não humanos	Fogo de chão, coberturas de palha, estruturas complementares, pátio da escola, bancos de troncos de madeira, artefatos indígenas.
Programa	Exposição, fabricação e venda de artesanatos, experimentação de comidas tradicionais, apresentações artísticas e rodas de conversa.

Entende-se ainda que este evento poderia ser subdividido em outros *behavior settings*, no entanto, ao abordar a presença dos anciãos na escola e a valorização dos idosos na vida social da comunidade, optou-se por abordar este evento de maneira geral, integrando-os em todos os processos e espaços envolvidos em sua realização.

Entende-se, que apesar da memória dos anciãos fazer emergir um contexto de práticas tradicionais, com mais ênfase no resgate do passado, os mesmos percebem que a comunidade está em permanentes transformações. O que se percebe, é que existe uma consciência coletiva construída e o respeito mútuo entre as aspirações dos mais jovens, por acessos às tecnologias e produtos disponíveis na sociedade não indígenas e as tradições Kaingang cultivadas no interior da Aldeia principalmente graças aos conhecimentos dos anciãos.

As comunidades estão em permanente processo de reavaliação de suas práticas internas e das relações com as sociedades envolventes, em uma tentativa constante de conseguir o equilíbrio entre essa transmutação inevitável e o respeito pelas suas raízes, como foi visto durante as festividades.

Considerações finais

A escuta e valorização da sabedoria tradicional reflete o impacto dos lugares na construção da história de um povo. O que se pode evidenciar com a pesquisa é que, na contramão da homogeneização cultural, a comunidade indígena estudada luta pela valorização da cultura e pelo direito de viver de um modo específico, diferente dos padrões impostos pela sociedade não indígena que os envolve. Para isso criam e transformam espaços, conferindo a estes um sentido de lugar fundamentado nas interações sociais e nos vínculos emocionais que são capazes de construir.

A possibilidade de ouvir os anciãos da comunidade e observar seu envolvimento do cotidiano da aldeia, evidencia a valorização da sabedoria anciã, da oralidade e da memória espacial dos idosos. Essas práticas destacam o respeito ao processo de envelhecimento, uma vez que as memórias são testemunhas das transformações

culturais e espaciais ocorridas e constituem-se como ferramentas necessárias para se pensar uma possível continuidade cultural.

Complementarmente, o olhar lançado sobre os aspectos ecocomportamentais evidenciados nos behavior settings, aponta para a importância contextual das práticas humanas e para a influência do ambiente físico em que o comportamento ocorre. Nesse sentido, para além do resgate da tradição pela oralidade, os espaços construídos nas comunidades recriam roteiros/programas de práticas humanas em determinado tempo e espaço.

Os behavior settings estabelecidos tem limites espaciais e temporais específicos que circunscrevem o comportamento de seus integrantes (PINHEIRO, 2011). Assim, ao relacionar as pessoas, seus comportamentos e os espaços nos quais eles ocorrem, acabam por condicionar determinadas ações em lugares específicos, incentivando neste caso a manutenção e a valorização de práticas culturais tradicionais em função do contexto construído e das pessoas envolvidas.

Evidencia-se ainda que a manutenção das redes sociais dos idosos indígenas faz com que estes desempenhem um papel ativo e significativo na comunidade apesar do processo de adaptação no novo território. Nesse sentido, salienta-se a importância de espaços que possibilitem determinadas práticas culturais tradicionais, pois propiciam a identificação desses sujeitos no tempo e no espaço onde vivem de maneira a construir no presente, vínculos que podem reforçar bases culturais para o futuro.

Ressalta-se ainda a importância de mais pesquisas sobre os cotidianos indígenas contemporâneos no Brasil, para que se possa cada vez mais ampliar os conhecimentos a respeito de suas dinâmicas socioespaciais, registrar as práticas culturais e estabelecer uma relação de reciprocidade e de construção mútua de saberes entre sociedades indígenas e não indígenas.

Referências

- BARKER, R.G. *Ecological Psychology: Concepts and Methods for Study the Environment of Human Behavior*. Stanford, Cal.: Santanforrd University Press, 1968.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEHLING, Milena; RIBEIRO, Diego Lemos. *Construindo um patrimônio afetivo*. In: *Memória & Patrimônio – temas e debates [recurso eletrônico]*. KNACK, Eduardo R. Jordão; FERREIRA, Maria Letícia M. e POLONI, Rita Juliana S. (orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.
- BORBA, T. *Atualidade indígena*. Curitiba: Typ e Lytoga a Vapor impressora Paranaense. 1908.
- DELEUZE, G. (1978). *Aula sobre Espinosa*. Recuperado em 22 mar. 2012: <http://www.webdeleuze.com>.
- DILL, Fernanda Machado. *Linguagem Sociespacial: A dimensão espacial do modo de viver Kaingang*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Dezembro de 2019.
- ELALI, Gleice Azambuja. *Uma contribuição da psicologia ambiental à discussão de aspectos comportamentais da avaliação pós-ocupação*. Pós. Revista do Programa de

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 20, p. 158-169, 2006.
ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. *Apego ao Lugar*. In: S. CAVALCANTI, & G. A. ELALI, Temas básicos da Psicologia Ambiental (pp. 53-62). Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, S. *Quem precisa de Identidade?* In: T. T. SILVA, *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-133). Petrópolis: Vozes, 2005.

KUPER, A. *“Cultura, diferença, identidade”*. In: A. KUPER, *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros (pp. pp.287-318.). Bauru: EDUSC, 2002.

MEIHY, J. C. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PINHEIRO, J.Q. *Behavior setting*. In Sylvia Cavalcanti & Gleice A. Elali. (Org.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*, 1ed. Petrópolis: Vozes, 2011, v.1, p. 83-97.

PROSHANSKY, H. M. et al. (Orgs.). *Environmental psychology*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1970.

RAPOPORT, A. *Culture, architecture, and design*. Locke science publishing Company, 2005.

RHEINGANTZ, P. A. *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para o trabalho de campo*. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2009.

SEIXAS, J. A. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. Em: S. BRESCIANI, & M. NAXARA. *Memória e (Res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível* (pp. 37-58). Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOMMASINO, K. *Relatório II: Eleição de área para os Kaingang da Aldeia Kondá*. Chapecó: FUNAI, 1999.

TOMMASINO, K. *Algumas considerações acerca das exposições proferidas pelos representantes dos povos indígenas no Simpósio “As cidades e os povos indígenas: Mitologias e Visões*. Em: L. T. MOTA. *As cidades e os povos indígenas: Mitologias e Visões*. Maringá: EDUEM. 2000.

TUAN, Y. F. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

UNWIN, S. *A análise da arquitetura*. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

WALLON, H. *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Difel, 1979.

MEMÓRIAS DE BUDAPESTE

Como a Arquitetura Icônica pode colaborar positivamente com a vivência dos idosos na capital húngara

Lauren Nicole Gonçalves Duarte¹

Resumo

O seguinte texto trata do processo de adaptação da cidade de Budapeste e de seus moradores diante das memórias negativas de seu passado, relacionadas à Segunda Guerra Mundial e ao nazismo. Assim, como estudo de caso, é tomada a capital da Hungria para uma reflexão acerca da Arquitetura de Simbolismo, a qual é apresentada, no decorrer da leitura, como uma forma de expressão dos traumas sofridos pela população local, que precisou aprender a conviver com as lembranças do seu passado marcado pela Grande Guerra. Por conseguinte, tal tipo de arquitetura pode ser lida como um instrumento que auxilia a população mais idosa a se conectar com suas memórias, de modo palpável e material, na sua vida atual cotidiana, visto que a arquitetura e o urbanismo da cidade conseguem expor sua história e seu 'legado'. Assim, é mostrado como a Arquitetura Simbólica colabora, de certo modo, com o envelhecimento na cidade.

Palavras-chave: Budapeste, arquitetura icônica, envelhecimento, guerra, pertencimento.

BUDAPEST MEMORIES

How the Iconic Architecture can positively collaborate with the experience of elderly in the hungarian capital

Abstract

The following text is about the adaptation process of the city of Budapest and of its residents in the face of the negatives memories about its past, related to World War II and Nazism. So, as case study, the author chooses Hungary's capital to a reflection about Symbolism Architecture, which is shown, by the reading, as a manner of expression of local people's traumas, whom need to learn how to live together with the memories of its past marked by the Great War. Thus, this type of architecture can be understood as a instrument that assists the elderly population to connects themselves to their memories, in a palpable and material way, in their current everyday life, since the architecture and the urbanism of the city exposes its history and its 'legacy'. Therefore, it is shown how Symbolic Architecture collaborate with the aging in the city.

Keywords: Budapest, iconic architecture, aging, war, belonging.

Introdução

Ao longo da formação acadêmica como arquiteto e urbanista, o aluno se depara com aulas teóricas que contam a história da Arquitetura e do Urbanismo desde antes do período Clássico dos gregos e romanos. É instigado nele a vontade e a necessidade de aprender a olhar para o passado com olhos atentos, de forma a adquirir não apenas vocabulário, mas também domínio sobre as mais diversas formas de fazer arquitetura e urbanismo; ele aprende a observar o mundo com um olhar mais exploratório, mais curioso. Geralmente, a partir do contato com o passado, o aluno começa a notar que aquilo que já foi criado e construído deixa marcas na realidade presente.

Como estudante, a teoria está quase sempre sendo aplicada juntamente com a prática durante a concepção de projetos, visto que as disciplinas de teorias e de projeto/ateliê estão presente durante praticamente todo o curso de Arquitetura e Urbanismo. No entanto, quando profissionais, por vezes, os indivíduos passam a se preocupar mais com o futuro da sua criação, com as implicações que ela terá no agora, que acabam por se esquecer da importância de olhar para trás e notar os efeitos já atuantes na sociedade do que aconteceu lá atrás. Acabam por desenvolver projetos 'deslocados' no espaço-tempo, projetos que não têm alma, que não contam a história do lugar ao qual foi projetado, que não são voltados a um público específico; praticamente é como se as antigas 'casas de catálogo' estivessem sendo ofertadas ao público novamente, visto que o estudo prévio da história do local de implantação poucas vezes importa ao projetista.

Quando profissionais, é necessário notar o impacto que determinadas pré-existências físicas e/ou sociais, de um lugar, gera, ou já gerou, na população de onde se pretende atuar. População essa, a qual, sendo o elenco de seu próprio filme, sem a arquitetura, não possui direção de arte, equipe de fotografia, nem efeitos visuais. A arquitetura possui o dom de não apenas encantar o usuário, como também de fazer parte da história das pessoas. De servir de berço das singelas memórias de um casal de idosos que se conheceu em uma plataforma de trem localizada em frente a uma rua extremamente arborizada, no quente verão de 1927.

A capital da Hungria enfrentou incidentes trágicos e que mudaram o rumo da vida de milhares de pessoas que até então lá residiam; a morte e as barbáries da Grande Guerra foram devastadoras para Budapeste. A qual se reergueu, aos poucos e lentamente, com o auxílio de um tipo muito singular de arquitetura, a Simbólica. E é plausível apontar que, graças a ela, envelhecer em Budapeste foi mais fácil, uma vez que a história dos antigos moradores - sobreviventes ou não - está por todos os lados da cidade; é lembrada constantemente, sendo reforçada a ideia de luta e de superação de um povo gravemente agredido e cheio de cicatrizes de guerra, o qual tem, na arquitetura e no urbanismo de sua cidade, lembranças palpáveis de sua resistência.

Portanto, este artigo tratará da arquitetura como símbolo, como marco icônico de momentos históricos importantes para a capital Húngara, sendo apontar como esse fato pode auxiliar na preservação da história de uma população e de sua localidade, além de contribuir com a noção de pertencimento dos moradores, principalmente os mais idosos, seus objetivos de pesquisa. Ademais, esse texto terá os seguintes itens a seguir: Metodologia; Resultados; e Conclusão; além das referências bibliográficas ao término da dissertação.

Metodologia

Esse artigo, para responder a pergunta de pesquisa e atingir o seu objetivo vai

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).



fazer uma revisão teórica dos seguintes trabalhos publicados por seus respectivos autores: “Arquitetura e simbolismo: novas abordagens no campo da análise do espaço e da cidade.” de Ribeiro (2009); “Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: uma interpretação a partir das preexistências culturais.” de Edelweiss (2016); “Inferno: o mundo em guerra 1939-1945” de Hastings (2011); e o “Manifesto da Arquitetura Futurista.” de Antonio Sant’Elia (1914). Os dois primeiros textos conversam entre si, ao apontarem a necessidade de preservação da memória através da sua arquitetura - icônica ou patrimonial - e de seu urbanismo. Hastings foi escolhido por trazer explicitamente o horror da grande guerra e suas consequências para Budapeste, no seu livro. Já Antonio Sant’Elia é conhecido por exaltar a Arquitetura Futurista, a qual pode ser vista como uma arquitetura anti-histórica; seu texto foi consultado de modo a conhecer outras visões acerca do tema.

O estudo de caso será Budapeste (Figura 1), como já previamente falado, devido ao seu passado histórico marcado por extrema violência, em específico ao povo judeu, aos homossexuais e aos negros, além dos demais indivíduos perseguidos pelo partido nazista e seus seguidores, durante a Segunda Guerra Mundial. A capital da Hungria foi violentamente atacada e dizimada durante a Grande Guerra, e tais fatos pouco são conhecidos até hoje, visto que a região não era/é alvo de interesse internacional à nível de outras cidades ou países europeus, como a Polônia, onde existia o campo de extermínio de Auschwitz. Durante alguns anos Budapeste foi violentamente atacada e, ainda assim, se reergueu, sem apagar da sua arquitetura e do seu urbanismo os traços e as lembranças de seu triste passado. As marcas do que seu povo passou, das torturas, do sofrimento a que foi submetido, está contado ao longo de trajetos pela cidade de Budapeste; e, isso demonstra o quanto é primordial manter a história, manter o passado vivo na atualidade das cidades, pois é uma forma de manter a memória afetiva daquele lugar e de contribuir para que os moradores sintam-se parte da história de onde vivem, vejam a sua história de luta e de resistência contada nas paredes e nas ruas da sua cidade.



Figura 2 - Museu da História Militar, em Dresden, Alemanha. A “ponta” da intervenção de Libeskind indica a origem das bombas da Segunda Guerra Mundial. Fontes: Nessa Gnatoush / Shutterstock. Nessa Gnatoush / Shutterstock.

Resultados

Arquitetura de simbolismo

Ao observar, hoje, o Museu da História Militar (Figura 2), em Dresden, na Alemanha, talvez, em um primeiro momento, uma sensação de estranheza ou de espanto surja pela forma arquitetônica diferenciada da construção; há quem não goste e julgue de péssimo gosto a arquitetura do lugar, dizendo que “aquilo” não é arquitetura de verdade; tem quem ache inovador, moderno, e queira recriar na sua cidade. As opiniões a respeito da estética e da forma da obra são inúmeras, e podem concordar entre si, ou não; porém ao ler sobre a história do lugar, não há quem, depois, não passe a olhar para o Museu - e para sua arquitetura bela ou não - com outros olhos. Isso é a Arquitetura de Simbolismo.

Durante a história da cidade de Dresden, o edifício passou de arsenal para museu, em 1897, e só sobreviveu aos bombardeios das guerras porque a cidade não estava no centro das batalhas. Com a queda do Muro de Berlim, ele foi fechado; sua reabertura se deu somente em 2001, quando decidiu-se construir uma “extensão” para refletir o atual pensamento da Alemanha dos dias de hoje sobre a guerra. Daniel Libeskind, foi o arquiteto responsável por tal tarefa.

A reforma, além de fugir dos padrões mais comumente seguidos - manter os mesmos materiais e as mesmas técnicas do período da construção preexistente -, traz, em si, características históricas. A ponta do volume pontiagudo indica o local onde os bombardeios da Segunda Guerra começaram. A história, não apenas daquela cidade ou daquele país, mas da humanidade, está exposta “no” edifício, na sua fachada. A transparência utilizada por Libeskind na sua obra busca representar a tentativa da Alemanha em encarar o seu passado.

Ribeiro (2006) cita Joseph Rykwert, um discípulo de Wittkower, cujos escritos contam com a ideia de que “toda forma apresenta um significado simbólico”. E esse pensamento é básico para compreender a Arquitetura de Simbolismo. De que adianta criar algo



Figura 3 - Cartão postal de Budapeste - Parlamento Húngaro. Fonte: Viagen, Turismo e Aventura.

belo se a beleza não encanta a alma? Se não chega a tocar realmente o usuário como a história do Museu da História Militar, de Dresden, toca, mesmo confundindo a noção de beleza que há dentro de cada pessoa? De nada adianta. De nada serve. Segundo Rykwert, a memória de uma comunidade e a história são condicionantes da percepção, e isso deve ser compreendido, pelo arquiteto, como “método e instrumento de trabalho”.

Conforme a colocação de Edelweiss:

(...) compreender o tecido urbano como algo que abriga obras edificadas pertencentes à memória coletiva e que, isoladas ou não, por sua vez, fazem parte de um conjunto complexo que representa fatos urbanos, constituindo o patrimônio cultural de uma determinada cidade. Dessa maneira, a leitura da cidade deve considerar todos os aspectos postos em diálogo, como, por exemplo, as vozes de memória histórica, políticas públicas, interesses privados ou as do ativismo urbano (EDELWEISS, 2016, p. 155).

Assim, a Arquitetura de Simbolismo retrata, na obra arquitetônica, valores sociais, históricos, políticos, éticos..., ou seja, é uma edificação que significa muito mais do que a sua simples construção. É uma arquitetura que quer contar algo, quer representar um povo, quer falar através de suas paredes, de suas janelas, de seus materiais. Esse tipo de arquitetura é especial, forte e atrevida; é o tipo de mais puro e genuíno de criação arquitetônica, pois tem vida.

Através dela, a história e, até mesmo, o envelhecer é compreendido de outra forma, visto que a importância que é dada ao passado, ou à acontecimentos valiosos para certa comunidade constituem o cerne de uma compreensão a cerca de um envelhecer saudável, de um envelhecer instigante. Se, no passado, as pessoas mais idosas eram mais acostumadas a viverem reclusas, atuando em atividades que eram ‘determinadas’ para sua faixa etária, hoje, não mais é assim; os mais velhos estão assumindo sua



Figura 4 - Plano do Gueto de Budapeste em 1944 - 07. Ghetto judío. Fonte: El Holocausto.

posição como parcela importante dentro da sociedade no mundo globalizado e estão mostrando que suas vidas não podem ser esquecidas, que suas contribuições não devem ser apagadas da história. Tal posicionamento demonstra como a Arquitetura Icônica pode atuar em prol de uma parte ainda muito negligenciada das comunidades, exaltando o passado - muitas vezes não tão distante, como se imagina -, dando oportunidade para essas pessoas contarem suas histórias e elas serem passadas adiante através de monumentos, símbolos e intervenções urbanas que representem os idosos de determinados lugar e sua importância, como pessoas e como detentores do saber.

Segunda guerra mundial e gueto de budapeste

O século XX foi marcado por duas grandes guerras que dizimaram populações de diversos países do mundo; a Segunda Guerra Mundial, trouxe consigo a perseguição em massa ao povo judeu, como é amplamente sabido. Os alemães espalharam a ideia de sangue puro, de raça superior, excluindo negros, homossexuais, e, judeus. Assim, grupos de populações judaicas eram intimidadas pelo exército e pela própria comunidade alemã, de forma a passarem a se esconder para não terem na morte o seu fim. Na Itália, ainda no século XVI, surge o termo “gueto” para designar um bairro judaico em Veneza, que foi criado pelas autoridades para manter o povo judeu somente nesse local da cidade. Ao longo dos próximos séculos, esse ideal se manteve, e novos guetos foram surgindo com a mesma finalidade de exclusão e de controle.

Quando chega a Grande Guerra, no século passado, os guetos tornam-se locais miseráveis destinados a conter o povo judeu, de forma a mantê-los sob péssimas condições de vida. Isso durou até aproximadamente o início da década de 1940, quando o início do extermínio em massa dos judeus, pelos alemães, começou, de fato, e os guetos foram, aos poucos, deixando de existir. A população judaica era fuzilada e seus corpos eram atirados em valas, ou eram mandados em trens para campos de extermínio. Muitos guetos tentaram bravamente resistir; em alguns casos, os membros dos guetos, até mesmo, articularam revoltas armadas na tentativa de escaparem das

Figura 5 - Milícia húngara e um tanque alemão Tiger II, em Budapeste, em outubro de 1944. Fonte: Wikipédia.



crualdades a que eram submetidos pelo simples fato de serem judeus.

A Hungria foi invadida alguns anos mais tarde pelos soldados de Adolf Hitler, em 1944, como pode ser observado nas Figuras 5 e 6. E, segundo Hastings (2011), é a partir dessa data que o isolamento dos guetos teve início por lá; com exceção da capital Budapeste, milhares de judeus foram concentrados em guetos de “curta destruição a curto-prazo” ao longo das terras Húngaras. A população dos guetos foi rapidamente deportada para campos de extermínio em locais próximos. No entanto, em Budapeste (Figura 3) foi diferente. Primeiramente, a cidade havia sido excluída dos planos de construção de um gueto judeu, porém, posteriormente, essa realidade mudou, em novembro de 1944. O “cerco à Budapeste”, como ficou conhecido, foi, de certo modo, um prefácio do que viria a acontecer em Berlim em seguida, e, ocorreu já no fim da guerra. Ataques soviéticos intensos sobre a capital húngara marcaram esse momento da história; o que, por um lado era positivo por estar contendo o avanço alemão sobre Budapeste, por outro envolvia a morte de civis húngaros que acabavam em meio ao campo de guerra. Vale ressaltar que uma parcela de soldados da Hungria estava lutando do lado da Alemanha nazista.

O bombardeio soviético sobre Budapeste se deu em 26 de dezembro de 1944, contando com canhões e com ataque aéreo por horas na capital. Segundo Hastings (2011, p. 623), entre outubro de 1944 e a queda da cidade (em 11 de fevereiro de 1945), cerca de 105.453 judeus foram mortos. Ademais, além da brutalidade já sabida a respeito da Segunda Guerra Mundial, outro fator muito conhecido também se repetiu, infelizmente, no Gueto de Budapeste (Figura 4), após a conquista do local pelos soviéticos; esses iniciaram uma onda de assassinatos, roubos e estupros em massa contra a população restante. De acordo com Beevor (2015, p. 749), aproximadamente, 10% das mulheres de Budapeste foram estupradas pelos soldados soviéticos. Ou seja, os salvadores eram, na verdade, também opressores cruéis.

A partir de tais observações, é possível imaginar a quantidade bastante significativa de traumas que aqueles moradores passaram a conviver no seu cotidiano, mesmo após o fim da guerra. Foram traumas físicos e psicológicos que fizeram companhia à vida dos sobreviventes durante os anos seguintes; viver em uma cidade com um passado marcado de sangue, certamente, mudou a história que muitos estavam escrevendo para suas vidas. E, não apenas àqueles que vivenciaram os horrores, mas para suas famílias também, seus sucessores, que possuem uma herança psicológica muito



Figura 6 - Mulheres judias capturadas na rua Wesselényi, entre 20 e 22 outubro de 1944, em Budapeste, na Hungria. Fonte: Wikipédia.

negativa.

Passado, atualidade, envelhecimento, pertencimento

Ribeiro (2009) em seu artigo “Arquitetura e simbolismo: novas abordagens no campo da análise do espaço e da cidade”, traz que, segundo a obra “Architectural principles in the Age of Humanism” de Wittkower, (1949), os famosos arquitetos renascentistas Palladio e Alberti ao fazerem uso das proporções matemáticas, estavam buscando expressar algo espiritual, que estava presente no comportamento de todos os povos; dentro da religiosidade que era tida como aceitável à época. Isso demonstra que, desde o século XVI, aproximadamente, os arquitetos buscavam reforçar através da sua própria arquitetura - cada artista ao seu modo - sua preocupação em exaltar o ser humano em suas obras. Vale refletir diante disso que tal posicionamento, o de integração entre arquiteto e população alvo ainda existe nos dias atuais, através de criações que respeitam e, até mesmo, enaltecem a história de um povo, tenha sido ela dolorosa ou não.

Durante a época do Modernismo, entretanto, houveram casos de cidades e de edificações criadas e modificadas sem preocupações com seus usuários e com suas histórias e identidade. Antonio Sant’Elia (1914), inclusive, defendia que, na vida moderna, por exemplo, a importância da “arquitetura monumental ‘comemorativa’ ” é inexistente, de modo que, construções de cunho histórico-memorativo deveriam ser demolidas. Atitude, essa, que destruiria, conseqüentemente, as memórias de alguém e sua bagagem histórica, as quais contribuem significativamente para a identidade, não apenas pessoal, como também da cidade.

Também na mesma época, é encontrada a Carta de Atenas, elaborada durante o Modernismo, a que Ribeiro (2009) cita:

(...) a obra² exerceu forte influência no grupo dos arquitetos ingleses capitaneados pelo casal Smithson: trata-se da primeira geração de arquitetos que embora saindo da tradição dos CIAMs³ questiona os princípios da Carta de Atenas e da arquitetura da primeira modernidade

2 A “obra” a que ele se refere é “Architectural principles in the Age of Humanism” de WITTKOWER, Rudolf, (1949).

3 CIAMs: Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

como sendo princípios geradores de cidades sem alma, sem vida urbana, sem identidade e sem vínculos afetivos (RIBEIRO, 2009).

Tal afirmação demonstra como sua posição era contrária aos casos em que cidades e, é possível arriscar dizer edificações, eram criadas e modificadas sem a mínima preocupação com seus usuários e com suas histórias e identidades. Esse tipo de criação arquitetônica neutra, por assim dizer, dificulta que a população se sinta parte integrante do meio em que vive, de modo que sua participação popular acaba limitada, por exemplo, por acreditarem que não possuem falas importantes para o seu território de moradia. Além disso, tal tipo de posicionamento tem o poder de, por vezes, destruir as memórias de alguém; ao não ser consultada, a população de determinada região perde sua voz e sua identidade ao serem desprezados símbolos arquitetônicos do lugar. Desse modo, o processo de envelhecimento acaba sendo mais doloroso, já que suas lembranças de infância, por exemplo, foram apagadas fisicamente para dar origem a um novo empreendimento. O cuidado que se deve ter com as pessoas mais velhas é extremamente valioso e diferenciado, uma vez que são pessoas, muitas vezes, marginalizadas em relação às decisões tomadas pelos poderes públicos. Cabe ao arquiteto e urbanista, assim, fazer valer a opinião daqueles que possuem pouca voz na sociedade, mas que configuram parcela muito significativa socialmente.

Tomando por exemplo a cidade de estudo, local de moradia de milhares de pessoas, se seus monumentos históricos fossem retirados por desconhecidos - arquitetos ou não - seria como se parte de seus indivíduos fosse arrancado daquele lugar, pois esses monumentos não são 'apenas' instrumentos de saber, meios de contar o passado e de fazer a história do local ser lembrada no cotidiano das pessoas, mas, também, maneiras de manter as memórias individuais vivas. A população mais idosa, em especial, possui vínculos afetivos, memórias particulares muito importantes para sua compreensão enquanto indivíduo, de modo que a cidade que foi palco de tantas das suas lembranças - amigáveis ou não - deve ser preservada como forma de preservar o ser humano, a sua dignidade. Sendo assim, antes de qualquer atitude ser posta em ação, se deve dialogar com os residentes do local, a fim de que as cidades "sem alma, sem vida urbana, sem identidade e sem vínculos afetivos", como descreve a Carta de Atenas, não mais sejam desenvolvidas, não mais sejam projetadas. Até mesmo porque, diversas vezes, o arquiteto e urbanista que assinará o projeto, não reside naquela região, desconhece a história daquelas paredes de tijolos de barro, de quem as ergueu, do porquê foram erguidas, e da sua importância às pessoas.

O problema é que, mesmo que se estude com tanto afinco a teoria da arquitetura e do urbanismo nas universidades, há locais, no mundo, em que algumas memórias acabam por serem apagadas arquitetonicamente. Quando os resquícios são dolorosos ou remetem a lembranças que se deseja esquecer, é muito comum que o pensamento seja de "destruir, por abaixo, construir algo novo", a fim de esconder a dor. No entanto, o papel do arquiteto é garantir que as histórias contadas no físico, ou seja, construídas fisicamente, não sejam apagadas, talvez, principalmente, quando a memória afetiva daquele lugar trouxe lembranças angustiantes. Pois essas recordações fazem parte dos moradores daquela região, são elas que contam a história dessas pessoas e, muitas vezes, conseqüentemente, contam parte da história do lugar. A cidade, e sua história, é formada por cada pessoa e suas individualidades, por isso é tão importante dar voz a todos.

Os vestígios e a participação do passado na arquitetura e no urbanismo atuais

Assim, nota-se que o passado deixa marcas na arquitetura e no urbanismo atuais de forma positiva ou não; seja através de grandes descobertas, seja por meio de cidades que, destruídas por guerras, tiveram que se reerguer e reconstruir cada espaço, cada

rua e tornar aquele novo lugar seu novamente e criar novas lembranças, sem apagar as antigas - muitas vezes, até mesmo por não conseguir - e, assim, seguir em frente. A arquitetura tem esse poder: o de poder abraçar o passado que vive nas calçadas e nas paredes das construções antigas, e inserir novas memórias através da vida dos moradores atuais. A população de idade mais avançada, por exemplo, não apenas possui memórias particulares, como também detém conhecimento que pode, e deve, ser valorizado pelas novas gerações, o que, ainda, pouco acontece. A falta de esmero pelos idosos é uma das queixas mais frequentes por essa parcela da população, e a Arquitetura Icônica pode auxiliar essa parte da população a ter sua história conhecida e mantida viva, não apenas na mente dessas pessoas, como também nas construções da sua cidade - contribuindo, inclusive, para disseminação do conhecimento passado. Alguns autores, como Sandra Pesavento, citam que a cidade é muito mais do que um espaço, ela importa, de fato, pelas relações que são estabelecidas nesses territórios e que, dali, fazem surgir uma história própria e única a ser contada. Segundo Pesavento (2007), para a Revista Brasileira de História:

Mas a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do habitar, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do humano: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais (PESAVENTO, 2007).

Em cima disso, vale analisar como a influência do passado, juntamente - e de maneira interligada - às experiências de indivíduos são fatores modificadores da arquitetura e do urbanismo. E, tendo essa reflexão, é notável como o processo inverso também é verdadeiro. O envelhecimento humano acaba por ser auxiliado por essa área das ciências sociais, a qual tem o poder de contar e de exaltar as histórias tanto de grupos específicos da sociedade, quanto as memórias de uma cidade, de um povo, através de meios físicos, palpáveis; e tal fato faz com que as pessoas tenham maior apreço por suas cidades, haja vista que elas contam a história de seus moradores. A população idosa de Budapeste é, por assim dizer, privilegiada por possuir uma arquitetura que exalta suas características enquanto povo, suas dores ligadas ao seu trágico passado, e sua resistência e resiliência diante dos horrendos acontecimentos que cercam a história da capital Húngara. Privilégio, pois isso torna o passado, desses antigos habitantes, algo palpável ao "trazer" o ontem para o hoje - ao retomar situações de décadas anteriores por meio de monumentos, edificações e intervenções urbanas; e isso corrobora as memórias das pessoas mais idosas, isso dá 'valor' às suas tristes lembranças.

Ademais, apagar as memórias da arquitetura, não as apaga da mente dos sobreviventes - os quais, hoje, idosos, contam e compartilham suas lembranças com os demais -, dos historiadores, ou dos curiosos que buscam conhecer mais do lugar que visitam, por exemplo. Não diminui a dor, apenas a torna imaterial. Na arquitetura e no urbanismo, a materialidade, no sentido da existência de algo, não da sua mera concepção imaginária, ocorre para dar sentido aos desejos, para dar voz às necessidades e às emoções; sendo assim, como dar voz à dor de um povo que possui cicatrizes de guerra, com uma arquitetura que apaga os resquícios palpáveis do que aconteceu?



Figuras 7 e 8 - O Monumento aos Mártires Judeus, que é representado por uma árvore de metal, a Árvore da Vida. Seus galhos possuem milhares de folhas, onde foi inscrito o nome dos judeus húngaros mortos na Segunda Guerra Mundial, e daqueles que se sacrificaram, de um modo ou outro, e salvaram vidas. Fonte: Imagem 7 - Simone Soares; Imagem 8 - Lara David e João Gonçalves.

É por isso que, ao lado das imagens icônicas da materialidade urbana, há toda uma outra linha de representação que exhibe a cidade através da sua população, com suas ruas movimentadas, o povo a habitá-la, a mostrar sua presença e também a sua diversidade, em imagens ora ternas, ora terríveis de contemplar... Mesmo as cidades fantasmas, aquelas de onde a população retirou-se pelos efeitos da guerra, dos movimentos da história ou de catástrofes naturais são reconhecíveis para nós como cidades, porque guardam as marcas, as pegadas, a alma, talvez possamos dizer daqueles que um dia as habitaram (PESAVENTO, 2007).

Segundo Edelweiss:

Para Jacobs (2011), os olhos da cidade são os olhos das pessoas da cidade. Seu discurso defende o protagonismo da vida urbana em sua escala do espaço público, a conservação de valores de uso da cidade bem como a ocupação da mesma como forma de garantia de segurança pública. A preocupação com movimentos de substituição de sistemas existentes em prol de renovação é capaz de fazer com que lugares percam seu uso e expulsem a sua população original (EDELWEISS, 2016, p.157).

Como é sabido, o regime nazista acreditava na supremacia ariana e na, conseqüente, exclusão dos demais povos que não se encaixassem nessa “categoria”; desse modo, os judeus, homossexuais e negros, por exemplo, foram brutalmente perseguidos durante a Segunda Guerra Mundial. Assim sendo, facilmente chega-se à conclusão de que parte significativa dos olhos de Budapeste foi terrivelmente ‘descartada’ no final da década de 40, por um movimento que pregava a adoção de um novo sistema: um que escolhia quem era digno de ser considerado “gente”. Por causa disso, é muito válido afirmar que Budapeste perdeu consideravelmente parte de si naquele momento da sua história; ao ter sido agredida de tantas formas distintas, a cidade acabou por ter parcelas da sua identidade excluídas e enterradas junto aos corpos das vítimas do holocausto vivenciado naquele lugar.

Escondido no quintal da Sinagoga Great Dohanyi, o Parque Memorial do Holocausto,

em Budapeste, exalta os milhares de judeus húngaros que perderam suas vidas durante aquela dolorosa época. O detalhe mais contemplativo desse lugar, talvez seja, a escultura de um salgueiro, uma árvore de metal. A “Árvore das Vítimas”, ou ainda a “Árvore da Vida” (Figura 7), é um monumento erguido em memória àqueles que perderam suas vidas durante a guerra; seus nomes estão inscritos nas folhas da árvore (Figura 8). É importante salientar que algumas folhas encontram-se sem nome, sendo dedicadas àqueles que morreram, mas cuja identificação não foi possível ser realizada. Isso faz com que suas histórias venham a se tornar parte da cidade, juntamente com as da população residente atual, reforçando a ideia de que a memória histórica de um lugar conta não apenas com suas vitórias passadas, mas também com as dores vivenciadas por seu povo.

Em Budapeste há um memorial ao longo do Rio Danúbio (Figuras 9 e 10) que traz um sentimento muito forte a quem olha imagens do local e sabe o que aqueles sapatinhos significam. Eles foram colocados ali como forma de lembrar todos os judeus que perderam suas vidas durante o Holocausto; sua posição naquele lugar da cidade tem a ver com o fuzilamento das vítimas no local, com eles enfileirados e fuzilados por soldados apoiadores do Partido Nazista Alemão. Ou seja, é uma intervenção urbana que tem o poder de trazer à tona a lembrança, a memória do que aconteceu naquele local, e de todas as vidas que foram perdidas em um momento deplorável da história mundial. Caso esse simples, porém extremamente significativo, gesto não existisse, e, no local, apenas um calçadão qualquer tivesse sido instalado, talvez poucas pessoas lembrassem do passado triste de Budapeste. E, desse modo, as memórias vívidas de muitos sobreviventes, hoje, já idosos, não teriam algo material para corroborá-las; aqueles que conseguiram sobreviver não teriam lugares que contem sobre seu passado e sobre familiares e amigos que não conseguiram escapar e acabaram por perder suas vidas. O memorial existente ao lado do rio Danúbio, por exemplo, retoma o tema da Arquitetura de Simbolismo ao contar a história de Budapeste, ao ter um significado, ser um símbolo para aquele lugar e para aquelas pessoas; pois, quem não está familiarizado com os acontecimentos daquela cidade, ao visitar o local, obviamente vai se interessar em saber o que aqueles sapatinhos estão “fazendo” ali, e o que significam.

Figuras 9 e 10 - Memorial do Holocausto, ao lado do rio Danúbio, em Budapeste. Os sapatos representam judeus húngaros que perderam suas vidas durante o Holocausto. Fontes: Imagem 9 - Mais do que uma imagem; Imagem 10 - Julia Bochat.

Conclusão

Budapeste serve como um maravilhoso exemplo de lugar que, mesmo diante de todo o caos, de todas as adversidades enfrentadas por seu povo, optou por mostrar ao mundo sua história, em vez de escondê-la. Os diversos monumentos presentes na cidade estão recepcionando à quem buscar conhecer essa belíssima cidade; obviamente, tal processo, pode-se dizer, de aceitação, não foi livre de dores, e, ainda assim, lembrar foi a escolha tomada por Budapeste. Sem a Arquitetura Icônica, seus moradores mais antigos não possuiriam um lugar - ou vários, como lá ocorre - em que suas perdas possam, ainda hoje, ser lembradas, sentidas, e, pode-se dizer, aliviadas de modo tão palpável; isso, uma vez que as memórias são reforçadas através da materialidade, através da obra arquitetônica e urbana. E isso é contar a história de Budapeste e de seus moradores.

Por isso, manter na arquitetura e no urbanismo esses detalhes a respeito dos lugares, das cidades, é de tamanha importância. Em Budapeste, a sua história e a de milhares de indivíduos, ainda vivos ou não, está presente em toda a cidade, através de diversas intervenções arquitetônicas e urbanas, que vão além dos sapatos do Memorial do Holocausto, e dos demais exemplos apresentados. O arquiteto e urbanista é um dos privilegiados profissionais que pode, através de seu conhecimento, traduzir sentimentos, lembranças e desejos em algo físico; e, essa produção criativa traz consigo o poder de mexer com as pessoas. É, também, através de obras arquitetônicas e urbanísticas que os moradores mais antigos e idosos observam suas vidas expostas nas ruas da cidade, como algo valioso e que deve ser preservado. É por meio desse tipo de arte que muitos moradores sentem-se parte de um ambiente que, ainda já modificado pelo tempo, é capaz de transmitir a história passada, a sua história passada.

Logo, é possível entender como a Arquitetura Icônica, é de extrema importância em âmbitos sociais, pois reforça que o passado faz parte dos dias atuais, precisando ser exposto; a arquitetura e o urbanismo refletem identidade e memória como poucos outros fatos urbanos conseguem. A manutenção da memória afetiva e a sensação de pertencimento que é possível imprimir através de traços arquitetônicos e urbanísticos ao reforçar sensações e histórias do passado, ajuda com que as pessoas das mais distintas idades sintam-se parte de algo maior do que elas; como Pesavento cita, a cidade é sociabilidade, é alma. Apagar das ruas, das fachadas de uma cidade a história que ali se desenvolveu, porque traz lembranças negativas, apenas as esconde, as disfarça, não ajuda a tratar as cicatrizes causadas pela dor. A arquitetura icônica se baseia em validar os lugares que mexem com os sentimentos das pessoas, que significam algo para alguém e que fizeram parte do passado de alguém - como no caso dos idosos de Budapeste; e isso é o que deve ser a arquitetura e o urbanismo. Ter valor histórico, sensorial, sentimental; não apenas de mercado. Budapeste mostra como uma cidade pode ser linda e, ao mesmo tempo, contar suas memórias afetivas, suas dores, seu passado, sem deixar de lado sua beleza arquitetônica e urbana.

Referências

BEEVOR, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

EDELWEISS, Roberta. *Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: uma interpretação a partir das preexistências culturais*. Campinas: Oculum ens., 2016.

HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

PESAVENTO, Sandra. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, Vol. 27, N. 53, pp. 11-23, Junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de junho de 2019.

RIBEIRO, Nelson. *Arquitetura e simbolismo: novas abordagens no campo da análise do espaço e da cidade*. UFES/CBHA, 2009.

FERROVIA SÃO PAULO PARANÁ

Uma análise das consequências pós desativação da Estação Ferroviária de Jataizinho/PR

Isadora Lutzi Daschevi¹

Resumo

As ferrovias desempenharam importante papel ao longo dos anos nos grandes centros urbanos, principalmente devido a Revolução Industrial. Porém após o surgimento das rodovias, os conjuntos ferroviários caíram em desuso, tornando-se lugares quase inabitados, obsoletos e perigosos. O presente artigo, tem por objetivo discutir à cerca da importância desses espaços, e entender porque intervir nessas áreas se faz necessário, mais especificamente na orla ferroviária de Jataizinho-PR, para realização foram utilizados alguns procedimentos para coleta de informações, entre eles: pesquisa bibliográfica e documental; em livros revistas e jornais de época, levantamento a campo; através de visitas a museus e locais históricos, além de entrevistas com a população, observação de estudos de caso de intervenções já realizadas em outros lugares, e revisão da literatura. Dentro da revisão da literatura houve uma preocupação em buscar autores que abordam assuntos relacionados a áreas urbanas obsoletas, intervenções urbanas e patrimônio ferroviário, além de exemplares do IPHAN, e obras do paisagismo e do urbanismo. De modo que, após o conhecimento e levantamento da história e da importância das ferrovias seja possível criar uma maior consciência do valor histórico e patrimonial que esses espaços carregam, principalmente o caso da cidade de Jataizinho-PR, para que assim a necessidade de intervenção torne-se mais clara e objetiva, buscando a preservação da memória local.

Palavras-chave: ferrovias, valor histórico, intervenção, memória, patrimônio.

SÃO PAULO PARANÁ RAILWAY

An analysis of the consequences after the decommissioning of the Jataizinho Railway Station/PR

Abstract

Railways have played an important role over the years in large urban centers, mainly due to the Industrial Revolution. However, after the highways turned up, the railway assemblies fell into disuse, becoming almost uninhabited, obsolete and dangerous places. The purpose of this article is to discuss those spaces importance, and to understand why intervening in those areas is necessary, more specifically in the Jataizinho-PR, for this study, we used some procedures were used to collect information, among them: bibliographical and documentary research; in periodical books and newspapers, field survey; through visits to museums and historical sites, in addition to interviews with the population, observation of case studies of interventions already carried out elsewhere, and literature review. Within the literature review, there was a concern to seek authors

who address issues related to obsolete urban areas, urban interventions and railway heritage, in addition to copies of IPHAN, and works on landscaping and urbanism. So that, after the knowledge and survey of the history and importance of the railways, it is possible to create a greater awareness of the historical and patrimonial value that these spaces carry, especially the case of the city of Jataizinho-PR, so that the need for intervention becomes become clearer and more objective, seeking to preserve local memory.

Keywords: railways, historical value, intervention, memory, patrimony.

Introdução

Para Lynch (1997, p.52), as ferrovias são entendidas como sendo limites e barreiras que separam uma região da outra, mas que também podem ser costuras e linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram. As ferrovias desempenharam importante papel na gênese urbana, sendo muitas vezes elemento estruturador econômico, social e formador da paisagem.

Durante o século XIX, a Revolução Industrial gerou um crescimento desequilibrado do aglomerado urbano, denotando problemas como a falta de habitação e dificuldades de mobilidade, o que levou as cidades a começarem se expandir pelas periferias. Mais tarde, no século XX as indústrias passaram a se localizar nas periferias, o que influenciou o esvaziamento das áreas centrais, levando à decadência e ao aparecimento de grandes vazios urbanos e áreas com problemas sociais e econômicos.

Foi então, nesse sentido, que no início do século XX se desenvolveu uma maior preocupação com a conservação desses espaços e dos edifícios históricos, devido à importância que assumem na conservação e manutenção de usos e funcionalidades das cidades, e principalmente com seu valor sociocultural, arquitetônico e identitário.

O presente artigo, tem como objetivo entender o processo pelo qual as ferrovias passaram, desde sua ascensão a decadência, utilizando procedimentos para coleta de informações, e análise de intervenções já realizadas. De modo que após o levantamento e conhecimento da história seja possível discutir possíveis formas de intervenção para essas áreas. A fim de analisar e avaliar especificamente o caso do Conjunto Ferroviário de Jataizinho-PR, para assim discutir formas de intervenções que preservem a área ferroviária como sendo patrimônio e resgatem a memória local.

Ferrovias

Conforme Toledo (1998, p.9 a p.11 e p. 45 a p.47) na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, acontecia a Revolução Industrial; A máquina a vapor substituía a energia humana e gerava uma expansão econômica que interferia diretamente na forma como os produtos industrializados eram transportados. A ferrovia foi um investimento rentável que atendeu a característica desse sistema capitalista, barateando custos, transportando grandes quantidades, interligando e encurtando distâncias, além de gerar empregos. No Brasil, o cenário era de agricultura e escravidão, e a construção das ferrovias aconteceu no século XIX visando o mesmo progresso e “civilização” que acontecia na Europa.

De acordo com Prochnow (2014, p.21) no Brasil, a partir do momento em que as ferrovias passaram ao controle estatal, no final da década de 1950, quando foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, o contexto nacional indicava o favorecimento das rodovias. Iniciando o processo de estagnação do modal ferroviário e de erradicação

¹ Arquiteta e Urbanista Isadora Daschevi formada pelo Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL). E-mail: isa-daschevi@hotmail.com

dos ramais antieconômicos. O fim da ferrovia, indicava que seriam mantidos pelas empresas privadas somente aqueles elementos de seu interesse. Os demais bens ferroviários, todos aqueles bens que constituíram a experiência de vida de milhares de pessoas e que estão presentes ainda hoje no imaginário da população, estariam à mercê do tempo, em processo de arruinamento.

O Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário produzido pelo IPHAN (2010, p.219) cita que as estações ferroviárias foram fechadas por não serem mais necessárias ao transporte de carga, o que gerou um processo de deterioração dos prédios, que passaram a ser abandonados e depredados, o que representa uma séria ameaça ao desaparecimento de importantes exemplares do patrimônio ferroviário.

Segundo Silva (2016, p.79), este fenômeno de abandono é observado em diversas cidades pelo mundo, e estas áreas abandonadas têm como principal característica o fato de serem pontos quase inabitados, instalados em regiões centrais do território urbano. São lugares aparentemente abandonados, onde as memórias do passado se sobrepõem ao cenário presente e são fruto dos mais diversos processos, como o fim de ciclos econômicos, as mudanças de legislação, entre outros. Sanches (2013 p.19) acrescenta que com a queda da atividade industrial, o desenvolvimento tecnológico e novas atividades, traduziu-se na libertação de amplos espaços industriais, transformando em espaço degradados, obsoletos, perigosos e inseguros.

Prochnow (2014, p.22) retoma que, são estas ruínas que passaram a constituir a experiência urbana contemporânea das cidades, anteriormente atendidas pela ferrovia, principalmente para aqueles que não conviveram com a dinâmica social da época do trem e que estão imersos no processo atual de aceleração temporal e da diminuição espacial.

Hagatong (2011, p.103), discorre sobre as ferrovias como sendo patrimônio e ressalta a importância desse conhecimento para entender a sua existência, a sua evolução, o seu abandono e o seu valor, bem como as transformações da sociedade contemporânea. O Patrimônio Ferroviário é considerado Patrimônio Industrial, pois a ideia para qual remete o Patrimônio Industrial é para os bens que fizeram parte da época da Revolução Industrial e da Industrialização. A análise das ferrovias como Patrimônio Industrial, permitiu uma tomada de consciência do valor dos locais, paisagens e equipamentos que as constituem e o integram na identidade de uma região em que a ferrovia se instalou. Sendo assim, a partir de meados do séc. XX, o Patrimônio Industrial passou a ser revalorizado, pelo seu valor histórico e simbólico.

Freire e Freitas (2010, p.13) discutem acerca da memória desses espaços, pois essas áreas ferroviárias constituem lugares de memória à medida que são referência para as pessoas que ali conviveram e, em sentido mais amplo, em sua relação com a história de formação das cidades, que por sua vez resultaram em dinâmicas sociais únicas, vindo a criar uma série de elementos que constituem o universo da Memória Ferroviária, aqui entendido como:

[...] todos os suportes e fontes de informações sobre o contexto ferroviário brasileiro, sobretudo os de ordem documental-bibliográfica, iconográfica, histórica (incluindo fontes de história oral e ruínas de testemunhos), arquitetônico-urbanística (tanto no plano interno a cada complexo ferroviário – organização espacial – quanto em relação à implantação na paisagem da cidade) e sociológica (relações de produção, de trabalho, de vizinhança – micro e macrosocial – de parentesco) (IPHAN, 2010, p. 56).

Freire, et al. (2010, p.14) acreditam que a ampliação do conceito de patrimônio para a Memória Ferroviária possibilita uma nova visão, onde a simples preservação de bens e valores culturais isolados torna-se insuficiente para compreender seu contexto sociocultural como um todo, é necessário verificar o valor histórico, o valor arquitetônico, o valor arqueológico, valor paisagístico, valor de uso e valor de raridade. Valores que não existem separadamente, pois traduzem uma lógica maior, a de múltiplas relações num conjunto de equipamentos que constituíam um complexo ferroviário.

Para Morales (2002, p.187) essas áreas ferroviárias apresentam dupla condição, pois, ao mesmo tempo que remetem ao abandono, elas apresentam qualidades e potencialidades, e intervir nessas áreas significa fortalecer novos usos, pois refletem o encontro do presente com o passado, evocando características específicas que constroem uma relação distinta com seu entorno e com a cidade.

Possibilidades de intervenções urbanas e paisagísticas em orlas e conjuntos ferroviários

Para Silva (2016, p.81), a intervenção vai além da criação do projeto, ela busca entender os processos que ali se deram, o valor histórico e cultural dos elementos que ali se encontram e compõe a paisagem, para assim delimitar objetivos e diretrizes eficazes para a intervenção.

Vargas (2009, p. 2 e 3) define centro urbano como sendo um lugar de trocas comerciais, e outras atividades urbanas, como a religiosa, a de lazer, política e cultural, enquanto o conceito de centro histórico está relacionado a origem do núcleo urbano, que vai de encontro a valorização do passado. E para o autor, intervir nos centros urbanos pressupõe não somente avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária à intervenção.

Vargas (2009, p.3) acredita que intervenção e cirurgia são sinônimas, e o organismo submete-se a uma intervenção basicamente em três situações: para a recuperação da saúde ou manutenção da vida; para a reparação de danos causados por acidentes e, mais recentemente, para atender às exigências dos padrões estéticos.

A intervenção paisagística e a intervenção urbana estão diretamente ligadas, pois segundo Waterman (2010, p.8) a arquitetura paisagística encontra-se em todo e qualquer espaço externo, configurando e gerindo o mundo físico e os sistemas naturais onde vivemos. E a combinação de arte e ciência conduzem o arquiteto paisagista a criar lugares através de croquis, imagens e elementos como: linha, cor, forma e textura. Além da compreensão do solo, geologia e topografia que são imprescindíveis para a construção da paisagem.

Mascaró (2008, p.17) cita que existe no paisagismo urbano três escalas de intervenção no mínimo, sendo elas: intervenção em jardins, em praças ou em parques urbanos.

A Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada (1995, p.1) tem por finalidade o estabelecimento dos grandes princípios norteadores das intervenções; urbanas e em edifícios, bem como dos caminhos para a sua aplicação. Sendo assim, cabe aqui destacar alguns conceitos que posteriormente serão aplicados, sendo eles: Reabilitação Urbana, Revitalização Urbana e Requalificação Urbana.

Reabilitação urbana: é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e

funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes;(Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada, 1995, p.01).

A reabilitação urbana exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, e espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. E de acordo com Sanches (2013, p.20) o principal objetivo da reabilitação é a readaptação de novas funcionalidades, reforçando o fator residencial e a qualidade da habitação para a conservação da paisagem urbana. A Carta de Lisboa (1995, p.1) define revitalização urbana como sendo, “[...] operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência.”

A Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada (1995, p.1), ressalta que os conceitos reabilitação urbana, e revitalização urbana aplicam-se a todas as zonas da cidade que apresentam ou não identidade e características marcantes.

Sanches (2013, p.19) discorre que através da ideia de abandono, a revitalização urbana passou a ter cada vez mais ênfase em como se planeja e gere uma cidade, apostando na adaptação às novas tecnologias, novas vivências e tendências, novas estratégias de intervenção e de valorização urbana no confronto com as novas necessidades de lazer, qualidade de vida, o bem-estar e coesão territorial. Assim, conjugar uma nova forma de pensar e de intervir numa cidade pós-industrial ou cidades em processo de desvitalização.

Segundo a Carta de Lisboa (1995, p.2), “[...] Requalificação urbana: aplica-se sobretudo a locais funcionais da “habitação”; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual.” Sanches (2013, p.20) acrescenta que, a requalificação urbana é uma ação que promove a prossecução de medidas de recuperação e valorização das infraestruturas, dos equipamentos e do espaço público, promove a (re)introdução de novas ações de requalificação de território e a introdução de medidas que restabelecem um melhor desempenho económico e social.

Sanches (2013, p.19) defende que a cidade por si só com o tempo acaba se degradando, e as pessoas perdem o interesse pela cidade por falta de novos investimentos ou novas vivências, e o papel da intervenção urbana é justamente recuperar as memórias e permanecê-las sempre vivas, adaptando às novas formas de vivência e necessidades da própria cidade, agregando lazer, recreação e estimulando novos usos.

Dois exemplos de intervenções em conjuntos ferroviários podem ser destacados aqui: o Parque Gleisdreieck em Berlim, e o High Line Parque em Nova Iorque. Justifica-se a escolha destes dois parques como exemplo por possuírem semelhanças com o caso do Conjunto Ferroviário de Jataizinho – PR, ambos encontram-se inseridos em meio a cidade, possuem valor histórico e social e antes da intervenção eram áreas consideradas deterioradas, inseguras e sem uso. Além disso, estavam se tornando apenas locais de passagem, e a memória e a história de cada um estava se perdendo ao longo do tempo. Após a intervenção, nota-se que os dois resultados foram positivos, a vida pode ser relançada nesses locais, a apropriação do espaço tornou-se intensiva, novos usos foram estimulados e assim a memória e o valor histórico de cada um foram preservados, devido as intervenções.

Parque Gleisdreieck – Berlim

O Parque Gleisdreieck está situado no centro de Berlim, e a região em que ele está inserido era considerada residual até então, por possuir viadutos sobre as estradas de



Figura 1 - Implantação Parque Gleisdreieck. Fonte: ARCHDAILY, Lanoo (2015).
Figura 2 - Parque Gleisdreieck. Fonte: ARCHDAILY, Lanoo (2015).

ferro suspensas. O objetivo dos arquitetos Felix Schwarz e Andreas Lipp foi reintegrar essa área a estrutura urbana, através de espaços sustentáveis e com um baixo impacto ambiental, utilizando fundamentos básicos, que unem materiais interessantes e vegetação e juntos formam a paisagem.

A configuração simples e clara cria diversos cenários, e os autores do projeto acreditam ter usado como ponto de partida a história ferroviária da região, mas ter focado no desenvolvimento futuro e na nova imagem do local, como resultado final. Assim, o novo parque dará movimento ao local, construindo uma “ponte” entre os bairros antigos e a nova vida, deixando algo velho parecer novo, o que atrairá muitos moradores e visitantes.

Parque High Line – Nova Iorque

O High Line é um parque linear considerado uma obra prima do paisagismo urbano. Foi construído em uma antiga linha férrea abandonada na década de oitenta, que atravessa três bairros de Nova Iorque, sendo um dos únicos jardins suspensos do mundo, o High Line contrasta áreas verdes com os grandes arranha céus de Manhattan.

Anteriormente, esses bairros eram mais ocupados por indústrias e empresas de transportes, após a construção do parque, os galpões e fábricas foram convertidos em galerias de arte, estúdios de design, lojas, restaurantes, museus e residências. Além dos jardins, foram instalados bancos para leitura, descanso e contemplação, tornando o espaço agradável e elegante.

O parque também possui alguns painéis que contam um pouco sobre a sua história através de fotos e mensagens. Neles, os turistas conseguem observar como era o local anteriormente, quando ainda funcionava como uma linha de trem, e como ele foi se transformando gradativamente até se tornar o espaço que é hoje.

Figura 3 - Vista Aérea Parque High Line. Fonte: THE HIGH LINE, Baan (2010). Figura 4 - Parque High Line. Fonte: THE HIGH LINE, Baan (2010).



Estudo de caso do conjunto ferroviário de Jataizinho-PR

A cidade de Jataizinho, situa-se ao norte do Paraná as margens do rio Tibagi, e teve grande importância para a efetiva colonização do Norte do Paraná, tornou-se portal de entrada de muitas famílias que vinham de várias regiões do Brasil e do exterior em busca de terra de qualidade, atraídas pelas propagandas das terras que eram vendidas a longo prazo e preços baixos.

Jatahy, como era chamada, possuía uma grande extensão territorial, e de seu território foram desmembrados vários municípios, como: Ibiporã, Londrina e Maringá. A travessia sobre o rio Tibagi era feita através de balsa ou canoa, pois não havia ponte ferroviária nem rodoviária até 1932.

Segundo relatos de Lopes e Braga (2014, p.34) a estação de Jatahy foi inaugurada em maio de 1932, como ponta de linha da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, aguardando a conclusão da ponte sobre o Rio Tibagi, para alcançar Londrina.

NORTE DO PARANÁ'
INAUGURAÇÃO DE UM NOVO TRECHO DA COMPANHIA FERROVIÁRIA S. PAULO-PARANÁ'

A directoria da Companhia Ferroviária S. Paulo-Paraná vai inaugurar mais um longo trecho da sua estrada, prolongamento que alcança o kilometro 184.

Essa inauguração se dará no dia 4 de Maio proximo devendo a ella comparecer o sr. Manuel Ribas, interventor federal do Estado do Paraná.

A partida da comitiva dar-se-á amanhã, pelo nocturno da Corocabana que parte da estação de S. Paulo ás 19 horas, devendo-se jantar no trem.

Na terça-feira, chegada a Ourinhos ás 10,10; encontro com o sr. interventor federal no Paraná, proseguindo a viagem em trem especial até a estação da Cornello Procopio, onde será o pernoite.

Quarta-feira, viagem inaugural do novo trecho, partindo o trem especial da estação de Cornello Procopio ás 7,30 e chegando a Villa de Jatahy ás 9,30. Visita a Londrina, Heimtal e outras colonias da Companhia de Terras Norte do Paraná. Regresso do trem especial que partirá de Villa Jatahy ás 18 horas, chegando a Cornello Procopio ás 20 horas, onde será o pernoite.

Quinta-feira, partida do trem especial para alcançar o nocturno da Sorocabana que chegará a São Paulo ás 8,30 do dia seguinte.



Figura 5 - Quadro de inauguração da estação de Jatahy. Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, Giesbrecht (2018). Figura 6 - Inauguração do trecho ferroviário São Paulo - Paraná. Fonte: Foto retirada do acervo do Museu Histórico de Jataizinho. Figura 7 - Trem de passageiros S.P.P. Fonte: Foto retirada do acervo do Museu Histórico de Jataizinho.

Foi comprada logo depois pelos ingleses da Cia. de Terras do Norte do Paraná. Prolongada até Apucarana em 1942 povoando a região, e vendida ao Governo Federal em 1944, incorporada imediatamente à Rede de Viação Paraná Santa Catarina - RVPSC. Foi prolongada, em diversas fases, até atingir Cianorte, em 1972, onde parou.

O tráfego de passageiros, dividido entre os trechos Ourinhos-Maringá e Maringá-Cianorte, parou em 1981 no primeiro trecho, onde rodava com trens de passageiros que vinham de São Paulo, e um pouco antes no outro, onde trafegava em trens mistos.

Eu lembro que tinha a estação, que o prédio é o mesmo de hoje, e tinha os trens com passageiros. Cheguei a ir até Arapongas de trem, porque ele servia de passeio pra gente, dia de domingo a gente ia passear, juntava a turminha, os colegas solteiros e ia passear, cheguei a ir muitas vezes, daqui de Jataizinho pra Cornélio também (Cleusa Pereira de Lacerda, Jataizinho- PR,2019).

A estação Frei Timóteo foi inaugurada em 1932, seu nome homenageava o frei Timóteo

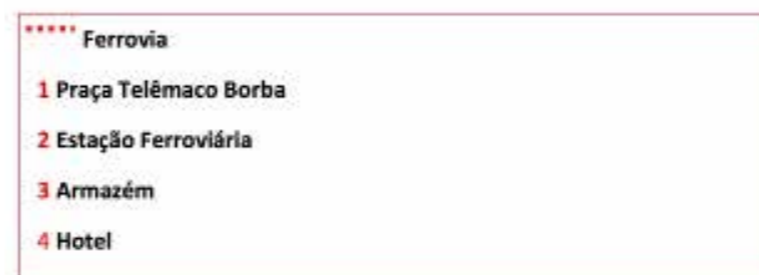
Figura 8 - Conjunto Ferroviário estação São Paulo – Paraná. Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, Lopes (1939). Figura 9 - Pátio da Estação Ferroviária de Jataizinho. Fonte: Foto retirada do acervo pessoal de Paulino Manfrinato (2007).



de Castelnuovo, nascido em Gênova, Itália em 1823 e falecido em Jataí em 1895. Foi o fundador dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo, estes originalmente colônias militares estabelecidas próximas da estação e do rio Tibagi.

De acordo com Manfrinato (2005), o pátio ferroviário era composto pela estação de passageiros, que possuía telégrafo e aparelho de etiquetar bilhetes de passagem, por uma caixa d'água que servia para abastecer as locomotivas Maria fumaça, bombeando a água do rio Tibagi através de uma máquina a vapor, dois trilhos, um que atravessava o rio Tibagi e chegava até a estação de Londrina e outro que atravessava o rio Jataizinho. E a cem metros da estação havia um armazém de carga, predominando o embarque de produtos agrícolas e fardos de algodão, enquanto que ao logo da ferrovia haviam vagões gôndolas, destinados a transportar tijolos e telhas produzidas pelas olarias locais.

Logo que parou o trem de passageiros, começou a funcionar o trem de carga, e o armazém construído que tem até hoje ficava as coisas tudo que ia transportar, mais interessante é que quando era trem de passageiros, carregava-se até mudança no trem, você via aquele povo com aquele monte de criança e com aquele monte de caixa, sacola, cachorro, tudo em quanto há, todo mundo dentro de gaiolinha carregava isso tudo. E essas casas que tem na beira da linha eram casas do pessoal que trabalha na ferrovia, eles fabricaram essas casas que tem ali pra baixo tudo pro pessoal que trabalhava na ferrovia, hoje não, já são casas alugadas e não são mais de madeira (Cleusa Pereira de Lacerda, Jataizinho- PR,2019).



Além do Pátio ferroviário, próximo à estação havia um hotel, muito tradicional na cidade, e uma praça, chamada praça Telêmaco Borba, que foi construída posteriormente, após o loteamento da região ao redor da ferrovia.

Depois começou a modificar, claro a pracinha não é igual é hoje, não tinha tudo aquilo ali, lembro das escadarias da estação, lembro que tinha um sino pendurado, que batia quando o trem estava chegando e a gente sabia pelo sino. O hotel continua no mesmo lugar, agora ano passado que mudaram a frente, desmancharam a fachada que era de madeira e agora é de material, e lá no fundo só mudou as paredes, mas os cômodos são os mesmos (Cleusa Pereira de Lacerda, Jataizinho- PR,2019).

A Carta de Florença (1981, p.1 e 2), destina-se a proteção dos jardins históricos, sendo que a denominação jardim histórico aplica-se tanto a jardins modestos; como é o caso da praça da estação ferroviária de Jataizinho, quanto a parques ordenados ou paisagísticos.

A Carta de Florença (1981, p.4), prossegue dizendo que o interesse pelos jardins históricos deve ser estimulado a valorizar esse patrimônio, bem como, torna-lo melhor conhecido e apreciado.

Giesbrecht (2018), conta o relato de Paulino Manfrinato que viveu durante o período em que as ferrovias funcionavam em Jataizinho.

Figura 10 - Implantação Estação Ferroviária de Jataizinho. Fonte: GOOGLE MAPS, modificado pela autora (2019).



Figura 11 - Estação Ferroviária Atualmente. Fonte: Autora (2019).
Figura 12 - Armazéns da Estação Ferroviária Atualmente. Fonte: Autora (2019).



O ponto principal, que me atinge, é a estação ferroviária do então Jataí-Paraná, pois minha casa ficava vizinha e eu, com 10 a 13 anos, ganhava uns trocados carregando mala da estação até ponto de ônibus ou ao Hotel Jataí, de João Manfrinato. Todo dia era como uma festa a chegada do trem vindo de Ourinhos com passageiros procedentes de São Paulo e de outras partes do Brasil, do Nordeste e às vezes até estrangeiros. O trem apitava na curva longínqua, resfolegava; ao chegar batia o sino, sendo que a estação também tinha sino. Daí os viajantes desembarcavam dos vários vagões, e os moleques estavam prontos para pegar as malas. Enquanto aguardávamos a chegada do trem, nós garotos brincávamos por ali e o mais habitual, para evitar o sol quente, era jogar pedrinhas embaixo da caixa d'água (...)somente após um bom tempo é que a gente, com saudade, vendo-a ainda nas fotos de 2001 em seu aspecto original, relativamente bem conservada, lhe dá uma importância histórica associada a um sentimento de veneração por algo que não atinge os estranhos não vinculados ao papel que, durante muitos anos, desempenhou (Paulino Manfrinato, Curitiba- PR,2005).

Atualmente, o Conjunto Ferroviário funciona apenas para transporte de carga à concessionária ALL, a caixa d'água foi demolida, enquanto o maquinário ferroviário e a plataforma continuam no local, assim como o Hotel e a praça; os quais também carregam grande valor histórico.

Morales (2002, p.187), discute acerca de áreas como essa, que são resultado de transformações que ocorreram ao longo de décadas; e um dos conceitos definidos por SolàMorales é o conceito *Terrain Vague*, que são áreas de território; vagas, improdutivas e, em muitos casos, obsoletas, mas, sobretudo, são áreas com dupla condição. São os territórios da ausência, do encontro do passado com o presente, e o seu contraponto mais instigante: são reservas de futuro.

Essa categoria engloba tipos de áreas que se formaram em diversos momentos, durante as transformações econômicas e sociais do século passado: áreas industriais abandonadas, áreas de linhas



Figura 13 - Ferrovia Atualmente. Fonte: Autora (2019).

férreas desativadas ou subutilizadas, espaços residuais, edifícios deteriorados (...) Morales (2002, p.187).

De acordo com Morales (2002, p.188), *Terrain Vague* não é só a área do vazio físico; é também a área da memória coletiva, que nos envia a um passado, possivelmente não vivido pessoalmente, mas que nos coloca numa perspectiva em relação à história daquele lugar e à nossa própria história. São áreas que exercem fascínio pelo que não está ali.

Donadon (2009, p.129) acredita que no interior das áreas abandonadas ou subutilizadas das ferrovias é inevitável a sensação de abandono que a linha com mato crescido evoca ao conduzir o olhar para um passado não tão distante, quando aqueles trilhos faziam sentido. Um sentido não apenas econômico, mas também pessoal, uma vez que um grande número de pessoas utilizava o trem e outras trabalhavam nas estações e nas companhias de estradas de ferro.

Donadon (2009, p.129) continua, a memória coletiva dos anos quando a ferrovia possuía a supremacia sobre os outros meios de transportes aparece repleta de saudade e de um certo descontentamento com seu abandono. E é essa memória coletiva que torna a ferrovia tão importante dentro da categoria *Terrain Vague*, pois é a prova da relevância dessas áreas e deveria nortear a forma de intervenção na cidade, pois elas não são apenas vazios urbanos, tampouco estão somente aguardando ocupação.

Considerações finais

Ao término deste artigo, constata-se que as ferrovias apresentaram uma grande importância na gênese da sociedade, mas que com o surgimento das rodovias acabaram perdendo sua função, e caindo em desuso. Tornando-se um vazio urbano nos centros das cidades, que são locais muitas vezes deteriorados, degradados e inseguros.

Mas, devido a relevância dessas áreas, tanto como patrimônio, memória e valor histórico cabe aos arquitetos urbanistas intervir nessas áreas, através de intervenções que qualifiquem o local, trazendo uso, lazer, recreação, como é o caso da requalificação, da

revitalização e até mesmo da reabilitação urbana. O Gleisdreieck e o High line parque são exemplos de intervenções como essas.

Por fim, ao olhar para o caso do Conjunto Ferroviário de Jataizinho, nota-se a presença da história, da memória do local e do valor que esse local traz aos que ali viveram, portanto é possível estudar formas para intervir nesse espaço que hoje encontra-se sem uso e esquecido, para que as pessoas voltem a usufruir desse espaço e ele deixe de ser mais um vazio urbano no centro da cidade.

Referências

ARCHDAILY. *Parque Gleisdreieck/Atelier LOIDL*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/762169/gleisdreieck-park-atelier-loidl>> Acesso em: 20 mar. 2019.

BAAN, Iwan. In: *The High Line*. Photos by Photographer. Disponível em: <<https://www.thehighline.org/photos-videos/by-photographer/?>> Acesso em: 25 mar. 2019.

DONADON, Edilene Teresinha. *“Terrain Vagues” um estudo das áreas urbanas obsoletas, baldias ou derrelitas em Campinas*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

FREIRE, Maria Emília Lopes; et al. *Patrimônio Ferroviário: memória ou esquecimento? Abordagem conceitual no processo de avaliação do patrimônio ferroviário em Pernambuco*. Artigo. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Superintendência do Iphan em Pernambuco. Pernambuco, PE, 2010.

GIESBRECHT, Ralph Menucci. *Jataizinho (antiga Jatahy-Paraná e Villa Jatahy)* Município de Jataizinho, PR. Estações Ferroviárias do Brasil, julho. 2018. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/jataizinho.htm>> Acesso em: 25 mar., 2019.

GOOGLE. *Google Maps*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Jataizinho+%PR/@23.2529426,50.9816605,450m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94eb38d5c446169f:0x3789a6a2ede0e0f3!8m2!3d-23.2592304!4d-50.97764>> Acesso em: 20 mar. 2019.

HAGATONG, Ana Teresa Martins. *Patrimônio Industrial Ferroviário: Uma arquitetura em risco*. Revista *Arquitetura Lusíada* n°5. Portugal. p. 101-115, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta de Florença*. Brasília, DF, 1981.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada 1º Encontro Luso – Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa*. 21 a 27 de outubro de 1995. Lisboa, PT, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário*. Brasília, DF, 2010.

LANOO, Julien. In: ARCHDAILY. *Parque Gleisdreieck / Atelier LOIDL*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/762169/gleisdreieck-park-atelier-loidl>> Acesso em: 20 mar., 2019.

LOPES, José Carlos Neves; BRAGA, Newton C. *Meu pai e a ferrovia...Uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná 1924-1944*. Cornélio Procópio. Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2014.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

MANFRINATO, Paulino. *Entrevista sobre a Estação Ferroviária de Jataizinho - PR*. Entrevistador: Ralph Menucci Giesbrecht. Curitiba, PR. 2005.

MASCARÓ, Juan Luís. *Infraestrutura da Paisagem*. Porto Alegre: Masquattro, 2008.

MORALES, Solà Ignasi de. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

NOVA YORK. *High Line*. Disponível em: <<https://novayork.com/high-line>> Acesso em 20 mar., 2019.

PEREIRA DE LACERDA, Cleusa. *Entrevista sobre a Estação Ferroviária de Jataizinho - PR*. Entrevistador: Isadora Lutzi Daschevi. Jataizinho, PR, 2019 .

PROCHNOW, Lucas Neves. *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

SANCHES, Janilson de Jesus Lopes. *Revitalização do espaço urbano e da paisagem ‘estrutura de ligação entre espaço urbano e componentes da paisagem’*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, PT, 2013.

SILVA, Tiago Brito da. *Áreas de abandono análise com base nos fundamentos do desenho ambiental sobre projetos que visam a recuperação de territórios degradados*. Revista LABVERDE n°11 artigo 04. Campinas, SP. p. 76 – 102. Março, 2016.

THE HIGH LINE. *High Line*. Disponível em: <<https://www.thehighline.org/photos-videos/by-photographer/iwan-baan/>> Acesso em: 20 mar., 2019.

TOLEDO, Vera Vilhena. *A Riqueza nos Trilhos História das ferrovias no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1998.

VARGAS, Heliana Comin. *Intervenções em Centros Urbanos*. São Paulo: Manole, 2009.

VIAJENAVIAGEM. *High Line, o jardim suspenso de Nova Iorque*. Disponível em: <<https://www.viajenaviagem.com/2012/06/high-line-nova-york/>> Acesso em: 23 mar. 2019.

WATERMAN, Tim. *Fundamentos de Paisagismo*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ENVELHECER NO LUGAR

A garantia de direitos dos Idosos junto a Defensoria Pública da Comarca de São Carlos

Luiz Eduardo dos Santos¹, Elisete Maria Paiola Tonon² e Marisa Silvana Zazzetta³

Resumo

O objetivo do estudo foi analisar o perfil da demanda da Defensoria Pública de uma comarca do interior paulista, na defesa de direitos da pessoa idosa, identificando as reivindicações apresentadas em processos ajuizados de janeiro a outubro de 2017. Trata-se de um estudo exploratório com método quantitativo no qual se utilizou estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados de 128 alegações presentes nos processos instaurados demonstraram que o binômio urgência e necessidade, impôs para o indivíduo idoso a esfera judicial como única possível para a satisfação de suas demandas, que se relacionam com: saúde, família e demandas onerosas. O fenômeno sócio demográfico do envelhecimento contemporâneo estabelece um novo perfil do idoso na sociedade, que em face de sua especificidade precisa ser atendido pelo poder público. Conclui-se que, políticas públicas de acesso a medicamentos e apoio social a famílias vulneráveis, os idosos poderão ter melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: idoso, política pública, defensoria pública, qualidade de vida, justiça social.

AGEING IN PLACE

Guaranteeing the rights of the Elderly with the Public Defender's Office of São Carlos

Abstract

The present study aimed to analyze the profile of the demand of the Public Defender of the County of São Carlos-SP, in the defense of the rights of the older people through the survey of lawsuits, during the period from January to October 2017. We used the quantitative and qualitative method of analyzing the allegations present in the proceedings initiated. It was verified that the binomial urgency and necessity, imposed on the elderly individual the judicial sphere as the only possible for the satisfaction of their demands, which are related to issues of: health, family and burdensome demands. The increase in life expectancy, as a contemporary socio-demographic phenomenon, establishes a new profile of the elderly in our society, which in view of their specificity needs to be better served by the public authorities. It is concluded that, by improving public policies on access to medicines and social support for vulnerable families, the elderly may have a better quality of life.

Keywords: older people, public policy, public defender, quality of life, social justice.

¹ Discente do Departamento de Graduação em Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Gerontologia (PPGGero) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ Professora Associada do Departamento de Graduação em Gerontologia (DGERO) e Pós Graduação em Gerontologia (PPGGero) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Introdução

Envelhecimento e suas especificidades

Envelhecimento e tempo andam de mãos dadas, do nascer aos primeiros passos, estudar, namorar, casar, constituir uma família, ter filhos, ter netos, bisnetos, aposentar ou deixar o mundo do trabalho, são eventos que, pelo menos alguns deles, as pessoas vivenciam, sem exceção. Atualmente, a sociedade e suas novas configurações familiares e modos de vida, estabelece novas maneiras de viver esses momentos, porém diante da diversidade de relacionamentos, mudanças culturais e avanço tecnológico, as pessoas idosas constituem um segmento social que necessita de discussões e aprofundamento teórico no universo acadêmico que abordem a garantia de direitos e vivência da velhice com dignidade.

Nesse contexto a Gerontologia surge como área de convergência para criar e contribuir com conhecimentos em torno do envelhecimento humano, sendo um campo de estudo integrativo, compreendendo as interconexões das diferentes disciplinas, incluindo os aspectos culturais, econômicos, ambientais, contextos históricos e políticos, transcendendo as fronteiras de qualquer disciplina (ALKEMA et al, 2006).

De acordo com Alcântara, Camarano & Giacomini (2016), envelhecer implica em uma multidimensionalidade de fatores: biológicos, sociais, culturais, econômicos, psicológicos, questões de direito e políticas públicas, que alinhadas de acordo as novas necessidades e demandas dessa população, poderão promover melhor qualidade de vida e uma velhice bem-sucedida. Portanto, o aumento da expectativa de vida como um fenômeno sócio demográfico contemporâneo, estabelece novas necessidades e demandas dessa população em nossa sociedade, que em face de sua especificidade precisa ser notada pelo poder público através de políticas que tragam inclusão e justiça social.

Envelhecer não estabelece limite para raça, sexo, grupo social, quem viver um dia será idoso, e para Helman (2005), na sociedade atual as pessoas idosas tendem a ter um status mais baixo, pois é o jovem que frequentemente tem maiores habilidades e um conhecimento mais amplo em determinadas áreas da vida, são mais hábeis para absorver e compreender as inovações tecnológicas de maneira mais rápida.

Na sociedade brasileira o critério de idade é utilizado para definir, perante a lei a pessoa idosa, assim a partir dos 60 anos a pessoa passa a integrar um contingente populacional no qual existem direitos relacionados à velhice. Tal fato contribui também para o surgimento de tensões na relação da pessoa idosa com o conjunto de regras, valores, costumes, normas decorrentes das necessidades de um grupo social que tem especificidades. Conforme explica Heller (1985), o ponto maior dessa tensão é a relação entre o genérico e o particular, as necessidades naturais e as surgidas historicamente, não só dirigidas a sobrevivência onde os elementos culturais e morais são decisivos na satisfação.

Pessoa Idosa, justiça e demandas

A pessoa idosa, faz parte de um grupo vulnerável na sociedade brasileira, por diversos fatores, principalmente os socioeconômicos. O Brasil conta em 2020 com aproximadamente 14,05% de pessoas idosas. A maioria das pessoas idosas tem sua renda proveniente de pensões, aposentaria ou benefícios sociais, 19,3% das pessoas idosas brasileiras são arrimos de família. Quanto à escolaridade, 30% das pessoas idosas são analfabetos, 16% tem entre 1 a 3 anos de estudo e, apenas 5,8% conta com

11 anos ou mais de escolaridade (NERI, 2020).

É certo que a população idosa em sua maioria, tem limitações de acesso à Justiça que corresponda a suas necessidades. O próprio Estatuto do Idoso (EI) em seu Art. 70 autoriza a criação de varas especializadas exclusivas para essa categoria de pessoas, com a finalidade de superar as dificuldades nesse contexto. Poucos estados conseguiram montar uma estrutura especializada para atendimento exclusivo das pessoas idosas, sendo que após 15 anos do EI apenas uma vara especializada foi criada na cidade de Feira de Santana-BA. No Brasil existem 179 varas com competência para julgar processos relacionados a direitos dos idosos (CNJ, 2018). A criação de varas especializadas e exclusivas para atendimento as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, prevista pelo EI, é objeto de Projeto de Lei do Senado (PLS) de número 448/2018, estando atualmente em tramitação.

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2018 mostra que, de 2015 a 2017, foram iniciados em tribunais de diferentes instâncias, em todo o país, pelo menos 29,1 mil processos com o assunto “crimes previstos no Estatuto do Idoso”. De 2015 para 2016, houve aumento de quase 80% no volume de processos, e para 2017, o aumento foi de 25%.

Estudo de Mapelli Junior (2015), sobre judicialização de saúde e políticas públicas, realizado no Estado de São Paulo, aponta o crescimento de 53% das ações judiciais cadastradas no sistema do SCODES (Sistema de Coordenação de Demandas Estratégicas do SUS) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP) durante o período que corresponde aos anos de 2010 (9.385 ações), 2011 (11.633 ações), 2012 (12.031 ações), 2013 (14.080 ações) e 2014 (14.383 ações).

Alguns estudos científicos brasileiros sobre a judicialização da assistência à saúde, constataram que o financiamento das demandas individuais de medicamentos por determinação do Poder Judiciário compromete a equidade na saúde (Vieira & Zucchi, 2007; Vieira, 2008; Chieffi & Barata, 2010; Borges, 2010; Machado, et al., 2011; Ramos, 2013, Diniz, Machado & Penalva, 2014), prejudicando o interesse coletivo.

Portanto, conforme Bravo, Pelaes & Menezes (2019), identificar quais direitos sociais estão sendo incumpridos é uma forma de rastreamento dos limites da lei, e o desafio que se coloca é os direitos sociais perderem identidade e a concepção de cidadania se restringir.

A Judicialização dos direitos

A Constituição Federal (CF) de 1988, tem na dignidade humana o fio condutor e na redução das desigualdades sociais seus objetivos e conforme Vizzotto & Prestes (2009), as cidades que integram o contexto federativo devem expressar o esforço do Estado para cumprir a Constituição, tendo compromissos com os aspectos de ser um espaço da cidadania; promover políticas públicas inclusivas; ter função socioambiental; gestão democrática.

Nesse contexto de direitos sociais, a CF/1988 deu proeminência a relação entre o direito e a saúde, através do art. 196 que define:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação

(BRASIL, 1988).

No âmbito do idoso, a Política Nacional do Idoso-PNI, Lei 8842/1994 estabelece a criação dos conselhos a nível municipal, estadual e federal como forma de participação e controle social das políticas relativas ao idoso, e posteriormente o Estatuto do Idoso - EI, Lei 10741/2003, que consolida os direitos garantidos por outras legislações, amplia, aprimora e define medidas de proteção a população idosa. Estabelece como obrigação da família, comunidade, sociedade e poder público a efetivação com absoluta prioridade o direito à: vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito, e a convivência familiar e comunitária. Estabelece também como responsabilidade dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal o cumprimento dos direitos dos idosos previstos em lei.

Como o crescimento da população de idosos brasileiros de 3,8% ao ano (IBGE, 2016) é muito superior aos demais estratos populacionais, esse fato torna-se um problema social com elevação dos custos com previdência social e saúde, exigindo que o governo se coloque em ação através da construção e gestão de políticas públicas de maneira e garantir direitos para os idosos de hoje e os do futuro. A Constituição Federal na incorporação de direitos individuais e sociais, declara a sua universalidade e auto aplicação, incorpora referências a conceitos abstratos, como a dignidade da pessoa humana, que favorece interpretações jurídicas baseadas mais em princípios amplos do que no texto propriamente dito da legislação.

Quando o Estado é provocado a garantir os direitos individuais, tais como medicamentos, tratamentos e internações, os magistrados frequentemente priorizam os princípios abstratos da Constituição em detrimento das consequências administrativas de suas decisões (RAMOS, 2017).

Historicamente as demandas judiciais por direitos fundamentais inicia-se na década de 1990 com o surgimento da AIDS e a busca por medicamentos pelos indivíduos afetados. A judicialização além de representar tensão é também um fenômeno político social, pois apresenta condições favoráveis à sua manutenção e incremento, sendo elas: Estado democrático; direitos reconhecidos pela CF; incapacidade das instituições de atendimento as demandas sociais; grupos de interesse com participação em ações judiciais (ARAUJO & DILLIGENTI, 2019). Existem correntes de pensamento que o fenômeno da judicialização é positivo sendo instrumento de fortalecimento da cidadania e do estado democrático, e outra que o fenômeno é um empecilho a efetivação do direito enquanto coletivo, particularmente na questão da saúde.

A Defensoria Pública

Como instituição de proteção a cidadania, a Defensoria Pública (DP) consiste como um dos órgãos denominados pela CF de 1988 como funções essenciais à Justiça, tem papel de defensora constitucional dos Direitos Humanos, e instrumento do próprio regime democrático, garantindo aos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade a efetiva proteção de seus direitos, funcionando como termômetro social (ANADEP, 2015). O art. 5º - LXXIV da Constituição Federal prevê a assistência jurídica integral e gratuita exercida aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Uma vez que todos, sem exceção, têm o direito ao acesso à Justiça, o Estado garante aos cidadãos hipossuficientes um advogado público, o chamado defensor público. A DP é uma instituição pública que presta assistência jurídica gratuita àquelas pessoas que não possam pagar por esse serviço, podendo recorrer à DP os necessitados, grupos minoritários hipossuficientes, assim como idosos, crianças e adolescentes.

A DP também atua na realização de acordos extrajudiciais (quando ainda não se tornaram processos). São atendidas pessoas que possuem renda familiar de até três salários mínimos, mas há exceções (presos, adolescentes internados, mulheres em situação de violência doméstica), casos a serem avaliados no atendimento presencial da DP (ANADEP, 2015).

De acordo com o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil Defensorias Públicas publicado no ano de 2015, no Brasil, durante o ano de 2014, as Defensorias Públicas atenderam 10.380.167 pessoas e ajuizaram 2.078.606 ações, e no Estado de São Paulo 55,1% das DPs têm participação em Conselhos de Políticas Públicas, Conferências, Comissões, audiências públicas e 21,8% realizam campanhas de divulgação de serviços junto à população (BRASIL, 2015).

A Lei complementar nº 988, de 9/01/2006, organizou a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), e de acordo com seu Art. 3º:

A Defensoria Pública do Estado, no desempenho de suas funções, terá como fundamentos de atuação a prevenção dos conflitos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A DPESP atualmente conta com 750 defensores públicos, que trabalham em 66 unidades espalhadas por 43 municípios paulistas. Os processos de parte das cidades que integram as mesmas comarcas também são atendidos, nas áreas de execução penal e de medidas socioeducativas (DPESP, 2017). A Unidade São Carlos da DP conta atualmente com oito defensores públicos.

O acesso à justiça pela pessoa idosa, a formulação e implementação de políticas públicas para esta população, e a participação em uma conferência para formulação de propostas para construção de políticas públicas, realizada pela Defensoria Pública da Comarca de São Carlos no ano de 2017 foram os principais motivos para o presente estudo. Se elaboraram diversas perguntas norteadoras da pesquisa, sendo elas: idosos demandam junto à justiça na busca por garantia de direitos? Quais seriam essas demandas? Qual seria o perfil sócio demográfico dos demandantes? Quais motivos deram origem as demandas? Quem mais procura a justiça, homens ou mulheres? Essas perguntas permitirá a elaboração do objetivo principal do estudo: analisar o perfil da demanda da Defensoria Pública de uma comarca do interior paulista, na defesa de direitos da pessoa idosa, identificando as reivindicações apresentadas em processos ajuizados de janeiro a outubro de 2017. Sendo a “demanda” compreendida como o que se busca judicialmente e os “demandantes” os indivíduos que buscam a justiça.

Método

A pesquisa é retrospectiva, descritiva-exploratória de abordagem quantiquantitativa, com coleta de dados referentes aos atendimentos realizados no período de janeiro a outubro de 2017. Foram selecionados os processos ajuizados, e analisados aqueles relacionados a indivíduos com idade igual ou maior de 60 anos. No que tange aos aspectos éticos, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), (Parecer CEP/UFSCar: 2.467.603/2018) e teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os dados foram sistematizados e a análise baseada nos pressupostos do método

quantiquantitativo de investigação por meio de uso de frequência simples para dados quantificáveis e a análise de conteúdo explorada à luz do referencial teórico de BARDIN (2009). Para dados quantitativos se utilizou estatística descritiva e para os dados qualitativos a análise de conteúdo. Partiu-se dos registros das alegações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às demandas dos idosos. A análise compreendeu três fases:

- Pré-análise com exploração do material, o mapeamento dos atendimentos a idosos, realizados na DP, transcrição das alegações e levantamento de dados socioeconômicos o compilamento desse material constituiu o corpo da pesquisa. A partir disso se realizou a “leitura flutuante” do material com apoio da literatura específica.

- Exploração do material, esta fase teve a finalidade de identificar as demandas atendidas e iniciou-se a partir da leitura dos registros de documentos e das alegações referentes aos processos ajuizados por idosos. Foram identificados os “núcleos de sentido” e se organizaram as “unidades de registro” por grupo de significação de conteúdo para nomeação das categorias, e subcategorias.

- Tratamento dos resultados. Se realizou a descrição de cada uma das categorias e subcategorias e os dados se interpretaram à luz de marcos teóricos pertinentes à Gerontologia, políticas públicas e garantia de direitos na população estudada. Dando destaque e embasamento às principais perspectivas significativas para o presente estudo.

Resultados e discussão

Os aspectos sócio demográficos da população estudada

Na análise dos atendimentos, foram apurados 15903 relativos à triagem inicial. Desse total foram ajuizados 1397 processos e 128 referiam-se a demandas de idosos (≥60 anos). Perfil atendido: 73% mulheres, idade média 67,29 anos (dp=7,95), moram sozinhos 29% e 60% tem média de renda de até R\$ 1098,02 (dp=817,49), residentes em bairros com alta vulnerabilidade social. Ressalta-se na análise dos dados demográficos a alta participação feminina no ajuizamento de processos (73%), em relação a composição por gênero da população brasileira, visto que conforme dados PNAD (2016) as mulheres respondem por 51,5% do total. Idosos separados ou divorciados representam 50% e casados 39%. Idosos que possuem automóvel representam 26% da amostra e 77% possuem casa própria. A maioria é constituída de aposentados 55%. Os dados sociodemográficos são demonstrados na tabela 1 abaixo:

Variáveis	Categorias	N (%)	Média (dp)	Min.	Máx.
Atendimentos	realizados	15903 (100%)			
	Idosos Judicializados	128 (9%) *			
Carro próprio	Possui	33 (26%)			
	Não possui	95 (74%)			

Categoria	Subcategoria	Quantidade (%)	Valor 1	Valor 2	Valor 3
Casa própria	Possui	99 (77%)			
	Não possui	29 (33%)			
Estado civil	Casado	51 (39%)			
	Solteiro	6 (5%)			
	Viúvo	7 (6%)			
	Separado/divorciado	64 (50%)			
Gênero	Masculino	35 (27%)			
	Feminino	93 (73%)			
Idade	Idade média		67,40	59	91
	60 a 69 anos	91 (71%)	(7,89)		
	70 a 79 anos	27 (21%)			
	>80 anos	10 (8%)			
Moradia	Sozinhos	37 (29%)			
	2 moradores	54 (42%)			
	>3 moradores	37 (29%)			
Ocupação	Aposentado	70 (55%)			
	Autônomo/empregado	31 (24%)			
	Pensionista	22 (17%)			
	Outros	5 (4%)			
Renda	Média	77 (60%)**	1098,09	0,00	3804,00
	Até 01 salário mín. > 01 salário mín.	51 (40%)**	(817,49)		

No trabalho de triagem inicial não se sabe quantos idosos faziam parte do universo dos mais de 15,9 mil cidadãos que procuraram a DP de São Carlos entre janeiro a outubro de 2017, sendo que a abertura de processos por idosos representa 9% do total dos processos judicializados no período pesquisado, número abaixo da composição etária desses indivíduos na cidade de São Carlos, que em 31 de dezembro de 2017 era de 15,45% da população (IBGE, 2018).

Na questão de gênero, constatações do estudo revelam que como no acesso à saúde onde as mulheres são maioria, no acesso à justiça se mostram mais prevalentes e corrobora com o fenômeno de feminização da velhice. Com relação a idade média de 67,40 anos, revela idosos ainda na primeira fase da velhice na busca por direitos violados.

Quanto aos dados de renda mensal, aferiu-se a média de até R\$ 1.098,09, ressalte-se os critérios eletivos da DP em atender cidadãos hipossuficientes economicamente (com renda até três salários mínimos). A alta concentração de indivíduos com renda de até 01 salário mínimo (60%), demonstra baixos rendimentos para aposentados e pensionistas que representam 72% do total dos demandantes.

A análise das principais demandas solicitadas através da DP mostrou a busca por Medicamentos como a principal (26%), sendo que o mais solicitado é o Ranibizumabe 10mg/ml, injeção aplicada uma vez por mês no paciente, que é indicada para várias doenças que comprometem a visão, entre elas a degeneração macular relativa à idade

(DMRI), prevalente em idosos. A tabela 3 abaixo demonstra as principais demandas apuradas na análise quantitativa das demandas de idosos junto a DP:

Demandas	Quantidade	%
Medicamento	33	26%
Herança	18	14%
Habitação	12	9%
Internação	7	6%
Alimentos	6	5%
Divórcio	6	5%
Guarda neto	5	4%
Prótese	4	3%
Outros*	37	28%
Total	128	100%

Esses achados corroboram a diversos estudos realizados que apontam medicamentos como a principal demanda judicial em diversos estados (CHIEFFE & BARATA, 2010 ; NUNES & RAMOS JÚNIOR, 2016), porém estudos apontam que as classes terapêuticas de medicamentos mais judicializadas são para tratamento de: aparelho digestivo, metabolismo, sistema cardiovascular e sistema nervoso respectivamente (CHIEFFE & BARATA, 2010), fato que não ocorre no presente estudo que aponta medicamento para o sistema sensorial (visão) como o mais judicializados. A tabela 4 abaixo demonstra os principais tipos de medicamentos demandados por junto a DP:

Tipo do medicamento	Frequência percentual
Cardiovascular	13%
Diabetes	13%
Déficit vitamina D	6%
Diabetes + hipertensão	22%
Degeneração macular	31%
Neurodegenerativo	9%
Outros	6%

Análise qualitativa da população estudada

As unidades de registro foram identificadas como o fato gerador da demanda judicial, presentes na alegação processual do demandante idoso e podem se relacionar com diversas subcategorias. As subcategorias é o elemento desejado pelo demandante, podendo ser produto, insumo ou serviço, estão presentes nas alegações processuais e se relacionam com as unidades de registro. A reunião das subcategorias que pertencem a áreas semelhantes forma as categorias temáticas que compõem o estudo.

Tabela 3 - Demandas mais apuradas. Fonte: Elaboração Autores. * As demandas apuradas - outros é composta por outras 37 demandas apuradas que por terem baixa frequência foram agrupadas em um único item.

Tabela 4 - Principais tipos de medicamentos demandados. Fonte: Elaboração Autores.



A figura 1 abaixo, demonstra o fluxo de construção do processo:

O quadro 1 representa a configuração detalhada das respectivas unidades de registro, subcategorias e categorias, de acordo com o método de análise proposto, conforme exposto:

Categorias temáticas	Subcategorias	Unidades de registro
Direito à saúde	Medicamento	Dependência medicamentosa
		Falta condições financeiras
		Em falta na RAS
		Não fornecido na RAS
	Prótese	Dependência física
		Falta de condições financeiras
	Tecnologia assistiva	Falta de condições financeiras
		Dependência física
Tratamento médico	Falta de condições financeiras	
Internação	Álcool/drogas	
Cirurgia	Dependência física	
Demandas onerosas	Relações de consumo	Desconhecimento de direitos
	Instituições públicas	
	Sistema bancário	
Direito de Família	Guarda de neto	Abandono
		Álcool e drogas
	Divórcio	Álcool e drogas
		Perda capacidade produtiva
		Relação conflituosa
	Habitação/aluguel	Falta de condições financeiras
		Desconhecimento de direitos
		Falta de condições financeiras
	Alimentos	Falta de condições financeiras
		Abandono
Herança	Burocracia	
Interdição	Dependência medicamentosa	

Categoria Saúde

A redução de gastos com a seguridade social, o aumento do desemprego, as novas relações de trabalho, entre outros elementos, passaram a fazer parte mais intensamente do cenário social atual, contexto que intensifica os desafios colocados a toda a sociedade, às famílias e aos idosos no suprimento de suas necessidades. Impõe-se aos gestores públicos a procura por outras escolhas para a saída da falta de recursos, sem colocar em risco a saúde da população, já que uma das principais medidas é a redução de gastos geralmente com cortes orçamentários na área de saúde (STUCLER, 2014), fato que piora dos indicadores da saúde.

Nesta categoria temática foram identificadas cinco subcategorias, sendo elas: medicamentos; prótese; tecnologia assistiva; tratamento médico; e internação estão ligadas ao âmbito do Direito à Saúde, área impactada pela ausência de recursos suficientes para atender a demanda da população e com resultados diretos na qualidade de vida dos idosos demandantes. A alegação (AL) 1 revela condição de falta de medicamento de alto custo na Rede de Atenção à Saúde (RAS) da cidade de São Carlos:

Os funcionários do posto de atendimento do “Alto Custo” lhe informaram que este medicamento não há na rede pública de São Carlos-SP, a autora foi orientada a procurar o medicamento em Araraquara-SP ou procurar a DPE para fazer o pedido de forma judicial (AL 1).

Na população idosa existe tendência a tomar mais medicamentos do que as pessoas jovens, devido a prevalência de distúrbios médicos crônicos, como hipertensão arterial, diabetes ou artrite, sendo que a maioria dos medicamentos usados pelos idosos para disfunções crônicas são tomados durante anos. O relato abaixo revela a dependência medicamentosa inadiável do paciente para tratamento de doença crônica (diabetes), sob pena de sequela física permanente:

Assistida tem hemorragia vítrea parcial e edema macular com visão menor, e possui capacidade de visão reduzida. Necessita da aplicação ocular de RANIBIZUMABE 10mg/ml. Necessita de 6 frascos, 1 frasco a ser aplicado por mês, pelo período de 6 meses. Assistida procurou o medicamento na Farmácia de Alto Custo por diversas vezes, no entanto, houve negativa em todos os pedidos. Assistida já está com a capacidade de visão reduzida, e caso não haja aplicação do medicamento, há alto risco de cegueira permanente (AL.2).

Condições crônicas de saúde decorrem em tratamento de longa duração, nas pessoas idosas a afecção por doenças crônicas é frequente, assim como também a necessidade de recursos financeiros para compra de serviços, produtos e insumos necessários à manutenção de sua saúde e qualidade de vida, a maioria dos idosos da amostra tem renda insuficiente. O uso dos serviços públicos de saúde pela população que vive no contexto social do presente estudo é prevalente, e acontece por falta de condições financeiras para arcar com os custos de tratamento privado e impacta a família que dá o suporte as necessidades da pessoa idosa, conforme ilustrado na alegação abaixo:

A Assistida sofre das seguintes doenças: hipertensão arterial, isquemia cardíaca, infarto agudo miocárdio, insuficiência cardíaca, transtornos das veias. Necessita dos seguintes medicamentos: cloridrato clonidina, cloridrato de hidrafazina, dipropionato de betametasona, sulfato de gentamicina, trimetazidina. Os familiares

buscaram os medicamentos em postos e locais de dispensação, mas não foram atendidos, e a família não dispõe de recursos para aquisição (AL 3).

A prescrição de tratamento ao paciente, nem sempre é contemplada pela RAS, ou por falta ou por não ser fornecido e alguns serviços ofertados são insuficientes para efetivo tratamento do agravo de saúde, levando o idoso a procurar na justiça a garantia do tratamento médico adequado, conforme alegação seguinte:

O remédio não se encontra em postos de saúde. É fornecido pela farmácia de alto custo. Segundo o relato da autora, o município deixou de fornecer o Mesacol por falta de verba [...] (AL 4).

As pessoas com deficiência tem oportunidade de alcançarem independência e autonomia com o uso da Tecnologia Assistiva (TA), pois seu objetivo é atender as necessidades individuais, e os produtos, ambientes e serviços com tecnologia apropriada precisam de planejamento que eliminem possíveis desconfortos na utilização pelas pessoas, visto que a resistência dessas diminuem com a idade, assim como a capacidade de adaptação (PEREIRA et al, 2008). A alegação seguinte demonstra a dependência física do demandante e a necessidade da TA, bem como o quanto a demora no atendimento do paciente pode impactar na qualidade de vida do idosos e pessoas de seu convívio:

O paciente sofreu acidente de bicicleta, tendo lesões na coluna, evoluiu para tetraplegia, tendo hoje plegia MMII. Não possui condições de adquirir a cadeira de rodas recomendada pelo fisioterapeuta responsável pelo tratamento. Hoje é aposentado por invalidez. Só sai de casa para a realização do tratamento, que inclui fisioterapia, idas ao médico etc. Não tem condições de realizar as atividades básicas que exijam locomoção autônoma. Sem a cadeira, precisa de ajuda de terceiros para qualquer ato de deslocamento ou locomoção (AL 5).

A busca por internação no presente estudo, relaciona-se com a necessidade de tratamento para filhos dependentes químicos, e os casos abordados trata-se de mães idosas buscando internar filhos dependentes de álcool e drogas, conforme alegação abaixo:

O filho da autora é dependente químico, apresenta transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas - síndrome de dependência[...]. O requerido necessita de internação compulsória em clínica de tratamento para dependentes químicos, pelo período de 180 dias (AL 6).

Categoria Demandas Onerosas

É um conjunto de ações que pode afetar negativamente as relações comerciais e econômicas entre os indivíduos e instituições, e que originaram demandas para a garantia de direitos dos idosos junto a agentes públicos ou privados na prestação de serviços ou venda de produtos. A alegação 7 demonstra um contexto de desconhecimento de direitos nas relações de consumo:

A assistida afirma que quando estabelecido o Acordo ela não tinha conhecimento de que os valores firmados acordo (20% dos rendimentos) seriam descontados em todos os rendimentos. Afirma que quando assinou o acordo não compreendia o que estava

assinando, pois não sabe ler nem escrever direito (AL 7).

Os contratos bancários têm o objetivo de formalizar uma relação de interesses entre partes, sendo estas, o credor (banco) e o devedor (cliente). Na formalização de contrato entre as partes é necessário que sejam adotados critérios, os quais não devem ser favoráveis nem para lucros abusivos e excessivos dos bancos ou para prejuízo do credor. Na alegação abaixo, o cliente teve cartões furtados e os ladrões efetuaram empréstimo no caixa eletrônico e sacaram o valor, por conta das normas do sistema bancário, descontava-se parcelas de débito diretamente no benefício do idoso, de empréstimo inexistente:

A assistida teve seus documentos roubados, incluindo cartão do banco e senha, e na posse desses documentos, os ladrões realizaram empréstimo no terminal eletrônico do banco, para desconto no benefício recebido do INSS através da instituição bancária[...], levava consigo as senhas pois não consegue decorá-las, devido à idade e pouco grau de instrução. Logo após o roubo, registrou boletim de ocorrência[...] pede a declaração de inexistência do débito junto ao Banco do Brasil, para que não haja os descontos das parcelas de seu benefício, já que os empréstimos realizados foram fruto da ação de ladrões que estavam na posse de seus documentos após o roubo (AL 8).

Categoria Direitos de Família

O conceito de família sofreu mudanças ao longo da História, acompanhando a evolução social, e na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226 é colocada como base da sociedade, devendo ser entendida como o núcleo no qual o ser humano é capaz de desenvolver todas as suas potencialidades individuais, tendo em vista o princípio da dignidade da pessoa humana.

Direitos humanos fundamentais se ligam à família. A liberdade, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade, a segurança, o trabalho, a saúde, a educação e, enfim, a própria felicidade humana e tantos outros valores que são objeto de direitos humanos fundamentais e operacionais, todos eles se ligam ao direito à família e se realizam mais efetivamente no lar (BRAGA, 2019).

No presente estudo o direito de família relaciona-se com a multidimensionalidade e complexidade das demandas oriundas das relações familiares, que mudam se transformam com o passar do tempo. A alegação 9 demonstra esse contexto:

Assistida requer guarda dos netos, que residem na casa dela desde o nascimento, sendo assim, não tendo problemas com adaptação em outra residência. Informa que houve um tempo em que a genitora, morou no fundo de sua casa (aproximadamente 6 anos), mas depois que foi embora não teve mais contato (AL 9).

O uso abusivo de álcool e drogas pelos pais e conseqüente abandono dos filhos, são elementos motivadores para o pedido de guarda pelas avós, e contextualizado conforme alegação a seguir:

Assistida requer guarda das netas[...]vêm exercendo a guarda de fato e os genitores atualmente moram na rua, são usuários de drogas. A assistida afirma que a genitora é usuária de drogas, e que também faz uso de bebidas. Afirma que ela “vive pela rua” (AL 10).

O uso irregular no consumo de bebida alcoólica pode resultar em dependência, e atingir negativamente os familiares e favorecer a ocorrência de conflitos interpessoais, violência doméstica, separação do casal, negligência infantil, dificuldades financeiras e legais e problemas clínicos (MALBERGIER, CARDOSO, & AMARAL, 2012). Na alegação seguinte é contextualizado a relação álcool e drogas com risco de violência e divórcio:

[...] atualmente tem ingerido bebidas alcoólicas com frequência maior que a habitual e as ameaças passam a ser mais comuns a cada dia. Com receio de sofrer algum tipo de violência, a autora manifesta o desejo de se separar desde já (AL 11).

Mudança de padrão de vida motivado pela perda de rendimento familiar por vezes pode ocasionar conflitos familiares e ser motivador de separação do casal. Na alegação apresentada, o idoso relata que a perda de sua capacidade produtiva e laboral desencadeou a separação, conforme a alegação seguir:

[...] Palmiro afirma que nesse período enfermo devido ao acidente, ficou impossibilitado de trabalhar, e com isso a esposa afirmava durante todo o tempo que não iria cuidar dele, pois ele estava sem trabalhar, e afirmava também que quando ele melhorasse ele deveria ir embora de casa, pelo fato de não trabalhar mais. O motivo do rompimento foi devido à incapacidade de trabalhar da parte de Palmiro, pois dessa forma ele não a servia mais[...] (AL 12).

ACF 88 dispõe no art. 227, a obrigação da família de garantir à criança e ao adolescente de forma efetiva o direito à vida, ao lazer, à saúde, à alimentação, à educação. Dispõe também sobre o dever incondicional dos pais assessorar, criar e educar os filhos menores e que os filhos deverão amparar seus pais na velhice, sendo que a expressão alimentos se refere às prestações periódicas devidas à determinada pessoa, em dinheiro ou espécie, para prover a subsistência dela. Cabe aos parentes, sobretudo aos mais próximos, a obrigação da prestação dos alimentos em caso de necessidade (VENOSA, 2011). O fundamento constitucional de amparo dos filhos aos pais está contextualizado na próxima alegação, onde a idosa busca essa garantia de direito:

Assistida requer alimentos dos filhos, que não pagam desde a fixação deles em 2015. Informa que os devedores possuem bens a serem penhorados para quitação da dívida (AL 13).

O conjunto de bens, direitos e obrigações, que uma pessoa falecida deixa aos seus sucessores denomina-se herança, e até que se faça a partilha dos bens, nenhum herdeiro possui posse exclusiva de seus bens. Na partilha se divide os bens deixados e determina-se a parte que cabe para cada herdeiro. Para requerer e receber as verbas rescisórias, o alvará judicial é um recurso muito utilizado porém às vezes essas mesmas verbas podem ser levantadas com a apresentação da declaração de habilitação de dependente expedida pela Previdência Social, quando há o deferimento da pensão por morte e, nessas duas situações, os valores depositados no FGTS e no PIS/Pasep podem ser levantados (SHIKICIMA, 2014).

Nesse contexto de exigência documental e normatividade legal, os idosos que possuem menos escolaridade apresentam maiores dificuldades no entendimento dessas exigências burocráticas, as duas alegações seguintes revelam essa questão:

Assistida requer levantamento de bens do falecido companheiro [...] foi orientada a retornar com os documentos para pedido (AL 14).

Assistida requer levantamento de resíduo de benefício previdenciário deixado pela mãe falecida [...] o banco não fornece sem o devido alvará (AL 15).

Frequência das Subcategorias

As subcategorias que constituem as três categorias apresentadas acima tiveram analisada a sua repetição nas unidades de registro a partir disso foi possível indicar a sua a frequência, conforme tabela 5 abaixo:

Categoria	Subcategorias	N	%
Direito à família	Guarda de neto	5	4%
	Divórcio	6	5%
	Alimentos	8	6%
	Aluguel	3	2%
	Habitação	5	4%
	Herança	15	12%
	Interdição	3	2%
Direito à saúde	Tecnologia assistiva	2	1%
	Prótese	4	3%
	Cirurgia	3	2%
	Internação	5	4%
	Medicamento	33	26%
	Demanda onerosa	Relações de consumo	10
Outros*		28	22%
Total		128	100%

Tabela 5 - Frequência de Categorias e subcategorias. Fonte: Elaboração Autores. *Apresentam baixa frequência e não se enquadraram em nenhuma categoria.

A combinação entre família, mercado e proteção social é necessária para manutenção da proteção aos indivíduos, visto que a família só recorre ao Estado quando não resolve suas demandas e não tem condições de recorrer ao mercado pela ausência de recursos, já que insumos e serviços são caros, cabendo como última instância a judicialização.

A prevalência das questões relativas à saúde e família, na formação das categorias, revela a necessidade dos poderes públicos reverem a efetividade políticas públicas de saúde e assistência social, tendo em vista a rápida transformação social que vivemos, com destaque para: novas relações familiares; novas relações de trabalho; envelhecimento populacional; redução do investimento público na saúde e assistência social.

Conforme explica Cione (2018), a ampliação da atuação do Sistema Judiciário reflete a dificuldade que os poderes Legislativo e Executivo têm em vocalizar à vontade e necessidades da população, e o fenômeno da interferência do primeiro nos demais é uma realidade brasileira, e demonstrado no estudo, alimentando o processo de judicialização. As categorias temáticas apuradas no presente trabalho, demonstradas percentualmente conforme tabela 5, demonstram questões relacionadas à saúde e família como prevalentes na busca pela garantia de direitos. Esses achados

são preocupantes, pois o contexto estudado é de indivíduos hipossuficientes economicamente e prevalentemente vivendo em famílias com uma ou duas pessoas.

Considerações finais

Foi demonstrado pelo estudo, que a busca da justiça pelo idoso homem é pequena se comparada a sua participação na composição etária da cidade de São Carlos - SP, predominantemente as mulheres buscam pelos serviços de justiça. O acesso a medicamentos, suporte social a famílias vulneráveis e relações de consumo compõem as principais categorias de demandas, que precisam ter suas respectivas políticas públicas reavaliadas, desde os princípios que as norteiam, como a universalidade a equidade.

O estudo mostrou ser preciso adequar a dispensação de medicamentos às necessidades dos usuários dos serviços de saúde, através de ações de planejamento, visto que as medicações que aparecem no estudo são repetidas vezes demandadas.

A expressiva presença de lares unipessoais, composto principalmente por mulheres, ou com mais uma pessoa e a baixa renda, revela necessidade atual ou futura de suporte social especializado para manutenção da vida cotidiana, tendo vista a diminuição das famílias, revelando a importância de realização de estudos que contemplem os reflexos da dinâmica familiar nos cuidados com os indivíduos que envelhecem.

Apesar da baixa renda e de morarem em bairros de alta e média vulnerabilidade social, o acesso à justiça pelos idosos para alcançar a garantia de direitos a um mínimo existencial possível, de forma a efetivar a aplicabilidade dos direitos fundamentais, revela uma parcela da população que reivindica, participa e exerce a cidadania, mostrando um contexto de conscientização e evolução social dessa população, com tendência a incrementar sua atividade com as novas coortes.

A importância da Defensoria Pública no contexto de reconstrução da cidadania e democratização da Justiça, vêm favorecendo ao cidadão economicamente hipossuficiente o acesso ao judiciário. O estudo revelou expressiva procura dos cidadãos pelo atendimento da DP, indicador de um contexto de exercício da cidadania, mas também de problemas com questões que motivaram a busca pela justiça, que são estruturais, como: falta de condições financeiras; desconhecimento de direitos; relações conflituosas, burocracia, entre outras.

Este estudo tem como limitação abranger apenas a cidade de São Carlos-SP. Existe a necessidade da longitudinalidade do presente trabalho para obtenção de dados que revelem novas tendências, incremento ou não do processo de judicialização, e o impacto das medidas de austeridade fiscal nas políticas de saúde e assistência social.

Referências

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina Organizadora. *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. 2016.

ALKEMA, Gretchen E.; ALLEY, Dawn E. *Gerontology's future: An integrative model for disciplinary advancement*. The Gerontologist, v. 46, n. 5, p. 574-582, 2006.

ANADEP. *Defensoria Pública, o Reconhecimento Constitucional de uma Metagarantia*. Brasília, 2015.

ARAUJO, Ricardo Souza; DILLIGENTI, Marcos Pereira. A retomada da ortodoxia neoliberal: o austericídio dos direitos sociais no Brasil. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*, Edições 70, Lisboa. Portugal, LDA, 288p, 2009.

BORGES Danielle Costa Leite Conflitos e impasses da judicialização na obtenção de medicamentos: as decisões de 1ª instância nas ações individuais contra o Estado do Rio de Janeiro, Brasil, em 2005. Cad Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010.

BRAGA, C. S. C.; AMARO, Maria Inês Martinho Antunes. Política social e família: desafios colocados aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal, n. 42, p. 125-135, 2019.

BRASIL, IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, Ministério da Justiça, SRJ-Secretaria de Reforma do Judiciário. ISBN: 978-85-5506-021-2, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CHIEFFI, Ana Luiza; BARATA, Rita de Cássia Barradas. Ações judiciais: estratégia da indústria farmacêutica para introdução de novos medicamentos. Revista de Saúde Pública, v. 44, p. 421-429, 2010.

CIONE, Larissa Beschizza. *Ativismo judicial no Brasil e seu impacto no processo de desenvolvimento econômico*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Aos 15 anos, Estatuto do Idoso tem benefícios e desafios, Notícias, 2018.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza Bravo. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: o SUS totalmente submetido ao mercado. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DINIZ, Debora; MACHADO, Teresa Robichez de Carvalho; PENALVA, Janaina. A judicialização da saúde no Distrito Federal, Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 591-598, fev., 2014.

DPESP. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2017.

HELMAN, Cecil G. Cultural aspects of time and ageing. EMBO reports, v. 6, n. S1, p. S54-S58, 2005.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

IBGE, PNAD-Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, 2016.

IBGE, PNAD-Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, 2018.

MACHADO, Marina Amaral de Ávila et al. Judicialización del acceso a medicamentos en el Estado de Minas Gerais, Sureste de Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 3, p. 590-598, 2011.

MALBERGIER, André; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; AMARAL, Ricardo Abrantes do. *Uso de substâncias na adolescência e problemas familiares*. Cadernos de Saúde Pública, v. 28, p. 678-688, 2012.

MAPELLI JUNIOR, Reynaldo. *Judicialização da saúde e políticas públicas: assistência farmacêutica, integralidade e regime jurídico-constitucional do SUS*. 2015.

NERI, Marcelo. *Onde estão os Idosos? Conhecimento contra o COVID-19*. FGV Social, 2020. www.fgv.br/fgvsocial/covidage.

NUNES, Carlos Francisco Oliveira; RAMOS JUNIOR, Alberto Novaes. *Judicialização do direito à saúde na região Nordeste, Brasil: dimensões e desafios*. Cad. saúde colet., Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 192-199, jun., 2016.

PEREIRA, Silvia Regina Mendes et al. *Quedas em idosos*. 2008.

RAMOS, Elival da Silva. *O direito à saúde em face da discricionariedade administrativa. Direito e administração pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro*. p. 1161, 2013.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial*. Editora Saraiva, 2017.

SHIKICIMA, Nelson Sussumu. *Sucessão dos ascendentes na multiparentalidade: Uma lacuna da lei para ser preenchida*. Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia da OAB-SP. São Paulo, n. 18, p. 68-79, 2014.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A economia desumana: porque mata a austeridade*. Caderno de Saúde Pública, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Direito de Família*. 11ª ed. São Paulo. Saraiva, 2011.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. *Ações judiciais e direito à saúde: reflexão sobre a observância aos princípios do SUS*. Revista de Saúde Pública, v. 42, n. 2, p. 365-369, 2008.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; ZUCCHI, Paola. *Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil*. Revista de Saúde Pública, v. 41, p. 214-222, 2007.

VIZZOTTO, Andrea Teichmann; PRESTES, Vanêsa Buzelato. *Direito urbanístico*. 2009.

CONTRIBUIÇÃO PARA A ELUCIDAÇÃO DOS CONCEITOS DE QUALIDADE DE VIDA URBANA E QUALIDADE AMBIENTAL SOB A ÓTICA DOS INDICADORES AMBIENTAIS

Suelen Josiane Farinon¹, Luciana Inês Gomes Miron² e Wagner Mazetto de Oliveira³

Resumo

A qualidade de vida é um conceito complexo com diversas interpretações, que pode ser medida tanto por indicadores objetivos quanto subjetivos. Ao abordar a qualidade de vida, no entanto, o conceito de qualidade ambiental emerge pela sua estreita interligação. A qualidade ambiental, por sua vez, é acompanhada pelo desafio da sua mensuração, a qual está relacionada à determinação de indicadores de qualidade ambiental. Nesse sentido, a classificação elaborada pelo Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA) é uma importante referência para os indicadores de qualidade de vida e qualidade ambiental no âmbito brasileiro, sendo abordado neste trabalho para auxiliar no entendimento dessa mensuração. Dessa forma, foi possível relacionar a qualidade de vida e a qualidade ambiental com a temática do envelhecimento e compreender a importância de espaços públicos qualificados para um envelhecimento saudável da população. O presente artigo, baseou-se em levantamento bibliográfico para identificar a definição dos conceitos de qualidade de vida e de qualidade ambiental no contexto urbano, buscando colaborar para uma melhor compreensão sobre o escopo dos indicadores ambientais.

Palavras-chave: qualidade de vida, qualidade ambiental, indicadores ambientais, conceitos.

CONTRIBUTION TO ELUCIDATING THE CONCEPTS OF QUALITY OF URBAN LIFE AND ENVIRONMENTAL QUALITY FROM THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL INDICATORS

Abstract

Quality of life is a complex concept with different interpretations, which can be measured by both indicators and objectives. When addressing quality of life, however, the concept of environmental quality arises from its reduced interconnection. Environmental quality, in turn, is accompanied by the challenge of measuring it, qualified to determine

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2011), Especialista em Engenharia Urbana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) e Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). E-mail: suelenfarinon@gmail.com.

² Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), Mestra em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). E-mail: luciana.miron@ufrgs.br.

³ Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Passo Fundo (2017) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). E-mail: wagnermazetto@gmail.com.

environmental quality indicators. In this sense, the classification prepared by the National Panel of Environmental Indicators (PNIA) is an important reference for the indicators of quality of life and environmental quality in the Brazilian scenario, being addressed in this work to assist in the understanding of this measurement. Thus, it was possible to relate quality of life and environmental quality to the theme of aging and understand the importance of public spaces used for a healthy patient in the population. This article was based on a bibliographic survey to identify the definition of the concepts of quality of life and environmental quality in the urban context, seeking collaboration for a better understanding of the scope of environmental indicators.

Keywords: quality of life, environmental quality, environmental indicators, concepts.

Introdução

A vida urbana, que remotamente foi sinônimo de satisfação e bem-estar em virtude das amenidades fornecidas pela presença de infraestruturas, vem sendo transformada gradualmente. A ampliação espacial das cidades, que ocorreu de forma desordenada e sem planejamento ambiental, gerou problemas de ordem ecossistêmica que, por vezes, ocasionam perdas na qualidade de vida dos moradores urbanos. De acordo com Banzhaf et al. (2014), é importante observar as condições ambientais das áreas urbanas e seu impacto na qualidade de vida, pois a qualidade ambiental tem uma forte influência na qualidade de vida dos seres humanos. Dessa forma, um novo enfoque tem sido dado à qualidade de vida urbana através do uso de indicadores ambientais. Para Muñoz e Freitas (2017), nas questões referentes à qualidade de vida e desenvolvimento ambiental, as áreas verdes públicas são elementos indispensáveis para o bem-estar da população, pois influenciam diretamente a saúde física e mental da sociedade, implicando assim na qualidade da forma de envelhecimento das pessoas naquele lugar.

Van Stigt; Driessen; Spit (2017) discorrem que a qualidade de vida e a qualidade ambiental são reveladas a partir de três linhas de investigação: a primeira delas é a natureza multidimensional da “qualidade” que pode ser conceituada sob perspectivas diferentes de vida, como a vida urbana, a vida social e a vida econômica. A segunda trata-se da relação entre aspectos objetivos e subjetivos da qualidade ambiental, e a terceira linha de investigação refere-se às preferências das pessoas e aos problemas de qualidade, os quais variam ao longo do tempo (VAN STIGT; DRIESSEN; SPIT, 2017). Para Marans (2015), a qualidade de vida é certamente um conceito multifacetado que desafia uma definição precisa, pois muitas vezes é difícil diferenciar entre qualidade de vida, bem-estar, satisfação e felicidade. No que se refere à qualidade ambiental, Bonnes et al. (2007) esclarecem a importância de considerar as percepções dos habitantes sobre os recursos naturais nas áreas urbanas. Já para entender a qualidade ambiental, Van Stigt; Driessen; Spit (2017) explicam que há uma ampla gama de indicadores ambientais, os quais podem basear-se em dados objetivos e subjetivos, que na maioria das vezes apresentam dimensões bastante abrangentes.

O caráter subjetivo do conceito de qualidade de vida urbana – efeito da qualidade de vida - e a baixa disseminação do conceito de qualidade ambiental dificultam uma conceituação precisa para o entendimento de ambos e, conseqüentemente, prejudicam a consideração desses conceitos na elaboração de políticas públicas das cidades. A busca por definições mais claras e pela delimitação entre esses conceitos ainda representa uma lacuna do conhecimento. Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é contribuir para a consolidação dos conceitos de qualidade de vida urbana e de qualidade ambiental no contexto do ambiente urbano e como eles contribuem para a qualidade do envelhecimento da população. Como objetivo secundário, este artigo buscará identificar os indicadores ambientais definidos pelo Painel Nacional de

Indicadores Ambientais (PNIA, 2014) que podem auxiliar na avaliação da qualidade de vida urbana.

Metodologia

Tendo em vista a lacuna do conhecimento explicitada, fez-se uma análise de artigos publicados em base de dados, a partir de revisão sistemática de literatura, para possibilitar uma maior abrangência na análise dos conceitos estudados. A revisão sistemática de literatura é um estudo secundário que mapeia, encontra, avalia criticamente, consolida e agrega os resultados de estudos primários relevantes acerca de um tópico de pesquisa específico, e identifica lacunas a serem preenchidas, as quais resultam em um relatório ou uma síntese (DRESCH et al., 2015). Dessa forma, buscou-se suporte na base de dados do Portal de Periódicos CAPES/MEC, por sua abrangência e acessibilidade, através de busca avançada com termos específicos (1º termo de busca e 2º termo de busca) e utilização do operador booleano and.

Para os conceitos de qualidade de vida urbana e qualidade ambiental, foram utilizados os termos de busca *quality of urban life* e *environmental quality* acompanhados pelo operador booleano and. Dessa forma foram obtidos 153.585 resultados, sendo 141.652 artigos revisados por pares e 10 artigos selecionados para aplicação neste trabalho, a fim de delimitar a bibliografia a ser analisada. Além dessa busca, uma segunda busca foi realizada com os termos *environmental quality indicators and urban environment*, a qual originou 26 resultados, sendo 25 periódicos revisados por pares e 5 artigos selecionados para aplicação neste trabalho. Já para a temática envelhecer no lugar, os termos de busca utilizados foram *population ageing and urban space*, sendo rastreados 23.679 resultados, sendo 21.678 periódicos revisados por pares e 7 artigos selecionados para esta pesquisa.

É importante ressaltar que a maioria dos artigos que foram eliminados continham os termos de busca não relacionados especificamente aos assuntos desejados ou entradas duplicadas na base de dados.

A partir da revisão de literatura também foram identificados os indicadores ambientais definidos pelo PNIA que complementaram esta pesquisa. Além disso, foram incluídos artigos de relevância sobre os assuntos abordados que eram do conhecimento dos autores.

Qualidade de vida urbana

A qualidade de vida tem sido uma preocupação constante nos últimos anos, visto suas consequências sobre a vida dos moradores das cidades. Historicamente, os estudos de qualidade de vida tendem a examinar indicadores objetivos que refletem a condição humana, como dados de emprego, incidência de mortalidade e morbidade e taxas de criminalidade (MARANS, 2015). A importância da qualidade de vida emergiu a partir da década de 60 em função do crescimento urbano desordenado e pela ampliação das desigualdades na distribuição de bens e serviços à população, seguidos da degradação ambiental (NAHAS, 2009). Nos anos 70 as questões ambientais foram enfatizadas frente às novas ideologias de vida e também pela constante preocupação urbano-ambiental. Nesse contexto, percebe-se a vinculação entre a qualidade de vida urbana e a qualidade ambiental, sendo que, de acordo com Nahas et al. (SD), o conceito de qualidade de vida e qualidade ambiental resulta da expansão das cidades e dos problemas socioambientais ligados a esse efeito.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) define que qualidade de vida é a percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (THE WHOQOL GROUP, 1995). Trata-se de um conceito bastante amplo que aborda questões de saúde psicológica, física, relações sociais e crenças pessoais associadas à percepção individual da qualidade de vida. Já para Nahas (2004), o conceito de qualidade de vida reporta-se ao meio urbano e às cidades, e sua mensuração requer a inclusão da avaliação da qualidade ambiental a partir de aspectos socioambientais relacionados ao meio urbano. O conceito de qualidade de vida, segundo Turkoglu (2015), também teve uma forte influência nas tendências sociais e políticas aplicadas a vários campos, como o planejamento urbano e regional, a promoção da saúde, e o bem-estar econômico e social.

Para Herculano (2000), a qualidade de vida é um conceito subjetivo e relativo, mas também pode ser visto como desnecessário quando analisado pela sua obviedade. A qualidade de vida subjetiva ilustra o estado psicológico da satisfação com a vida e não as condições e configurações objetivas (configurações físicas, sociais e econômicas), embora ambas sejam inter-relacionadas (TURKOGLU, 2015). O autor sugere que a dimensão subjetiva é uma parte importante da qualidade de vida, mas as medidas dessa dimensão precisam ser exploradas e avaliadas juntamente com indicadores objetivos, a fim de estabelecer sua significância (TURKOGLU, 2015). Nessa mesma perspectiva, Van Stigt; Driessen; Spit (2017) afirmam que a avaliação individual das condições objetivas e da satisfação subjetiva é influenciada por valores e aspirações pessoais, os quais determinam a importância de cada uma dessas condições. Os autores complementam que essas condições podem variar ao longo do tempo e influenciam-se mutuamente (VAN STIGT; DRIESSEN; SPIT, 2017).

Herculano (2000) sugere que a qualidade de vida é um conceito em que a questão ambiental se agregue aos itens já mensurados pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Urbano), como educação, longevidade e renda:

(...) a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 2000, p. 22).

Portanto, a qualidade de vida é uma composição do bem-estar físico e psicológico de um indivíduo e está intimamente ligada a conceitos como satisfação, desenvolvimento humano, felicidade e bem-estar (MARANS, 2015). Embora consista em muitos aspectos da vida de um indivíduo, o aspecto que trata do local, incluindo as cidades, é comumente referido como qualidade da vida urbana (MARANS, 2015).

Nahas et al. (SD, p. 2) afirmam que o conceito de qualidade de vida urbana é construído “a partir dos conceitos de bem-estar social, qualidade de vida, qualidade ambiental, pobreza, desigualdades sociais, exclusão social, vulnerabilidade social, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade”. Nessa mesma argumentação, Sposati (2000) considera que a qualidade de vida urbana envolve a qualidade e a democratização dos acessos quando há uma melhor redistribuição da riqueza social

e tecnológica entre a população, garantia de um ambiente respeitoso ao homem e à natureza com baixo grau de degradação e precariedade.

Percebe-se, portanto, nas definições anteriores, os três elementos que, para Nahas et al. (SD) são fundamentais na mensuração da qualidade de vida urbana: equidade, qualidade ambiental e sustentabilidade, as quais são definidas da seguinte forma:

- a) Equidade no acesso a bens e recursos públicos urbanos, tanto espacialmente quanto socialmente;
- b) Qualidade ambiental a partir de aspectos sócio-ambientais e aspectos ambientais vinculados ao ambiente urbano;
- c) Sustentabilidade relacionada à produção de elementos para o desenvolvimento humano.

Herculano (2000) e Nahas et al. (SD) concordam que para mensurar a qualidade de vida urbana de um lugar é preciso examinar os recursos disponíveis para satisfazer as necessidades de determinado grupo social, como as condições materiais e físicas oferecidas, os deslocamentos da população para acessar tais ofertas e a avaliação de graus de satisfação. Apesar de os indicadores objetivos, relacionados aos padrões de vida, serem mais fáceis de medir, os indicadores subjetivos, que são integrantes da percepção da qualidade de vida dos indivíduos, são mais complexos. Dessa forma, entende-se, que deve ser considerada a combinação entre os fatores objetivos e subjetivos para a qualidade de vida urbana.

A qualidade de vida urbana é fruto direto do planejamento das cidades, onde a criação de espaços urbanos adequados oportuniza a promoção da saúde da população (GEHL, 2013). De acordo com Sperandio et al. (2016), no que se refere à saúde e ao planejamento urbano, o PNPS (Plano Nacional de Promoção da Saúde) de 2006 e sua reformulação de 2014 é um marco histórico no país, por participar institucionalmente na pauta do planejamento urbano disponibilizando outras ferramentas. O objetivo desta Política estabelece a promoção da qualidade de vida como princípio, com redução da vulnerabilidade humana relacionada aos "(...) modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais" (SPERANDIO et al., 2016). Ao reduzir a vulnerabilidade urbana perante as dinâmicas da cidade, a população tem a possibilidade de desenvolver suas atividades de forma mais qualificada, potencializando uma maior qualidade de vida e oportunizando assim, o envelhecimento saudável da população nos lugares urbanos.

A partir desses autores, a qualidade de vida urbana será entendida neste trabalho, em seu sentido mais amplo, como os fatores capazes de melhorar o bem-estar das pessoas, os quais incluem o equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Assim, a qualidade de vida deverá ser norteada pela equidade de acessos a serviços, à sustentabilidade e à qualidade ambiental no que tange o ambiente urbano e a sua democratização.

Qualidade ambiental

As cidades, resultantes de ações antrópicas, não privilegiaram a qualidade natural dos ecossistemas ao adquirirem novos padrões de vida. Como resultado dessas ações, a expansão das cidades extrapola os limites político-territoriais atingindo as dimensões físico-ambientais, as quais não recebem um tratamento apropriado devido a sua difícil delimitação, o que resulta em uma sequência de perdas de qualidade ambiental no

espaço urbano (MINAKI; AMORIM, 2007). BANZHAF et al. (2014) acreditam que a qualidade ambiental no espaço urbano está relacionada à percepção humano-ambiental, sendo portanto, uma informação individual e local.

De acordo com (MINAKI; AMORIM, 2007) o conceito de qualidade ambiental está relacionado a um conceito maior que é a qualidade de vida, sendo um importante subsídio ao planejamento urbano. Essa incorporação da qualidade ambiental implicou em novos dimensionamentos da qualidade de vida, pois vinculou-se ao desenvolvimento sustentável em função de os problemas ambientais atingirem diretamente a qualidade de vida da população (NAHAS, 2009).

(...) no campo conceitual, a mescla entre os dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental) é de tal ordem, que muitas vezes torna-se difícil estabelecer se a qualidade de vida é um dos aspectos da qualidade ambiental, ou se a qualidade ambiental é um componente do conceito de qualidade de vida. Na prática, a abrangência de cada um dos conceitos se explicita ao serem estabelecidos e aplicados métodos para sua mensuração, que acabam, assim, contribuindo para a formação do próprio conceito (NAHAS, 2009, p. 3).

Van Stigt; Driessen; Spit (2017) definem que qualidade ambiental é a capacidade do ambiente físico de satisfazer as necessidades dos seres humanos, ecossistemas e artefatos nas cidades, tratando-se de um subconjunto da qualidade de vida, referente apenas às necessidades relacionadas ao ambiente físico. A qualidade ambiental pode ser entendida como "as condições ótimas que regem o comportamento do espaço habitável em termos de conforto associado às dimensões espaciais, ecológica, biológica, econômico-produtiva, sociocultural, tipológica, tecnológica e estética" (LUENGO, 1998, p.1). A interação dessas variáveis permite o desenvolvimento de um habitat saudável e satisfatório do ponto de vista sustentável para a vida humana, e, portanto, produto da qualidade ambiental (LUENGO, 1998).

A qualidade ambiental, fruto da percepção humana, e, portanto, subjetiva, é a organização dos elementos naturais e artificiais que possibilitam o gosto ou o repúdio ao ambiente, sendo uma questão de gosto, estética e de funcionalidade que passa pela organicidade do espaço urbano (GOMES; SOARES, 2004). Já Minaki; Amorim (2007) destacam que devido à amplitude de variáveis que a qualidade ambiental aborda, ela pode ser identificada a partir de enfoques objetivos e subjetivos, sendo o primeiro mais apropriado para o desenvolvimento que se fará da qualidade ambiental urbana.

Buccheri Filho; Tonetti (2011) ampliam o termo 'qualidade ambiental' para 'qualidade ambiental urbana', pois justificam a relação de interdependência entre ambiente urbano, qualidade ambiental urbana e qualidade de vida. O argumento utilizado é de que

(...) o conceito de qualidade ambiental urbana é parte de um conceito mais abrangente que é o conceito de qualidade de vida e que qualidade ambiental urbana é a amplitude de condições favoráveis do ambiente urbano, que suprem as necessidades fisiológicas e psicológicas do ser humano (BUCCHERI FILHO; TONETTI, 2011, p.25).

Nesse mesmo raciocínio, Luengo (1998) afirma que a qualidade ambiental é orientada para o conhecimento e análise dos aspectos que compõem o habitat físico onde o homem desenvolve suas atividades básicas de vida, trabalho, alimentação, descanso, movimentação e desfrute; um conceito mais particularizado com uma evidente conotação espacial.

Nas definições expostas nota-se a abrangência do conceito da qualidade ambiental, o que explicita um misto de convergências e divergências de pensamentos entre os autores. A convergência de opiniões é vista nas afirmações relativas aos elementos naturais e artificiais capazes de tornar o ambiente habitável em termos de conforto, os quais suprem as necessidades humanas. Já as divergências são evidenciadas quanto à sua percepção, quando Gomes; Soares (2004) se referem à qualidade ambiental apenas como algo subjetivo e Minaki; Amorim (2007) como uma perspectiva objetiva e subjetiva.

As condições ambientais de um lugar podem ser avaliadas pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas, emissão de poluentes e qualidade do ar, quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgoto, áreas verdes e espaços abertos urbanos (HERCULANO, 2000; ROGGERO; Luchiani, 2012). Esse assunto, porém, será tratado posteriormente em indicadores ambientais.

De toda forma, por qualidade ambiental, adota-se aqui a definição da combinação espacial dos componentes naturais e artificiais que tornam o ambiente confortável, habitável, funcional e sustentável, capaz de suprir as necessidades fisiológicas e psicológicas da população, o qual permite um ambiente urbano favorável ao desenvolvimento de atividades e à qualidade de vida.

Indicadores ambientais

Um dos problemas fundamentais que surgem para a mensuração da qualidade ambiental está relacionado à determinação de indicadores (LUENGO, 1998), sendo que um dos principais temas nas áreas de sustentabilidade urbana e avaliação ambiental refere-se à seleção desses elementos (SOCCO, 2000). Em termos de sustentabilidade, os indicadores são úteis para avaliar os desempenhos, a fim de adotar as melhores ações políticas (DELSANTE, 2016), pois de acordo com Kaplan et al. (2001), cada vez mais os problemas ambientais são também urbanos.

Segundo Nahas (2009), indicador é um dado, uma informação, valor ou descrição que retrata uma situação ou estado de algo, ou seja, é um conceito que está vinculado à função de um dado, que informa além daquilo que expressa diretamente, como uma informação numérica simples, agregações matemáticas de informações ou índices. Alfsen; Sæbø (1993) afirmam que o indicador se destina a fornecer informações além do que é diretamente medido ou observado, ou seja, o valor do parâmetro ou a informação estatística. Delsante (2016) justifica que indicador é uma variável útil para descrever realidades complexas em relação a características individuais ou a todo um sistema ambiental, sendo que há diferentes maneiras de definir um indicador, pois pode lidar com fenômenos mensuráveis e não mensuráveis. Já Mccrea et al. (2006) classificam os indicadores como objetivos e subjetivos, pois estão relacionados diretamente aos aspectos urbanos: a) os indicadores objetivos são os que usam dados secundários e pesos relativos para indicadores do meio urbano e b) os indicadores subjetivos são os que medem as percepções, avaliações e satisfação dos moradores com a vida urbana. Assim, um indicador raramente é apresentado como um dado único, pois deve ser colocado em algum contexto a partir do qual é possível inferir o que é indicado e os dados devem ser acompanhados de explicações e comentários escritos para serem aceitáveis como um indicador (ALFSEN; SÆBØ, 1993).

Nahas et al. (SD) discorrem que o processo acelerado de ampliação das cidades agravou os problemas ambientais globais motivando a produção de indicadores ambientais. No campo de estudo dos indicadores são reconhecidos os indicadores

ambientais, que, segundo Herculano (2000), começaram a ser estudados no final da década de 80 no Canadá e na Holanda, portanto, bastante recentes.

Um indicador ambiental é definido como um número que indica o estado e o desenvolvimento do ambiente ou as condições que afetam o meio ambiente (ALFSEN; SÆBØ, 1993). De acordo com Herculano (2000) e BRASIL (SD), os indicadores ambientais são estatísticas que descrevem as formas de relação das atividades humanas com o meio ambiente. Já para o Painel Nacional de Indicadores Ambientais - PNIA (2014), o indicador ambiental é uma variável qualitativa ou quantitativa que pode mensurar ou descrever informações pontuais no tempo e no espaço e que permite o acompanhamento dinâmico da realidade.

A atual alta demanda por indicadores ambientais é claramente um reflexo de uma forte preocupação com o meio ambiente, e qualquer conjunto de indicadores proposto deve refletir essa preocupação (ALFSEN; SÆBØ, 1993). Nessa perspectiva, Banzhaf et al. (2014) acreditam que os indicadores ambientais devem ser ajustados ao contexto cultural, ao cenário geográfico e a outros componentes que caracterizam as especificidades de uma região urbana.

No que se refere aos potenciais interessados nos indicadores ambientais, Alfsen; Sæbø (1993) identificaram três grupos: a) o público em geral, b) políticos, autoridades e outros tomadores de decisão e c) especialistas e cientistas. Neste trabalho assumimos que o público em geral, principalmente o público formado pela população carente, é o principal interessado na identificação de indicadores ambientais para a qualidade de vida urbana. Tendo em vista que esse grupo de pessoas é o mais afetado pela falta de acesso aos elementos que compõem os indicadores ambientais classificados pelo PNIA, os quais serão apresentados posteriormente. Para isso, Alfsen; Sæbø (1993) sugerem a sensibilidade como um requisito adicional para a escolha dos indicadores ambientais, já que os mesmos devem ser sensíveis a mudanças no estado do ambiente e podem se concentrar em áreas ambientais marginais, onde é mais provável que as mudanças sejam notadas primeiro.

Contribuições do Painel Nacional de Indicadores Ambientais

Para elucidar a temática dos indicadores ambientais foram utilizadas aqui apenas as contribuições do Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA) do Ministério do Meio Ambiente, por ter sido considerado um material relevante para a contribuição deste tema no âmbito da pesquisa brasileira.

Os indicadores ambientais têm como objetivo subsidiar a mensuração e o relato das pressões existentes sobre o meio ambiente, do seu estado histórico e atual e da efetividade/impacto das respostas da sociedade para sua preservação ou recuperação (PNIA, 2014). O indicador ambiental é uma variável qualitativa ou quantitativa que pode mensurar ou descrever informações pontuais no tempo e no espaço e que permite o acompanhamento dinâmico da realidade (PNIA, 2014).

O PNIA ainda aborda que os indicadores ambientais devem responder a três funções: a) a científica, a qual avalia o estado do meio ambiente; b) a política, que avalia o desempenho das políticas públicas e permite evitar o desperdício de recursos públicos; e c) a função social, que incentiva a responsabilidade ambiental dos atores sociais. Nesse contexto, pode-se afirmar que os indicadores ambientais são informações de referência para a administração pública e ambiental, pois são instrumentos capazes de contribuir positivamente para as três esferas complexas de governança.

O PNIA (2014) sugere que os indicadores ambientais sejam utilizados ainda para: a) auxiliar a integração das preocupações ambientais nas políticas setoriais, b) subsidiar a avaliação dessas políticas e do desempenho ambiental, c) contribuir para melhorar a integração das decisões ambientais e econômicas e d) apoiar a elaboração de informação sobre o estado e qualidade do meio ambiente facilitando o acesso ao público.

Os indicadores ambientais podem ser estruturados em categorias de acordo com sua relação. É a chamada classificação PER (pressão, estado e resposta), que pode ser direta ou indireta: a) indicador de pressão: pressão das atividades humanas sobre o meio ambiente; b) indicador de estado: caracterização do meio ambiente em função dessas pressões humanas; c) indicador de resposta: dadas pela sociedade para reverter ou controlar os problemas ambientais identificados (PNIA, 2014).

O PNIA é estruturado em 7 (sete) temas e 31 (trinta e um) subtemas da área ambiental, sendo composto por 34 (trinta e quatro) indicadores ambientais. Os 7 (sete) temas são os seguintes:

- AMC – Atmosfera e Mudança do Clima
- BFL – Biodiversidade e Florestas
- GRP – Governança, Riscos e Prevenção
- PCS – Produção e Consumo Sustentáveis
- QUA – Qualidade Ambiental
- RHI – Recursos Hídricos
- TSO – Terra e Solos

Em se tratando do tema 'Qualidade Ambiental' que tem seus indicadores apontados nos itens 'QUA 2.1' a 'QUA 2.6', foi elaborado um quadro simplificado com base nas fichas-síntese elaboradas pelo PNIA (2014 p. 51), a fim de identificar os principais dados e objetivos dos indicadores ambientais responsáveis pela qualidade de vida humana. Nota-se que há uma preocupação evidente com a distribuição e acesso aos serviços públicos, característica defendida pelos estudiosos do assunto e já apresentada anteriormente como elementos fundamentais para a mensuração da qualidade ambiental urbana. Há uma deficiência, porém, nos conteúdos relacionados às áreas verdes e espaços abertos urbanos, bem como a percepção individual da população. Na Figura 1 são apresentados os indicadores que compõe o PNIA de acordo com o tema da Qualidade Ambiental (QUA).

Código	Nome dos indicadores
QUA 2.1	Situação da oferta de água para abastecimento humano urbano
QUA 2.2	População urbana com acesso a sistemas adequados de abastecimento de água
QUA 2.3	População urbana com acesso a serviços de coleta de esgotos sanitários
QUA 2.4	População urbana com acesso a serviços de tratamento de esgotos sanitários
QUA 3.1	Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO)
QUA 3.2	Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população urbana
QUA 3.3	Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à totalidade de resíduos sólidos urbanos (RSU) coletados
QUA 6.1	Municípios com Órgãos Municipais de Meio Ambiente (OMMA)
QUA 6.2	Municípios com Conselhos de Meio Ambiente (CMMA)
QUA 6.3	Implantação da Agenda 21 local

A fim de identificar os principais dados e objetivos dos indicadores ambientais responsáveis pela qualidade de vida, foi elaborado um quadro simplificado com base nas fichas-síntese elaboradas pelo PNIA (2014 p. 51).

INDICADORES DE QUALIDADE AMBIENTAL	QUA 2.1 Situação da oferta de água para abastecimento humano urbano	QUA 2.2 População urbana com acesso a sistemas adequados de abastecimento de água	QUA 2.3 População urbana com acesso a serviços de coleta de esgotos sanitários	QUA 2.4 População urbana com acesso a serviços de tratamento de esgotos sanitários	QUA 3.1 Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO)
TEMA	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental
SUBTEMA	Água e Saneamento	Água e Saneamento	Água e Saneamento	Água e Saneamento	Resíduos sólidos
CLASSIFICAÇÃO (PER)	Estado	Resposta	Resposta	Resposta	Resposta
OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	Diagnosticar as condições atuais de oferta de água e garantir o abastecimento humano	Avaliar o percentual da população urbana atendida por abastecimento de água	Avaliar o percentual da população urbana com abastecimento de água que é igualmente atendida por coleta de esgotos sanitários	Avaliar o percentual da população urbana com abastecimento de água atendida por serviços de tratamento de esgotos sanitários	Monitorar a evolução quantitativa da coleta diária de RDO em municípios com mais de 100 mil habitantes
UNIDADE DE MEDIDA	Adimensional (situação da oferta de água urbana)	Porcentagem (pop. urbana atendida / pop. urbana total)	Porcentagem (pop. urbana atendida / pop. urbana total)	Porcentagem (m³/ano esgoto tratado / m³/ano água consumida)	Kg de RDO coletado por habitante ao dia
PERIODICIDADE	Não definida	Anual	Anual	Anual	Anual

INDICADORES DE QUALIDADE AMBIENTAL	QUA 3.2 Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população urbana	QUA 3.3 Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à totalidade de resíduos sólidos urbanos coletados	QUA 6.1 População urbana com acesso a serviços de coleta de esgotos sanitários	QUA 6.2 Municípios com Conselhos de Meio Ambiente (CMMA)	QUA 6.3 Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO)
TEMA	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental	Qualidade Ambiental
SUBTEMA	Resíduos sólidos	Resíduos sólidos	Planejamento e Gestão sustentáveis	Planejamento e Gestão sustentáveis	Planejamento e Gestão sustentáveis
CLASSIFICAÇÃO (PER)	Resposta	Resposta	Resposta	Resposta	Resposta
OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	Monitorar a taxa de cobertura dos serviços de coleta de RDO em municípios com mais de 100 mil habitantes	Monitorar a quantidade de materiais recicláveis secos e a quantidade coletada de resíduos sólidos urbanos nos municípios com mais de 100 mil hab.	Melhorar a existência dos OMMA (estruturas organizacionais destinadas à ações sobre o meio ambiente em nível municipal)	Monitorar a existência de CMMA que integram o Sistema Nacional e Estadual de Meio Ambiente	Monitorar a implementação da Agenda 21 nos municípios
UNIDADE DE MEDIDA	Taxa de cobertura (%=hab. com coleta de RDO / total da pop. urbana)	Taxa de recuperação (%= total de materiais secos recicláveis / total de RSU coletado)	Nº (de OMMA) e porcentagem (municípios com OMMA / total de municípios do país)	Nº (de CMMA) e porcentagem (municípios com CMMA / total de municípios do país)	Nº (Agendas 21 implantadas) e % (Agendas 21 + implementação / total de municípios)
PERIODICIDADE	Anual	Anual	Bianual	Bianual	Não definida

O sistema de classificação do conjunto de indicadores do PNIA consiste em elementos voltados às políticas públicas e focam nos requisitos mínimos e fundamentais para a qualidade de vida urbana. A Figura 2 mostra esses requisitos e algumas das conexões necessárias para que esses indicadores exerçam suas funções estando intimamente ligados aos efeitos ambientais. Além disso, os indicadores estão baseados em unidades físicas de medidas, não incluindo a avaliação de serviços ambientais em termos monetários.

Resultados e discussão

Esta revisão de literatura destacou a definição dos conceitos de qualidade de vida urbana, qualidade ambiental e as características dos indicadores ambientais. A qualidade é um conceito ambíguo, visto que cada indivíduo pode interpretá-la de maneira diferente. A literatura não fornece nenhum meio de pesar dimensões de qualidade entre si, nem para equilibrar os aspectos distintos dentro de cada dimensão (VAN STIGT; DRIESSEN; SPIT, 2017). Portanto, dificilmente é possível realizar uma análise geral da qualidade de vida urbana e da qualidade ambiental (BANZHAF et al., 2014).

O caráter subjetivo da qualidade de vida, no que se refere às percepções individuais, aumenta a complexidade para uma conceituação mais precisa do seu significado. De acordo com Van Stigt; Driessen; Spit (2017), não existe uma relação direta entre a percepção subjetiva e a individual, no entanto está longe de ser entendido quais fatores moldam essa avaliação subjetiva em função da correlação entre a avaliação subjetiva da qualidade e a tipologia sociocultural. De toda forma, parece haver alguma convergência de pensamentos entre os estudiosos do assunto anteriormente apresentados. Fatores de equidade no acesso aos recursos públicos, ao ambiente urbano e ambiental e aos aspectos econômicos e sociais são citados como elementos capazes de melhorar o bem-estar das pessoas e, por consequência, a qualidade de vida urbana. A avaliação dos especialistas da qualidade de vida urbana, no entanto, pode não corresponder às percepções das partes interessadas locais (VAN STIGT; DRIESSEN; SPIT, 2017).

A qualidade de vida urbana e ambiental demonstra a importância da promoção de sociedades mais saudáveis, que possibilitem a permanência das diferentes faixas etárias no espaço urbano. Alguns autores (GEHL, 2013; Muñoz e Freitas, 2017) trazem que a qualidade do espaço urbano interfere diretamente na saúde da população, englobando questões de bem-estar físico e psicológico. As cidades, ao possuírem políticas públicas de inclusão, criação e a qualificação do espaço urbano, estarão mais preparadas para o envelhecimento saudável de sua população (SPERANDIO et al., 2016).

A qualidade ambiental, por sua vez, é definida como um componente da qualidade de vida podendo ser avaliada como algo subjetivo e objetivo. Tendo em vista que a mesma deve suprir as necessidades humanas, tanto fisiológicas quanto psicológicas, a qualidade ambiental abrange elementos naturais e artificiais que devem favorecer o desenvolvimento de atividades no ambiente urbano. Por outro lado, Van Stigt; Driessen; Spit (2017) observam que as preferências subjacentes à qualidade ambiental mudam com o tempo, enquanto surgem novos problemas de qualidade associados com a mudança dos padrões de atividade social, assim como as percepções dessas condições na sociedade. Assim, é necessário um monitoramento cuidadoso para avaliar quais questões merecem atenção prolongada dos planejadores urbanos e quais tópicos emergentes devem ser abordados de imediato (VAN STIGT; DRIESSEN; SPIT, 2017).

A qualidade ambiental, ou a falta dela, motivou a produção de indicadores ambientais, que podem ser objetivos ou subjetivos. Os indicadores objetivos estão relacionados aos padrões de vida e parecem ser mais fáceis de mensurar; enquanto os indicadores subjetivos, integrantes da percepção da qualidade de vida dos indivíduos, parecem ser mais complexos. Os indicadores ambientais são uma ferramenta importante para avaliar a qualidade de vida urbana, seja em micro ou macro escalas, o que permite propor políticas públicas mais eficientes do ambiente urbano. Visto que um conjunto de indicadores ambientais visa fornecer uma imagem do estado ambiental. (ALFSEN; SÆBØ, 1993).

Analisando-se os indicadores ambientais sugeridos pelo PNIA, pode-se afirmar que são informações relevantes para a administração pública e ambiental, pois são instrumentos capazes de contribuir positivamente para a tomada de decisão nas esferas de governo. Nota-se que os serviços públicos são entendidos como componentes da qualidade de vida urbana, pois os indicadores classificados referem-se ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos. Por outro lado, há uma deficiência nos conteúdos relacionados às áreas verdes e espaços abertos urbanos, bem como a percepção individual da população.

Em suma, as percepções de qualidade são influenciadas pelas experiências e valores pessoais de cada indivíduo. Além disso, o que é entendido como qualidade no presente pode não ter o mesmo entendimento no futuro, fato que pode tornar a qualidade - tanto de vida urbana quanto ambiental - um conceito temporal. Estratégias para a integração entre o bem-estar e o meio ambiente podem ser ampliadas com o uso de indicadores ambientais para que se tenham ganhos na qualidade de vida urbana.

Conclusões

Dada a estreita associação entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental, deve-se considerar a fusão entre ambos para monitorar, tanto as condições urbanas quanto as respostas comportamentais subjetivas da população. Recentemente a qualidade ambiental tornou-se um assunto relevante para a qualidade de vida urbana em face à expansão das cidades que contribuíram com a degradação do meio ambiente. Por

esse motivo, a qualidade ambiental integra uma condição relevante para a mensuração da qualidade de vida. A qualidade ambiental exige uma abordagem adaptativa ao longo do tempo e integrada à qualidade de vida urbana, reconhecendo sua natureza ampla e subjetiva. A amplitude exposta pelos conceitos de qualidade de vida urbana e qualidade ambiental demonstraram a importância de espaços urbanos qualificados, proporcionando o bem-estar da população e a promoção de saúde pública. Ao oferecer cidades com maior qualidade de vida, promove-se também atributos que possibilitem um envelhecimento saudável da população, aumentando assim a expectativa de vida da sociedade.

Nesse sentido, os indicadores ambientais, que são instrumentos capazes de identificar as carências de determinados locais, podem, ainda, funcionar como ferramentas auxiliares nas escolhas de áreas prioritárias para a intervenção dos governos e planejadores na busca pela qualidade de vida urbana. O trabalho dos indicadores ambientais é garantir um nível mínimo de harmonização entre os vários indicadores. Para isso, é preciso esclarecer qual é o público alvo e o que os indicadores devem apontar: se estarão relacionados somente com o bem-estar humano ou com tarefas orientadas para políticas públicas.

Pretendeu-se com este trabalho iniciar uma contribuição para a consolidação dos conceitos de qualidade de vida urbana e de qualidade ambiental, visto que não há uma definição clara e precisa desses conceitos na literatura. A contribuição para essa discussão também apontou alguns indicadores que podem ser utilizados na construção de um conjunto de indicadores ambientais. Por fim, foi possível identificar alguns indicadores ambientais, sugeridos pelo PNIA, responsáveis pela obtenção da qualidade de vida da população no ambiente urbano, em virtude de que o bem-estar social das pessoas está implicado nas condições do meio ambiente.

Desse modo, entende-se que a qualidade de vida urbana e a qualidade ambiental são fundamentais para o bem-estar humano e que os indicadores ambientais podem auxiliar na elaboração de políticas públicas e promover uma maior equidade entre a população.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES pela bolsa de estudos que possibilitou a participação no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e por consequência, o desenvolvimento deste artigo.

Referências

ALFSEN, K. H.; SÆBØ, H. V. *Environmental quality indicators: Background, principles and examples from Norway*. Environmental and Resource Economics, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 415–435, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF00310246>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BANZHAF, E. et al. *A conceptual framework for integrated analysis of environmental quality and quality of life*. Ecological Indicators, [s. l.], v. 45, p. 664–668, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X14002532>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BONNES, M. et al. *Inhabitants' and Experts' Assessments of Environmental Quality*

for *Urban Sustainability*. *Journal of Social Issues*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 59–78, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2007.00496.x>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. *Indicadores Ambientais*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8219-indicadores-ambientais.html>>. Acesso em: 8 de nov. 2018.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luis. *Qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas*. Revista Geografar, Curitiba: UFPR, v.6, n.1, p.23-54, 2011.

DELSANTE, Ioanni. *Urban environment quality assessment using a methodology and set of indicators for medium-density neighbourhoods: a comparative case study of Lodi and Genoa*. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 7-22, 2016.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. *Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Gehl, Jahn. *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Reflexões sobre a qualidade ambiental urbana*. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 2, n. 2, p. 21-30, 2004.

HERCULANO, Selene C. *A qualidade de vida e seus indicadores*. Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niterói: Eduff, 2000.

LUENGO, Gerardo. *Elementos para la definición y evaluación de la calidad ambiental urbana: una propuesta teórico-metodológica*. 1998. Disponível em: <<https://docplayer.es/21631585-Elementos-para-la-definicion-y-evaluacion-de-la-calidad-ambiental-urbana-una-propuesta-teorico-metodologica-gerardo-luengo-f.html>>. Acesso em: 8 de out. 2018.

MARANS, R. W. *Quality of urban life & environmental sustainability studies: Future linkage opportunities*. *Habitat International*, [s. l.], v. 45, p. 47–52, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0197397514000952>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

MCREA, Rod; SHYY, Tung-Kai; STIMSON, Robert. *What is the Strength of the Link between Objective and Subjective Indicators of Urban Quality of Life?* *Applied Research in Quality of Life*, 1, p.79-96, 2006.

MINAKI, Cíntia; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. *Espaços urbanos e qualidade ambiental – um enfoque da paisagem*. Revista Formação, São Paulo, UNESP, v. 1, n.14, p. 67-82, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/699/722>>. Acesso em: 4 de nov. 2018.

MUÑOS, A. M. M.; FREITAS, S. R. *Importância dos serviços ecossistêmicos nas cidades: Revisão das publicações de 2003 a 2015*. *Revista de Gestão Ambiental E Sustentabilidade - GeAS*, 6(2), 2017.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. *Indicadores sociais como instrumentos para formulação de políticas públicas e monitoramento da qualidade de vida urbana nas cidades brasileiras*. Capacitação e informação. Cadernos Midades 8. Brasília, Ministério das

Cidades, 2004.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. *Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica*. In: Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana. Discussões Teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa; PEREIRA, Maria Aparecida Machado; ESTEVES, Otávio de Avelar; GONÇALVES, Éber. *Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR)*. SD.

PAINEL NACIONAL DE INDICADORES AMBIENTAIS (PNIA 2012). *Referencial teórico, composição e síntese dos indicadores*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2014.

ROGGERO, Marília Araújo; LUCHIARI, Ailton. *Qualidade ambiental urbana X Qualidade de vida urbana*. XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

SOCCO, C. Città, Ambiente, Paesaggio. *Lineamenti di Progettazione Urbanistica*. Torino: Utet Libreria, 2000.

SPERANDIO, Ana M. G; FILHO, Lauro F.; MATTOS, Thiago P. *Política de promoção de saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável*. *Ciênc. saúde coletiva* vol.21 no.6 Rio de Janeiro, 2016.

SPOSATI, Aldaíza. *Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social*. 2000. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/cidade.pdf>>. Acesso em: 8 de out. 2018.

THE WHOQOL GROUP. *The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization*. *Social Science and Medicine*, 1995. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/027795369500112K>>. Acesso em: 4 de nov. 2018.

TURKOGLU, H. *Sustainable Development and Quality of Urban Life*. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, [s. l.], v. 202, n. C, p. 10–14, 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187704281504851X?via%3Dihub>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

VAN STIGT, R.; DRIESSEN, P.; SPIT, T. *On the Necessity of an Integrated, Participative and Adaptive Approach to Sustainable Urban Environmental Quality Planning*. *Environmental Policy and Governance*, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 193–206, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/eet.1759>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

AS CIDADES E O ENVELHECIMENTO

Como avaliar?

**Andréa Holz Pfützenreuter¹ e
Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim²**

Resumo

Este artigo apresenta a comparação entre o Projeto Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde (vigente desde 2008), e o Projeto Cidade Acessível é Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil (2010). Como metodologia de análise foi utilizado o quadro de avaliação e caracterização de políticas públicas estruturado por Alvim e Castro (2010). A estrutura comparada dos projetos reflete a subjetividade, a mitigação de intenções e o direcionamento de responsabilidade para as governanças municipais imediatas, no caso brasileiro. O escopo do projeto não instiga a necessidade de políticas públicas de longo prazo. Ao contrário da preocupação mundial quanto à acessibilidade, à mobilidade urbana e ao envelhecimento populacional. A análise comparativa da formatação das ações e intenções projetuais alertam para a dúvida, se os articuladores dos projetos brasileiros observam e fiscalizam a continuidade das políticas públicas ou se escolhem cidades que tenham intuito de promoção e marketing de um título recebido pela participação e identificações pontuais.

Palavras-chave: políticas públicas, envelhecimento, mobilidade, acessibilidade.

AGEING AND CITIES

How evaluate?

Abstract

This article presents the comparison between the Project Cidade Amiga do Idoso, of the World Health Organization (in force since 2008), and the Project Accessible City is Human Rights of the Secretariat of Human Rights of Brazil (2010). As an analysis methodology, the framework for the evaluation and characterization of public policies structured by Alvim and Castro (2010) was used. The comparative structure of the projects reflects the subjectivity, the mitigation of intentions and the directing of responsibility to the immediate municipal governments, in the Brazilian case. The scope of the project does not instigate the need for long-term public policies. Contrary to the worldwide concern about accessibility, urban mobility and population aging. The comparative analysis of the formatting of the actions and project intentions alert to the doubt, if the articulators of the Brazilian projects observe and inspect the continuity of public policies or if they choose cities that have the intention of promoting and marketing a title received for participation and specific identifications.

Keywords: public policies, aging, mobility, accessibility.

¹ Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente está como professora adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina – Campus de Joinville.

² Arquiteta e Urbanista (Faculdade de Belas Artes de São Paulo, 1986), Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo - FAU / USP, 1996; 2003); professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie desde 1991. É Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq nível 2.

A heterogeneidade e a cidade

O envelhecimento humano é um processo entre as fases da criança, adulto ou idoso e sua finitude. A vivência de seus sentimentos, aceitações e negações dos acontecimentos é o que as caracteriza. O tempo cronológico é correlato entre ficar e sentir-se velho. As preferências e recorrências das ações e decisões permeiam o momento cíclico da experiência, da receptividade e das consequências em saúde e o bem-estar do indivíduo. Os aspectos físicos, biológicos, psicológicos e sociais são inerentes da idade individualizada e específica, refletindo na saúde coletiva.

Em uma sociedade que preza pela beleza e pela estética, para muitas pessoas os sinais aparentes da velhice são impressões negativas ou até mesmo difíceis de serem absorvidos e compreendidos. A mudança promovida pelo envelhecimento é constante e implacável. A sequência de experiências e vivências resulta na maneira como o grupo é visto, percebido e principalmente, na maneira como lidam com as mudanças contínuas e como enfrentam tais mudanças, indiferentemente à idade cronológica calculada.

Se para o indivíduo pensar e aceitar o envelhecimento pode ser agonizante e depressivo, para o poder público a longevidade apresenta qualidades, desafios e preocupações representativas em âmbito social, econômico, político e administrativo. Pensar em uma cidade para passar os anos ou alguns anos de vida é avaliar a infraestrutura dessa cidade para que se possa nela permanecer o maior tempo possível, com os menores gastos para morar, trabalhar, estudar e ter lazer. Uma cidade que favorece o envelhecimento saudável é uma cidade que promove a inserção das pessoas em seus espaços públicos promovendo a interação humana. A troca de serviços e conversas viabiliza diferentes atividades que estimulam o “ser” e não o “ter”, enaltecendo a qualidade de viver e vivenciar as etapas da vida e, por consequência, minimizando os custos com tratamentos prolongados.

As pessoas tendem a adaptar-se ao ambiente. Mas tanto as pessoas quanto o ambiente mudam com o tempo, e o mesmo deve acontecer à tecnologia aplicada à infraestrutura do local. Estudos indicam que os processos sociais e a forma da cidade desenvolvem-se a partir de processos socioecológicos (KAIKA, 2005; HEYNEN, 2006 apud MORAN, 2010).

O envelhecimento é um processo universal inevitável, mas alcançá-lo com qualidade depende de fatores econômicos, sociais e culturais. Analisar o processo de envelhecimento implica compreender, analisar e avaliar a complexidade de mudanças e heterogeneidades. Um dos objetivos das políticas públicas é garantir às pessoas o envelhecimento com qualidade de vida. Envelhecimento não significa, obrigatoriamente, redução da capacidade de trabalho, ausência de atividades sociais ou reclusão pessoal. É uma retomada de projetos.

A longevidade promove uma condição multigeracional nas famílias. A convivência simultânea de várias gerações possibilita novas relações e conflitos no mesmo tempo social. O comportamento de cuidar e interagir entre gerações mudou com os padrões do trabalho. Os filhos jovens não dispõem mais de tempo para cuidar de seus pais idosos, assim como esses pais se mostram avessos à ideia de cuidar dos netos tal qual seus avós faziam. O modo de vida do idoso reflete suas atitudes e comportamentos durante a vida, entretanto o diálogo entre as gerações promove uma alteração da maneira de viver.

Há necessidade de instigar as pessoas a buscar o novo e coisas diferentes, mantendo seus papéis próprios, integrando-se em contextos sociais que lhes sejam significativos,

resguardando o domínio funcional e de bem-estar.

A prática regular de atividade física beneficia variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais, segundo ROLIM e FORTI (2005, p. 49), melhorando a estética corporal, a autoestima e autoimagem, a integração e a socialização, a diminuição da ansiedade e dos aspectos cognitivos. Todas essas variáveis atreladas à prática de atividade física, fazem parte dos benefícios relacionados ao aspecto psicológico.

Em idosos é perceptível a melhora do equilíbrio, da coordenação motora, da resistência e da força física, manutenção da saúde nas doenças crônicas. De acordo com ARAÚJO (2001, p.58), para os idosos é importante a prática da atividade física para que possam compreender as transformações do corpo na esfera biológica (limitações físicas), psíquica (morte e morrer) e sociais (perdas econômicas, aposentadoria, solidão).

A atividade pode e deve ser realizada por todo e qualquer grupo populacional (crianças, jovens, adultos e idosos), que apresente ou não qualquer forma de comprometimento ou dificuldade motora, física e/ou sensorial, ajudando a criar e oportunizar a qualidade de vida e o desenvolvimento de cidades que permitam o uso de seus espaços por todos.

A cidade é o espaço de vida dos cidadãos, pólo de encontros sociais em movimentos aleatórios ou dirigidos. Deve apresentar um ambiente físico limpo, seguro e acessível, atendendo à equidade, propiciando novas experiências, diversidade, multiculturalidade.

A tendência do indivíduo é isolar-se, dada a cultura do capitalismo e da saga de busca das conquistas individuais que, ao envelhecer, são testadas pela pluralidade das diferenças e pela identidade urbana coletiva.

O acolhimento nas cidades

A análise espacial da cidade revela o sentido do espaço urbano como o produtor das relações sociais, materializado pela apropriação do lugar em que se vive e que pode ser percebido, sentido e visto. Revela os modelos de comportamento, os sistemas de valores e formaliza a cidade como a condição e o meio para que a multiplicidade se revele.

O espaço urbano deve ser pensado como produto social em constante processo de mutação. A ação de seus usuários é obra inacabada, mutável e reprodutora de ações e intervenções que se sucedem e justapõem, impondo características diferenciadas a cada momento. O lugar concretiza as relações em tempos diferenciados, instigando a produção da memória como fruto da identificação individual do usuário em determinado tempo.

A abordagem dos espaços públicos como espaços de encontro, passagem, interferência ou paisagem, varia com os locais existentes que convidam os cidadãos transeuntes a vivenciar o espaço, participando e interferindo na produção da cidade. A qualidade dos materiais deve garantir a permanência e manutenção dos equipamentos, principalmente quando adaptados a diferentes usos.

A forma desses espaços incorporados à malha urbana, a topografia e o desenho dinâmico da área para viabilizar atividades e curtas distâncias, tendem a promover o uso intensificado de diferentes grupos etários, em diversos períodos do dia. A variedade de texturas e plantas quebra a monotonia do local, criando o fator surpresa, a apreciação e descoberta. Entretanto, o cuidado de atender ao maior número possível de usuários

denota a necessidade de alcançar a todos.

De qualquer modo, diferentes pessoas serão afetadas por diferentes combinações de elementos do espaço público. O importante é entender como o ser humano se relaciona com as áreas construídas e como percebe a sensação de convívio e segurança, neste microclima agradável e visualmente satisfatório.

A contextualização do psicólogo Abraham Maslow entre 1943 e 1968, considera os cinco estágios das necessidades humanas básicas que devem ser atendidas para atribuir qualidade de vida às pessoas: as fisiológicas, que nos remeterão ao conforto; a necessidade de segurança e proteção; a sensação de pertencimento ao local e pelo grupo; o sentimento de valorização pelos outros; e de atualidade. As atribuições contemporâneas de GEHL (2010), às cidades que são projetadas para as pessoas, valorizam estes cinco estágios. Estes autores evidenciam que nenhum item deve ser menosprezado ou esquecido, pois são complementares e interligados, propiciando territorialidade, sobrevivência e atividade nas cidades, independente da idade ou tempo.

Pensar a dimensão humana, de acordo com GEHL (2010, p.6) é repensar os espaços para os pedestres, como forma de políticas públicas que garantam à cidade a vivência entre as pessoas, a segurança, a sustentabilidade urbana e a saúde. Ao propor políticas públicas inclusivas para a cidade em prol do envelhecimento saudável e ativo, está se planejando e concretizando ações enquanto panorama global dos cidadãos e não para um mandato eleitoral com prazo limitado.

Os princípios de planejamento de uma Cidade para Todos de GEHL (2010) discute a importância entre a distribuição das funções das cidades para integrar e prover experiências diferenciadas às pessoas, convidando-as a aumentar a sua permanência nos espaços públicos, melhorando as suas condições de vida e salubridade psicossociais, indiferente do título existente ou do rótulo proposto.

Ao aumentar a atratividade e o sentimento de segurança nos espaços urbanos, as atividades diárias são incentivadas para viabilizar a permanência nos espaços públicos, para que as pessoas possam conversar e trocar experiências, minimizando as angústias entre o tempo-perdido e tempo-trabalho. Valorizando o tempo-trabalho do tempo-vivenciado.

A apropriação do espaço envolve a interação usuário/espaço, onde o usuário atua moldando o espaço que, em contrapartida, torna-se receptivo, conectado a ele no passado, presente e futuro, decorrendo o vínculo com a preservação da identidade. Esse sentimento envolve a necessidade de se estar confortável enquanto atuando e cuidando do espaço. Uma análise do centro urbano principal de uma cidade (geralmente referindo-se à história da cidade e onde quase sempre se encontram concentradas as principais instituições públicas e atividades comerciais mais competitivas) ajuda a definir o espaço de máxima centralidade social.

Os títulos e as políticas públicas

O planejamento urbano pode dispersar ou aproximar as pessoas, dependendo da morfologia escolhida para diminuir as distâncias entre o grupo de pessoas e os eventos realizados. A versatilidade da multifuncionalidade assegura o uso dos espaços por um grupo diverso de pessoas, durante o maior período de tempo possível. Os projetos devem ter a responsabilidade de acrescentar qualidade ao tempo que se vive, com acréscimo de anos de vida. A conscientização da população sobre os benefícios que

os espaços planejados poderão propiciar à saúde e ao bem-estar de todos representa uma conquista significativa.

Os programas do governo nacional ou internacionais, tem se mostrado como fomentadores de dilemas e preocupações importantes e relevantes para o contexto futuro. O comprometimento das ações dispostas em documentos oficiais precisam vislumbrar mais que intenções, mas efetividade e alterações concretizadas.

Como o envelhecimento se trata de um processo, quanto mais independente e autônoma a pessoa manter-se, melhor para o poder público, pois menores serão os gastos públicos em saúde e de políticas sociais. Pensar uma cidade, é desenvolver um planejamento estratégico com os diversos setores operacionais do sistema de gestão de um município considerando o indivíduo em seu envelhecimento, utilizando dos espaços públicos coletivos como promotores de saúde e interação social, que auxiliam na economia dos gastos do poder público em manter o cidadão desde que pensados e programados a longo prazo.

Um fator importante a relembrar, é que se o número de idosos aumenta e o de crianças diminui, logo alcançaremos uma curva populacional onde existirão mais pessoas interessadas em compartilhar o espaço público, as calçadas, um transporte coletivo seguro e de qualidade, pois seus sensores motores e perceptivos não terão a mesma acuidade de quando jovem, nem a mesma força muscular. Não se está julgando e partindo do pressuposto que os idosos estarão aposentados e em suas casas, muito pelo contrário, a economia mundial evidencia que as pessoas precisarão trabalhar por mais tempo, e a indústria farmacêutica mostra que as inovações no mercado para cuidar da saúde e se restabelecer em menor tempo estão cada vez mais eficazes. Sem mencionar a tecnologia que possibilita o alcance de informações e opções de independência, mesmo quando alguém apresentar alguma perda dos sintomas fisiológicos.

De forma incisiva deve haver uma correlação entre Estado, poder privado, organização não governamental e comunidade, para que as atitudes e posturas relativas ao tema sejam consumadas. Lembrando que políticas públicas são ações que assumem a forma de leis desenvolvidas pelos governos, com referência à educação, saúde, habitação, segurança, alimentação, trabalho, lazer, crianças e adolescentes, jovens, idosos e mulheres, entre outros. As conquistas das leis devem criar uma série de mecanismos de participação da sociedade no controle público das políticas e serviços, sendo por meio de Conferências ou Conselhos, criando um instrumento de acompanhamento, fiscalização e controle.

Ao nomear um Projeto como CIDADE, e divulgar em mídia este título, o leigo entende que todo o território do município abrange e atende ao que foi anunciado, seja: AMIGA DO IDOSO ou ACESSÍVEL.

O Projeto Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde, publicado em 2008 e o Projeto Cidade Acessível é Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, foi analisado utilizando o quadro estruturado por ALVIM e CASTRO (2010), que esquematiza os elementos de avaliação e caracterização de políticas públicas, como um mapa relacional.

Esta metodologia prática instrumentaliza a averiguação dos elementos das políticas públicas ainda em processo de formulação, e também como uma metodologia de avaliação das ações aplicadas e vivenciadas no espaço público e social.

O quadro proposto por estes autores é uma metodologia a ser utilizada durante o processo de avaliação de políticas urbanas, considerando as diversas etapas e suas particularidades. O importante neste processo é a correlação entre a estrutura conceitual que fundamentam a política pública; a sua operacionalização, avaliando a gestão e os critérios de implementação; e os resultados efetivos em âmbito social e urbano. Cada uma destas etapas é subdividida em itens que mensuram uma política pública.

Ao identificar as semelhanças e diferenças na estrutura dos Projetos, a metodologia contribui para mapear falhas ou melhorias antes de sua aplicação no contexto das cidades. Mesmo que os projetos ou programas sejam formulados por órgãos diferentes, caracteriza-se cada momento da formulação da política pública.

O quadro comparativo foi preenchido com as informações publicadas nos sítios da Organização Mundial da Saúde, relativas à participação de uma cidade para tornar-se uma Cidade Amiga do Idoso, e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos para o projeto Cidade Acessível é Direitos Humanos. Todas as informações estão disponibilizadas nas páginas oficiais destes órgãos e são de livre acesso.

Ao analisar as informações refletidas no quadro comparativo percebe-se algumas consonâncias que refletem a subjetividade, a mitigação de intenções e o direcionamento de responsabilidade para os poderes municipais vigentes, e não, enquanto políticas de longo prazo em prol da cidade e da sociedade.

Em relação à concepção dos projetos, nos quesitos motivação e contexto, o projeto da Organização Mundial da Saúde declara que a proposta inicial foi chamar a atenção da mídia para o envelhecimento, inovando na metodologia de avaliação das cidades. O projeto brasileiro, por sua vez, declara a intenção de fortalecer uma política existente, mas pouco cumprida pelas diversas esferas de governo: municipal, estadual e federal, devido à falta de cobrança e fiscalização. A principal diretriz dos dois projetos é estabelecer a acessibilidade como premissa para decisões e aprovações. Mesmo sabendo da normatização e discussão internacionalmente (Universal Design entre outros) e em território nacional.

Os dois projetos exigem que os gestores municipais assinem um termo de compromisso se responsabilizando pela execução e prestação dos serviços determinados e confirmados no Plano de Ação, estabelecido pelos próprios departamentos públicos.

Entretanto, existe uma diferença neste quesito: a Organização Mundial da Saúde menciona a importância da realização de uma pesquisa em campo, com grupos focais. Salienta que a eficiência dos planos estabelecidos utilizando os resultados do check list do Guia da Cidade Amiga do Idoso serão maiores se a pesquisa de opinião e a quantidade de pessoas entrevistadas for abrangente. O que não acontece com o Projeto brasileiro, o qual se detém a quantificar a existência de equipamentos ou serviços, mas não mensura a abrangência de atendimento na cidade, ou na região aplicada.

Momentos	Elementos	Características	
		PROJETO CIDADE AMIGA DO IDOSO	PROJETO CIDADE ACESSÍVEL É DIREITOS HUMANOS
Concepção/Formação	Motivação	Apresentação à mídia de algo novo com relação ao Envelhecimento, durante o Congresso Nacional de Gerontologia (Rio de Janeiro, 2005)	Cumprimento do decreto nacional nº5.296 (2004) que regulamenta as normativas federais para a promoção da acessibilidade.
	Contexto	Inspirado nas diretrizes do plano Internacional de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2002), em ações da Organização Mundial de Saúde(OMS), incentivado pelo governo canadense e pela organização Help theAged (Reino Unido)	Desde 2004 o Ministério das Cidades do Brasil evidenciam o Programa Brasil Acessível e a Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável , apresentando a NBR9050 como norma regulamentadora das ações e fiscalizações.
	Conceituação	Avaliar as cidades quanto à adaptação de suas estruturas e serviços em relação à acessibilidade e inclusão das pessoas idosas com diferentes necessidades e capacidades.	Estabelecer a acessibilidade como um bem coletivo, que integra o conceito de cidadania no contexto da vida urbana na municipalidade.
	Objeto da política ou do programa	Discutir e formular planos de ação que beneficiem um envelhecimento saudável e ativo.	Discutir e formular planos de ação que garantam o direito à acessibilidade, entendida como pessoas com e sem deficiência.
	Delimitação territorial/escalas	Pode ser determinada uma região, cidade, um bairro, quarteirões ou quadras. Independente do plano exposto.	Pode ser determinada uma região, cidade, um bairro, quarteirões ou quadras. Independentemente do plano exposto.
	Objetivos gerais	Encorajar o envelhecimento ativo otimizando oportunidades para saúde, participação e segurança para promover qualidade de vida para os idosos.	Produzir referências de orientação para outros municípios, com o objetivo de desencadear, em escala nacional, a promoção de um novo paradigma de desenvolvimento urbano sustentável e acessível.
	Objetivos específicos	Utilizar o Guia da Cidade Amiga do Idoso para ajudar as cidades sob a perspectiva do envelhecimento, identificando onde e como melhorar a infraestrutura de atendimento.	Estabelecer um modelo efetivo de garantia do direito à acessibilidade, entendida como acesso das pessoas com e sem deficiência, em igualdade de condições, ao ambiente físico, aos transportes, à informação e às comunicações.
	Diretrizes de implementação	Promover planos de ação para adequar e modificar os locais e os sistemas para incorporar o envelhecimento ativo nas atividades. O gestor municipal e a equipe responsável pela autoria das propostas devem assinar um termo de compromisso .	Promover metas e planos de ação para adequar e modificar os locais e os sistemas para incorporar a acessibilidade. O gestor municipal e a equipe responsável pela autoria das propostas devem assinar um termo de compromisso.
	Diretrizes para revisão	Não é solicitada comprovação das benfeitorias. As pessoas idosas e os demais envolvidos nas alterações são ouvidos para a determinação das propostas pelo autor.	Não é solicitada comprovação das benfeitorias. Parte de a gestão pública determinar as ações e executá-las.
Operacionalização	Metas	São considerados oito áreas de atuação : prédios públicos e espaços abertos; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; e apoio comunitário e serviços de saúde.	São consideradas onze áreas de atuação : transporte público, habitação de interesse social, trabalho, comunicação e informação, saúde, turismo, mobilidade urbana, legislação específica, esporte, educação e cultura.
	Ações	Fica a critério de cada cidade determinar as ações que serão realizadas, sendo obrigatória a apresentação de um plano para somente uma área de atuação, quando solicitado o pedido de nomeação para uma Cidade Amiga do Idoso	Fica a critério de cada cidade determinar as ações que serão realizadas, sendo obrigatória a apresentação de um plano para quatro áreas de atuação.
	Prazos	A primeira etapa é de 3 anos e a segunda, subsequente até o 5ºano .	Os planos de ação têm prazo determinado de um ano de aplicação, passados para três , quando ocorre a extensão de área, e para quatro , com prazo estendido.
	Dados e informações	Por meio de um checklist elaborado pela OMS, as informações são coletadas em grupos focais ou entrevistas, averiguando as opiniões das pessoas.	Por meio de um questionário elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos, as informações são coletadas pelo sistema de dados de gestão pública.
	Sistema de indicadores Articulações	Fica a critério de cada cidade articular parceiras para a realização das propostas pelo autor.	Fica a critério de cada cidade articular parceiras para a realização das propostas pelo autor. Devem estar alinhados aos objetivos nacionais, estabelecidos no contexto do eixo acessibilidade, da Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, e com os projetos e os programas contidos no Plano Plurianual do Governo Federal, de modo aviabilizar a proposição de projetos municipais que possam candidatar-se a receber repasse de verbas da União, por meio de convênios.
	Recursos		
Operação	Legislação e normas	Todos os planos devem estar em consonância com as leis federais, estaduais e municipais vigentes.	Todos os planos devem estar em consonância com as leis federais, estaduais e municipais vigentes.
	Gestão	A sugestão de gestão é compartilhada entre poder público, parcerias privadas e organizações não governamentais.	A sugestão de gestão é compartilhada entre poder público, parcerias privadas e organizações não governamentais.
	Participação da sociedade civil	A sugestão do projeto é que sejam realizadas entrevistas, grupos focais, questionários, <i>workshops</i> , audiências públicas, entre todos os envolvidos na autoria das propostas ou podem sofrer consequências por este.	A sugestão do projeto é que sejam realizadas entrevistas, questionários e audiências públicas, entre todos os envolvidos na autoria das propostas, e que podem sofrer consequências por este.
Resultados	Eficiência	Fica a critério de cada cidade publicar essas informações. Até 2013, somente a cidade de Nova Iorque publicou as suas realizações, mas não quantificou o valor gasto para o processo, somente as mudanças realizadas.	Fica a critério de cada cidade publicar estas informações
	Eficácia		
	Efetividade		

Quadro 1 – Comparação entre o Projeto Cidade Amiga do Idoso (OMS, 2008) e o Projeto Cidade Acessível é Direitos Humanos (BRASIL, 2010). Fonte: ALVIM e CASTRO (2010, p. 136), complementada e grifada pela autora.

Nos planos são escritos e determinados prazos para concretização das ações previstas. No entanto, não fica claro qual é a necessidade do poder público cumprir as metas delineadas. O projeto da OMS pede para que ao preencher os formulários de solicitação do título, sejam apresentadas as alterações realizadas no período, mas não comenta sobre a análise ou validação do projeto estar sujeita a aprovação ou negativa, caso não atenda o compromisso firmado. No caso brasileiro, não existe nenhum documento que determine a negação do projeto, caso não sejam estabelecidas as metas do plano. Somente expõe que as cidades que incorporarem ao programa poderão participar das parcerias para repasses de verbas para as obras necessárias. Ao que parece, trata-se de um plano de incentivos para a adesão do município às ideias do projeto e não um conjunto de regras definidas em lei federal que o município deveria seguir.

Os pensadores dos projetos originais, a Organização Mundial da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos do Brasil, evidenciam-se como especuladores de ideias e proposições, mas que ao repassarem a responsabilidade para os órgãos municipais tendem a minimizar a falta de comprometimento federal quanto à fiscalização e cobrança, atribuindo ao poder gestor do município a abrangência da mudança social, política, econômica necessária. Entretanto, ao atribuir o compromisso a uma pessoa ou a um grupo específico, que permanece no poder decisório por um ou dois mandatos (de quatro anos cada), fica subjulgado a conclusão ou eficácia do projeto assinado.

Considerações

Reafirma-se que uma cidade não pode ser avaliada meramente pelas suas aplicações de normativas e especificações técnicas, mas deve considerar a metodologia de análise de uma forma holística e que compreenda a dimensão humana para o conceito de qualidade de vida nos espaços públicos. Que de forma heterogênea e individual, tratado coletivamente. Uma cidade precisa oportunizar espaços de trocas e permanências, para que o envelhecimento ativo seja possível e viável. Sendo um indicador de qualidade dos anos e promoção de saúde, o que levará a ficarmos mais longevos, mas sob uma estrutura que permita a finitude como um desapego das conquistas, e não como um descanso para minimizar sofrimento da falta de condições de saúde, sociais, econômicas e familiares.

As cidades requerem uma estrutura compacta, mas com densidade populacional razoável para que as distâncias sejam aceitáveis e opcionais para qualquer pessoa. Os espaços de transição entre o lado externo e o interno dos edifícios devem ser agradáveis e convidativos à contemplação, incentivando a permanência das pessoas nos espaços de locomoção ou de conexão entre locais.

Um estudo referente às conexões entre o uso dos espaços e a interação da malha viária e o uso dos lugares, pode refletir a decisão de localização dos espaços que incentivam a centralidade urbana e a permanência das pessoas, ocasionando uma maior identidade pública dos espaços nas pessoas, promovendo a interação e relacionamento social.

A possibilidade de pensar e criar um sistema avaliativo, que integrasse os dados computados por projetos e o mapeamento da cidade, seria uma oportunidade em comparar a morfologia e a malha urbana inicial com as modificações efetuadas no prazo proposto. Onde a avaliação da eficácia dos espaços seria mensurada pelo número de pessoas que utilizam o espaço, período de tempo, dias da semana, eventos realizados, alterações nas vias públicas e índice de caminhabilidade. Sendo ponderados os resultados iniciais e finais na avaliação completa do projeto. Um sistema de geoinformação viabilizaria esta pesquisa e quantificação, originando no decorrer dos anos, um simulador de possibilidades.

Referências

ARAUJO, K. B. G. *O resgate da memória no trabalho com idosos: o papel da educação física*. (Dissertação). Campinas: Unicamp, 2001.

ALVIM, Angelica Tanus Benatti e Luiz Guilherme Rivera de Castro(org). *Avaliação de políticas urbanas, contexto e perspectivas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e Romano Guerra editora, 2010.

BRASIL. *Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 2004*.

BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003.

BRASIL. *Decreto nº 4227, de 13 de maio de 2002*.

BRASIL. *Decreto nº 1948, de 03 de julho de 1996*. (Política Nacional do Idoso).

CIDADES, Ministério das. *Construindo a Cidade Acessível*. Brasil Acessível - Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana. Caderno 2. Brasília: Dezembro, 2006.

CIDADES, Ministério das. *Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável*. Capítulo 6. Brasília, 2004.

GEHL, Jan. *Cities for people*. Washington: Island Press, 2010.

MASLOW, A.H. *Motivación y personalidad*. 1ª ed. Barcelona: Sagitario; 1954.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE Ageing and health. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *World Population Prospects*. The 2000 Revision, 2001.

ROLIM, V. A. M. e FORTI, F. S. *Atividade física e os domínios da qualidade de vida e do autoconceito no processo de envelhecimento*.(Dissertação). Campinas, São Paulo, 2005.



O DESEJO SINGULAR NO COTIDIANO DO IDOSO

Vanessa Forneck¹ e Andrews Jobim²

Se os olhos são as janelas da nossa alma, hoje as janelas se tornaram nossos olhos para o mundo. Das janelas de nossos lares observamos atentos aos passos de quem se movimenta na rua em meio ao caos que assola nossas vidas. Caos da desorientação, do desencontro pelo excesso de informação, que ao encurralar os órgãos de saúde competentes, obriga-os a apelar à única arma disponível: o distanciamento social. Sair de casa somente em caso de necessidade, evitar a exposição ao inimigo invisível que asfixia vontades e desejos encontrados no convívio social. Um inimigo selvagem, com uma predileção pelos mais vulneráveis: os idosos.

No contexto da COVID-19, a cidade segue seu movimento, porém com determinadas restrições. As pessoas seguem suas vidas da maneira como podem, conforme suas necessidades básicas, físicas, econômicas e emergenciais. Uma caminhada pela quadra, a ida ao mercado, à farmácia ou ainda, uma conversa despreocupada. A necessidade, seja ela qual for, te coloca em movimento. É a vontade paradoxal de sentir-se vivo que leva algumas pessoas para a rua, nem que seja para uns poucos passos.

O desejo de estar em contato não tem lugar para acontecer: ocorre tanto na cidade pequena quanto na cidade grande. No interior, o olhar a partir da casa da arquiteta-pesquisadora que imagina a motivação partindo de cada idoso para arriscar sua própria vida. Na capital, o olhar sensível do filósofo que observa com atenção aos movimentos dos idosos de seu condomínio: a caminhada matinal, o descarte do lixo, uma troca de palavras com o porteiro do prédio.

Os números do avanço da pandemia trazem o grande risco de reduzir o outro a uma variação da estatística. Por esta, os idosos pertencem ao chamado “grupo de risco”. Por eles, nenhuma categoria estatística será capaz de esgotar a complexidade de suas existências. Os idosos têm necessidades e vontades que são importantes e dão sentido para suas vidas. O desejo que provoca o ato de transgressão se revela inerente e inevitável a eles. Aproveitar um dia de cada vez, movidos pela vontade de viver uma vida mais leve e que seja a mais ativa que podem levar nesse momento de grandes indefinições.

E para quem olha da janela, resta acompanhar e fabular quais segredos podem ser revelados pelo próximo passo dado por eles.

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestranda na linha de Urbanismo Contemporâneo em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

² Licenciado em Filosofia. Especialização em andamento em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas.



Figura 1 - Porto Alegre/RS, 2020.



Figura 2 e 3 - Teutônia/RS, 2020.



Figura 4 - Porto Alegre/RS, 2020.



Figura 5 e 6 - Porto Alegre/RS, 2020.



Figuras 7 e 8 - Porto Alegre/RS, 2020.



Figuras 9 e 10 - Teutônia/RS, 2020.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SIMPÓSIO IAPS 2019 PARTE II

**Lorena Maia Resende¹ (org.), Adriana Cavalli²,
Adriana Portella³, Anelize Milano⁴, Bruna Meotti⁵,
Cleiton Alcantara⁶ e Daniela Bilhalva de Farias⁷**

Nesta edição damos continuidade a Revista Pixo13 na divulgação das fotografias expostas durante o Simpósio IAPS 2019. Com o tema principal 'Ageing in Place in a World of Inequalities' (Envelhecimento Populacional em um Mundo de Desigualdades), as fotografias aqui selecionadas ganham destaque ao retratar a diversidade de usos e ocupações no espaço público, pelos idosos, em diferentes cidades e países.

O registro das cidades brasileiras, de norte a sul do país, expressa uma interessante relação do idoso com as praças e parques públicos. Idosos que utilizam a praça como encontro de amigos para um carteadado, lugar de contemplação, passeio e aconchego. Também é um lugar que se transforma em palco de reivindicações por direitos civis. Um idoso que se mostra ativo ao potencializar os vínculos com os lugares urbanos.

Em outros continentes, como o europeu e o asiático, as cenas retratadas dialogam sobre a evidente desigualdade social mundial. Se por um lado há idosos que estão desfrutando de pontos turísticos da cidade, ou praticando algum esporte físico ao ar livre, do outro lado há idosos que se apropriam do espaço coletivo da cidade como moradia, denunciando as condições de vulnerabilidade social que suportam.

As fotografias capturadas pelos olhares de profissionais da área da Arquitetura e Urbanismo, Educação Física e Geografia tangenciam questões culturais, econômicas, sociais, urbanas, que abrem para interpretações múltiplas. Imagens, recortes no espaço-tempo como uma forma de comunicação que acolhe e provoca questionamentos sobre a qualidade, relevância, impacto e desafios do envelhecimento populacional no contexto mundial.

¹ Arquiteta e Urbanista (Universidade Federal de Pelotas/2016), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/Universidade Federal de Pelotas/2019). Professora Substituta (Universidade Federal do Rio Grande/2019).

² Graduada em Educação Física (Universidade Federal do Rio Grande do Sul /1987), Doutora em Ciências da saúde e Esporte (Chukyo University/2001) e Mestra em Educação Física (Aichi University of Education/1995). Professora Associada da Escola Superior de Educação Física na Universidade Federal de Pelotas.

³ Doutora em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University (Inglaterra) com pós-doutorado em Planejamento Urbano pela University College London (Inglaterra). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

⁴ Graduada em Geografia (Universidade Federal de Pelotas/2014) e Administração de Pequenas e Médias Empresas (Universidade do Norte do Paraná/2008), Mestra em Geografia (Universidade Federal de Pelotas/2017). Atualmente é docente do 5º ao 9º ano, da Escola de Ensino Fundamental Castro Alves - Pelotas/RS.

⁵ Arquiteta e Urbanista (Universidade de Cruz Alta/2018) e atualmente é Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/Universidade Federal de Pelotas).

⁶ Estudante de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Pelotas) e Técnico em Edificações (Instituto Federal Farroupilha/2013).

⁷ Estudante de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Pelotas) e Técnico em Controle Ambiental (Instituto Federal Sul-Rio-Grandense).



Carteando na Bahia . Foto tirada nas ruas da Praia do Forte Bahia/Brasil, homens jogando cartas no meio da rua, em uma sombra gostosa em um dia quente de verão. Autora: Adriana Cavalli, 2013.



Pedalando na Alemanha. Foto tirada na estrada da Rota dos Castelos no sul da Alemanha, idosos estavam pedalando tranquilamente e muito bem equipados. Autora: Adriana Cavalli, 2017.



Espanha, La Coruna. Autora: Adriana Portella.



Espanha, La Coruna. Autora: Adriana Portella.

Idosos em manifestação em defesa da educação em Pelotas/RS Brasil.
Autora: Anelise Milano.



Espanha, La Coruna. Autora: Adriana Portella.

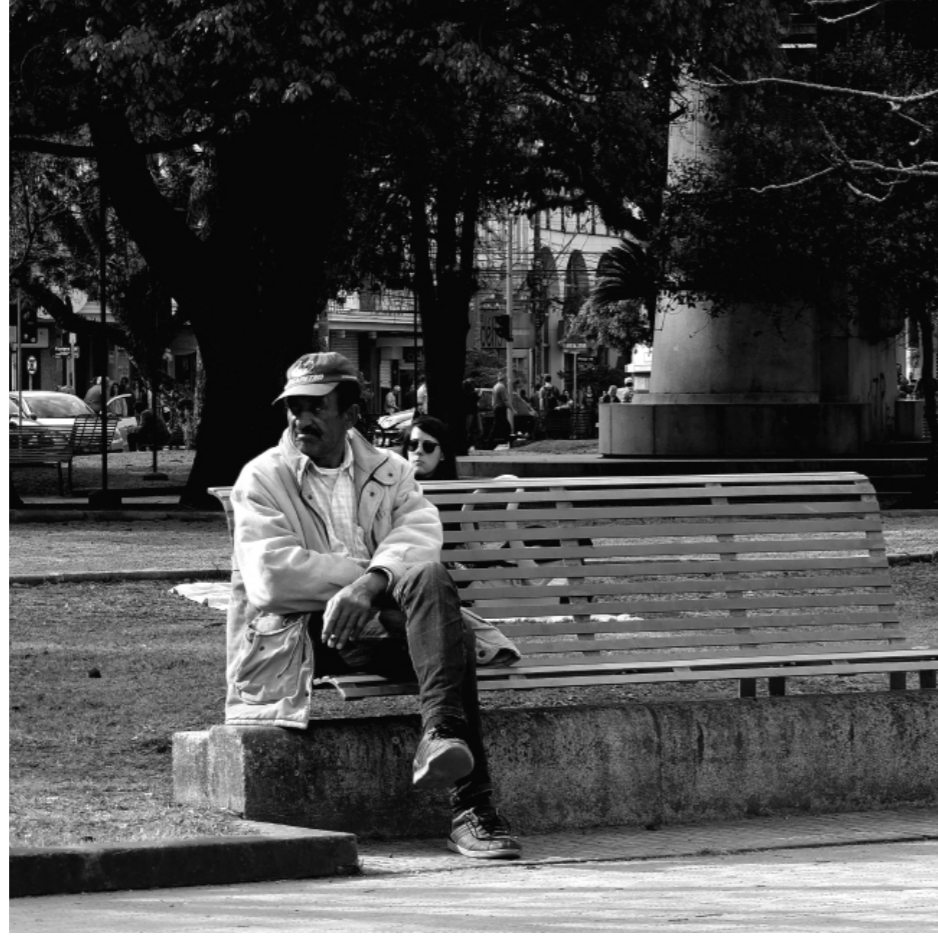


Espanha, La Coruna. Autora: Adriana Portella.



Pelotas/RS-Brasil. Autora: Bruna Meotti.

Solitude ou tédio. Praça Coronel Pedro Osório, Centro, Pelotas - RS, Brasil. Autor: Cleiton Alcantra, 2018.



O idoso e o comércio informal. Praça Coronel Pedro Osório, Centro, Pelotas - RS, Brasil. Autor: Cleiton Alcantra, 2018.



No Entardecer da Vida em Belo Horizonte. Praça da Liberdade, Belo Horizonte, Brasil. Autora: Daniela Bilhalva, 2019.





ISSN 2526-7310

